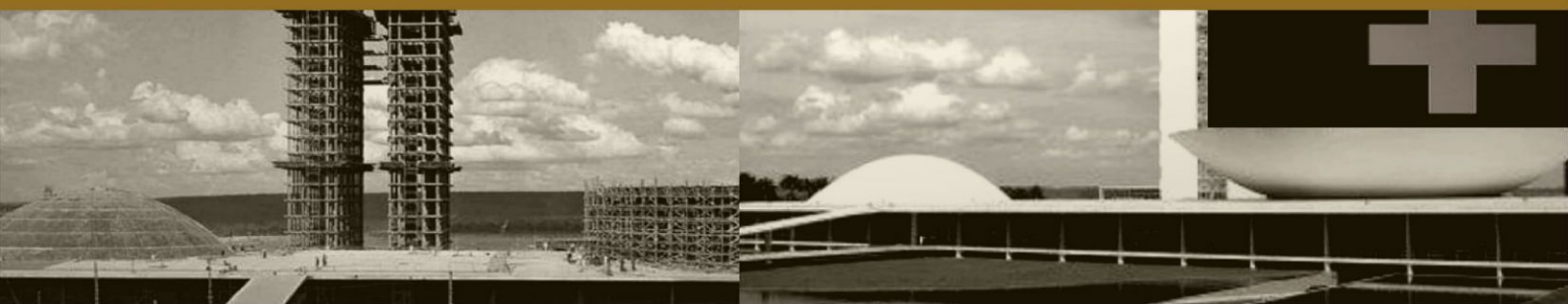
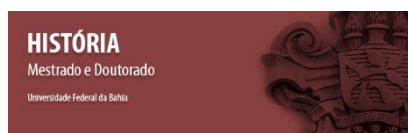
Ana Paula Medicci
Maria José Rapassi Mascarenhas
Marcelo Pereira Lima

Veredas da História Política

VEREDAS DA HISTÓRIA POLÍTICA

I SEMINÁRIO DE PESQUISA DA LINHA SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFBA

SALVADOR, DE 13 A 14 DE MARÇO DE 2017

COORDENADOR(AS) DA EDIÇÃO
Ana Paula Medicci
Maria José Rapassi Mascarenhas
Marcelo Pereira Lima

Salvador, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH-UFBA
Telefone/FAX: (71) 3331-2755, Secretaria: (71) 3283-6431, E-mail: ffch@ufba.br
Site: https://ffch.ufba.br/

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso de História - Licenciatura e Bacharelado
Secretaria Nome/Email: fch07@ufba.br
Telefone: (71) 3283-6443

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFBA)
Coordenação: (71) 3237-7574 poshisto@ufba.br
Secretaria: (71) 3283-6432 gilvan.santos@ufba.br
Site: https://ppgh.ufba.br/
Linha de Pesquisa Sociedade Relações de Poder e Região
Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210730, Salvador-BA

Capa: Marcelo Pereira Lima

M489 Medicci, Ana Paula,
Veredas da história política / Ana Paula Medicci, Maria José Rapassi Mascarenhas, Marcelo Pereira Lima. Salvador: UFBA, 2017.
376 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-8292-158-6

I Seminário de Pesquisa da linha de pesquisa: Sociedade, relações de poder e região do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Universidade Federal da Bahia: Salvador, de 13 a 14 de março de 2017. (Ebook)

1. Política - História. 2. Política. I. Mascarenhas, Maria José Rapassi, II. Lima, Marcelo Pereira, III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

CDD: 320

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Não é o nosso propósito definir o campo da História Política em poucas linhas nesta apresentação dos resultados do **I Seminário de Pesquisa da Linha Sociedade, Relações de Poder e Região** do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia/UFBA (PPGH-UFBA). A ideia aqui soa mais modesta, já que se pretende fazer uma exposição do horizonte móvel, sempre perseguido academicamente, sobre o que construímos durante o evento, algo que não sirva como uma orientação normativa e engessada. As preocupações que suturaram essa atividade coletiva fundamentaram-se em um tripé do ofício historiográfico. Historiadores e historiadoras têm se equilibrado em um esforço que contempla três dimensões do nosso *métier*: a) a análise teórico-metodológica; b) a discussão contextualizada de documentos; c) e, por fim, a problematização da historiografia. Tudo isso tem sido temperado pela valorização do debate, do senso crítico e do respeito à diversidade de opinião.

A História Política, talvez, seja um dos campos promissores para a contínua renovação do saber historiográfico. Ela não é, ou pelo menos não é mais, um domínio exclusivamente elitista, masculino, ocidental, factual, narrativista, descritivo, monodisciplinar e impermeável aos novos ventos da produção de conhecimento. No lugar disso, mesmo que as elites, os homens, o ocidente, os acontecimentos, as factualidades e os exclusivismos cosméticos e teórico-metodológicos sejam foco de análise crítica, isso não tem sido feito sem levar em conta a dinâmica, pluralidade, complexidade e relatividade do tecido histórico. As dimensões, os significados, as características e as permeabilidades da política, do poder e das relações de poder com as outras configurações sociais de calibres distintos (religião, direito, cultura, etnia, economia, filosofia, parentesco, gênero, ideologia, ideias etc.), são históricas. Novos temas, problemas e abordagens têm sido (de)compostos a cada instante na academia e fora dela. Ao menos na academia, se as perspectivas metódicas e positivistas não mais reinam, cada vez mais reforça-se o interesse que tem sido uma pauta historiográfica recorrente de se investigar como o poder e organizações políticas fundamentam-se, constroem-se e articulam-se *com, nos* e *pelos* ritos, mitos, cerimônias, crenças,

pelos sistemas ou regimes de pensamentos e, usando uma problemática expressão já antiga, da primeira geração dos *annalistes*, pela psicologia coletiva comparada.

A política poderia ser entendida como um epifenômeno das relações sociais de produção, tendo ou não autonomia relativa, ou mesmo como o monopólio da violência estatal, cujo centro produtor e irradiador de dominação identificar-se-ia com o poder das instituições e o tamanho do Estado Nacional. Poderia ser uma estrutura, uma totalidade, rígida ou relacional, cuja unidade de longa duração possuiria um ritmo lento e configurador das ações imediatas, cotidianas e aparentemente fugidias. Ou mesmo ela poderia ser uma configuração móvel em que a dimensão, alcance, significado e potência dependeriam dos jogos de diversos marcadores sociais. Poderia ser um potente catalisador de outras configurações históricas. Afinal, seria possível estudar o poder como um aspecto que dá coesão às relações sociais, mas também como aquilo que permitiria a produção e resolução de conflitos, resistências, e o alcance da liberdade. Tal configuração poderia ser entendida como micro-poderes, que estariam capilarmente dispersos pelas redes de relações sociais, algo "positivo" ou negativo", mas também compatível com dispositivos, estratégias ou manobras capazes de produzir sujeitos e corpos dóceis. Não um poder central, unificado e idêntico a si mesmo, mas um poder disperso, fraturado e compósito. Um poder que nega, coage, coíbe, reprime, , normatiza, desmobiliza e hierarquiza ou um poder que, pelo contrário, também afirma, conduz, persuade, convence, legitima, mobiliza e horizontaliza.

A História Política também se feminilizou, tanto no sentido de incorporar historiadoras nas instituições de ensino, quanto no pensar sobre como as mulheres atuaram em diversas instâncias e instituições políticas ao longo da história. Percebe-se cada vez mais que o silenciamento na história e historiografia é resultado igualmente de interesses materiais, concepções religiosas, jurídicas e culturais, tanto quando das relações de poder, normas, símbolos, ideias, instituições e subjetividades. A História Política também se "genderizou", na medida em que tem incorporado as contribuições dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades, das Teorias Queers

e dos Estudos de Gênero em suas investigações. Cada vez mais fica evidente que as instituições políticas podem fundamentar suas atividades internas ou externas em pressupostos baseados em diretrizes de gênero. Há políticas para as mulheres, homens, para o feminino e o masculino, as masculinidades e feminilidades.

Obviamente, o I Seminário não realizou um debate estritamente ligado a essas questões. Seu propósito foi mais modesto, mas nem por isso menos significativo. A sua pauta ideal não foi escolher Marx ou Foucault. O evento tentou fazer justiça a etimologia da palavra seminário que provem do latim clássico, *seminarium-ii,* algo típico das sociedades agrárias*,* com o significado de "viveiro de plantas", mas também com as ideias de "fonte", "causa", "origem" e "princípio". Ele esteve associado ao verbo *seminare,* que quer dizer *procriar, engendrar, produzir* e *semear.* Portanto, são essas três últimas acepções, perdidas na semântica do termo, que foram a característica central do evento da nossa linha, uma vez que seu escopo foi "produzir" (elaborar) e "semear" (difundir) criticamente conhecimentos acadêmicos e investigações sobre a política, o poder e as relações de poder.

O evento que ensejou a confecção desse livro foi promovido pela Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região do PPGH-UFBA, composta por professores e alunos de graduação e pós-graduação. Essa linha tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão, e tem como núcleo de interesse as relações de poder, as hierarquias econômicas e sociais e as formações dos espaços regionais no interior de diversas sociedades, em geral, e as brasileiras e baianas, em particular.

Os debates aconteceram entre os dias 13 e 14 de março de 2017 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Os participantes, coordenadores e equipe de apoio, formada pelos professores da linha de pesquisa, se organizaram em sete mesas, elaboradas segundo critérios temático-temporais e de afinidade teórico-metodológicos, cujos temas foram os seguintes:

Mesa 1: Das trajetórias individuais aos conflitos e movimento sociais

Mesa 2: Da história social das mulheres aos estudos de gênero: áreas, domínios e perspectivas

Mesa 3: Do Estado Novo à Ditadura Civil-militar: conflitos, discursos e movimentos sociais

Mesa 4: Ditaduras latino-americanas e resistência social

Mesa 5: Práticas, representações e conflitos sociais

Mesa 6: Política, cultura e economia no período colonial

Mesa 7: Ditadura Civil-militar, (re)democratização e conflitos sociais no Brasil, décadas de 60 a 80

Houve grande adesão ao evento dos alunos e alunas de Iniciação Científica e de pós-graduação cadastrados(as) na linha de pesquisa, totalizando um total de 43 inscritos para apresentações orais, dos quais 38 apresentaram efetivamente seus trabalhos. Destes, 20 propuseram artigos para a publicação ora apresentada. Ela contém trabalhos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, em andamento e recém-concluídos, todos orientados pelos(as) professores(as) da Linha de Pesquisa. O perfil temporal das pesquisas parece seguir tendências mais gerais no campo da História Política Contemporânea, mas também esteve adaptado ao horizonte de valorização da História Regional. Então, há 13 trabalhos sobre determinadas regiões brasileiras, em especial do Nordeste e da Bahia, no período republicano, 4 relacionados a Colônia, 1 ao Império, 1 de História Medieval e 1 do período contemporâneo.

O seminário demonstra que as regionalidades predominam nas investigações mais recentes na linha em questão do PPGH, mas já dá sinais de diversificação temática e temporal. Não se trata de um provincianismo temático, mas um esforço de incentivar e canalizar estudos que articulem diversas escalas de análises locais, regionais, nacionais e internacionais. Isso tem contribuído para confirmar, relativizar, alterar, ressignificar ou, em alguns casos, implodir determinados consensos historiográficos sobre as generalizações de uma história rigidamente global das organizações políticas. Embora a História Total, ou a *histoire tout court*, não fora estritamente abandonada, ela também tem sido usada para relativizar o apelo a uma História Política presa às fortes

particularidades ou singularidades absolutas. Talvez, os historiadores e historiadoras, no campo da História Política, como em outras áreas, já estejam mais sensíveis aos questionamentos sobre as dicotomias teórico-metodológicos, historiográficos e epistemológicos como experiências e discursos.

De um total de 88 inscritos, entre participantes-ouvintes e participantes-apresentadores, 51 completaram a carga horária mínima necessária para a obtenção do certificado de participação (75% de presença); ressaltamos que muitos dos não concluintes são professores atuantes nas redes de ensino pública e privada, superior, fundamental e médio que, embora não tenham tido a possibilidade de participar de todas as discussões para atender aos seus compromissos docentes, participaram das mesas mais diretamente relacionadas aos seus interesses ligados ao ensino e à pesquisa.

Dessa forma, sendo a primeira iniciativa desse tipo promovido pela Linha de Pesquisa, o evento e a publicação dele resultante alcançaram seus dois objetivos principais, quais sejam, articular os debates relacionados às pesquisas em andamento dos membros da Linha Sociedade, Relações de Poder e Região do PPGH-UFBA e apresentá-los à comunidade acadêmica em geral, graduandos e pós-graduandos da UFBA e de outras IES, além de professores dos ensinos fundamental e médio, muitos destes egressos dos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de História da UFBA.

O I Seminário de Pesquisa da Linha Sociedade, Relações de Poder e Região e a presente publicação aproximaram estudantes-pesquisadores em diversas fases de formação (estudantes de Iniciação Científica, mestrandos e doutorandos), bem como egressos e seus orientadores entre si e com demais estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFBA e demais IES do Estado da Bahia, contribuindo, assim, para a difusão das pesquisas em andamento em sua articulação com debates promovidos em salas de aula dessas instituições e das redes de ensino público e privado.

As iniciativas de pesquisa configuradas em forma de e-book direcionam-se para as temáticas dos processos de formação e de transformação do Estado e da nação no Brasil; das ideias e organizações políticas e sua historicidade; das instituições e das suas relações com as sociedades; das hierarquias e relações

sociais e econômicas; do problema das relações de poder entre centro e localidades; das relações de gênero e das micro-relações de poder presentes em diferentes configurações sociais e históricas. Visa-se, portanto, divulgar amplamente estudos em andamento, preocupados com as conexões entre a História e as Relações de Poder, tema dos mais candentes na conjuntura política atual. A amplitude do campo da História Política e a diversidade de abordagens teórico-metodológicas, historiográficas e documentais possíveis em tal campo refletem-se na multiplicidade de temas e abordagens ora apresentados.

Coordenação Geral
Profª Drª Ana Paula Medicci
Profª Drª Maria José Rapassi Mascarenhas
Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima

A IDEIA DE REVOLUÇÃO NA OBRA DE BRAZ DO AMARAL

AMÉLIA SABACK ALVES NETA
Universidade Federal da Bahia

O TEMA DA "REVOLUÇÃO" na obra de Braz do Amaral será abordado a partir da relação de dois aspectos intrínsecos aos seus textos, a predominância de objetos tradicionais da história política e o destaque dado aos militares enquanto sujeitos da história. Bem como, a partir da correspondência deles com outra questão mais geral, a influência de uma historiografia ou de um modo específico de tratar esse tema na história. Por esses dois ângulos é possível refletir sobre uma ideia de revolução no conjunto de sua obra.

Convém observar, até pelos títulos dos textos, a atenção dispensada aos objetos da história política, mas de uma história cujos conteúdos e abordagens são tradicionais. O historiador baiano dedica artigos e textos completos à narração de acontecimentos políticos, de movimentos, de revoltas e de conjurações, o que leva a crer que a "batalha" é um objeto preponderante. Boa parte desses textos, senão todos, privilegia a perspectiva dos "grandes homens", de iniciativas individuais, homens de estado, ministros e generais.

Os militares, de um modo geral, com destaque para os generais possuem centralidade na narrativa desses acontecimentos. Ainda que seja indispensável reconhecer a presença dessas categorias em movimentos do fim do século XVIII e meados do XIX, período mais abordado por Braz do Amaral, há de se considerar que este historiador apresenta uma forma interessante de discorrer sobre esses eventos, ressaltando o papel dos militares em cada um deles.

Elucidativa é a sua declaração sobre o papel fundamental dos militares nas revoluções ao se referir ao 15 de novembro e ao movimento da independência. Em texto de janeiro de 1918, versando sobre "os conservadores no primeiro dia da república", justificou-se:

> Talvez tenhamos revoluções populares mais tarde, quando pelas modernas linhas de tiro os cidadãos estiverem armados e acostumados ao manejo das armas, e, livremente exercitados, talvez o façam melhor do que os profissionais. Provavelmente aí, na massa dos cidadãos, é que os descontentes, os agitadores, os políticos interessados irão procurar apoio para seus desejos, paixões e interesses.[1]

Percebe-se no trecho acima que até 1918, quando o texto foi escrito, o historiador desconhecia exemplos de "revoluções populares" no Brasil. Estas só poderiam ocorrer com o domínio das armas pelo povo que serviria aos "descontentes", "agitadores" e aos "políticos". Nesta perspectiva, a "massa" precisaria de motivação externa aos seus problemas, de interesses de outros sujeitos aos quais apoiaria.

Braz do Amaral chegou a admitir antes desse período, em 1917, a participação efetiva das camadas populares em movimentos de repercussão em Salvador, mas usando um argumento de desqualificação tanto do episódio quanto dessa atuação. Foi o que aconteceu com o caso da "Cemiterada". O historiador criticou esse movimento e atribuiu os custos dele à falta de informação do povo baiano, que teria se revoltado "a serviço das irmandades, capelães e armadores dos enterros nas igrejas".[2]

Segundo ele, essa revolta ocorreu em função da permissão dada pela Assembleia Provincial a uma empresa que passaria a fazer os enterramentos nos cemitérios. Mesmo inseguro quanto às vantagens ocasionadas por este novo serviço, e reconhecendo os limites impostos pela ausência de documentos que autorizariam conclusões acerca dos inconvenientes desse fato, considerou um atraso esse movimento que atrapalhou a melhoria das condições higiênicas da cidade.

Sobre Francisco de Souza Paraizo, que governava Salvador à época e havia solicitado a revogação da lei de 4 de junho de 1835, de proibição dos enterros nas

---

[1] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Os conservadores no primeiro dia da República. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 167.

[2] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 113.

igrejas, afirmou, "O presidente não cumpriu o seu dever porque a obrigação da autoridade não é pactuar com a desordem e atender a todas as reclamações que lhe fizerem, e sim apenas a aquelas que forem justas".[3]

Este trecho trata de forma bem simplificada, mas reveladora, de questões complexas como a de "autoridade", "desordem" e "justiça". A revolta popular foi associada à desordem e a resolução para esse problema estaria na autoridade do governo, que era capaz de separar o "justo" do não justo.

Ainda nesse mesmo texto o historiador avaliou que o povo tinha usado o seu "direito de reclamação em uma causa má",[4] como se as camadas populares tivessem recebido e não conquistado direitos. Isso poderia até fazer sentido se fosse levada em conta a situação repressiva do período, mas ao considerar que a interpretação do fato sobre o qual se reporta foi feita em 1917, fica mais evidente a forma como ele associava o povo e a conquista por seus direitos.

Apesar disso, a maneira como abordou o acontecimento da Cemiterada demonstra que Braz do Amaral criticava a predisposição de agitação do povo, sobretudo, no trecho em que fez referência aos "homens criados na escola da revolução francesa".[5] Onde fica subentendida a sua crítica ao radicalismo desta revolta.

Esta não foi a única vez em que se referiu à influência da revolução francesa em revoltas aqui no Brasil. Ao discorrer sobre a conjuração baiana de 1798, assegurou que "o vento da revolução vinha de França, e era tão forte e rijo que abalava tudo e fazia tremer".[6] Muito provavelmente Braz do Amaral incorporou a ideia difundida entre os historiadores que trataram das influências estrangeiras, americanas e francesas, sobre as "revoluções" brasileiras, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

Francisco Adolfo de Varnhagen, lido e citado por ele, foi um dos que escreveu sobre as revoluções ocorridas no Brasil, ao destacar os exemplos

---

[3] Ibid., p. 112.
[4] Ibid., p.112.
[5] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Cemiterada. In: ______. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 109.
[6] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 15.

tomados das colônias americanas e dos franceses. Um dos que primeiro fez referência aos insucessos da revolta de Minas e da influência radical da revolta da Bahia[7]:

> As chamas incendiárias da revolução francesa não deixaram, entretanto, de saltar ao Brasil, e chegaram quase a atear, pelas suas labaredas, na Bahia, em agosto de 1798, um incêndio, que foi dias antes prevenido. Se a aspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgamos que foi um bem que se malograsse, com muito mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra estoutra, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das cenas de horror que a França, e principalmente a bela ilha de são Domingos, acabavam de presenciar, sendo, aliás, embalada ao santo grito de "liberdade, igualdade e fraternidade".[8]

É relevante citar este trecho da obra de Varnhagen para conhecer os fundamentos do pensamento de Braz do Amaral sobre as revoltas baianas e suas influências estrangeiras. Notam-se algumas questões que mais tarde reapareceram na obra do historiador baiano, como, o caráter incendiário da revolução e sua influência no Brasil, a nobreza da revolta de Minas, por conta dos seus participantes e as "tendências socialistas" da revolta na Bahia.

Braz do Amaral discorreu sobre os movimentos federalistas da Bahia que ocorreram no período da regência e lançou mão de argumentos semelhantes. Referiu-se, por exemplo, aos "meios puros" da revolta ocorrida em Cachoeira, em relação à que explodiu em Salvador, onde os revolucionários teriam se envolvido com "maus elementos", o que resultou no bombardeio da cidade.[9]

Embora tenha considerado dignas as ideias federalistas, "caracterizadamente populares e liberais", criticou o entusiasmo dos envolvidos nesses movimentos. E chamou de "senões da redação" as exaltações em torno de

---

[7] ODÁLIA, Nilo. (Org.). Varnhagen: história. São Paulo: Ática, 1979, p. 132-140. Posteriormente, Afonso Rui discorreu sobre o ambiente propício em que essas ideias se propagaram aqui na Bahia. Cf. RUI, Afonso. A primeira revolução social brasileira: 1798. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 35.

[8] ODÁLIA, Op. Cit., p. 138-139.

[9] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 16-17.

pontos como a ordem de fuzilamento do imperador, que, como ele destacou, até havia tomado parte no processo de independência.[10]

Os "radicalismos" e as "exaltações" nas revoltas não eram bem vistos por Braz do Amaral. Ao se referir à "quadra revolucionária", de 1823 a 1840, sugeriu que as tentativas revolucionárias concentraram autoridade nos presidentes das províncias, "uma das principais causas da queda do regime monárquico", cerceando a vida política municipal. Período que, segundo ele, "anarquizou" e "ensanguentou" as províncias, aumentando a centralização.[11]

Com este diagnóstico iniciou um texto, cujo tema central é a "revolução da carne sem osso e farinha sem caroço" ou "revolução dos chilenos", que ocorreu em 1858, em Salvador. Referiu-se ao "tumulto popular" ocasionado pelo caso da Santa Casa da Misericórdia que se somou aos protestos do povo contra a carestia de gêneros alimentícios. Movimento popular que embora tenha começado com a defesa das moças expulsas da Santa Casa, ganhou uma conotação política contra as medidas de livre concorrência do governo local.

Pelo que se depreende da leitura do historiador Afonso Rui, os conventos, para onde eram levadas as filhas dos senhores, desde o século XVIII convertiam-se em espaços de resistência, de "irreligiosidade e amores pecaminosos". Segundo este autor, as medidas eclesiásticas não davam conta da rebeldia das moças.[12] Essa questão foi abordada por Braz do Amaral, para quem a indisciplina e a desobediência às freiras francesas na Santa Casa deram início à revolta.

Após narrar a repressão militar aos protestos daí decorridos em algumas ruas de Salvador, o historiador baiano completou: "Os soldados, vencedores nesse dia, diziam por ironia que o povoléu tivera o que estava a pedir, carne sem osso e farinha sem caroço."[13] Estes foram os termos usados para tratar dos populares

[10] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Um capítulo da vida da Bahia no período da Regência. Ibid., p. 52.

[11] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Revolução da carne sem osso e farinha sem caroço ou revolução dos chilenos ou, ainda, das pedras. Op. Cit., p. 269.

[12] RUI, Afonso. A primeira revolução social brasileira: 1798. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 11-12.

[13] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Revolução da carne sem osso e farinha sem caroço ou revolução dos chilenos ou, ainda, das pedras. In: _____. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 274.

envolvidos nos protestos ao longo do texto, entre outros como, "grupos assaltantes", "populacho", "turbulentos".

Nesses textos, o reconhecimento da origem e da participação popular nas revoltas ora aparece associado à descrição de cenas de tumultos, ora é considerado algo digno para a história do país. De tal modo que o próprio Braz do Amaral refletiu sobre o assunto, ao se referir à conjuração baiana:

> E, com tanta maior satisfação o faço, quanto é certo que várias pessoas de consideração julgaram de modo singular e deprimente para a conjuração de 1798 a origem humilde e condição social inferior dos protagonistas daquele sombrio drama político.
> Em todas as partes do mundo não só se recrutam entre as classes elevadas os partidários das reformas, mas pessoas do povo, das classes mais pobres, hão tomado parte em movimentos que aspiram a mudanças, por serem as que mais sofrem e até têm sido dadas designações plebeias, ora por menoscabo, como expressões pejorativas, aos partidários de ideias libertadoras, ora porque grande porção do povo a tais mudanças se liga.[14]

Nesta perspectiva, as classes eram recrutadas para as reformas enquanto algo maior e desconhecido dirigia os movimentos. Como se o povo tomasse partido em movimentos maiores, já em andamento, dirigidos por outros grupos. Não seria possível considerar uma consciência de classe, sob este ponto de vista.

O historiador baiano não foi o único a destacar o envolvimento das camadas populares na revolta de 1789 na Bahia. Antes dele, Varnhagen, e depois, Afonso Rui, fizeram referência a isso. Varnhagen ressaltou que a conspiração não teve um "chefe". Em sua opinião deveriam ser consideradas apenas algumas lideranças, a exemplo do alfaiate João de Deus e dos soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens.[15]

Afonso Rui, por sua vez, afirmou que o povo foi contagiado pelo entusiasmo dos baianos que traziam ideias de países como a França. Conforme este autor,

> As ideias desceram os salões letrados para os engenhos onde enxameava uma infinidade de crias e libertos inteligentes e

[14] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no IHGB, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 4.
[15] ODÁLIA, Nilo. Op. Cit., p. 139.

> ledores, propagaram-se daí para a cidade, irradiaram-se nas oficinas e ganharam artesãos e escravos, insinuaram-se nos quartéis, atraíram oficiais e receberam apoio dos soldados.[16]

A conspiração da Bahia foi levada a efeito por pessoas das camadas populares, diferentemente do que havia ocorrido na de Minas. E para Braz do Amaral, não era demérito reconhecer a participação do povo nas revoltas, como também não seria confirmar a de pessoas de "condição social superior",

> A modéstia da origem, porém, não diminui, perante a posteridade, a importância dos feitos, antes os exalta e engrandece aos que por nobres ideais sofreram e morreram.
> Alguns dos documentos a que vou me referir demonstram que não era somente na lia da sociedade do Brasil de então, nos pardos, descendentes próximos da raça escrava, que as ideias liberais penetravam e eram cultivadas, conquistavam os espíritos e preparavam o advento de uma era nova, mas também entre muitas outras pessoas de condição social superior à dos principais implicados no processo da tentativa revolucionária de 1798. No meu entender, aliás, o elemento popular dignifica o país e dá uma ideia nobre da gente que o habita.[17]

Embora tenha sugerido que as camadas populares dignificam a história do país, como se verifica no trecho acima, antes de chegar a este raciocínio, feito com base em fatos por ele considerados notáveis, e ainda no mesmo texto, Braz do Amaral, havia afirmado:

> O público, a massa da população foi, como de ordinário, indiferente no princípio, pois poucos se arriscam pelas mudanças, de maneira que o sacrifício recaiu sobre um número restrito de indivíduos.
> Os que formam a minoria nesses momentos são denominados mártires das grandes causas e os que formam, no futuro, as figuras de relevo das revoluções, o que é a justiça da história.[18]

Esta justiça da história à qual se refere, talvez seja a mesma que elegeu Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, herói da inconfidência mineira. Um alferes das tropas da capitania que figurava nesta conspiração entre as "pessoas

---

[16] RUI, Afonso. A primeira revolução social brasileira: 1798. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 35.
[17] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no IHGB, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 4-5.
[18] Ibid., p. 3.

graduadas e conceituadas", às quais fez referência. O que para ele justificava, seguindo a orientação de Varnhagen, a notoriedade da revolta, haja vista a "qualidade das pessoas nela envolvidas".[19]

Tiradentes, ao que parece, foi o personagem "dotado de ação" referido por Braz do Amaral no texto escrito para o centenário da câmara dos deputados, em 1926. Aquele que se destacou entre os "homens de inteligência" envolvidos na inconfidência mineira, cuja tentativa revolucionária foi, para o historiador baiano, "puramente teórica" e "sem preparo algum no povo".[20] Sobre esse militar, entretanto, salientou:

> O interesse nacional, a simpatia que a sua bravura e a sua sorte inspiram, a confraternidade enfim mais absoluta e completa com os princípios pelos quais morreu Silva Xavier, não nos podem porém fazer esquecer que, entrando para uma conspiração que se urdia contra a ordem constituída e o governo ele não atendeu à fidelidade ao juramento militar que é a base da disciplina, e a linha indicadora do dever à bandeira que está acima de tudo na consciência do soldado.[21]

Apesar de destacar a "bravura" de Tiradentes, ressaltou a sua indisciplina, o seu descumprimento da ordem. De herói do movimento de Minas, este personagem passou a militar infiel.

Para Braz do Amaral, as tentativas revolucionárias no Brasil, como as que ocorreram em Minas, na Bahia e em Pernambuco (1817), representaram o caminho para um "regime político livre", baseado nos "princípios liberais". Na Bahia, a participação das camadas populares seria um indicativo do sentimento de nacionalidade que se formava. Foi onde viu "generalizado o desejo de revolução". Em Pernambuco, onde teria acontecido um dos movimentos mais notáveis de busca por emancipação, centenas de pessoas se envolveram e foram presas.[22]

Esses movimentos foram considerados pelo historiador "pródomos" da independência do país, marcada pelo "batismo de sangue e de sofrimento",

---

[19] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Inconfidência Mineira. In: ______. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, p. 326.

[20] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Aspirações liberais no Brasil. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 138.

[21] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Inconfidência Mineira. Op. Cit., p. 327.

[22] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Aspirações liberais no Brasil. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 138-139.

principalmente para os baianos.[23] Assim como o foram as revoluções constitucionalistas da Bahia (1821), influenciadas pela do Porto (1920), e do Rio de Janeiro, motivada pela baiana, cuja aspiração era do povo e cujo apoio da força armada.[24]

Ao narrar cada um desses acontecimentos, ressaltou, como já foi dito, a participação ou o propósito dos militares, assinalando, entretanto, uma diferença entre brasileiros e portugueses. A respeito desse processo de implantação do regime constitucional, por exemplo, após concluir que os oficiais portugueses constituíam "o nervo de todos os movimentos revolucionários", completou: "Não queriam ficar em pé de igualdade com os militares brasileiros, considerados inferiores, como filhos de uma raça degenerada e fraca".[25]

Essa diferença aparece com maior frequência quando discute os movimentos que antecederam o da independência. A partir do momento em que se intensifica na narrativa dele os conflitos que desembocariam na separação do Brasil com Portugal, ocasião em que D. Pedro I recebeu maior relevo, sobretudo, no papel de dirigente da revolução que salvaria o país:

> A fim de abater o poderio da metrópole, o príncipe regente, passando do serviço que esta lhe havia confiado ao da revolução, de posse da autoridade de que fora investido pela sua pátria, dirigiu a revolta contra ela, tomou ministros dedicados à causa da emancipação e mandou executar todas as disposições e providências precisas para realizar a separação de Portugal, tendo para isto ao seu dispor todos os elementos que têm nas suas mãos os governos.[26]

Apesar disso, não atribuiu grande importância à declaração de "independência ou morte" dada pelo príncipe regente. Salienta o papel do povo baiano, categoria apresentada de forma genérica, e das cidades do recôncavo nesse processo de luta contra a metrópole. Esse episódio ganhou em alguns textos um aspecto quase teatral, como mostra o trecho a seguir: "Tinha-se chegado assim na Bahia a uma destas situações que só pela espada se resolvem.

---

[23] Ibid., p. 139.
[24] AMARAL, Braz Hermenegildo do. Aspirações liberais no Brasil. In: Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926, p. 141.
[25] Ibid., p. 148.
[26] Ibid., p. 153 e p. 173.

Desembainhada no formoso recôncavo da antiga metrópole da administração do Brasil, ela não devia voltar ao cinto dos guerreiros, senão depois de realizada a independência da pátria!"[27]

Trechos como este, e outros em que se refere à quantidade de combatentes, aos horrores da guerra de independência, remetem à discussão da concepção de revolução de Braz do Amaral. Pelo que foi exposto, percebe-se que para o historiador baiano, mais até do que qualquer polêmica acerca da participação popular, grandes homens sempre tomam em suas mãos os rumos das revoltas, das revoluções. Tiradentes e D. Pedro foram os exemplos.

Os seus argumentos, entretanto, indicam que esse modo de considerar as revoluções corresponde a uma ideia presente no pensamento de outros historiadores e intérpretes do Brasil, de gerações passadas ou seguintes a dele, a exemplo dos citados Francisco Adolfo de Varnhagen e Afonso Rui. Do que é possível concluir que a concepção de revolução estava relacionada com um modelo de pensar e escrever a história.

Nessa perspectiva, explica-se a recorrência de objetos da história política nos textos de Braz do Amaral, bem como o interesse pelo período da história do Brasil em que se buscava consolidar o Estado-nação. É uma história marcada por revoltas e conspirações e isso se reflete nos seus escritos. O propósito do que ele chama de "revoluções" era a independência em relação ao reino de Portugal.

O historiador sugere que não havia um conflito de classes bem delineado, uma vez que o inimigo era a metrópole e a causa da luta era algo maior, a libertação do Brasil. O povo aparece em episódios nos quais destaca o tumulto e a ineficácia dos movimentos e os militares surgem como os líderes de batalhas que surtiram efeito. No entanto, mesmo esvaziando sua narrativa dos conflitos sociais que marcaram a Bahia no final do século XVIII e ao longo do XIX, deixa entrever os problemas que ensejaram os movimentos e as revoltas ocorridas nesse período. Época, basicamente segunda década do século XX, em que o mundo também se convulsionava em guerras de grandes proporções.

[27] Ibid., p. 158.

FONTES

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Aspirações liberais no Brasil. In: *Livro do centenário da câmara dos deputados (1826-1926)*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil editora limitada, 1926.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Alguns esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a independência. Conferência realizada no IHGB, 10 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Recordações históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. 2ª ed. revisada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007, 416p.

REFERÊNICAS

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil (1789-1801)*: estudo das formas de pensamento. Petrópolis: Vozes, 1979.

ODÁLIA, Nilo. (Org.). *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

RUI, Afonso. *A primeira revolução social brasileira: 1798*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

CURTA ANÁLISE SOBRE ASSESSORIA ESPECIAL DE INFORMAÇÃO DA UFBA – 1969 - 1982

ANNE ALVES DA SILVEIRA[1]
Universidade Federal da Bahia

O GOLPE DE 1964 orquestrado por militares, empresários e políticos, teve desde o inicio ações repressivas motivadas, principalmente, pelo medo de um suposto golpe de esquerda, organizado por membros do(s) partido(s) comunista(s). Não entraremos no fato se havia ou não possibilita de um golpe de esquerda, pois essa análise não segue o nosso objetivo. Contudo, tais preocupações incorporaram-se aos discursos, que justificaram as ações repressivas do Estado, contra todos que supostamente estivessem envolvidos com movimentos de esquerda. Sindicatos, associações comunitárias, centros culturais e educacionais (Centro Popular Cultural da Une e Centros Acadêmicos Estudantis), tiveram suas cedes invadidas e fechadas, membros perseguidos, presos, torturados e/ou mortos, nos primeiros dias da instalação do golpe.

> Logo após o Golpe Militar, começou uma violenta repressão aos setores de esquerda. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi queimada, universidades invadidas e integrantes da Liga Camponesa, Ação Popular e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) perseguidos e presos, além de ter ocorrido a cassação dos direitos políticos de varias pessoas por dez anos (ZACHARIADHES, 2010, 75).

Com intuito de manter a imagem democrática do regime ditatorial, as ações do Estado tinham como subsidio "os 'atos institucionais' editados pelos presidentes militares" (Carvalho, 2002, p. 160), nesses atos legalizavam ações repressivas, com o intuito de manter o país longe das mãos comunistas antidemocráticos. Devido ao grande número de estudantes envolvidos em

[1] Graduada em história pela Universidade Federal da Bahia, artigo realizado para a disciplina Cidadania e Poder no Brasil Republicano, ministrada por Laura Oliveira.

grupos de esquerdas, as universidades tornaram-se um dos principais alvos de vigilância e repressão.

Nos primeiros dias da ditadura, fora organizado uma ação chamada por seus agentes de Operação Limpeza, segundo Motta, "a metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo eram os inimigos políticos"[2]. Os inimigos políticos eram, também, classificados como inimigos do Estado, sendo todos que seguissem quaisquer vertentes esquerdas e/ou que questionassem o poder do Estado: os "comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerdas, entre outros" (MOTTA, 2014, p. 24). As ações da operação limpeza, nas universidades, seguiam como princípio expurgar tudo que supostamente estivesse ligado ao comunismo, desde materiais didáticos, professores, servidores a estudantes.

Apesar da intensidade, a operação teve curta duração. Contudo, outros serviços foram criados com o intuito de melhor atender a demanda do Estado, que seria: proteger o país dos inimigos políticos, evitando a proliferação da subversão. Para o governo ditatorial ser subversivo era atentar contra a ordem nacional, contrariar os princípios pregados pelo Estado, que seria um país livre e democrático, um país sem comunistas. Dessa forma, tudo que causasse um desequilíbrio à ordem como greves, paralisações, passeatas, mesmo que tais ações não tivessem como foco o Governo, com o tempo passaram a ser reprimidas com mais força.

Dentro desse princípio, rotulado de subversivos, entravam os questionadores do regime, podendo ser ou não filiados aos partidos de esquerdas, sendo proibido, falar, ler, publicar, distribuir panfleto ou cartazes que pregassem tanto o comunismo como qualquer outra ação que corroborasse para o desequilíbrio da ordem pública no país. Tais perseguições existiam durante toda a ditadura, havendo ampliação das ações contra os subversivos na década de 1970.

Com o intuito de melhor vigiar o país foi criado ainda em 1964, pelo Decreto n° 4341, o Serviço Nacional de Informação (SNI). O SNI, segundo Motta (2014), funcionava como uma agencia de inteligência, auxiliando tanto na

[2] Maior compreensão sobre as ações de perseguição e vigilância cf. MOTTA (2014).

obtenção de informação como na elaboração de propaganda que divulgasse a imagem do regime em vigor. Para exercer sua função, fora necessário a criação de várias outras ramificações em todo o país, subdivididas em esferas a nível federal, estadual e municipal.

Mesmo adquirindo grande atuação na segunda na década de 1960, em 1970 há uma mudança no SNI com a aprovação do Plano Nacional de Informação (PNI), Decreto n° 66.732, que reorganizava os órgãos administrativos civil, aliando os serviços de informação a compor os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, que era uma subdivisão do SISNI, encabeçada pelo SNI. Essas mudanças levaram a criação das Divisões de Segurança e Informação (DSI) que estimularam o estabelecimento de assessorias nas instituições, assim como as empresas públicas/privado, autarquias ou fundações. A partir da década de 1970, foram instaladas as AESIs nas instituições de ensino superior.

Importante pontuar que a DSI, a que a AESI encontrava-se submissa, estava inicialmente subordinada à sessão do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Na década de 1970, a DSI, também sofreu algumas alterações, passando a fazer parte do SNI. Nessa nova configuração a DSI eram subordinadas aos Ministros de Estados, conforme o Decreto nº 66.622, de 22 de maio de 1970, art. 2º,

> As Divisões de Segurança e Informações (DSI) são órgãos subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e encarregados de assessorá-los em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações Setoriais sem prejuízo, no campo das Informações, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

As AESIs tinham como características principais exercer maior controle dentro das instituições universitárias. Tinham como objetivo recolher os dados dos estudantes, funcionários e professores e caso encontrassem, nos mesmos, atitudes suspeitas, deveriam inquirir o indivíduo, caso confirmado ações subversivas, solicitariam ações severas à reitoria e/ou diretor da unidade, como

o afastamento do cargo, jubilamento, entre outros. Caso suas ações não resolvessem o "problema", era então acionado o órgão de repressão[3].

A partir dos documentos, correspondências da AESI, encontrados nas unidades (Instituto de Matemática, Escola de Belas Artes, Faculdade de Direito e Escola Politécnica) da Universidade Federal da Bahia, o Regimento de Salvaguarda dos Documentos Sigilosos, para compreender como se dava o manuseio dos documentos confidenciais, mais o Regimento Interno da Assessoria Especial de Segurança e Informações que se propõe a realização da Análise, e assim tentar compreender como esse órgão funcionou dentro da universidade.

Dentro das correspondências confidenciais é possível perceber a intensidade da atuação da assessoria nas unidades: tempo de atuação da assessoria na universidade, período em que mais houve envio de correspondências AESI/ASI e quais foram os indivíduos mais atingidos pela assessoria, classificando-os nos grupos pertencentes: estudantes, funcionários ou professores. Conferindo o regimento é possível descobrir as regras geridas pelo serviço e descobrir qual era a autonomia dentro da instituição, além de compreender como se dava a subdivisão dos serviços prestados pelo órgão, assim perceber o papel de cada indivíduo dentro da assessoria.

A história do tempo presente, fruto das inquietações contemporâneas, faz uso de pontos históricos imediatos, que compões fatores históricos anteriores. Sendo um estudo relativamente recente, têm como marco inicial a década de "1970, [pois] começaram a surgir às produções historiográficas sobre o tempo presente" , ou seja, surge enquanto ciência, já que "os pais dos *Annales* tinham dado um lugar particular ao imediato, ao presente e mesmo ao político"(FIORUCCI, 2011, p. 114). Sendo assim, um estudo que têm como base acontecimentos recentes, ganha importância no século XX principalmente devido aos grandes acontecimentos, como as guerras, ditaduras e libertações das

[3] A proteção do Estado era subdividia em duas esferas: vigilância e repressão. Sendo que ambos auxiliavam-se mutuamente, contudo cada órgão possuíam papéis distintos. Enquanto a primeira fora criada para servir em questões de inteligência (coleta de dados) o segundo exercia o papel da força, coerção. Normalmente, os órgãos de repressão só atuavam quando as ações diplomáticas, exercida pelo serviço de inteligência, não conseguia afastar o país das ações subversivas.

colônias. Desde então, os estudos vêm logrando espaços, porém, ainda é pouco reconhecido, entre alguns historiadores.

No estudo da história, que põe o presente como ponto de partida, visualiza a memória como produção social sobre o fato passado comum, isso porque a memória constitui grosso modo: percepções construídas a partir da experiência individual mais às noções culturais/sociais que compõe uma sociedade, desse modo, a memória "é produto da sociedade" (LE GOFF,1990, p. 425).[4] Sendo a memória uma construção analítica posterior, está passível a manipulação e ao esquecimento, constituindo-se como um ponto questionável pelos psicanalistas e psicólogos que,

> (...) insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, (nomeadamente no seguinte de Ebbinghaus) nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. (...). Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, 427).

Dentro desse contexto, observamos os avanços das discussões sobre história, memória, verdade, traumas e direitos humanos nos períodos posteriores à ditadura civil militar no Brasil, o que culmina, em meio às disputas de memória, na promulgação da Lei 12.528/2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, que cria a Comissão da Verdade, com o objetivo de "examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos" (Lei 12.528/2011) ocorrido durante o governo de exceção, dando maior relevância à disputa de memória sobre a ditadura.

Tais comissões estão revestidas pelo caráter de política de reparação e busca da verdade. Contudo, qual o papel do historiador? O que é verdade? Tendo como base tais noções é compreendido que apesar da história da ditadura de 1964 ter terminado em meados da década de 1980, ainda hoje vivenciamos ações reverberadas por ela, assim como a própria criação da Comissão da Verdade, abertura dos arquivos da ditadura, e a ampliação de publicações e eventos

---

[4] Melhor compreensão a respeito sobre memória cf. Le Goff (1990)

durante o ano que marcou a rememoração dos 50 anos de golpe em 2014. Outra questão ainda mais pertinente são as disputas de memória, entre os meios sociais.

Temos a disputa de duas memórias: dos que lutaram contra a ditadura e ainda tem aversão a regimes de exceção e a dos que apoiaram a ditadura e ainda carregam certa admiração ao golpe, sendo assim, uma disputa ideológica, "mascara-se ao se transformar em denúncias contra os adversários no campo da competição entre ideologias" (RICOEUR, 2007, p. 94).

A disputa de memória tem um caráter político, pois garante a hegemonia de uma memória em detrimento de outra. Nesse contexto que o historiador passa a ter um papel importante dentro desse quadro, uma vez que o mesmo fazendo uso da memória, não deve porta-se como juiz, mas tratar a memória como objeto, necessitando de critérios científicos para analisa-lo, deixando aberta a possibilidade de diferentes referenciais, pois na história não há uma verdade absoluta, mas olhares diferentes sobre o passado.

Nesse sentido, não serão tomadas as conclusões obtidas nas análises como verdades absolutas, mas como verdades relativas, "ligada a um tempo determinado" e aos documentos pesquisados, podendo ser revista e trabalhada com outras perspectivas, conforme os questionamentos do historiador, isso porque "a história é de qualquer modo uma produção subjetiva, condicionada pelo presente específico do historiador". Dentro do estudo da história é possível notar, ao longo do tempo, o quão o olhar sobre á análise histórica modificou-se. Os historiadores não têm mais a pretensão de buscar a pura verdade[5], porque tomamos conhecimento "do caráter ativo por excelência do sujeito que conhece está em relação com o fato". (SCHAFF, 1978).

A ditadura da década de 1960 desenvolveu um arsenal burocrático rico em informação, contudo nem todos os documentos encontram-se acessíveis por

[5] Quando trazemos o conceito de verdade pura/objetiva, é referido ao conceito trazido por Adam Schaff que traz a diferenciação entre verdade objetiva e verdade subjetiva. A primeira é referido a verdade absoluta, ou seja, única verdade. A segunda apesar de trazer a conotação de falsidade, também pode ser compreendida como relativa, a verdade que se modifica com a noção de tempo/espaço e sujeito, pois a leitura dada ao objeto de pesquisa se relaciona com o olhar do sujeito. Para melhor compreender o conceito cf. Schaff (1978)

diversos motivos, - falta de profissionais no arquivo, acervo em processo de organização, má conservação dos documentos institucionais, levando à perda de documento na integra ou parcial, promovendo a privação da informação. Apesar da dificuldade encontrada por alguns historiadores, é possível desenvolver com os documentos disponíveis diversas pesquisas, tanto sobre trajetória de personagens, movimentos (estudantil, artísticos e outros), organizações (partidos políticos, pastorais, ONGs etc.) e órgãos/serviços institucionais, assim como as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI).

Durante a ditadura, as universidades eram vistas com grande preocupação, necessitando de mecanismo de controle aos subversivos. Na década de 1970, para que a vigilância fosse aperfeiçoada, foram instaladas as AESIs nas autarquias, empresas mistas e outras. Através do ofício circular 02/SI/DSI-MEC/71, sobre caráter Secreto, o Reitor Roberto Santos, em final do seu mandato, tomou conhecimento do novo Regulamento do DSI/MEC, aprovado pelo Decreto 67.325, no mesmo ofício, também, informou sobre a necessidade de criação das AESI nas Universidades Federais, entrando em vigor na UFBA no reitorado de Lafayte de Azevedo Pondé.

Conforme a análise feita até o presente momento, é possível perceber três fases distintas da assessoria na UFBA, a primeira fase corresponde de 1970 a 1975. Tendo como chefe Dr. Emerson Spínola Marques Ferreira, diretor do Hospital Professor Edgard Santos (Hospital Universitário), cargo interrompido devido problemas de saúde, atuou na AESI entre 1974 a 1975.

No reitorado de Augusto Mascarenhas que durou 1975 a 1978. Corresponde a segunda fase. Nessa fase, conforme os ofícios encontrados a assessoria teve seu nome modificado para Assessoria de Segurança e Informação (ASI), perdendo seu caráter especial conferido ao órgão em sua constituição, contudo, até o presente momento não foi encontrado qualquer documento que retrate de forme plena o(s) motivo(s) da mudança do nome. A mudança do nome AESI para ASI, que pode ser justificada por base das novas estratégias políticas, de reabertura política, aplicadas pelo novo presidente Geisel. Com a divulgação da reabertura política, muitos indivíduos sentiram-se seguros em levar denúncias sobre as atividades da assessoria, a impressa local, dificultando a atuação da

antiga AESI, contudo são questões que até o presente momento não possuem base documental.

Segundo o relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade além da mudança do nome na segunda fase da assessoria houve também a mudança na direção. Ocupando a chefia da assessoria o prof. Dr. George Barreto Oliveira (médico lotado na Faculdade de Medicina) e Major Edgard dos Santos Jenkins (médico do Hospital Prof. Edgard Roberto Santos). O primeiro serviu como chefe da ASI, e o segundo chefe do Setor Administrativo (AS). Sendo que Jenkins manteve-se na AESI/ASI, ocupando o mesmo cargo, durante quase dez anos. Importante salientar que o cargo de Chefe da AESI/ASI, sendo um cargo de confiança era ocupado por indicação, que em teoria seria indicado pelo Reitor com aprovação do DSI/MEC.

A última fase corresponde ao período de 1978 a 1982, sob o reitorado Macedo Costa. Sobre essa fase possuímos pouca informação. Supostamente quem assume a chefia da ASI é o antigo chefe do setor administrativo Major Edgard dos Santos Jenkins, essa suposição tem por base as assinaturas encontradas nos ofícios confidenciais enviados para a Faculdade de Direito da UFBA, posterior a saída de George Oliveira. A nossa falta de informação perpassa pela ausência de documentos que indiquem a data de extinção do órgão. Apresentando-se como incógnita, nossa suposição basear-se devido ao último documento encontrado na Faculdade de Direito, o que não exclui a possibilidade da ASI ter existido por mais tempo.

Sabemos apenas que entre os anos finais da década de 1970 e iniciais de 1980 as ASIs foram extintas das universidades, segundo Motta, "em maio de 1979, a DSI/MEC," iniciou o envio de "ofícios aos reitores informando que, 'por determinação superior', as ASIs universitárias estavam extintas" (MOTTA, 2014, 335).

O relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade traz, também, que em 02 de abril de 1974 houve algumas alterações no Regimento através da portaria 443/74, apesar de ter sido citado no relatório, até o presente momento não foram analisadas, pela falta de acesso ao conteúdo, contudo, foi analisado o regimento que constitui a criação da assessoria na UFBA.

O regimento Interno da AESI foi concebido pela portaria 1435/72 de 01 de novembro de 1972, posta pelo o Reitor Lafayete Pondé. O documento estabelecia a vinculação do serviço de inteligência com a UFBA, a partir da Comunidade Setorial de Informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A AESI era um "órgão subordinado diretamente ao Reitor da universidade" que tinha como obrigação "assessorá-lo em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações" (Regimento Interno da AESI/UFBA, portaria 1435/72) que ocorressem na universidade.

A Assessoria, fazendo parte da administração pública, incorpora diversas obrigações para com o Reitor e principalmente para com o DSI/SNI, pelo qual, era encarregado por manter o país salvo dos inimigos do Estado, por meio do serviço de inteligência. Apesar da importância existente sobre os órgãos administrativos há poucos trabalhos que visam compreender as esferas dos serviços prestados, isso porque, por muito tempo os historiadores, "ignoraram o impacto das instituições nos comportamentos. Admitia-se tacitamente que elas não tinham grande importância", pois se pensavam que "não eram as disposições institucionais que moldavam as práticas, mas as forças de quem assumiam uma vestimenta jurídica" (RÉMOND, 2003). Contudo, hoje já temos a compreensão de que as instituições assim como seus representantes têm forças nas decisões políticas, a partir do papel desempenhado, por isso a necessidade de compreendê-la a fundo.

A AESI por sua vez, conforme o Regimento Interno tinha a obrigação de saber todos os passos dos membros pertencentes à universidade, desde funcionários, alunos e professores. Suas ações estavam restritas a uma esfera de poucos funcionários. Além disso, poucos tinham conhecimento de sua atuação, estando restrito ao Reitor e diretores e possivelmente o vice-diretor de cada unidade da universidade, sendo que as informações não eram passadas de formas iguais a todos, havendo restrições aos receptores.

Para manter as informações a salvo do restante da comunidade acadêmica, seus documentos seguiam o padrão de Salvaguarda dos documentos, estipulados pelo Decreto 60.477/67, que regulamentava assuntos sigilosos "no que diz respeito ao recebimento, manuseio segurança e difusão de

documentos considerados sigilosos" (Art. 1, Decreto 60.477/67). Assim, o regimento define o que são assuntos sigilosos, e cria uma classificação, que seriam: ultrassecreto, secreto, confidencial, reservado. E identificam como deve ser feita a classificação de cada documento e o manuseio.

Na secção três do terceiro capítulo descreve com detalhe como deveria ocorrer o manuseio com cada tipo de documento conforme a classificação, sendo necessário o uso de dois envelopes, o primeiro, teria "apenas o nome ou função do destinatário, seu endereço" já no envelope interno estaria "claramente marcada, a classificação do documento, de modo a ser vista logo que removido a envelope externo" (Decreto 60.477/67, capítulo III, Secção 03), o receptor deveria observar se houve violação e conforme a classificação do documento teria o seu envio diferenciado, no caso de documentos secretos, poderá usar mensageiros oficiais, correio ou sistema de encomendas e, quando necessário, por mala diplomática, contudo os documentos confidenciais e reservados, além dos mensageiros oficiais só poderiam usar o correio ordinário. Assim, a lei anterior, 60.477/67 que salvaguarda assuntos sigilosos, auxiliou a proteção às informações produzidas pelas assessorias, favorecendo o sigilo dos assuntos tratados pelos órgãos.

Apesar da ausência dos documentos produzidos pela assessoria, como atas, portaria e recibos, os ofícios confidenciais emitidos e recebidos e o Regimento Interno tornam-se excelentes documentos para a compreensão do órgão na universidade. Para tanto será descrito o regimento para assim, auxiliar o entendimento sobre o órgão, desde o propósito, mecanismo e os integrantes.

O Regimento é composto por sete (VII) capítulos, com artigos, incisos e alíneas. Sendo que, o primeiro e o sexto capítulo, possuem, além dos tópicos acima citado, um parágrafo único e o capítulo IV possuem três (03) seções. O primeiro capítulo é dito a finalidade da assessoria, que seria: assessorar o Reitor nos assuntos referentes à segurança do país e delimita, também, a quem o serviço está subordinado. O segundo trata das competências da AESI/UFBA, que se concentra primordialmente em coletar dados das unidades, fornecer informações aos órgãos competentes, quando necessário, e executar outras tarefas referentes à Segurança Nacional, que por sinal não fica claro que tarefas seriam. O terceiro

capítulo é reservado para a estruturação da assessoria na UFBA, que seria: direção, chefe, auxiliar, além de um Setor de Segurança e Informação (SSI) e o Setor Administrativo (SA).

No quarto capítulo fica restrito para explicar as atribuições orgânicas, na secção I, restringe-se a direção (chefe), que seriam basicamente: coordenar e fiscalizar as atividades, para conseguir sempre mais informações, além de criar uma parceria com o Reitor, na busca de melhorar a ação dentro das unidades. Secção II demarca as atribuições do SSI, que seriam essencialmente, atender as solicitações do Plano Setorial de Informações (PSI), Reitor e coletar informações para o DSI/MEC, dessa forma era o setor que deveria ficar atento a tudo que acontecia dentro da universidade. Para tanto, organizavam fichários sobre os membros[6] da universidade, que gerava um arquivo e favorecia na dinâmica das solicitações realizadas pelos órgãos já acima mencionados. A terceira secção aborda as atividades prestadas pelo SA. O Setor Administrativo, como o nome já sugere, ficava responsável pela administração da assessoria, resolvia questões desde o financeiro, arquivística e documentação, ou seja, esse setor que recebia, protocolava e arquivava todos os documentos, matinha o arquivo sempre atualizado, controlava os recursos financeiros, realizava pagamento e controlava a frequência pessoal.

O quinto capítulo destrincha as competências dos representantes dentro da assessoria: chefe da AESI, chefe do SSI, e chefe do SA. No âmbito geral, deveriam fiscalizar, coordenar e estabelecer normas. Sendo que havia também as particularidades de cada chefe, dentre as funções específicas: O chefe da AESI deveria contratar os funcionários e solicitar junto ao Reitor as providencias necessária para o bom funcionamento da AESI. O chefe do SSI, quando necessário substituir ao chefe da AESI e submeter às solicitações do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação quando requeridas. O chefe da SA deveria auxiliar o chefe da AESI em questões administrativas.

O capítulo VI definia as atribuições do pessoal, especificando os requisitos que os chefes da AESI e os demais responsáveis cumprem para assumir os cargos

---

[6] Quando é referido a membro da universidade/unidades, convêm associar aos funcionários, alunos e professores, ou seja, todos que possuem qualquer tipo de vinculo institucional com a Universidade Federal da Bahia.

e o regime que o chefe da AESI deveria seguir no processo de contratação dos funcionários. O último capítulo deliberava as disposições gerais, que seriam: manter a DSI informada sobre os acontecimentos na universidade, todas as denúncias recebidas pela AESI, deveriam ser encaminhadas para o Reitor, cabendo ao mesmo tomar as providências, todos os funcionários deveriam manter o sigilo tanto sobre o órgão quanto aos assuntos abordados nos documentos que fossem classificados conforme o Decreto 60.477/67, acima mencionados, os integrantes da AESI também não poderiam participar de comissão de inquérito ou sindicâncias, a AESI não poderiam receber encargos policiais.

Toda a estrutura legal posta no documento faz parte da vida do órgão, contudo, não a contempla por inteiro. Com o regimento, temos conhecimento da estruturação física do órgão: o que faz o serviço, como se subdivide, o que cada pessoa desempenha, como deve agir como integrante da assessoria, contudo, falta a estrutura dinâmica, as procedências dia a dia, e essas informações, conforme a disposição documental encontrada no processo em pesquisa, só é possível compreender com a análise dos ofícios confidenciais encontrados nas unidades: Instituto de Matemática, Escola Politécnica, Faculdade de Direito e Escola de Belas Artes. Importante pontuar que a vinculação com a reitoria fornece a assessoria poder de espionar, exonerar, jubilar até mesmo vetar, no que se refere à bolsa, contratação, afastamento, formatura, transferências, matrículas.

Apesar do Regimento Interno que regulamentava a assessória só ter sido concebido em novembros, as solicitações feitas pelo DSI, datam de períodos anteriores. Em sua maioria os pedidos de qualificação se restringiam a recolher informações dos estudantes, como o caso do oficio circular 1229, aos diretores das unidades, com intuito de rastrear em qual unidade estão matriculados "os senhores Gildásio Vieira de Freitas e Olivan da Costa Leal"[7] enviado pelo substituto do vice-reitor ao diretor Magno Valente da Escola Politécnica. A partir da análise qualitativa dos ofícios, o que se percebe até o presente momento, é

[7] Documento encontrado no acervo histórico da Escola Politécnica, analisado, mas ainda não catalogado, pois o acervo encontra-se em processo de organização.

que os números de ofícios com o objetivo de investigar estudantes, comparados aos anos anteriores, aumentam consideravelmente entre 1973 a 1975, período que marca a primeira fase da AESI na UFBA.

Entre os anos de 1973 a 1975, foram encontrados na Escola Politécnica trinta e seis (36) ofícios enviados da AESI, fora outros ofícios confidenciais enviados pelo Reitor, e outras instituições, a exemplo da Salgema Indústria Química S.A., no qual, solicita informações sobre José Reis Cajazeiras, além das cópias as respostas da unidade aos interessados.

No acervo da Faculdade de Direito foram encontrados poucos documentos referentes aos períodos iniciais da assessoria, contudo foi o espaço onde encontramos arquivos datados da década de 1980, confirmando a continuidade do órgão na UFBA posterior a saída do chefe George Oliveira, a exemplo do oficio datado de 15 de fevereiro de 1982 em que solicitava "a fim de atualizar nossos fichários" o envio "da relação do novo Diretório Acadêmico dessa Unidade, eleito nos dias 16 e 17 de DEZ 81, com nome dos componentes e suas respectivas funções". (of. nº 002/82/SI. Memorial da Faculdade de Direito).

Na Escola de Belas Artes foram encontrados seis (06) ofícios entre o ano de 1973 a 1975 e cinco (05) entre os anos de 1976 a 1977. No instituto de matemática, até o momento não foram encontrados ofícios enviados da AESI ou ASI, contudo, foram encontrados vários ofícios encaminhados regularmente para a assessoria, o primeiro ofício encontrado data-se de janeiro de 1973 o último em julho de 1974, em resposta ao ofício 074/SI/01/DSI/MEC/71 de primeiro de junho de 1971. Não há como saber o conteúdo do oficio enviado pela AESI, acima descrito devido a sua ausência, contudo, conforme as respostas emitidas pela diretora do Instituto de Matemática, sabemos que se trata de um relatório periódico sobre a vida acadêmica do professor do Instituto Omar Catunda, já que o mesmo é tratado em todos os ofícios resposta, possivelmente com intuito de saber se o mesmo possui alguma atitude subversiva dentro da instituição.

> Em relação ao pedido de informação 074/SI/01/DSI/MEC/71 de 1?/06/71, venho transmitir o relatório das atividades do pro. OMAR CATUNDA, referentes ao mês de agosto de 1973. De volta a este Instituto, após viagem ao sul conforme comunicação deita através do Of. Nº 178/73, a sua atividade tem sido rotineira de modo que não há fato algum, que seja

> do meu conhecimento, a relatar durante este mês (of. nº 269 acervo histórico da Escola Politécnica, 1973).

Importante trazer que o baixo número dos ofícios encontrados nas demais unidades não está, necessariamente, ligado à baixa procura da AESI/ASI aos membros das unidades. Há vários fatores que podem decorrer na perda das informações. Na escola de Belas Artes há vários relatos de antigos funcionários e professores, que afirmam ter havido, no período posterior a ditadura, uma infiltração do espaço onde os documentos estavam guardados, como poucas pessoas e raramente adentravam o espaço em que se localizavam o acervo, quando tomaram conhecimento do problema, muitos documentos já estavam em situação crítica, não havendo nenhum profissional no acervo, os funcionários acham por bem expurgar os documentos supostamente perdidos pela umidade. Contudo, são apenas memórias coletivas, sobre as quais não há outro meio para a confirmação, o que realmente podemos constatar é a ausência de documentos regulares produzidos ou recebido pela unidade, como atas de congregações, ofícios, circulares e portarias, até mesmo dossiês. Se houve a perda de documentos devido à infiltração, podemos supor que alguns ofícios confidenciais tenham sido extraviados nesse momento.

Na Escola Politécnica, não foi encontrado nenhum relato sobre perda de documento, justificando, possivelmente, a existência de mais documentos confidenciais, contudo, por muito tempo o acervo da unidade manteve-se juntos a outros objetos que deveriam estar guardados em lugares diversos: jardinagens, almoxarifado e outros. Atualmente os documentos estão em processo de organização, levando a crer na possibilidade de se encontrar mais documentos da segunda fase da assessoria (ASI), já que até o presente momento não foram encontrados. A unidade de matemática também se encontra em processo de organização. Assim há grande possibilidade em encontrar mais ofícios confidenciais futuramente. Importante salientar que apesar de sabermos que os funcionários também era alvo de investigação até o presente momento não foram encontrados os ofícios nas escolas investigadas, possivelmente devido aos problemas já mencionados.

Como já foi dito anteriormente, foi observada que durante a consulta aos ofícios à constância da AESI às solicitações de qualificações sobre os docentes e discentes, pois "as forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos, levando-os a atitudes radicais e rebeldes" (MOTTA, 2014, p.62). No primeiro ofício encontrado na Escola Politécnica datado em 12 de junho de 1973, enviado do Chefe da AESI/UFBA Emerson Spínola M. Ferreira, no mesmo é dito,

> A fim de atender solicitação urgente da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, anexo ao presente formulário "Ficha de Qualificação", para o pessoal docente dessa unidade. (Of. nº 032/73/SI, Acervo Histórico Escola Politécnica).

Na ficha acima citado solicitava informações pessoais, a exemplo de: nome, nascimento, filiação, identidade, titulo de eleitor, estado civil, escolaridade, cargo exercido, ligações políticas, e era reservado um espaço para que fossem posto outros dados além do espaço reservado para observações. Foi anexado ao mesmo ofício uma ficha e um documento explicando como deveria ser preenchida a ficha exemplificando cada item.

Ainda no mesmo mês e ano, foi enviado outro ofício, diferente do documento acima citado. Este informava que conforme o dispositivo legal 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, "que em seu artigo 8º obriga os jornais e demais publicações periódicas a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas", com o objetivo de disciplinar as publicações estudantis, o mesmo oficio comunica que aos que não cumprirem com as exigências seriam punidos "com base no Decreto-Lei nº 477/69"[8],. Assim fora observado que a lei era usada como estratégias de controle coercitivo, principalmente aos estudantes, pois havia o medo da extensão da lei, Motta diz que "ao fazer o balanço da aplicação do Decreto 477" observou que "o número, de estudantes atingidos por esse decreto foi inferior aos expulsos das universidades por outros meios"

[8] Of. nº 076/73/SI de 26 de junho de 1973, assinada por Emerson Spínola M. Ferreira. Acervo Histórico Escola Politécnica.

Era comum além dos informes e solicitações gerais a todos os docentes, que fossem feito pedidos destinados a um individuo específicos, em sua maioria, esses pedidos eram destinados aos discentes ainda matriculados na instituição, contudo há casos de solicitar informações mais precisas a ex-alunos, a exemplo do oficio do dia 31 de julho de 1973, em que requer o fornecimento,

> A esta AESI a qualificação completa do Eng. Jorge Leal Gonçalves Pereira, bem como sua fotografia, endereço ou local de trabalho, o qual é formado por essa Escola, provavelmente entre os anos de 1960 a 1966. (Of. nº 121/73/SI, acervo histórico Escola Politécnica, 01 de agosto de 1973).

Em resposta, apenas foram enviado às cópias dos documentos pertencente ao ex-aluno, tais solicitações era previstas no Regimento da AESI, artigo nº 7, inciso XIV prever que a AESI pode "requisitar dos órgãos da administração da UFBA, cópias de processos ou documentos necessários ao trabalho da AESI" (portaria 1435/72 UFBA, Acervo Histórico da EPUFBA).

Um ponto importante a ressaltar é que não apenas a DSI, solicitava informação a AESI, dentre as documentações da Escola Politécnica foram encontrados ofícios que tinham como objetivo fornecer informações a outros departamentos, como o Departamento de Policia Federal (DPF), conforme o oficio 162/72/SI, ref.: of. 01712/73 – cart de 15 de agosto de 1973, reenviado pela AESI a unidade no dia 23 de agosto de 1973, "a fim de atender pedido da SR/DPF/BA, no oficio citado na referência, solicito a V. As. determinar sejam informado a esta AESI"[9], se Carlos Antonio Machado, Maria Cristina de Sá Oliveira, estudavam na unidade e se continuam a frequentar as aulas e se faltam quando deram inicio as faltas.

A ação da AESI em coletar informações para outros órgão é coerente ao capítulo II que descreve as competências da Assessoria, no artigo II, inciso I é dito que AESI deve coletar dados importantes "no que se refere à Segurança Nacional", Na segunda alínea do inciso II pontua que tem por obrigação "fornecer informação", (portaria 1435/72 UFBA, Acervo Histórico da EPUFBA) quando as

[9] Documento consultado no Acervo Histórico Escola Politécnica

solicitadas em prol da segurança nacional, desde que as informações permanecessem em sigilo.

Assim era comum nos ofícios atenderem uma demanda interna ou externa, a exemplo da solicitação da Salgema Indústria Química S.A, já mencionada. Muito dos documentos que seguiam determinações do SNI ou do Reitor, a exemplo do oficio 039/74/SI, iniciava-se, "a fim de atender pedido de autoridade superior, solicito a v. Sa. determinar seja informado a esta AESI"[10] sobre a estudante Luma Rodrigues da Silva, assim a estrutura do texto, descrito a cima, se faz presente na maioria dos ofícios. O que normalmente muda são os tipos de informações que desejam sobre algum estudante ou ex-aluno, nesse oficio em especial, pediu-se, além das informações pessoas que poderiam identifica-lo, período de ingresso a Escola, data em que saiu e suas motivações e se possui antecedente político ideológico. Em entrevista o Chefe da ASI diz que muitas informações obtidas tiveram como origens denúncias feitas diretamente ao mesmo, por meio de documentos assinados, não foi encontrado nenhum desses documentos, mas em ofício enviado a Escola de Belas Artes, o texto inicia, dizendo que,

> Chegou ao conhecimento desta AESI de que a Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba" está enviando convites as Universidades brasileiras para o XV Seminário Internacional dos professores de Língua Russa a realizar em Moscou (Of. nº 194/75/SI, acervo da Escola de Belas Artes)

Compreendemos, devido à impessoalidade descrita no ofício, que tal informação pode ter sido fornecida por vias de terceiros. O documento continua solicitando os nomes dos professores que fizeram inscrição ao evento, antecedente, qualificação e qualquer outro dado julgado pelo diretor que possa ser importante. Lembrando o regimento, a AESI/ASI possuía autoridades para solicitar ao reitor a liberação ou vetar, "para cursos de pós-graduação e eventos científicos" (Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, 08).

Dentro desse contexto, a existência da AESI, era fundamental não apenas para a DSI, mas para qualquer órgão que necessitasse de informações específicas

---

[10] Oficio apresentado pertence ao acervo da Escola Belas Artes.

sobre membros da universidade, sendo a AESI/ASI responsável por mediar informações da universidade para com outros órgãos e entidades, que estivesse a serviço da proteção do país, contra os inimigos do Estado. Tal ação confirma as informações descritas no regimento, em que destaca sua obrigação em auxiliar na coleta de informações dentro da universidade. Assim é possível perceber que os estudos das instituições podem auxiliar na compreensão sobre um sistema político e suas principais preocupações, já que a partir dos mesmos é possível saber como si davam as articulações do órgão e como o mesmo pode influenciar de diferentes maneiras a vidas de vários indivíduos, como foi o caso dos membros da UFBA, que tiveram suas ações controladas por mecanismos institucionais, garantida por leis e vigiada por um órgão responsável por essa função, no caso a AESI/ASI-UFBA.

A AESI apesar de ter sido pensada e organizada, antes de ter sido posta em prática, como qualquer órgão, foi se moldando a cada instituição e unidade, ganhando particularidades. Isso porque, acreditamos que as instituições, órgãos e assessorias são feita por pessoas pensantes que estão em constante processo de mudança e dialoga com vários contextos sociais, culturais e político, isso explica a necessidade da mudança na nomenclatura do órgão no período em que o Brasil está vivendo supostamente ao inicio da abertura política. Assim apesar de seguir características previstas em regimentos, são dotadas de singularidades formadas pelo tempo/espaço e sujeito. Esse julgamento não nega a importância do estudo sobre as instituições, pois a constatação de que os órgãos são formatados por pessoas, não excluí sua capacidade de criar regras ao individuo que nele atue, ou que por ele seja atingido.

Compreendendo quem foi a AESI e como agiu na instituição, podemos rastrear quem são os alvos e as manobras individuais/coletivas de resistência às ações proclamadas pelo serviço, pois partimos do pressuposto que onde há repressão haverá resistência, acomodação ou proteção[11].

Nesse contexto, percebemos que são as resistências a inserção ao controle que explicam boa parte da preocupação e ação do órgão de Segurança e

---

[11] Ideia que diz respeito à noção de estratégia de fortalecimento da aliança dentro da unidade (membros), sem contraposição ao regime.

Informação nas unidades, a exemplo dos ofícios enviados as unidades que visavam reprimir as publicações feitas por estudantes. Isso porque é compreendido que as leis são criadas para normatizar a sociedade no contexto de desordem. Para o Estado a deserdem se encontra em ações subversivas (vinculo com partidos de esquerdas ou questionamento do poder Estado ou problemas sociais, culturais e educacionais). Reprimir publicações questionadoras é evitar que mais pessoas tenham acesso à informação e que mais pessoas critiquem o Estado. Se os problemas não são divulgados não haverá manifestação, possibilitando fraudar uma aparência de um país sem crise, funcionando em pleno gozo.

Esse ponto explica os motivos que levam os estudantes estarem como alvo constante de investigação dos diversos serviços de "proteção"[12] do Estado, a exemplo AESI/ASI. Nos ofícios das Assessorias para os diretores das unidades, foi observado o número recorrente de pedidos de qualificação de estudantes, e quase sempre solicitavam informações sobre sua ligação política. Para uma boa conclusão sobre a AESI/ASI, ainda falta muita informação, pois ainda são poucos os documentos analisados, se comparar a extinção do órgão e o período em que funcionou. Contudo, é possível perceber que as análises dos documentos produzidos pelos órgãos são de suma importância para compreender, os mecanismos, e a extensão da perseguição dentro da universidade, nesse contexto de ditadura civil militar no país.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JAMBEIRO, Othon (Org.). *Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/ UFBA. "Golpe civil-militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do estado e reduzindo o espaço da negação".* Disponível no site: www.comissaoverdade.ufba.br

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. Revista Espaço Acadêmico, n. 125, outubro de 2011.

[12] Contra os subversivos que põe em risco a ordem forjada pelos golpistas

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da Unicamp, 1990

MODEIRA, Vânia Medeiro. "O CPC da UNE na Bahia". In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência*. Salvador: Edufba, 2014, p. 79-102.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. "Do político". In: RÉMONF, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-453.

RICCOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Tradução de Alain François. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade***.** Tradução (de) Maria Paula Duarte; revisão (de) Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura militar na Bahia; novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar. – A atuação do CEAS*. Salvador: EDUFBA, 2010.

INTELECTUAIS, CULTURA E PODER NA BAHIA (1968-1971)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO*

Universidade Federal da Bahia

Introdução

O PRESENTE ARTIGO ANALISA a atuação de intelectuais do Conselho Estadual de Cultura da Bahia – órgão criado em 1967 e instalado em 1968 no governo de Luis Viana Filho, a partir dos escritos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, periódico oficial do colegiado. Investiga a relação de dois conselheiros em especial, Thales de Azevedo e Nelson Sampaio, com a ditadura civil-militar brasileira em terras baianas. A reflexão se dará a partir da análise de suas concepções/noções sobre cultura, comunismo/anticomunismo, democracia liberal, nação e política, elementos que nos ajudam a refletir sobre a natureza da participação dos intelectuais em instituições construídas em contextos autoritários e sobre a própria concepção de intelectuais.

Com o golpe civil- militar de 1964, o governo federal criou vários órgãos para tratar da cultura, o mais importante deles o Conselho Federal de Cultura (CFC). Em funcionamento a partir de 1966, seria o responsável no plano nacional, para cuidar da cultura nos tempos da ditadura civil-militar.[1] Nesse contexto, o campo cultural foi bastante disputado entre os civis apoiadores e os críticos do golpe, como também as memórias produzidas sobre o período. (CARDOSO, 2012) A implantação dos conselhos de cultura estaduais era um projeto e um objetivo do CFC. A criação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) se deu em 1967 e instalado no ano seguinte, em 08 de março de 1968, no governo de Luis Viana Filho (1967-1971). Intelectuais como Josué Montello (Primeiro presidente e articulador de sua existência do CFC), Gilberto

---

* Professor de História do Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto. Mestre em História UEFS e Doutorando do PPGH- UFBA- Linha de Pesquisa Sociedade Relações de poder e Região, orientado pela professora Dra. Lina Aras.

[1] O CFC foi criado pelo Decreto Lei n°74 de 21 nov. 1966. *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 n°01, jul. 1967. A chave interpretativa que caracteriza a ditadura como civil-militar, é condizente com a historiografia que admite a participação dos civis na consolidação e legitimação do regime. (FICO, 2004)

Freyre, Adonias Filho, Gustavo Corção, Raquel de Queiróz, Raymundo Aragão, Clarival do Prado Valadares, Pedro Calmon, dentre outros, seriam os responsáveis pela construção das políticas culturais norteadas nos princípios da Segurança Nacional, doutrina do regime militar (Segurança e Desenvolvimento), cuja preocupação no campo da cultura era a integração nacional através do regional, a valorização do folclore, o papel cívico, e a consolidação de uma identidade nacional cujo pilar era o otimismo - elemento fundamental para legitimar o projeto dos militares.[2] (MAIA, 2012)

Na Bahia, seus pares intelectuais foram convocados pelo governo do estado, para elaborar o Plano Estadual de Cultura, estabelecer as regras de fomento e de viabilidade da cultura baiana.[3] No seu livro de memória, escrito em 1975, Luis Viana Filho, liderança política e intelectual da mesma geração dos integrantes do CEC, ministro chefe da Casa Civil e da Justiça do governo Castelo Branco, falava do desconforto do general quando este era acusado de ser "inimigo da cultura**"** e de fomentador do "terrorismo cultural".[4] Nesse sentido, Marcelo Ridenti (2000) argumenta que a cultura na ditadura foi apropriada pelo Estado para que projetos alternativos não fossem vitoriosos, haja vista que, antes do Ato Institucional número 5- o AI5, editado em 1968, se observava uma "hegemonia" cultural das esquerdas.

Na Bahia, o período 1967-1971 foi se configurando uma nova institucionalidade para a cultura, apesar de existirem anteriormente, órgãos e iniciativas públicas que dialogavam e/ou gestavam as políticas culturais como o Departamento de Cultura criado no Governo Octávio Mangabeira, a Inspetoria de Monumentos, o IGHB, a UFBA, e de figuras preocupadas com o patrimônio cultural a exemplo de Wanderley de Pinho, José Valadares, Godofredo Filho, este último também integrante do CEC.

Luis Viana Filho atestava a importância da cultura para os governos militares ao destacar em suas memórias, fonte importante que revelou os bastidores de tal política,

---

[2] Pedro Calmon, juntamente com Rui Barbosa, foi referência intelectual para esta geração de baianos que compuseram o CEC.

[3] Regimento interno. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

[4] Terrorismo cultural foi uma expressão bastante utilizada à época para desvelar as perseguições, censura, prisões, e cerceamentos aos artistas que se manifestavam contrários ao *status quo* vigente. (VIANA FILHO,1975). A escrita dessas memórias, segundo Carlos Fico (2004), foi possibilitada pelo contexto da distensão política, período de "descompressão política", onde as revelações políticas já podiam ser consideradas fatos históricos.

como foi o processo delicado de escolha dos candidatos a membro do CFC, afirmando que o presidente só havia indicado três nomes e que os demais não seriam indicações baseadas na preferência do general.

> Nos círculos culturais, por exemplo, surgira o desejo de criar-se órgão equivalente ao existente para a Educação, que tinha no seu Conselho Federal adequado cenáculo para debater seus problemas. Moniz de Aragão (Então ministro da Educação e Cultura no Governo de Castelo Branco, grifo nosso), que possuía percepção ágil, não deixou passar a oportunidade. Criou-se assim o Conselho Federal de Cultura, destinado a congregar expoentes das atividades culturais, sem excluir a representação regional. Escolher esses "cardeais" pareceu deleitar o Presidente, que pediu ao ministro uma lista de sugestões. Durante dias, ele meditara, trocara idéias sobre os nomes mais indicados, receoso de alguma omissão. Tolerante, não admitiria nenhuma restrição por exagerado temor à ideologia do candidato. Conseqüência dessa isenção e desse cuidado foi um conselho modelar, reflexo do que havia de mais expressivo nas áreas culturais, atendidas as reivindicações regionais.[5] (VIANA FILHO, 1975:424)

A escolha se baseava também nos critérios regionais, de sulistas a nordestinos, dos modernistas paulistanos e cariocas, aos regionalistas, Ariano Suassuna e Gilberto Freyre, este último, doador de concepções ideológicas que nortearam o CFC. (FREYRE, 1955)[6] O regionalismo foi um dos pilares, não somente das estratégias de planejamento econômico e político dos militares, como também no plano da cultura. Cabia, então, consoante Luis Viana:

> Ao Ministério do Planejamento tocou traçar as grandes linhas, a doutrina e o objetivo do desenvolvimento nacional, ao qual se somou o desenvolvimento regional, supervisionado pelo Ministério da Coordenação dos Órgãos Regionais, órgão operativo dos esquemas parciais, com eles compatível. Certamente, esta concepção, exigindo a individuação do regional como parte integrante do nacional, era fruto da experiência histórica sobre a formação social do país. Tinha raízes na vocação econômica de cada grande área, embora buscasse somar a diversidade com a unidade, o regionalismo com a unidade econômica, política e espiritual da Nação. (VIANA FILHO, 1975:240)

A cultura, a nível nacional, se baseou nesta perspectiva do regional integrando o nacional. Na Bahia, este regionalismo versava sobre uma identidade baiana pautada

---

[5] É bem provável que Luís Viana Filho participou da criação do CFC e veio a efetivar o CEC, na Bahia.

[6] A visão de uma identidade nacional baseada nos princípios da mestiçagem. Ver Também (CARDOSO, 2011)

nos seus valores elitistas, católicos, sua versão hegemônica sobre a história, a ênfase no patrimônio e na cultura letrada e branca (CARVALHO, 2013). Esta concepção de cultura para os intelectuais do CEC, além de legitimar a cultura de elite baiana, objetivava, sobretudo, a indicação de recursos financeiros e medidas para a cultura patrimonial e letrada.[7]

Os intelectuais baianos foram chamados a compor o colegiado do CEC, dentre eles Thales de Azevedo[8] e Nelson de Sousa Sampaio[9]. Gente de expressão e notório saber, professores da UFBA em sua maioria, nomes com presença marcante na vida intelectual baiana durante o século XX. A maioria, integrantes da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, constituindo-se numa rede de intelectuais que faziam parte das mesmas instituições, mesmo que divergissem em momentos pontuais sobre os caminhos da cultura na Bahia.

A problematização parte, dessa maneira, da atuação de dois intelectuais do colegiado, a partir dos seus escritos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, periódico do conselho, e sua relação com o contexto autoritário: a ditadura civil-militar brasileira em terras baianas. A reflexão se dará a partir da análise de suas concepções sobre cultura, comunismo/anticomunismo democracia liberal, nação e política, elementos que nos ajudam a refletir sobre a natureza da participação dos intelectuais em instituições construídas em contextos autoritários e sobre a própria concepção de intelectuais, que trataremos a seguir.

---

[7] Parte dos recursos se destinou ao patrimônio e publicações de obras literárias.

[8] Nelson Sampaio, advogado e professor, nasceu em 26 de julho de 1914 em Macajuba-BA e faleceu em 20 de dezembro de 1985. Lecionou Psicologia Educacional no Instituto Normal da Bahia, Salvador em 1938, foi diretor da Penitenciária da Bahia, 1938-1939, professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Bahia, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, de Ciências Políticas da Escola de Administração e de Instituições de Direito da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, diretor da Faculdade de Direito no período entre 1961-1964. Foi presidente do Conselho Estadual de Cultura entre 1968-1971, no qual permaneceu até 1985. Além disto, foi membro dos conselhos e associações: Ordem dos Advogados da Bahia - OAB-BA, Instituto dos Advogados da Bahia, IGHB, Associação Bahiana de Imprensa, Academia de Letras da Bahia. Em funções políticas foi consultor jurídico do Poder Legislativo, 1970-1976. Eleito deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional-UDN (1947-1951) reeleito pela UDN (1951-1955) e 1955-1959. Arquivo FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Nelson Sousa Sampaio; <http://www.al.ba.gov.br>. Acesso em: 07 nov. 2016.

[9] Arquivo FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo. Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador-Ba em 26/08/1904 e morreu em 05/08/1995. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em dezembro de 1927. Foi professor e diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1964-1967. Autor de várias obras, dentre as quais *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949. Esteve como membro do Conselho desde a sua fundação em 1967 até 1994, exceto durante a gestão Waldir Pires (1987-1989) quando o CEC deixou de existir.

1. Um debate sobre intelectuais

O caso Dreiyfus foi um divisor de águas na França. A partir de contenda jurídica abriu-se um campo de disputas intelectuais em que diversos segmentos se dividiram quanto ao caso. (CHARLE, 2003: 141-156) Alfred Dreyfus, militar francês de origem judaica foi acusado de ter vendido segredos militares aos alemães, porém, pouco tempo depois se provou sua inocência. Era um contexto de anti-semitismo na França, da segunda metade do século XIX, mais precisamente a Terceira República, que tinha como pano de fundo um forte teor revanchista contra a Alemanha e uma vigorosa campanha nacionalista. A partir disso se legitimou um campo intelectual na França. Os intelectuais deixavam de ser apenas portadores de habilidades cognitivas e letradas, para tomar posicionamento político frente às questões do seu tempo.

As concepções sobre intelectuais partem de matizes variados para explicar o seu papel na sociedade, de explicações marxistas às culturalistas. (SHIMIDT, 2012) Destarte, pensar intelectuais implica inseri-los no campo da História Política. Uma das contribuições fundamentais advêm da História Política, sobretudo, os estudos de Pierre Rosanvallon quando insere nas discussões "o político articulado ao social", ou seja, a atuação dos intelectuais imbricada aos embates sociais e à cultura política do seu tempo. (ROSANVALLON, 1995)

Uma concepção importante advém de René Remond ao instituir o político como uma dimensão importante da vida e da análise da História. Remond lançou coletânea que renovou os estudos da História Política. (RÉMOND, 2003) Em artigo desta coletânea, Sirinelli, seu discipulo, traz uma concepção de intelectual como mediador cultural e, também, na perspectiva do engajamento. (SIRINELLI, 2013) Essa perspectiva influenciaram sobremaneira muitos historiadores em suas pesquisas. (GOMES, 1997: 62-77) Noções como geração, itinerário, redes de sociabilidades, microclimas são importantes instrumentos metodológicos para analisar as trajetórias de intelectuais ou mesmo a construção de suas biografias.

Uma das obras no Brasil discutidas aqui é a de Tatyana de Amaral Maia, *"Cardeais da cultura nacional"* (2012) sobre a atuação dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura. A partir dela, suscitaremos o debate sobre a natureza e a participação dos

intelectuais nas estruturas do Estado, sobretudo, em contextos de regimes autoritários. A autora analisa os intelectuais do CFC a partir da sua autodesignação como "'homens de pensamento e ação', ou seja, um produtor de idéias capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais e, também, um agente político, que intervém por meio da participação no Estado nos rumos da sociedade". (MAIA, 2010:18) Explicita sua análise ao entender a geração, os itinerários percorridos por esses intelectuais desde o modernismo dos anos 1920 do século XX até o momento da conformação das políticas culturais da ditadura pós-64. O debate central da sua concepção de intelectuais está na seguinte formulação:

> As propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas neste processo histórico específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais e que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da nação. (MAIA, 2010:232)

Devemos relativizar esta visão da autora, mesmo a historiadora tendo um rigor metodológico consistente e um arcabouço de fontes substanciais que lhe permitiu interpretar esses sujeitos dessa forma. As escolhas do pesquisador devem ser respeitadas, todavia, abordar outras concepções de intelectuais me parece útil já que a autora tem sido referenciada em Daniel Pécaut, cuja visão de intelectual do referido autor é denotativa de sua exclusividade como categoria à parte da sociedade e como portadores dos anseios da nação, seja contra ou ao lado do Estado. (PÉCAUT, 1990)

Uma questão para reflexão é o postulado de Gramsci: Os intelectuais seriam um grupo autônomo? **(**GRAMSCI, 1982) Ao perpassar por governos e momentos políticos dissonantes os intelectuais se constituem um grupo coeso e independente do conjunto social e político? A crítica marxista, advinda de Gramsci suscita reflexões quando o mesmo lança mão dos conceitos de hegemonia, intelectuais orgânicos e tradicionais. Ao disputar hegemonia (coerção e consenso) um grupo dispõe de intelectuais já constituídos, os tradicionais, ou elabora seus próprios intelectuais no seio da sociedade civil, para lograr seu projeto político.

Um diálogo possível, talvez seja a estratégia interpretativa utilizada por Sônia Mendonça (2007), de matriz gramsciana, a qual propõe que os intelectuais não são "neutros", não "pairam" sobre a sociedade, numa critica a Pécaut e a outros

historiadores herdeiros de uma interpretação que reivindica um campo autônomo para os intelectuais.

Para Mendonça (2007), os intelectuais disputam interesses no seio da sociedade civil e buscam o controle do Estado, para tornar hegemônicos seus projetos e dos grupos que representam. Esta análise complementa a abordagem de MAIA (2012) para entender os intelectuais do CFC, ao ocuparem os espaços do Estado e imprimirem o seu ritmo, suas noções de cultura que se efetivariam na prática. Mas por se considerarem portadores da nação deixaram de se posicionar politicamente? Ou a própria idéia de nação, como valor pátrio e cívico a ser construída já era uma proposta de projeto político?

De volta a Gramsci, a aceitação da premissa de que "todos os homens são intelectuais, poder-se-ía dizer, mas nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1982) provoca a reflexão proposta por Denise Rollenberg (2010) sobre a construção dos regimes autoritários. Exige-se a partir de tal premissa, uma análise da ação mais concreta dos sujeitos, e em outras situações, o seu consentimento, silenciamento e ambivalência (ROLLEMBERG, 2010), ou também, a zona cinzenta do pensar duplo. (LABOIRE, 2010)

Tal perspectiva é promissora no sentido da conformação de regimes autoritários como constructos sociais, daí pensar as ambivalências, os sujeitos de "carne e osso", dissipando assim, as dicotomias "secas" e os revelando como atores sociais, discussão fundamental para entender a atuação dos intelectuais do CEC na Bahia.

2. Engajados ou portadores da consciência nacional?

Engajados ou portadores da consciência nacional? Nelson Sampaio é um típico intelectual engajado (SIRINELLI, 2000) e Thales Azevedo um intelectual situado na "zona cinzenta" do pensar duplo ou ambivalência de Pierre Laboire (2010). O pensar duplo, na acepção de Laboire, é uma ferramenta teórico-metodológica importante para o historiador escapar das amarras reducionistas e das interpretações aparentes, sobretudo em momentos delicados da vida da nação, como o foi o período da ocupação nazista da França entre 1940-1944, que selou acordo de ocupação de parte

do território Francês pelos alemães, além da delação e entrega dos judeus aos nazistas. Dentro desse contexto, as múltiplas memórias dos franceses revelavam o:

> Pensar duplo, como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstancia a uma situação de exceção, como elemento de uma amplo processo de adaptação (...) O pensar duplo aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis, uma resposta datada que deve ser vista como tal, como tentativa patética de ajustamento entre o desejo e o possível. (LABOIRE, 2010:6-7)

Similitudes podem ser consideradas ao tratar a participação dos intelectuais em órgãos construídos durante a ditadura civil-militar, dentro desta perspectiva, foram partícipes da gestão governamental, mas ao mesmo tempo, em algum momento, reticentes ou contrários aos abusos, mas, correndo os riscos dos "deslizes em direção a comprometimentos", sobretudo quando se delibera, opina e constrói política pública em governos construídos sem a legitimidade da representação popular do voto.

A noção de trajetória também é fundamental para esta análise, na medida em que tratamos da participação destes dois intelectuais nos anos de sua passagem no Conselho Estadual de Cultura e não na totalidade de suas vidas. (BOURDIEU, 2006) Esses intelectuais, durante os anos 1969-1971, foram eleitos por seus pares para os cargos de Vice e Presidente do CEC, respectivamente.[10] Tiveram uma participação ativa no plenário do CEC, integrantes, ambos, da Câmara de Ciências e Nelson Sampaio, também, da Câmara de Legislação e Normas. Nascidos nas primeiras décadas republicanas, os dois, de formação intelectual erudita, típica das elites letradas baianas, passaram pelos espaços educacionais e políticos da elite baiana: a saber, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola Livre de Direito. Thales escritor, professor, assim como Nelson, porém este último também engajado na vida partidária, foi deputado estadual udenista por três mandatos. Participaram e foram integrantes de uma mesma sociabilidade e geração na Bahia. (SILVA, 2000)

As instituições são compostas pelos sujeitos e estes carregados de historicidade, viventes do seu tempo. Nesse momento da vida brasileira que foi o golpe civil-militar de 1964, manifestar-se publicamente era coisa para os mais "aguerridos" e

[10] Arquivo do CEC. *Biblioteca Alves Ribeiro*. ATA da 4ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 28/01/1969.

combatentes, daí a cautela no manifesto ou mesmo a reticência amplamente utilizada nos pronunciamento e publicações. Numa moção a De Gaulle, vimos isso, na negação das escolhas políticas, pelo menos no nível discursivo. Nelson Sampaio assim justificava:

> O Conselho Estadual de Cultura manifesta seu profundo pesar pela morte de Charles De Gaulle, herói nacional e duas vezes, Presidente da República Francesa, em que a França e o Mundo perderam um dos maiores estadistas do século. Deixando de lado a apreciação política de sua personalidade que não compete à natureza deste órgão puramente cultural, este Conselho deseja ressaltar, nesta homenagem, o seu preito de admiração ao eminente homem de espírito, notável orador e excepcional escritor que também foi Charles De Gaulle.[11]

Ao apresentar o Conselho, em 1968, à sociedade baiana, a noção de cultura que sugeria, isentava a ação estatal de intervenção, prevalecendo as liberdades individuais, típica do pensamento liberal do conselheiro dando um tom "democrático" às iniciativas culturais. Assim,

> Em contraposição à concepção de totalitarismo, que transforma toda a cultura em instrumento do poder político, a Constituição Brasileira proclama que "as ciências, as letras e as artes são livres" (art. 120). Dêsse modo, quando se lê que o Conselho Federal de Cultura "formula a política cultural" da nação e o Conselho Estadual faz o mesmo em relação à política cultural do estado, deve-se entender que se trata apenas da política cultural dos governos federal e estadual, ou seja, a fixação de um sistema de prioridades quanto aos recursos materiais e incentivos às diferentes esferas da cultura. Jamais poderia tal política estabelecer ortodoxias ou ditar fins às atividades culturais dos indivíduos e da comunidade. Por força do preceito constitucional, cada um é livre de abrir seu caminho dentro da grande aventura da cultura humana, e estamos certos de que uma cultura é tanto mais vigorosa quanto maior o seu número de abridores de novos caminhos. À medida, pois, em que a comunidade se robustecer culturalmente, com o apoio dos conselhos de cultura, estamos certos de que estes irão crescendo no apreço da sociedade.[12]

Nesse mesmo ano de funcionamento do CEC, ocorreram fissuras em relação à proibição das Bienais de Arte. "Em 1966, mesmo com a ditadura já implantada desde

---

[11] Nelson de Souza Sampaio. Moção*. Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 154.

[12] Nelson de Souza Sampaio**.** Apresentação**.** *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p. 03-4.

1º de abril de 1964, o governo baiano havia realizado a 1ª Bienal Nacional de Artes Plásticas, no Convento do Carmo e, em 1968, estava a 2ª Bienal, pronta para ser inaugurada, em dezembro de 1968".[13] Nesse ínterim, Mario Cravo Junior[14], pediu demissão do CEC, alegando que não considerava o caráter competitivo da Bienal e por questões conceituais, havia contestado a Bienal. Por motivos difusos também foi demitido o Secretário de Educação e Cultura, Navarro de Brito; e ocorrido o afastamento, meses antes da Bienal, do então presidente do CEC, Odorico Tavares[15] e, durante a Bienal, as prisões de Luis Henrique Dias Tavares, professor da UFBA e então diretor do DESC- Departamento de Educação Superior e Cultura e Juarez Paraíso, diretor da Bienal, mais tarde, nos fins dos anos 1970, também conselheiro de cultura.[16]

Tal fato visibilizou as ambiguidades do Governo Luis Viana Filho em um processo em que a cultura da Bahia estava entre a criação e a repressão. Cecília Soto (2012) evidencia que o governador mandou fechar a Bienal devido a existência de 10 obras ditas "subversivas" e que o apoio à Bienal teria sido o motivo da demissão do secretario de educação e cultura, além das renuncias de Odorico e Cravo Jr. do CEC, para não desagradar o governador e os militares. Era um exemplo do pensar-duplo dos intelectuais baianos.

De modo oposto, intelectuais de esquerda sofreram sanções do governo autoritário no plano nacional. Os casos de Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender foram emblemáticos, ambos, atingidos pelos instrumentos repressivos do Estado

---

[13] Fonte: <http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/50-anos-do-golpe-2a-bienal-da-bahia-foi-fechada-1576889>. Acesso em 13/11/2016.

[14] Artista Plástico baiano renomado no Brasil, integrante do CEC em sua primeira formação em 1968.

[15] Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. Este alegando que não havia se adaptado ao serviço publico, haja vista era do ramo privado, das telecomunicações (Fundador da TV Itapoan). ATA da 28ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 03 de setembro de 1968. Sobre Odorico Montenegro Tavares da Silva, nascido em Timbaúba PE, em 1912 e falecido em - Salvador BA, em 1980. Jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte. Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Inicia a carreira de jornalista no *Diário de Pernambuco*, pertencente ao grupo Diários Associados. Fixa-se em Salvador em 1942, convidado por Assis Chateaubriand (1892 - 1968) para dirigir a rede dos Diários Associados da Bahia, da qual fazem parte o jornal vespertino *O Estado da Bahia*, a Rádio Sociedade e o *Diário de Notícias* - adquirido após sua chegada. No *Diário de Notícias* assina a coluna diária Rosa dos Ventos, em que publica diversos artigos sobre a vida cultural e artística da Bahia, com especial destaque para as artes plásticas. É responsável também pela direção do suplemento cultural do jornal, editado semanalmente. Fonte: <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/odorico-tavares >Acesso em 05/09/2016.

[16] UCHÔA, Sara. *Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987).* Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf>, p. 07. Acesso em 13/11/2016. Ver também< https://www.youtube.com/watch?v=4iiRLmj1nEA> Acesso em 13/11/2016. Vídeo da TV UFBA onde Juarez paraíso fala de sua trajetória e de sua prisão durante a Bienal.

brasileiro no período da ditadura civil-militar pós 64. (CARDOSO, 2013: 310-335) O mesmo não foi válido, ao tratar-se de sujeitos políticos da vida baiana, alinhados a uma elite pretérita e do governo. Ratificamos isso quando se tratava de figuras do mesmo campo de atuação que Nelson Sampaio ou que desfrutou dessa cultura de elite baiana.

Caso emblemático foi a homenagem a Pedro Calmon, conselheiro federal de cultura atuante no período, que, igualmente a Rui Barbosa, foi sujeito reiteradamente homenageado pelo plenário do CEC. Em discurso, no Banquete ofertado no Clube Bahiano de Tênis, foi orador oficial o conselheiro Godofredo Filho a quem o "chamou de um dos maiores oradores baianos vivos". Na ocasião, comemorou-se o septuagésimo aniversário de Pedro Calmon, num evento promovido pelo CEC, pelo Conselho Estadual de Educação, ALB, IGHB, Associação Baiana de Imprensa, OAB, Pen Club, Associação Comercial e a Federação das Indústrias da Bahia, que reuniu a intelectualidade baiana.[17]

Nelson Sampaio escreveu textos de análise política na *Revista de Cultura da Bahia*. Na sua retórica tratou o golpe de 1964 como "revolução de 64", assim como 1930 para ele foi também, revelando-se como um dos construtores das memórias dos civis, já que escreveu pouco menos de seis anos depois do acontecido. Na sua interpretação, "tivemos uma revolução, a de 1964, e dois golpes de Estado, sem contar os *semigolpes* dos 'impedimentos' de dois Presidentes da República em 1955, quando se arranhou, mas não se rompeu a Constituição".[18] Além de corroborar e legitimar o golpe destacou todo o seu discurso anticomunista ao afirmar que "a Revolução de 1964 situa-se no quadro da guerra fria, sendo uma resposta não só à desordem econômico-financeira e à tentativa de desorganização militar, mas também à subversão marxista-leninista, soprada de várias direções, sobretudo de Cuba"[19]

[17] Homenagem a Pedro Calmon. *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VII nº 08, jul /Dez, 1974, p.155.
Ver também as moções de Homenagem a Antonio Carlos Magalhães, prefeito da capital baiana, em decorrência das obras de reparação do Paço Municipal de Salvador e Giberto Freyre, conselheiro federal de cultura pela passagem de seu 70º aniversário. Moções de março e abril. In*: Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.152.
[18] SAMPAIO, Nelson de Souza. A revolução de 1930. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.21.
[19] SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.24

Condenava o marxismo/comunismo e João Goulart, numa delimitação de suas posturas políticas em consonância com o contexto autoritário e em semelhança ao seu passado udenista, cuja agremiação a nível nacional, atuou em forte oposição ao campo getulista/janguista.

> Em 1964, a causa mortis da Quarta República é mais complexa, aparentando a ausência de contaminação de uma campanha presidencial. Mas é inegável que esta já existia, com candidatos ostensivos, como Juscelino e Lacerda, sendo claro que as desastrosas manobras de Jango tinham em mira, com grande antecipação, a sucessão de 1965. Dêsse modo, há muita semelhança entre 1945 e 1964, até na radicalização esquerdizante, descontada a bisonhice do discípulo de Vargas.[20]

No caso de Nelson Sampaio, sua ideologia aproxima-se de um liberalismo constitucional democrático (SANTOS,1978) no tocante ao respeito aos princípios constitucionais/legais e as liberdades individuais e uma explícita aversão às doutrinas socialistas, as quais ele chamava de totalitárias, numa referência "à ditadura soviética".[21] Suas críticas não se restringiam somente às ações, mas aos princípios formuladores dessas teorias.[22]

Já Thales de Azevedo, advertia para a noção de intelectual como portador da consciência nacional. Ao parafrasear Rui Barbosa, elegia os princípios liberais ao generalizar a cultura como consciência pátria, nacional, do povo. Cultura como abdicação de princípios individuais em prol do coletivo.

> A cultura não é, realmente, apenas o refinamento da ilustração, o apuro da estesia, a fruição ociosa dos prazeres do espírito, mas a vida mesma dos povos no seio da lei, das instituições, da justiça, dos costumes que encorajem e produzam a variedade das idéias, o senso da analise e da critica inteligente e informada, o receito das divergências de opinião, a coragem e a proteção das atitudes honestas, a lealdade na luta, no dialogo, no uso do poder, o apreço pela honra e pela dignidades humanas, o horror a violência de qualquer gênero e procedência, ao domínio dos instintos, ao reconhecimento e à satisfação das iniquidades.[23]

---

[20] SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.23.

[21] SAMPAIO, Nelson de Souza. Ruy e a cultura nacional. In: *Revista de Cultura da Bahia*. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano III nº 04, jul /Dez, 1969, p. 11.

[22] SAMPAIO, Nelson de Souza. O morticínio das crenças. In*: Revista de Cultura da Bahia*. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Nº 11, jan /Dez, 1976.

[23] AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional In: *Revista de Cultura da Bahia*. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.60.

"A cultura não é apenas criação é o conjunto da nação", [24] a consciência nacional, enquanto valor civilizatório, como evidenciava Thales, que se materializava, na prática, nas indicações, moções e ações no sentido de preservar o patrimônio da Bahia, este, considerado como símbolo da memória das elites baianas. Dentre estas ações, as articulações do colegiado baiano com o seu congênere nacional na efetivação da cidade Cachoeira como Monumento Nacional, assim como previu a carta magna baiana em 1967, tornando-a, pela sua importância histórica nas lutas pela independência, monumento estadual. Materializava também na execução dos calendários culturais baianos, ao elencar as efemérides de nascimentos ou comemorativas de figuras baianas, no entender do Conselho, doadoras de valores para a nação.[25]

Destarte, Thales, ao se colocar como elite, ratifica o seu papel e de seus pares, não como uma elite impositiva de suas idéias, mas como portadora da "luz", do saber e da orientação do conjunto da sociedade. Esta visão de intelectual de elite como uma missão:

> Por certo que a cultura precisa ser explicitada como realidade interpretada e descrita, em modo que se diria de substancia metafísica que a mente possa analisar, colaborando com a experiência em comunicá-la dinamicamente de geração em geração. Essa tarefa, a seu jeito também criadora e reveladora, ao mesmo passo que transformante, é das elites de que carecem todas as sociedades de homens livres- elites que devem ser, nas democracias sociais, não uma casta sob qualquer aspecto, que modele e dirija as mentes, porém, uma como universidade dos talentosos, dos doutos, dos diligentes, dos contemplativos e refletidos que recebem e captam e traduzem e espargem, multiplicada, a luz, por vezes pálida e vaga que a vida irradia. Cabe a essa elite, que está em todo o povo e agora e ali se condensa e sistematiza nas instituições políticas, nas igrejas, nos centros de reflexão e de ensino e comunicação, - cabe a tarefa de pensar pelo diálogo, pela escuta, pela indagação paciente da realidade que é o mundo no fluxo incessante do ser e do fazer que é a história. Na mente dessa elite organiza-se a imagem de uma realidade existencial que aos educadores, aos cientistas, aos guias espirituais e, aos políticos, aos estadistas incumbe impregnar de sempre novas idéias e valores que, caldeados com a experiência, constituam um genuíno humanismo, uma cultura em que o tempo e a transcendência se transfundam nos costumes, nos sentimentos, nas crenças, nos

[24] AZEVEDO, Thales. *Idem*, p.61.

[25] Resolução nº 09/68. Calendário de Cultura para 1969. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p. 94-95

> gostos, no trabalho e no lazer, nas instituições e na ordem social para a obra ininterrupta da criação do Homem e do humano.[26]

Nesse sentido, as orientações pedagógicas em relação à população foram constantes. Era fundamental a colaboração da mesma na preservação do patrimônio baiano, também elemento importante nas estratégias do estado em tornar a Bahia um destino turístico competitivo a nível nacional. Nelson Sampaio assim ratificava em seu relatório de prestação de contas do seu mandato como presidente.

> Não foi menor o serviço o esfôrço do Conselho no sentido de despertar na comunidade uma consciência orientada para a conservação do seu patrimônio histórico, artístico e paisagístico bem como para a defesa ecológica do ambiente. Este esforço logrou algumas recompensas iniciais na repercussão que obteve na imprensa da capital, em algumas personalidades de destaque e em entidades particulares, como a Sociedade de Amigos da Cidade do Salvador. Mas esses primeiros passos apenas mostram a grande estrada que temos à frente, e da qual não podemos recuar. Forçam-nos ao avanço não só as exigências do desenvolvimento da Bahia, mas também as crescentes preocupações em transformá-la num dos maiores centros turísticos do país.[27]

Na edição de retorno da *Revista de Cultura* em 1998, em novo formato, haja vista, que o último exemplar foi de 1984, um depoimento do filho de Thales, também conselheiro de cultura nos anos de 1980, o arquiteto Paulo Ormindo Azevedo, apresenta aspectos da vida cotidiana de Thales. O mesmo declara que é suspeito para falar do antropólogo e médico Thales, "ele que já havia enterrado suas ferramentas médicas em um baú e o enterrado no subsolo da casa da Barra avenida"[28], era mais fácil falar do pai, nesta homenagem póstuma que o Conselho de Cultura fazia ao seu membro que por mais tempo ficou na instituição. Assim explanava o cuidado de Thales ao se posicionar politicamente:

> Dois dos seus traços mais marcantes eram a cordialidade e a tolerância. Católico praticante tinha amigos de todos os credos e até agnósticos e ateus, como Anísio Teixeira e Frederico Edelweiss, dois dos mais próximos... Quando escrevia sobre catolicismo popular e relações do

---

[26] AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.62.

[27] SAMPAIO, Nelson de Souza. Três anos de Conselho Estadual de Cultura. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.137-145.

[28] AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Thales de Azevedo, meu pai. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, n.16, p. 147-152, 1998.

> Estado com a igreja, o fazia com tal isenção e distanciamento, que seria difícil imaginar que o autor era um católico engajado.... Outra virtude era o equilíbrio. Enquanto a quase totalidade dos intelectuais católicos se rendeu, nos anos 30, ao integralismo, ele preferiu manter a distancia, sem contudo, alinhar-se à esquerda dominada pelos comunistas.[29]

Ademais, importante delimitar as ações dos sujeitos nos seus campos de atuação e condicionados aos limites e/ou possibilidades de que dispunham,

> Estamos assim respondendo à confiança que no Conselho depositou o Governo, selecionando e convidando para fazer parte dele especialistas de vários ramos que pudessem colaborar com a sua experiência em determinação eficiente das diretrizes daquela política.[30]

Visão esta que delimitava o nível de especialização dos intelectuais, credenciada, sobretudo pela atuação dos mesmos na Universidade Federal da Bahia, para além das escolhas políticas e os laços de amizade que os fizeram ingressar no CEC.

Considerações finais

O engajamento de Nelson Sampaio, mesmo reticente com a narrativa, porém explícito no conteúdo, reverberava suas interpretações de mundo, ou seja, suas ideologias, refletidas em suas práticas no Conselho, sobretudo, quando foi presidente do colegiado. Nesses escritos além da referencia ao liberal baiano Rui Barbosa, o jurista defendia sua visão de cultura a partir do individuo. Thales entendia que a atuação dos intelectuais, bem como da instituição a qual participou o CEC, deveria ser doadora de valores pátrios, civilizacionais e democráticos, mesmo durante a vigência de um regime que se armava contra a democracia e que se apropriava da cultura como um elemento fundamental de justificativa de sua existência.

Episódios díspares indicaram aspectos desta ação cultural, como o foi o caso da Moção publicada em abril de 1967 na segunda edição da revista *Cultura*, publicação do CFC, do posicionamento contrário de seu membro Octávio de Faria à censura de

---

[29] AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Thales de Azevedo, meu pai. *Idem*, p.148.

[30] Sugestões ao Plano Integrado de Educação e Cultura. In: *Revista de Cultura da Bahia***.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p.10.

“Terra em Transe” de Glauber Rocha, que forçou um ajuste desta “zona cinzenta”, levando a cúpula do CFC a solicitar que um membro seu participasse dos organismos censores e que o julgamento fosse cultural e não de teor político.

Entre os baianos, o mesmo Glauber ganhou uma Moção do CEC em 1969, proposta pelo conselheiro Carlos Eduardo da Rocha e ratificada em plenário pelo presidente Nelson Sampaio, pelos prêmios conquistados no Festival Internacional do Cinema em Cannes, principalmente o de melhor diretor, conseguido com seu filme “O santo guerreiro contra o dragão da maldade”. Uma “baianidade”, em episódios como este, diferenciava os intelectuais da terra, na defesa de suas coisas, apesar de fissurar a hierarquia a quem estava submetido no plano federal. Ademais, mesmo demonstrando atuações diferentes, como foram as de Thales e Nelson Sampaio, ratificamos o papel político exercido pelo Conselho, partícipe e legitimador das políticas governamentais para a cultura na Bahia, assim como se assemelhava ao Conselho Federal a nível nacional, no sentido de criar ao seu gosto e perspectiva, uma rotina e dinâmica organizacional na esfera cultural do estado.

FONTES

Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro.

Arquivo FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926***.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

Revista Cultura (1967-1971).

Revista de Cultura da Bahia (1967-1971)

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org) (orgs.) *Usos & abusos da historia oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Lucileide C. *Criações da memória:* Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

______. Autoritarismo, controle e vigilância: Jacob Gorender na mira da repressão (1940-1980). *Antíteses* (Londrina), v. 6, p. 310-335, 2013.

______. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. *Anos 90*, v.20, p. 237-267, 2013.

______. Os discursos de celebração da "Revolução de 1964". *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.31, n62, 117-140, 2011.

CARVALHO, Anselmo F. M. *A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado: Políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983)* Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013.

CHARLE, Cristophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). *História da Educação.* ASPHE/Faf/UFpel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003

FICO, Carlos. O estado da Arte. In: *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar.* Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 23-24.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 6, n. lI, 1993, p. 62-77.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. *Os franceses do pensar duplo***.** IN: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Europa. Sociedades e regimes autoritários.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

______. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.), *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

MAIA, Tatyana de Amaral. *"Cardeais da cultura nacional": o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975).* São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Intelectuais na historiografia brasileira. *Anais do IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais*, 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/40.pdf>. Acesso em: 14 Nov. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. "Vencer satã com orações": políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970". In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p145-174.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RÉMOND, René (Org). *Por uma história política***.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de Historia.* São Paulo, v. 15, n 30, p. 9-22, 1995.

SHIMIDT, Benito Bisso. Intelectuais e Poder: algumas considerações historiográficas e um exemplo. In: *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder.* COELHO, Eurelino. (Org.) Feira de Santana: Editora UEFS, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos."A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para Reflexão e Pesquisa".In: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades, p. 65-117, 1978.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, EDUFBA, 2000.

SOTO, Cecilia Ana Vásquez. *A trajetória histórica do conselho estadual de cultura e as políticas culturais na Bahia.* Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de mestrado).

LENTA, GRADUAL E SEGURA? NÃO PARA OS "COMBATIVOS"!: "REDEMOCRATIZAÇÃO" E OS PETROLEIROS EM ALAGOINHAS/BA (1974-1985).

ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR*
Universidade Federal da Bahia

ESTA COMUNICAÇÃO é resultado de uma pesquisa, ainda em desenvolvimento, sobre a (re)organização dos petroleiros em Alagoinhas/Ba, durante a "transição democrática". O texto foi apresentado no *I Seminário de Pesquisa da Linha Sociedade, Relações de Poder e Região*, da Universidade Federal da Bahia, na mesa intitulada *Ditadura civil-militar, (re)democratização e conflitos sociais no Brasil, décadas de 60 a 80*, coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior.

Inicialmente, no Projeto de pesquisa aprovado na seleção de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA, no ano de 2016, tinha-se a pretensão de estudar a (re)organização dos trabalhadores em Alagoinhas-Ba durante a chamada redemocratização, período compreendido entre 1974 a 1988. Tínhamos por finalidade observar como as diversas categorias de trabalhadores se rearticularam no contexto do "novo sindicalismo". Diante das limitações do tempo para a pesquisa, optamos por estudar uma categoria específica, qual seja, os petroleiros, em função da necessidade de lançar luz sobre a sua organização no contexto de reabertura política ocorrida durante a Ditadura civil-militar brasileira.

No que diz respeito ao recorte temporal, após uma reflexão em torno do debate historiográfico acerca da periodização da Ditadura civil-militar, optamos por seguir as proposições de Virgínia Fontes e Sônia Mendonça que definiram o ano de 1974, como o início da abertura política da Ditadura civil-militar, estendendo-se ao

---

* Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Ano de ingresso: 2016. Orientadora: Prof. Dra. Lucileide Cardoso.

ano de 1985. A partir deste contexto histórico, analisaremos o movimento dos petroleiros de Alagoinhas.

Qual o percurso para compreendermos a ação dos petroleiros em Alagoinhas? Primeiro, fizemos um passeio pelos estudos sobre os petroleiros na Bahia. Neste sentido, a dissertação de mestrado de Alex Ivo (2008)[1] foi relevante pois aborda a trajetória dos petroleiros baianos, do início da exploração do petróleo no Estado até a sua conclusão em 1964. Em sua pesquisa o autor estuda, principalmente, as relações de trabalho e as hierarquias e tensões sociais nelas existentes, observando as intervenções sindicais nessa trama. Dando continuidade ao debate, Darliton Paranhos de Sena (2011) foca sua pesquisa na trajetória de luta dos trabalhadores do ramo Químico e Petroquímico baiano de 1963 a 1997. O recuo temporal nos possibilitou pensar sobre a contextualização histórica destes trabalhadores e suas organizações, desde a fundação das Associações até serem tornadas sindicatos da Extração do Petróleo e o do Refino. Essa caracterização dos trabalhadores, tendo por objetivo entender a sua importância na sociedade, nos será muito útil para compreender a história dos petroleiros de Alagoinhas/Ba.

A importância de um recorte espacial específico pode oferecer novos elementos para a análise da história dos petroleiros na Bahia. Quando se discute história local, há uma sensação da falsa dicotomia local x nacional, ou a ideia da compreensão do local dentro do contexto nacional. Afinal de contas o que é a história nacional? Carla Rodeghero nos oferece elementos relevantes para a reflexão. De acordo com a autora, os eventos ocorridos durante a Ditadura civil-militar na região sudeste ganharam o status de nacional, enquanto outros semelhantes ocorridos em outras partes do Brasil são considerados locais. Predomina na historiografia brasileira a ideia de que os eventos ocorridos no "centro nevrálgico do capitalismo brasileiro" são mais importantes do que aqueles ocorridos em outras regiões: "Os trabalhadores do ABC paulista, das indústrias: metalomecânica e petroquímica despertaram o maior interesse da mídia e dos pesquisadores, algo mais do que justificado, devido estarem no 'coração da acumulação capitalista'" (COELHO, 2012, p. 49).

Mas é importante irmos além do "coração" para entendermos o organismo social como um todo. Neste sentido, a historiografia brasileira precisa de mais

---

pesquisas sobre a história local, na perspectiva assumida por Norbert Elias: Ao estudar uma pequena cidade da Inglaterra, o autor demonstrou como "o estudo das relações de poder na localidade pode projetá-las para o cenário universal. Apesar das limitações óbvias inerentes a este tipo de investigação, tem-se a vantagem de poder usar uma pequena comunidade social como foco da investigação para melhor compreender categorias definidas universalmente" (REVEL, 1998, p. 16).

> Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é uma versão diferente (NOBERT ELIAS APUD REVEL, 1998, pág. 16).

Em função do exposto, a reconstituição da história dos petroleiros durante a redemocratização em Alagoinhas é relevante para lançar luz sobre a sua organização no contexto de reabertura política ocorrida durante a Ditadura civil-militar. O trabalho se insere ao domínio da História social, passa pelo diálogo com a Micro-História, História do tempo presente e outros campos historiográficos, pois as trajetórias de alguns sujeitos nos ajudam a melhor compreender os eventos, sobretudo, quando eles ainda estão vivos, o que nos remete à metodologia da História oral e História do tempo presente.

Personagens como o Aloísio Rodrigues, infelizmente já falecido, representado no (*Alagoinhas Jornal*) como "a voz operária que fala em nome do PT" e Manoel Pain, primeiro delegado sindical da Delegacia do STIEP em Alagoinhas, nos permite refletir sobre as disputas entre os sindicatos da Extração do Petróleo (STIEP) e do Refino que ocorreram em Alagoinhas. Esta análise é fundamental para a compreensão da reorganização dos petroleiros na cidade no contexto do "novo sindicalismo", movimento que teve como os seus principais desdobramentos a fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A análise da reorganização de qualquer que seja a categoria profissional, na segunda metade da década de setenta do século XX, requer um olhar sobre a "abertura política" e o "novo sindicalismo". Compreendê-los a partir do local ajuda-nos a observar especificidades, contribuindo para desfazer a falsa dicotomia entre a

história nacional e a história local, estando a segunda subalternizada e inferiorizada em relação à primeira. É preciso desfazer o hiato já apontado por Norbert Elias.

Em Alagoinhas fatos específicos coloca interrogações em relação aos marcos temporais consolidados numa historiografia que se pretende nacional, a exemplo da eleição do prefeito Judélio de Souza Carmo (MDB), que contou com o apoio dos operários e dos estudantes em 1972. O fato nos faz levantar o seguinte questionamento: a passagem do MDB de "oposição consentida" para "oposição escolhida", em Alagoinhas, diferente do que fora consagrado pelos historiadores, teria ocorrido antes de 1974? De acordo com as avaliações de um contemporâneo dos acontecimentos, parece que sim.

> Foi uma campanha inesquecível. Em torno do projeto, aglutinaram-se estudantes, em luta contra a ditadura, operários, comerciantes e todos os setores que já tinham transformado nossa cidade numa trincheira das grandes lutas libertárias (PINTO NETO, 2015, p. 96).

O inesperado resultado da eleição para Prefeito em Alagoinhas/BA, no ano de 1972, antecipou o que viria ocorrer no ano de 1974 no Brasil. A partir daquele ano, o MDB passou de uma "oposição consentida" – já que no bipartidarismo era o único partido de oposição legal – para uma "oposição escolhida", pois diversos segmentos da população aglutinaram-se em torno desta agremiação política, como forma de mostrar o seu descontentamento com o Regime. Como consequência, diminuiu o número de votos nulos e em branco (EVERS in: KRISCHKE, [org.] APUD MENDONÇA; FONTES,1996, p.73).

O avanço da pesquisa com a coleta e análise das fontes revela que na Bahia, em 1972, a exceção de Salvador, os maiores colégios eleitorais, a exemplo de Feira de Santana e Alagoinhas, sétimo maior colégio eleitoral à época, elegeram candidatos do MDB. Posteriormente, em 1973 e 1975, observamos como os eventos de Alagoinhas repercutiram nos âmbitos estadual e nacional[2].

Em 1973 Celso Magalhães Dantas, vereador eleito pelo MDB foi assassinado. Os irmãos Flávio Cavalcanti e Murilo Cavalcanti, o prefeito em final de mandato, que teve seu candidato à sucessão derrotado por Judélio Carmo (MDB), foram acusados de mandante do crime. Este episódio foi fartamente noticiado pelo jornal *A Tarde*.

[2] O Jornal *A tarde* deu total cobertura, desde a reportagem completa sobre o assassinato, publicada em 20/01/1973 até a edição do dia 24/12/1975 anunciando o fim do impeachment.

Uma hipótese possível para justificar tanto interesse, pode ser a importância de Alagoinhas no cenário político e econômico, por ser a sétima colocada em termos populacionais (IBGE,1970) e configurar entre os municípios mais desenvolvidos do Estado (*A Tarde*, 13/01/1975, pág.7). Assim, a eleição do candidato do MDB a Prefeito em Alagoinhas, considerada pelo próprio e os seus apoiadores como uma "zebra", dado o favoritismo do candidato da ARENA, ganhou contornos de violência física.

Além das disputas e da violência citadas, outro fato merece destaque: o impeachment do prefeito Judélio de Souza Carmo do MDB de Alagoinhas, em 1975. O evento repercutiu na Assembleia Legislativa da Bahia e no Congresso Nacional. Deputados estaduais literalmente foram às vias de fato ao tratarem deste tema e o senador Orestes Quércia e o deputado federal Ulisses Guimarães, figuras de proa do MDB nacional, ameaçaram denunciar à Tribuna das duas casas do Congresso Nacional a perseguição da ARENA ao Prefeito do MDB de Alagoinhas/BA Se comprometeram, inclusive, a estarem presentes em Alagoinhas no dia da votação do impeachment na Câmara de vereadores. Quando da votação, apenas o Orestes Quércia compareceu. Ulisses Guimarães justificou a ausência, alegando incompatibilidade de agenda[3].

A querela entre a ARENA e o MDB de Alagoinhas/BA colocou a cidade baiana no epicentro das disputas nacionais em torno da redemocratização do país. O MDB aproveitou a oportunidade para explorar o que julgava ser um comportamento contraditório da ARENA, contrastante com o anúncio da "abertura política" do Presidente Ernesto Geisel em 1974. Reuniões dos prefeitos baianos eleitos pelo MDB foram realizadas em Alagoinhas/BA, que era tomada como exemplo, da vitória a ser conquistada pelo partido nas eleições estaduais de 1978. Judélio Carmo foi o grande beneficiado, pois foi reconduzido ao cargo pela Justiça e tornou-se uma figura de oposição de projeção estadual, principalmente, na juventude do MDB: "A Ala jovem do MDB aponta Judélio de Souza Carmo, prefeito de Alagoinhas como candidato à presidência do partido na Bahia" (Jornal *A tarde*, 18/06/1975, p. 2).

Como não podemos ser tomados, acriticamente, pelas avaliações feitas no calor dos acontecimentos, o desenvolvimento da pesquisa evidenciará em que medida a cidade de Alagoinhas/Ba realmente se antecipou em dois anos ao cenário

---

[3]Jornais *A tarde* dos dias: 19/05/1975, p. 4; 20/05/1975, p. 2 e 22/05/1975, p.1.

nacional no que diz respeito ao processo do que se convencionou chamar de "abertura política". Por certo, na Câmara de vereadores, o discurso do vereador Antonio Fontes, no ano de 1974, corrobora com a análise historiográfica feita por Eurelino Coelho, dando conta de que a partir daquele ano tornou-se "cada vez mais consensual entre os analistas políticos após as eleições de 1974: havia uma crise e ela era profunda o suficiente para pôr na ordem do dia a discussão sobre a transição".

> Saudações a 15 de novembro p.p todo povo brasileiro teve oportunidade de colocar o seu voto nas urnas, escolhendo os seus representantes em todas as áreas do país, razão porque não poderíamos analisar os aspectos da eleição que passou em termos políticos e sim em termos sociológicos. Vemos um povo sofrido esperando melhores dias (Ata da CMA, 26/11/1974).

Mas no que se refere as particularidades dos eventos de Alagoinhas, destacamos que a eleição e o episódio do impeachment do Judélio Carmo (MDB) são indícios importantes que revelam as potencialidades da história local e a sua possível contribuição para entendermos os meandros da história nacional. É importante destacar que em um país de dimensões continentais como o Brasil, as generalizações feitas a partir de eventos ocorridos no eixo Rio-São Paulo nem sempre dão conta das especificidades regionais. Na esfera do "novo sindicalismo", o estudo sobre os petroleiros pode cumprir igual papel. Na greve de 1983, cuja pretensão era ser nacional, embora tenha ficado restrita à Bahia e Paulínia, foram os metalúrgicos que deram apoio aos petroleiros. Isso nos permite problematizar até que ponto o ABC paulista foi o centro irradiador das grandes lutas a partir de 1978. Para respondermos a esta inquietação é preciso analisarmos o movimento dos petroleiros e sua relevância histórica.

A greve petroleira de 1983 foi vista pelos grupos mais "moderados" do "novo sindicalismo" como uma forma de "cutucar a onça com vara curta" (GIANNOTTI; NETO, 1990, p.33). O alagoinhense Aloísio Rodrigues configura, na memória construída sobre essa luta, como uma das lideranças baianas deste movimento[4]. Esta

[4] Radiovaldo Costa, alagoinhense atualmente dirigente da Federação Única dos Petroleiros, trouxe-me essa informação após ter participado de um dos eventos comemorativos à greve de 1983. Analisar memórias acerca do contexto do "novo sindicalismo" marcado por disputas entre diversas correntes políticas, exige do pesquisador atenção às questões levantadas por Michael Pollak. Buscaremos além de ouvir petroleiros, tanto das direções sindicais, quanto da base, confrontando essas informações

greve foi motivada pelas medidas do governo João Batista Figueiredo, retirando os direitos dos petroleiros, dentre eles, a Participação dos Lucros e Resultados a ser paga no ano de 1983[5].

A ousadia dos petroleiros baianos e paulinenses não ficou impune, já que vários trabalhadores foram demitidos após a greve. A disposição dos petroleiros que receberam a alcunha de combativos ensejou análises distintas entre as lideranças: Os chamados "menos combativos", leia-se, aqueles que não achavam conveniente provocar a ditadura, avaliando que esta tática poderia interromper a redemocratização, interpretaram as demissões como indício de que suas avaliações estavam corretas. Já os "mais combativos" creditavam à ousadia dos petroleiros o mérito de impor mais um desgaste à Ditadura, encorajando os trabalhadores a darem continuidade à luta pelo seu fim.

> A greve dos petroleiros de 1983 expressou a resistência dos trabalhadores ao amplo processo de reorganização do capital em âmbito internacional com severa influência sobre o Brasil. "A greve dos petroleiros foi uma das primeiras greves, no período da ditadura militar, a ser assumida pelos seus próprios protagonistas como uma greve essencialmente política." (BRANT,1990: 19) Suas prerrogativas de resistência se deram em virtude do lançamento do pacote das estatais, editado em maio de 1983, através do Decreto Lei No 2024, que cortava salários, benefícios dos trabalhadores das estatais, entre outros, indicando, um corte de 10% no efetivo funcional das empresas, além da proibição de novas contratações (LUCENA, 2012, pág.1).
> Quatro dias antes, os metalúrgicos de São Bernardo, entre eles o presidente Lula, ao saberem da mobilização, resolveram apoiar o movimento e aderem à greve. No dia da paralisação, "a ditadura mostra suas garras"; policiais agridem os trabalhadores, tentam acabar com a greve na base da violência e o governo intervém nos sindicatos. Apesar da forte repressão policial, na Bahia, a greve parou todas as 25 unidades de produção da Rlam, inclusive, a Casa de Força. O movimento deixou um saldo de 156 demitidos da Replan e198 da Rlam. A batalha pela reiteração dos demitidos foi dura e só

---

com as dos boletins dos sindipetros Bahia e Paulinia, relatórios das comissões de anistias dos petroleiros, processos judiciais e jornais de circulação comercial.

[5] A PL 83 como ficou conhecida entre os petroleiros, constituía-se numa ferida aberta desta greve até o ano de 2017, desde criança ouvia o meu pai, petroleiro, dizer que iria receber essa PL 83, pois o sindicato já teria ganhado na Justiça, mas, jamais o ouvir falar sobre o porquê do não pagamento deste direito no ano de 1983. Este ano, já aposentado desde 1989, recebeu os valores devidos, decorrente do processo nº. 0203500.71.1989.0015 impetrado pelo sindicato dos petroleiros da Bahia. Segundo o funcionário da Delegacia sindical de Alagoinhas/Ba, todos os sindicatos dos petroleiros do país ingressaram na justiça com essa ação, mas, apenas o da Bahia conseguiu êxito, interessante investigar o porquê disto ter acontecido.

> foi concluída em 1990 (Homenagem aos 20 anos da greve histórica dos petroleiros Discurso proferido em 09/07/2003).
> Greve histórica dos petroleiros em plena ditadura completa 30 anos: Movimento contrariou a repressão militar e colaborou para a criação da Central (título do Boletim da FUP, publicado em 05/07/2013).

As análises preliminares das fontes e das referências bibliográficas corroboram com a afirmação feita por Carlos Zacarias durante a coordenação da mesa cujo trabalho, então materializado em texto, foi apresentado. Segundo ele, "os petroleiros foram fundamentais na fundação do PT e da CUT, mas, "não tinham tanto as vestes do novo sindicalismo". Carlos Lucena diz que de todo sistema Petrobrás, apenas dois sindicatos tinham as vestes do "novo sindicalismo".

> A prática do "novo sindicalismo", no movimento petroleiro ainda não tinha muitos adeptos. Apesar de existir somente dois sindicatos combativos no sistema Petrobrás –Replan – Refinaria do Planalto – e Relan – Refinaria Landulpho Alves – Bahia – a maior parte do sindicalismo nacional ainda era corporativista (LUCENA, 2012, p.5).

A conclusão do Carlos Lucena quanto a maioria dos sindicatos do sistema Petrobrás ser corporativista, não significa a ausência de disputas políticas pelo controle das suas direções. Na Bahia, as dissertações do Alex Ivo e Darliton Paranhos apontam o sindicato da extração do petróleo como adepto deste modelo de sindicalismo. No entanto, na edição do Jornal A tarde, do dia 07/06/1975, p. 29, há uma crítica a esse sindicato. O rigor metodológico na análise das fontes poderá explicitar a origem dos questionamentos, se dos trabalhadores da base organizados em algumas das correntes das "oposições sindicais", ou, se dos definidos como parte das "massas".

Analisando os jornais *A tarde* do ano de 1978 vemos publicações do Sindicato do Refino da Bahia, apresentando uma pauta semelhante àquela do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. Não parece paradoxal que as duas principais expressões políticas do "novo sindicalismo", o PT e a CUT, terem contado, fundamentalmente, com a participação dos petroleiros? De quais petroleiros estamos falando? Dos que tinham as "vestes do novo sindicalismo"? Os estudos locais sobre a atuação dos petroleiros ajudarão a responder estas questões. Também permitirão, desconstruir o construto ideológico da Ditadura Militar quanto a "transição" ter sido

"lenta, gradual e segura" e o seu encurtamento ao ano de 1979, proposto por Daniel Aarão Reis:[6] "Petroleiros e Petroquímicos defendem democracia e greve, no XIV Encontro Nacional dos Petroleiros" (Jornal *A tarde*, 12/07/1978, p. 1).

O "novo sindicalismo" tem sido analisado por cientistas sociais e historiadores. Celso Frederico (1991), além de apresentar a sua compreensão sobre as greves de 1978 a 1980, traz as visões dos "comunistas" e das "oposições sindicais" [faltou a dos "pelegos"]. Os protagonistas fizeram suas análises no calor dos acontecimentos, se fossem estudos acadêmicos, poderíamos, caso tivessem adotado a metodologia apropriada, enquadrá-los no campo da História imediata. Surpreendeu-nos, em certa medida, suas opiniões coincidirem, em muitos aspectos, com as dos pesquisadores que, inclusive, as tomaram como fontes[7].

Acessar as impressões das vanguardas destas greves nos permite entender suas próprias caracterizações sobre os movimentos protagonizados por elas, permitindo-nos comparar com as dos estudiosos e a dos outros sujeitos sociais definidos como "base" ou "massas". Na revisão bibliográfica realizada até o momento, com obras escritas nos anos 1980, 1990 e 2000[8], percebemos a falta de consenso quanto as categorizações das correntes políticas e dos sujeitos sociais constituidores do "novo sindicalismo". Um leitor desatento ao ler as diversas referências bibliográficas sobre o tema irá confundir os atores sociais: "Lideranças combativas" e "novo sindicalismo" foram cunhadas pelos próprios sujeitos sociais deste movimento. No entanto, os diferentes atores e autores atribuem essas mesmas expressões para designar grupos distintos. O mesmo ocorre com as expressões: "autênticos", "oposições sindicais", "radicais", "moderados", "lideranças tradicionais", "pelegos", "os comunistas" e "unidade sindical". A necessidade de síntese da "transição", destacada por Eurelino Coelho (2016) é também necessária ao "novo sindicalismo", no sentido de estabelecermos um diálogo mais profícuo entre os diferentes autores.

[6] "Com a revogação dos Atos Institucionais, em 1979, tem início o período de transição democrática: o país deixou de ser regido por uma ditadura – predomínio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade arbitrária dos governantes, que podem fazer e desfazer leis – sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática [1988]. Em outras palavras: no período de transição já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia".
[7] Seriam na perspectiva gramsciana intelectuais orgânicos?
[8] ANTUNES (1991); GIANNOTTI; NETO (1990); SADER (1988); SOUZA (1988); FREDERICO (1991); MENDONÇA; FONTES (1996); GARCIA (2011); COELHO (2012).

O estudo dos petroleiros em Alagoinhas perpassa pela compreensão do "novo sindicalismo", pois dos dois sindicatos do sistema Petrobrás descritos por Carlos Lucena, como sendo do "novo sindicalismo", um estava na Bahia. A relação da Refinaria e Alagoinhas, evidencia-se pelos editais de seleção de empregados publicados no Jornal *A Tarde*[9]. O alagoinhense Aloísio Rodrigues, segundo relatos, foi uma liderança da greve de 1983. Em 1992, Edmilson Araújo, do sistema Petrobrás, foi o primeiro candidato a prefeito pelo PT na cidade. Nas memórias do João Batista de Oliveira, Rodrigues usava uma barbicha que hoje o faz lembrar Trotsky, pois no final dos anos 70, ele nem sabia de quem se tratava. Relembra da sua eloquência quando se referia ao "novo sindicalismo" e as lutas do ABC paulista e guarda em suas lembranças, sem precisar a data, a vinda do Lula em Alagoinhas, organizada pelo grupo do qual fazia parte juntamente com Aloísio Rodrigues.

Esse estudo nos ajudará a compreender a reorganização dos petroleiros em Alagoinhas, ao mesmo tempo em que poderá nos fornecer mais subsídios para melhor definir o "novo sindicalismo". Petroleiros e metalúrgicos de São Bernardo, tomando como referência o período de 1974 a 1985, ocupam o mesmo lugar na produção, estão nos setores mais produtivos da sociedade, com salários mais elevados em comparado com o conjunto da classe trabalhadora. Ambos eram apontados como os que não teriam motivos para fazer greves devido aos "altos salários". O que teria motivado a tomada de consciência dos metalúrgicos do ABC paulista ter ocorrido em 1978, enquanto a dos Petroleiros só em 1983? Teria sido o fato dos metalúrgicos estarem no "centro nevrálgico do capitalismo brasileiro" ou a carestia teria chegado a eles antes?

A fala do Petroleiro Cheguevara Ornelas Andrade é bastante reveladora quando diz: "o período da Ditadura foi bom para os petroleiros, se pedíamos 60% de reajuste, nos davam 80%". Este depoimento vai ao encontro do observado por Celso Frederico, sobre a intenção do governo de evitar o contágio dos trabalhadores das estatais pelas lutas metalúrgicas (FREDERICO, 1991, p.31). Preocupação essa negligenciada ao editar o Decreto Lei 2024, segundo Carlos Lucena, para atender as exigências do FMI. Resultado, o arrocho salarial chegou aos petroleiros. Mas se o tal

---

[9] A Petrofértil lançou editais para contratação de trabalhadores nas edições dos Jornal *A tarde* dos dias: 16/12/1974, p. 11; 07/02/1975, p. 2; 28/02/1975, p. 12 e a Petrobrás publicou edital para contratação de trabalhadores para a Região de produção e exploração de Petróleo da Bahia (RPBA), da qual os campos de petróleo de Alagoinhas faziam parte, na edição do dia 30/07/1975, p.10.

Decreto foi tão poderoso para dar um choque de realidade, porque só as refinarias da Bahia e Paulínia pararam? Estaria Trotsky com a razão quando disse que a crise do século XX é a crise das direções? No caso do Brasil, faltaram direções revolucionárias? As da RELAM e REPLAN poderiam ser assim classificadas?

Os depoimentos sobre a greve de 1983 são interessantes pois trazem o aspecto da solidariedade de classe. O governo a partir da reação dos petroleiros ao Decreto 2024, edita o 2036 aplicando os efeitos do decreto anterior só aos novatos, mas manteve o corte dos 10% do efetivo. Tal ação governamental não surtiu efeito, pois os trabalhadores podem ter imaginado: hoje são os novatos, amanhã seremos nós.

> Em 1983 saiu a famosa carta de intenções do FMI reduzindo 10% do pessoal, e isto nós constatamos que iria afetar a folha de pessoal, com demissões, aí houve uma reunião no Rio de Janeiro onde os companheiros se comprometeram a mobilizar a base para ter um enfrentamento desta política de demissões, além de retirar direitos históricos da categoria como gratificação de férias, periculosidade, nós nos mobilizamos aqui em Paulínia. Na primeira assembleia tinham 400 companheiros e houve a posição pela deflagração do movimento grevista. Neste meio o governo recua afirmando que não tiraria o direito dos antigos mas só dos novos, dizendo que os 10% não cairia na folha de pessoal. Nós não acreditamos, nós queríamos que fosse colocada uma clausula com a garantia no emprego, a coisa mornou, e nós sentíamos que não havia mobilização nas outras bases e que a greve não sairia a nível nacional. Na segunda assembleia já tivemos 600 pessoas e quando nós achamos que a categoria poderia até recuar devido a estes fatores, o Jacó e o Giba tinham ido para Brasília para fazer uma reunião com o Ministro Murilo Macedo, e este teve uma postura de manobrar junto aos outros dirigentes, e os nossos dirigentes perceberam que já não havia uma firmeza dos outros dirigentes, mesmo assim na volta deles aqui a diretoria do sindicato bancou a greve mesmo que entrasse sozinha, mas foi a luz do que trazia da base, não foi só uma postura da direção e a greve foi deflagrada, e aí provou que a categoria tinha consciência política construída de consolidação do Sindipetro Campinas.(LUCENA, 2012, pág. 3 - Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 15/07/1995).

À guisa de uma conclusão preliminar, é importante dizer que A "história do tempo presente é feita de moradas provisórias" (BÉDARIDA, 2002, p. 221). Os eventos atuais ativam as memórias do passado e pressionam os historiadores a revisitá-lo, podendo melhor compreendê-lo, à luz do presente, sejam os acontecimentos e/ou os sujeitos[10]. Neste contexto atual, no qual "lideranças combativas" tornaram-se

[10] Beatriz Sarlo (2007) e Eric Hobsbawm (1998) nos ajudam nesse debate memória/história.

chefes dos Poderes Executivos, implementando reformas restritivas dos direitos dos servidores públicos, servindo-se do mesmo expediente adotado por Figueiredo, de só atingir os mais novos; o fim do imposto anual sindical, reivindicação dos mais "combativos", sendo agora apresentado no bojo da Reforma trabalhista combatida por todas as centrais sindicais e a principal "liderança combativa" sendo execrada publicamente devido as denúncias de corrupção, como não pensar na crise do "novo sindicalismo" e da sua repercussão sobre a classe trabalhadora? Quais organizações sindicais mantém a bandeira de luta da autonomia sindical?[11] Em que medida a crise do "novo sindicalismo", com a burocratização das direções sindicais e do seu distanciamento das bases, fizeram os "novos personagens" saírem de cena?

Em 1988, quando os mais "combativos" perceberam não ter lugar no Brasil legal para a autonomia sindical, os sindicalistas da CUT sacudiram a poeira e voltaram a gritar a sua palavra de ordem: " a luta continua, companheiros! " (GIANNOTTI; NETO, 1990, p. 40-41). E hoje, como se posicionam esses "companheiros" frente aos mesmos temas do passado? As posições atualmente assumidas ajudam no melhor entendimento das suas trajetórias passadas? Pretendemos aprofundar as questões propostas ao longo da dissertação...

REFERÊNCIAS

FONTES

Documentais

Atas das sessões da Câmara de vereadores de Alagoinhas/Ba (1972-1985).

Boletim do Sindicato dos Petroleiros da Bahia. Disponível em: *www.sindipetroba.org.br/novo/noticia.php?id=222. Acessado em 30/05/2017.*

Discurso de um petroleiro na Câmara dos deputados federais, alusivo aos 20 anos da Greve de 1983. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/147002.doc. Acessado em 30/05/2017.

Jornais

Alagoinhas Jornal (1972-1985).

Jornais *A tarde* (1972 – 1985).

[11] Segundo Vitto Giannotti e Sebastião Neto (1990), derrotada na Constituição Federal de 1988, com o apoio, dos Partidos Comunistas que se uniram aos setores mais conservadores da sociedade.

Memórias

PINTO NETO, Pedro Marcelino. *Alagoinhas: o que a memória guarda*. Alagoinhas/Ba. Ed. Figam, 2015.

ANTUNES, R. *O Novo Sindicalismo*, S.P., Ed. Brasil Urgente, 1991.

BRANT, Vinícius Caldeira. *Paulínia: Petróleo e Política*, S.P., CEBRAP, 1990.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984 – A reconstrução*, v. 3. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1991.

BIBLIOGRAFIA GERAL

COELHO, EURELINO. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1988).* Feira de Santana/Ba. UEFS Editora, 2012.

GARCIA, Ciro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2ª edição revista – Rio de Janeiro. Achiamé, 2012.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *CUT: Por dentro e por fora*. Petrópolis. Vozes, 1990.

GRAMSCI, Antônio. Conselhos de Fábrica, Sindicatos e Partidos*, Revista Cara a Cara*, SP. Ed. Vozes, 1978, pgs. 161 a 177.

HOBSBAWM, Eric J. *O presente como História.* In: ____. Sobre a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.243-255.

LUCENA, Carlos. O mito de caronte: a greve dos petroleiros de 1983, o governo figueiredo e o FMI. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012. *Anais Eletrônicos* – ISBN 978-85-7745-551-5.

MENDONÇA, Sônia Regina de e FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente*. 4ª edição. São Paulo. Ática, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alexandro. *Ensaios de história oral.* São Paulo. Letra e Voz, 2010.

REIS FILHO. Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

SADER, Eder. *Quando os Novos Personagens Entraram em Cena*, R.J., Ed. Paz e Terra,1988

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SENA, Darliton Paranhos de. *Experiências de luta e conflitos de classe: A trajetória dos trabalhadores Químicos e Petroquímicos Baianos e suas organizações (1963-1997)*. Dissertação mestrado – Feira de Santana, 2011.

SOUZA IVO, Alex de. *Uma História em verde amarelo e negro: Classes operária, Trabalho e Sindicalismo na Indústria do Petróleo (1949-1964)*. Dissertação mestrado, Salvador/Ba, 2008.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e Política: As origens do Partido dos Trabalhadores.* Petrópolis. Vozes, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa.* Tradução Renato Bussatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. – Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

PODER, PRESTÍGIO E RIQUEZA: A TRAJETÓRIA DE ASCENSÃO SOCIAL DO NEGOCIANTE PORTUGUÊS JOÃO GOMES BARROSO NA CIDADE DA CORTE

AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS
Universidade Federal da Bahia

NATURAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA DE PARADELA, termo de Barcelos, Arcebispado de Braga, nasceu em 27 de abril de 1749. Filho legítimo de Manoel Gomes Barroso e de Domingas da Fonseca. Veio para o Brasil ainda jovem, assim como seu irmão Antonio Gomes Barroso e se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro. Casou-se em 6 de junho de 1792 aos 43 anos na Freguesia da Candelária com Maria Joaquina Alves de Azevedo, natural da Freguesia de São João do Itaboraí, filha do Mestre de Campo Alexandre Álvares Duarte de Azevedo e de D. Ana Maria Joaquina. Nessa época já ostentava o título militar de Capitão e era reconhecido como importante homem de negócios da Praça mercantil fluminense. Foi genitor de quatro filhos, três homens e uma mulher. O primogênito que carregava o mesmo nome do pai possuía problemas mentais, o secundogênito chamava-se Alexandre Alves Barroso, o terceiro Antonio Alves Barroso e a caçula Honorata Carolina Barroso, que se casou em 1830 aos 13 anos de idade com o Conde de São Simão, Paulo Fernandes Carneiro Viana.

A busca pelo prestígio social e pela salvação da alma

Na época da elaboração do seu testamento, João Gomes Barroso havia ascendido consideravelmente na hierarquia social da cidade da Corte, tornara-se Comendador da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias da Corte, Moedeiro da Real Casa da Moeda, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Juiz Almotacé do Senado da Câmara do Rio de Janeiro no ano de 1808 e confrade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde foi tesoureiro durante a maior parte dos cinco anos da

Provedoria de seu irmão Antonio Gomes Barroso, entre os anos de 1807 e 1812 e em seguida o substituiu como Provedor da instituição entre 1812 e 1813.

Ao abordar a ascensão social nos estados absolutistas modernos, Stuart Schwartz considera que apesar destes serem marcados pela rigidez social em torno do estamento, havia principalmente a partir da expansão comercial do século XV, maior possibilidade de mobilidade social.

> A fidalguia, ou, em termos mais genéricos, um *status* social mais elevado, não era na verdade algo inatingível. Apesar de a sociedade por ordens ter sido concebida em termos fixos e rígidos, a mobilidade social era, sem dúvida, possível. O desenvolvimento do comércio e a emergência do Estado em Portugal e em outras partes da Europa haviam criado oportunidades para que comerciantes, advogados, funcionários régios e outros conseguissem acesso à riqueza, ao *status* ou ambos (SCHWARTZ, 1988, p. 211).

Acerca da mobilidade social no Brasil colonial, Antony John Russel-Wood considera que jamais houve um período com tanta possibilidade de mobilidade social quanto no século XVIII.

> A sociedade baiana se caracterizava por grande flexibilidade interna. Em nenhum momento essa flexibilidade foi mais evidente do que no século XVIII. As linhas de demarcação social entre as classes se tornaram confusas. O prestigio já não se contava mais em termos de linhagem nobre e de posse de plantações ou de fazendas. A riqueza começava a comprar muito dos atributos da igualdade social. Emergiu gradualmente uma classe mercantil que assumiu responsabilidades anteriormente consideradas como monopólio da aristocracia rural... Esses precursores de um patriciado mercantil buscavam os cargos públicos e a aceitação social...Na Bahia, atingiram esse objetivo em 1740, quando a Coroa reconheceu sua capacidade de servir como conselheiros municipais e os irmãos da Misericórdia elegeram membros da classe dos comerciantes para o cargo de Provedor. Esse novo setor...passou a combinar muitas das funções e valores da nobreza com os da burguesia (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 280).

Segundo Russel-Wood, o princípio de "aburguesamento" que permeava a sociedade baiana em meados do século XVIII, modificou os parâmetros de poder e de *status* social, quando a "nobreza da terra" passou a cada vez mais ter que dividir espaço com os grandes negociantes nos principais circuitos de sociabilidade colonial.

Apesar de estar analisando a sociedade baiana setecentista, a afirmação de Russel-Wood contempla várias outras partes da colônia, inclusive a sociedade na qual o Coronel João Gomes Barroso estava inserido, o Rio de Janeiro do final do período colonial, período de consolidação dos comerciantes de grosso trato.

Ainda sobre os homens de negócio, Russel-Wood entende que "A posição do homem de negócios era ambígua e difícil no Império português ultramarino. Era desprezado pela população como cristão-novo, mas apoiado pela Coroa como meio de prover os cofres reais. O sucesso financeiro precedeu a aceitação social." (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 92).

Russel-Wood nos revela a dificuldade de ascensão social através do comércio nas sociedades de Antigo Regime e simultaneamente, apresenta uma importante chave interpretativa para a compreensão de uma das causas da maior flexibilidade nas barreiras sociais do Brasil colonial a partir de meados do século XVIII, a atuação desses grandes negociantes em consonância com os interesses econômicos da Coroa lusitana, seja através do pagamento de tributos, arrematação de contratos ou concessão de empréstimos. Este último aspecto foi mencionado por João Fragoso e Manolo Florentino, que ao analisarem um relatório do Marquês de Lavradio de 1778, apresentam as cifras que a Coroa devia aos comerciantes cariocas.

> O próprio vice-rei constatava que a Coroa devia a esses comerciantes a quantia de 5 milhões de cruzados, cifra astronômica, dado representar cerca de 1/5 do valor de todas as exportações coloniais no ano de 1796, e aproximadamente metade das da Bahia na mesma época (FLORENTINO E FRAGOSO, 2001, p.81)

Os homens de negócio apesar do sucesso financeiro demandavam reconhecimento social. Um dos percursos mais comuns para aumentar o cabedal social na busca por *status*, prestígio, poder e honra foram as tentativas de inserção nas instituições militares, administrativas e religiosas do Império português. Como exemplo, podemos mencionar as Ordenanças, as Câmaras e as Misericórdias, discorreremos com maior profundidade sobre as duas últimas.

A Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, fundada em Lisboa em 1498 por D. Leonor, irmã de D. Manuel, sob influência do Frei Miguel de Contreiras, paulatinamente adquiriu relevância pelo seu papel filantrópico,

ampliando suas atividades através da concessão de privilégios da Coroa portuguesa e das doações de particulares.[1] Em diversas áreas do Império português não foi diferente, as Santas Casas de Misericórdia cresceram em extensão e em poderio econômico. A irmandade proliferou rapidamente por Portugal e em seguida pelo seu Império, tornando-se a maior e mais poderosa irmandade leiga da época. Por volta de 1750, havia onze Misericórdias nas Ilhas de Açores e Madeira, três em Angola, vinte e nove na Ásia e dezesseis no Brasil, além das muitas espalhadas por Portugal. (SÁ, 1995, p. 100). Das existentes no Brasil, as mais poderosas foram a da Bahia e a do Rio de Janeiro.

A Misericórdia gradualmente foi se tornando um dos principais locais de sociabilidade do Império português. Seja da Bahia a Macau, de Goa ao Rio de Janeiro, era ali que os aristocratas se reuniam para tratar de assuntos políticos, econômicos e sociais. Pertencer a esse circuito se constituiu como um dos principais percursos para o fortalecimento do cabedal social nas relações sociais intraelites. "A Misericórdia significava para essas famílias bem mais do que uma simples irmandade medieval fundada em Lisboa em 1498. Era um clube onde elas poderiam encontrar outras pessoas com os mesmos interesses financeiros e a mesma posição social". (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 123).

As Câmaras no Império português, além de principal instituição no exercício do poder local, se constituíram simultaneamente como grande legitimadora da condição social privilegiada dos principais da terra.[2] Maria Fernanda Baptista Bicalho, ao buscar as diferenças nas vias de obtenção de "capital social" no reino e nas colônias, demonstra a importância das Misericórdias e das Câmaras nos territórios ultramarinos como instrumento de nobilitação e distinção social.

> Enquanto no reino a via privilegiada para a obtenção de capital social para a aquisição de mais elevados graus de nobreza era o acesso às instituições centrais da monarquia, como os conselhos de Estado, ou o posto de vice-rei nas conquistas, nestas, por meio do controle das instituições locais, como as câmaras ou mesmo as ordenanças, as elites procuravam ter acesso a honras, privilégios e signos de distinção. A condição de conquistas ou de colônias e a tão propalada distância em relação à Corte e ao monarca subtraíam as elites

[1] Apenas para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, João Gomes Barroso legou 2:400$000 réis.

[2] João Gomes Barroso como já mencionado foi Juíz Almotacé do Senado da Câmara em 1808.

> ultramarinas da disputa de mecanismos de nobilitação, tais como a aquisição de títulos de foros de fidalgo da casa real e de cartas de brasão de armas. Sobrava-lhes, além de distinções mais correntes de familiar do Santo Ofício e de cavaleiro das Ordens Militares, o governo ou a administração local por intermédio das câmaras, das ordenanças e das misericórdias (BICALHO, 2001, p. 206-207).

Bicalho atesta ainda, a centralidade dos cargos camarários, como locais de distinção e hierarquização, disputados pelos indivíduos mais abonados economicamente da localidade.

> Não obstante, no ultramar, o acesso aos cargos camarários surgia como objeto de disputas entre grupos economicamente influentes nas localidades. Essas disputas podem ser entendidas como um dos fatores que indicam a centralidade daqueles cargos... enquanto espaço de distinção e de hierarquização dos colonos... (BICALHO, 2001, p. 207).

Charles Boxer, em um dos trabalhos mais citados pela historiografia brasileira do período colonial, afirma que os conselhos municipais e as Santas Casas de Misericórdia eram elementos de coesão do vasto império, espécie de "mão" do Estado, ou seja, eram instituições que reproduziam a sociedade estamental portuguesa. Isto explica a atuação similar de ambas instituições em territórios tão distintos. "A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau". (BOXER, 2002, p. 286).

Portanto, além dos títulos, o fato de um indivíduo pertencer às instituições do Império português revelava sua alta posição social na colônia. João Gomes Barroso, por exemplo, fez parte de várias irmandades e confrarias, catorze no total, a saber: Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, onde deveria ser sepultado, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Almas, Nossa Senhora da Candelária, Nossa Senhora das Dores da Candelária, todas estas localizadas na Freguesia da Candelária onde vivia. Além destas, foi confrade na Irmandade do Senhor Bom Jesus do Calvário, Nossa Senhora Mãe dos Homens, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Boa Viagem, Irmandade de Santa Luzia, Ordem Terceira de São Francisco de Paula, Ordem Terceira do Carmo, Irmandade do Senhor dos Passos

e da Imperial Capela e a já mencionada Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.[3]

Nas irmandades de sua Freguesia, João Barroso mandou celebrar quantas missas fossem possíveis no dia de sua morte a 800 réis cada e mais quatrocentas missas por sua alma, cem missas pelas almas de seus pais, cem missas pelas almas dos seus irmãos e cem missas pelas almas das pessoas com quem manteve relações comerciais a $640 réis cada, totalizando mais de setecentas missas.[4]

João Barroso também ofereceu vários legados com finalidades sociais, a saber: Esmola para cinquenta viúvas pobres a 20$000 réis cada, esmola para quatrocentos pobres no dia de sua morte a 320 réis cada e esmola para dez órfãs a 200$000 réis cada.

A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro foi a irmandade mais beneficiada pelos legados de João Gomes Barroso. Ao todo, recebeu 2:400$000 réis, divididos da seguinte maneira: 800$000 réis para os enfermos pobres do Hospital e 1:600$000 réis para os expostos.

Outras instituições beneficiadas foram: A Irmandade da caridade da Candelária a quem foram doados 800$000 réis para repartir com os pobres, e as Ordens Terceira do Carmo, Terceira de São Francisco das Chagas e Terceira de São Francisco de Paula, que receberam cada uma 100$000 réis.

A filantropia e a celebração de missas, além do aspecto religioso presente numa Corte de origem católica, constituiu-se nas sociedades de Antigo Regime como um forte instrumento estratégico de distinção social, que ultrapassava a vida do autor da dádiva, beneficiando e assegurando o *status* dos seus descendentes. (SANTOS, 2015, p. 62-69).

A distribuição da herança

João Barroso beneficiou com suas doações apenas dois parentes além de sua esposa e filhos. Legou para o seu caixeiro e sobrinho Antonio Simões Barroso a

---

[3] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Traslado do testamento apenso ao inventário do finado João Gomes Barroso. Código do Fundo: JK. Fundo/Coleção: Juízo de Fora. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Falecido) & Maria Joaquina de Azevedo Barroso (Inventariante). Ano: 1829-1835. Número: 8.096. Maço. 461.

[4] Ibidem.

quantia de 1:600$000 réis, esperando dele que após sua morte continuasse a servir nos negócios da família. E para uma de suas irmãs, Maria Josefa Gomes Barroso residente em Portugal, legou 400$000 réis.

O patrimônio

João Gomes Barroso era proprietário de catorze casas urbanas: uma casa de comercializar ferragens e carruagens na Rua Direita, um engenho em Itaguaí, com fazenda de gado na mesma localidade, uma chácara em Mata-Porcos, um Rancho denominado da lancha e muita escravaria. Possuía diversas embarcações em sociedade com o seu irmão mais velho, o Coronel Antonio Gomes Barroso, a saber: O navio Ânimo Grande, Aníbal, Ulisses e Trajano, além do Navio Flora, do Bergantim Espadarte, do Bergantim Nova Santa Rosa, do Brigue Maria Segunda e da lancha Senhora do cabo, que eram propriedades individuais, possuía ainda muitas dívidas ativas.[5] Adiante aprofundaremos a questão das dívidas ativas do Coronel João Barroso.

João Luís Ribeiro Fragoso ao estudar as quinze famílias mais proeminentes estabelecidas na praça mercantil carioca entre os anos de 1800 e 1830 nos ajuda a entender um pouco mais sobre a posição de destaque dos Gomes Barroso. Embora Fragoso não faça distinção entre os irmãos João e Antonio Barroso, isso não invalida a apresentação dos dados pertinentes a esses indivíduos, pois possuíam vários negócios em sociedade e em segundo lugar por que tais informações corroboram a trajetória de acumulação de riqueza e de ascensão social de João Gomes Barroso.[6]

Os Gomes Barroso foram a terceira família com maior número de expedições para o tráfico atlântico de escravos entre 1811 e 1830, quarenta e seis no total. (FRAGOSO, 1992, p. 263).

---

[5] A não especialização e a atuação em várias atividades simultaneamente é uma das principais características do capital mercantil. Para um maior aprofundamento nesta questão, cf: ARRUDA, José Jobson de Andrade. Exploração colonial e capital mercantil. *In:* História Econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec- FAPESP, 1996.

[6] Ao que tudo indica, João Fragoso se apropriou do conceito de casa típica do antigo regime português, ou seja, a casa (grande casa) como uma entidade que representava a centralidade e o exercício do poder privado, frente aos demais interesses (alheios) na defesa do patrimônio familiar. Para mais informações ver alguns dos trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro, dentre eles: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Penélope: Fazer e Desfazer a História. N 12, 1993.

No comércio com Portugal, foi a família que mais realizou viagens, entre 1812 e 1822, dezenove no total, seguida de perto por Manoel Gonçalves de Carvalho que realizou dezoito expedições com o mesmo fim. (FRAGOSO, 1992, p. 263).

No comércio com a Ásia, prevaleceu o domínio dos negociantes metropolitanos, pois os principais homens de negócio da praça fluminense não mantiveram um circuito mercantil ativo com a parte asiática do Império português. Entre 1812 e 1822 ocorreram apenas sete viagens de negociantes cariocas para o continente asiático, estas se concentraram em apenas cinco famílias: Os Gomes Barroso, os Carneiro Leão, Manoel Gonçalves de Carvalho e João Gomes Valle, todos com uma viagem cada. Apenas Manoel Joaquim Ribeiro fugiu um pouco a essa regra, promoveu três expedições. (FRAGOSO, 1992, p. 263). Entretanto, não realizou no período nenhuma expedição para a costa africana e apenas uma para o comércio com Portugal. Isso indica que havia por parte desse indivíduo uma tentativa de especialização na atividade mercantil com a Ásia fugindo de áreas concorridas e cobiçadas pelos negociantes da praça carioca, a saber: o tráfico de escravos com a África e o comércio com Portugal.

Na compra e venda de navios os Gomes Barroso tiveram uma participação discreta. Apenas três transações entre 1799 e 1816, (FRAGOSO, 1992, p. 263). Não obstante, obtiveram na seguradora Providente uma posição de protagonismo, possuíam 40:000$000 réis de participação em 1814, valor muito superior aos demais investidores. Para se ter uma ideia da desproporção dos investimentos dos Gomes Barroso em relação aos demais investidores, citaremos os demais acionistas. Na segunda posição como maiores acionistas da Providente na época, estavam Francisco J. Guimarães e Manoel Caetano Pinto com 10:000$000 réis cada, ou seja, apenas 25% do capital investido pelos Gomes Barroso. Em terceiro lugar figurava José Ignácio Vaz Vieira com 6:000$000 réis. Os três somados, portanto, chegavam a apenas 65% do capital investido nesta seguradora pelos Gomes Barroso.

Possuíam ainda, uma ação da Seguradora Dias Barbosa e Companhia no ano de 1811. Apenas sete das quinze famílias consideradas por Fragoso tinham ações dessa seguradora.

Em investimentos no Banco do Brasil os Gomes Barroso novamente se destacavam, possuíam em 1809 quarenta e uma ações. Das quinze famílias mais

abonadas economicamente da praça carioca em 1809, apenas três além dos Barroso detinham ações deste banco, os Carneiro Leão, os Pereira de Almeida e Manoel Caetano Pinto, uma ação cada. (FRAGOSO, 1992, p. 263).

Na atividade mercantil propriamente dita os Gomes Barroso também se destacaram. Segundo maior comprador de açúcar branco e mascavado entre 1802 e 1822, com 146 mil arrobas desembarcadas no porto do Rio de Janeiro. Terceiro maior comprador de charque, com 51 mil arrobas, e o quarto maior comprador de trigo com 33 mil arrobas. (FRAGOSO, 1992, p. 263).

É também revelador da força econômica de João Barroso, o grande número de pessoas que o serviram na atividade mercantil. Apenas na atividade de caixeiro, identificamos seis indivíduos atuando nesta atividade simultaneamente, a saber: seu sobrinho Antonio Simões Barroso, João Souza Ribeiro, Domingos José Enéias, Celestino Fortunato Joaquim Pinto, José Antonio Pereira de Souza e José Bernardes Silva. Registraram-se ainda recebendo gratificações por transações comerciais em favor de João Barroso, mais três indivíduos: O padre José da Silva Santiago, José Apolinário de Matos e Feliciano José de Melo.[7]

Os indivíduos que aparecem recebendo remuneração da família Barroso mais de uma vez entre 1826 e 1830 são vinte e três indivíduos diferentes, entre caixeiros, guarda-livros, mestres de embarcações, ajudantes, oficiais mecânicos, feitores, cirurgiões e procuradores.

As dívidas Ativas

João Gomes Barroso, como é característico de um grande homem de negócios, possuía muitos créditos, resultado de suas transações mercantis em diversas capitanias da colônia. Infelizmente não teremos uma dimensão exata da sua grande movimentação financeira, pois a primeira parte de seu inventário, justamente a que apresenta as dívidas ativas encontra-se interditada à consulta, entretanto, no

[7] Fontes: ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apelação Cível /Ação de Soldadas. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Comendador João Gomes Barroso, José Bernardes Silva e Francisco Pereira Nunes Madruga (Apelados) & Justo José Coelho (Apelante). Ano: 1826-1827. Número: 216. Maço. 141. Galeria A. EJ0. ACI. 1269; ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apelação Cível / Libelo. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Apelado) & Antônio Félix Correia de Miranda (Apelante). Ano: 1818-1821. Número: 250. Maço. 142. EJ0. ACI. 1235.

cruzamento de fontes, utilizando as ações de execução, encontramos João Gomes Barroso entre 1810 e 1821 acionando oito indivíduos judicialmente, apenas contra estes, o valor do seu montante equivalia a 16:395$570 réis, vejamos com detalhes esses processos. [8]

Em 6 de agosto de 1810 João Barroso acionou judicialmente um de seus inquilinos, José Batista do Espírito Santo, pelo não pagamento de aluguéis atrasados, solicitando o arrombamento da casa para a penhora dos bens equivalentes ao valor da dívida. Seu pedido foi acatado e no dia seguinte dirigiram-se à casa situada na Rua de São Pedro, o Merinho da Casa da Suplicação e o Escrivão. As chaves encontravam-se nas mãos de um vizinho que prontamente as entregou. A casa foi aberta diante da presença de três testemunhas. Nela foram encontrados os seguintes bens: Um moinho, duas camas, dois potes, um urinol, um barril com arcos de ferro, três xícaras, dois pires de louça e um fogareiro de barro. Todos esses bens foram penhorados pela justiça até que o inquilino quitasse seu débito. Alguns dias depois, o Coronel Barroso já havia recebido o que lhe era devido e José Batista pôde reaver seus bens confiscados.[9]

Em outro processo datado de 8 de agosto de 1811, João Barroso aciona judicialmente Antonio José de Novais Castro pela dívida de 202$400 réis, restante de

---

[8] ANRJ. Libelo Cível. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Comendador João Gomes Barroso (Autor) & Delfina Rosa de Jesus (Ré). Ano: 1821. Número: 711. Maço. 2.334. Galeria A; ANRJ. Sentença Cível de Ação de Assinação de dez dias. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & José Joaquim Raposo (Réu Citado e Convencido). Ano: 1819. Número: 3.465 Maço. 2.331. Galeria A. EJ.0.ACI. 1448; ANRJ. Autos Cíveis de Ação de Assinação de 10 dias. Código do Fundo: ZK. Fundo/Coleção: Juízo de Fora. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor Vencedor) & Manoel Antonio da Costa (Réu Citado e Convencido). Ano: 1819. Número: 645. Maço. 2.350. Galeria A; ANRJ. Ação de Juramento. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antonio José de Novais Castro (Réu). Ano: 1811. Número: 3.467. Maço. 2.331. Galeria A. EJ0. ACI. 0449; ANRJ. Executivo. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & José Batista (Réu). Ano: 1810. Número: 3.460. Maço. 3.467. Galeria A. EJ0. ACI. 0448; ANRJ. Libelo. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antônio de Barros e Melo e outros (Réus). Ano: 1813. Número: 615. Maço. 2.333; ANRJ. Apelação Cível /Ação de Soldadas. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Comendador João Gomes Barroso, José Bernardes Silva e Francisco Pereira Nunes Madruga (Apelados) & Justo José Coelho (Apelante). Ano: 1826-1827. Número: 216. Maço. 141. Galeria A. EJ0. ACI. 1269; ANRJ. Apelação Cível / Libelo. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Apelado) & Antônio Félix Correia de Miranda (Apelante). Ano: 1818-1821. Número: 250. Maço. 142. EJ0. ACI. 1235.

[9] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Executivo. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & José Batista (Réu). Ano: 1810. Número: 3.460. Maço. 3.467. Galeria A. EJ0. ACI. 0448.

maior quantia, pela compra dos seguintes molhados: Em 18 de outubro de 1806 uma pipa com azeite no valor de 204$800 réis, em 1808 uma pipa com vinho no valor de 90$000 réis, em 14 de novembro de 1808 quatro pipas com vinho de Viana a 44$800 réis cada, totalizando 179$200 réis, em 24 de janeiro de 1809, uma pipa com vinagre no valor de 64$000 réis, em 11 de fevereiro de 1809, uma pipa com vinho no valor de 108$800 réis, e por fim em data que não pôde ser identificada mais duas pipas com vinho a 100$000 réis cada. O somatório de todas as compras entre 1806 e 1809 foi de 846$800 réis, o devedor Antonio José de Novais Castro entre 1806 e 1810 pagou valores distintos em cinco oportunidades que totalizaram 644$400 réis, mas o restante de 202$400 réis não foi pago, motivo pelo qual levou o Coronel João Barroso a acionar o devedor judicialmente. [10]

Vejamos outros processos. Em 28 de fevereiro de 1804, Antonio de Barros e Melo comprou um alto valor em fazendas junto ao Coronel João Gomes Barroso para sortimento das lojas que possuía no Rio Grande de São Pedro do Sul em sociedade com Antonio Ribeiro Diniz e Bernardo José Rodrigues. A compra totalizou a quantia de 4:422$889 réis e o prazo para pagamento foi de 10 meses. O devedor era conhecido da praça carioca, com frequência estava no Rio de Janeiro comprando fazendas junto aos negociantes locais.[11]

Passaram-se três anos e Antonio de Barros e Melo não foi mais visto nem na praça carioca nem na gaúcha, deixando dívidas com vários negociantes locais. As últimas notícias que Barroso obteve do referido devedor é que havia se mudado para São Paulo e depois para as Minas.

Após o término do prazo e o aguardo de mais algum tempo, João Gomes Barroso passou o crédito para o negociante Pedro Antonio Peixoto do Prado morador da Capitania de Rio Grande de São Pedro, que ficou com a responsabilidade de diligenciar a cobrança da dívida aos demais sócios. Essa medida surtiu algum efeito, pois os sócios de Melo quitaram uma parte da dívida, cerca de 40% do valor principal. Pagaram 531$962 réis em 3 de outubro de 1807, 352$861 réis em 24 de

---

[10] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ação de Juramento. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antonio José de Novais Castro (Réu). Ano: 1811. Número: 3.467. Maço. 2.331. Galeria A. EJ0. ACI. 0449.

[11] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Libelo. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antônio de Barros e Melo e outros (Réus). Ano: 1813. Número: 615. Maço. 2.333.

novembro de 1807, mais 400$000 réis em 20 de setembro de 1809 e por fim, 500$000 réis em 5 de outubro de 1812. Após essa data, entretanto não foi dada mais nenhuma satisfação e nem feito nenhum pagamento. O Coronel João Gomes Barroso então resolveu em 1813 acionar judicialmente os sócios de Melo, Antonio Diniz e Bernardo Rodrigues para pagamento do restante do valor principal mais os juros parciais de quase 10 anos da data de compra, obtendo parecer favorável no Juízo da Conservatória dos Moedeiros em 19 de agosto de 1813 e os réus condenados a pagar 4:484$332 réis.[12]

Em outro recebimento de dívida, a peculiaridade fica por conta da morte de um dos caixeiros do Coronel Barroso, Ricardo Joaquim Pinto, que deixou apenas um herdeiro, seu filho menor, na época com 12 anos, Celestino Fortunato Joaquim Pinto.[13] Ricardo havia declarado em testamento o desejo de ter seu patrão como testamenteiro e inventariante dos bens. Nas dívidas do inventário, Barroso desconta 120$767 réis que o seu caixeiro lhe devia e mais 125$830 réis que devia a sua esposa D. Maria Joaquina.[14]

Em 29 de abril de 1819, João Barroso vai à justiça contra José Joaquim Raposo por conta de duas letras de crédito que somadas totalizavam a quantia de 1:927$224 réis. Uma delas foi registrada em cartório em 15 de setembro de 1818 no valor de 1:425$049 réis para ser quitada em dois meses. A outra era um pouco mais antiga, venceu em 30 de outubro do mesmo ano, com valor de 1:432$175 réis. Para esta o devedor chegou a abonar parte da dívida em três parcelas, pagando 600$000 réis em 5 de novembro, 220$000 réis em 30 do mesmo mês e 110$000 réis em 11 de dezembro, restando portanto 502$165 réis. Já para a dívida de 1:425$049 réis de não pagou absolutamente nada. Em um processo relativamente simples, em menos de um mês o devedor foi condenado a pagar o principal mais os juros no valor de 1:983$123 réis, além das custas do processo, 68$123 réis, totalizando 2:051$973 réis,

---

[12] Ibidem.
[13] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Inventário. Código do Fundo: ZN. Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Inventariante) & Ricardo Joaquim Pinto (Defunto). Ano: 1816. Número: 9.686. Maço. 576.
[14] Ibidem.

caso contrário teria bens penhorados, avaliados e vendidos em praça pública para satisfação da dívida.[15]

Em processo muito semelhante datado do mesmo ano, o Coronel Barroso aciona desta vez Manoel Antonio da Costa, também pela dívida de duas letras, estas somadas valiam 1:200$000 réis. Sem maiores problemas o juiz Conservador dos moedeiros concedeu carta de sentença cível de ação de dez dias contra o devedor para que Barroso pudesse dar prosseguimento ao processo de cobrança. Em 20 de agosto, cerca de um mês depois da abertura do processo, o devedor já havia sido considerado réu e tinha um prazo de 24 horas para pagar o valor principal mais os juros e custas processuais que respectivamente custaram 9$860 e 6$165 réis.[16]

Em 1821, o Comendador João Barroso abre uma ação de libelo cível contra a viúva do devedor José Luiz da Cruz, D. Delfina Rosa de Jesus por ser testamenteira e única herdeira do casal, já que não tiveram filhos. Foram três letras de crédito, uma no valor de 3:072$000 réis, datada de 3 de janeiro de 1821 para ser paga em seis meses. E mais duas de 1:850$000 réis cada, datadas de 3 de abril do mesmo ano, sendo que os prazos para pagamento foram distintos, uma letra com prazo de três meses, para ser paga simultaneamente à primeira, com vencimento em 3 de julho e a outra com vencimento em seis meses, 6 de outubro.

O devedor havia pago apenas a primeira letra de crédito, e ainda de forma parcial. Foram noS dias 16 de junho quando abateu 2:000$000 réis e no dia 12 de julho quando amortizou mais 1:000$000 réis. Diante dessas circunstâncias, a viúva foi obrigada a assumir o termo de confissão e no dia 29 de outubro amortizou mais 600$000 réis do valor total da dívida e se comprometeu a pagar o restante no valor de 3:172$000 réis em seis meses, além dos juros e custas processuais.[17]

Por fim, vejamos o processo que João Gomes Barroso apela contra o seu inquilino Antonio Félix Correia de Miranda. Barroso jamais havia tido relações

---

[15] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sentença Cível de Ação de Assinação de dez dias. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & José Joaquim Raposo (Réu Citado e Convencido). Ano: 1819. Número: 3.465 Maço. 2.331. Galeria A. EJ.0.ACI. 1448.

[16] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Autos Cíveis de Ação de Assinação de 10 dias. Código do Fundo: ZK. Fundo/Coleção: Juízo de Fora. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor Vencedor) & Manoel Antonio da Costa (Réu Citado e Convencido). Ano: 1819. Número: 645. Maço. 2.350. Galeria A.

[17] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Libelo Cível. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Comendador João Gomes Barroso (Autor) & Delfina Rosa de Jesus (Ré). Ano: 1821. Número: 711. Maço. 2.334. Galeria A.

comerciais com este indivíduo, até que em setembro de 1817, Miranda o procurou para alugar uma loja situada numa propriedade de casas à Rua de São Pedro. João Barroso por não o conhecer exigiu uma pessoa abonada para atuar como fiador do referido contrato, alguns dias depois Antonio Miranda aparece com uma carta assinada por Luiz José Tinoco de Almeida que aceitou afiançar, se obrigando pelo locatário em caso do não pagamento do aluguel. Barroso então resolveu alugar a loja. O contrato foi firmado em 5 de setembro com vencimento mensal no valor de 6$400 réis. O inquilino, entretanto, não se mostrou um bom pagador. O primeiro pagamento recebido por Barroso ocorreu somente sete meses após o início da vigência do contrato, no valor de 13$440 réis. Cerca de dois meses depois, Miranda pagou mais 12$800 réis referentes a dois meses de aluguel. Barroso recebeu depois de tanto cobrar, mais 3$200 réis. Foram esses os valores pagos e nada mais. Em 21 de setembro de 1818, após mais de um ano, Antonio Félix Miranda entrega as chaves por meio de terceiros com o recado de que em breve quitaria o restante da dívida. Barroso após aguardar várias semanas aciona o locatário para recebimento do valor restante, 50$060 réis. Em juízo o réu alegou que os valores cobrados por Barroso eram equivocados, argumentou que o aluguel era de 4$000 réis por mês e não de 6$400 réis como afirmava Barroso e que os valores que já havia sido pagos importavam a quantia de 45$440 réis e por isso restava o pagamento de apenas 4$050 réis. Miranda buscou ainda desqualificar os depoimentos do apelante, afirmando que por se encontrar debilitado por conta da idade e das doenças, não reunia condições de passar as informações corretas ao seu advogado. Apesar de todos os argumentos, o locatário não produziu nenhuma prova consistente que sedimentasse seu discurso. Os procuradores de Barroso ao contrário, apresentaram provas concretas e testemunhas. O locatário então foi considerado réu no Juízo da Conservatória dos moedeiros, mas apelou à Casa da Suplicação. Após nova derrota, embargou desta vez no trânsito da Chancelaria. Esta querela se prolongou por mais um ano, até que após se esgotar todos os recursos, Antonio Correia de Miranda foi considerado réu em todas as instâncias e obrigado a pagar o restante da dívida e os custos processuais.[18]

---

[18] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Apelação Cível / Libelo. Código do Fundo: EJ. Fundo/Coleção: Casa da Suplicação do Brasil. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Apelado) &

As dívidas Passivas

A parte do inventário que contém as dívidas passivas encontra-se toda preservada o que também permite mostrar o poder econômico desta família. Foram pagos pela viúva, D. Maria Joaquina Alves de Azevedo Barroso, entre 15 de janeiro a 13 de agosto de 1830, exorbitantes 70:270$642 réis em dinheiro de contado. Excetuando-se o funeral, uma grande obra de reforma que a viúva realizou após a morte de seu marido na principal residência da família, situada na Rua da Misericórdia[19] e as muitas antecipações que os herdeiros fizeram antes mesmo do auto de partilha. Os filhos Alexandre e Antonio Barroso e o genro, o Conde de São Simão anteciparam das suas respectivas heranças, em menos de sete meses, o valor de 50:696$587 réis, impressiona o valor das despesas ordinárias (correntes) nesse montante, como se verá a seguir.

O que se consumia numa família de grande cabedal no final do período colonial na cidade da Corte?

Foram despendidos em pouco mais de seis meses com despesas correntes valor superior a 10 contos de réis, a saber: Carne seca, carneiro, peixes salgados, açúcar refinado, sal, farinha, milho, feijão, arroz, toucinho, cebola, alho, batata, repolho, tomate, nabo, salsa, siriguela, coentros, melão, hortelã, pão, alcatrão, canela, farelo, cedro, vinagre, azeite manteiga, queijo flamengo, vinho do Porto, vinho de Lisboa, Vinho de Anadia, vinho Moscatel, rolhas, chás de variados tipos, bacalhaus, café, perfumes, purgantes, ceras, velas, sebo para a fazenda, esteira para sustentar a carne, pratos, pires, xícaras, bules, urinóis, louças, porcelanas, roupas, espelhos, vidros, remédios, aço de Milão, peças de ferro, estopa de linho, fardos de algodão, graxa, cal, tijolos, pinho, ripas, madeiras, areias, telhas, saibro, pregos, trancas, chaves, cadeados, fechaduras, botas, livros em branco, cartas de ofício, pagamentos de fretes e carretos, pagamento de assinatura do Jornal do Comércio, assinatura do Diário do Rio de Janeiro, assinatura do serviço de Correio, despesas com escravos doentes no

---

Antônio Félix Correia de Miranda (Apelante). Ano: 1818-1821. Número: 250. Maço. 142. EJ0. ACI. 1235.

[19] Esta reforma durou cerca de sete meses, entre o final de janeiro de 1830 e o final de agosto do mesmo ano a um custo total de 6:646$880 réis. Foram expedidos sessenta e seis recibos de pagamentos.

hospital da Misericórdia, despesas judiciais, custas, selos, impostos das lojas de ferragem e ordenados de caixeiro e feitor.[20]

Prestígio e Poder

O Coronel João Gomes Barroso gozava de muito poder e influência junto às instituições coloniais, corrobora esta afirmação o fato de encontrarmos sua presença em vários processos de atestações passadas em favor do referido Capitão citando-o como Moedeiro do Número da Real Casa da Moeda e como tal usufruía de privilégios inerentes à função.

A função de Moedeiro além de trazer muito prestígio, agregava poder e influência junto à burocracia do Estado português. O Alvará de 22 de Maio de 1733 ordena que apenas o Juízo da Conservatória dos Moedeiros poderia conhecer das causas de seus membros, sendo nulas as sentenças proferidas em outros juízos.[21]

> Dionísio Esteves Veloso Escrivão da Conservatória dos Moedeiros do Número e mais privilegiados da Real Casa da Moeda desta Corte. Certifico que o Coronel João Gomes Barroso é Moedeiro do Número da Real Casa da Moeda desta Corte e Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e como tal goza de todos os privilégios concedidos apenas aos Moedeiros e de não demandar nem ser demandado fora de seu Juízo. O referido é verdade em fé do que passo a presente. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1813. Dionísio Esteves Veloso.[22]

Este foro privilegiado aos moedeiros já era exercido no reino desde as Ordenações Filipinas[23] e estendido para os territórios ultramarinos no século XVIII. Para os escrivães do Juízo da Índia e Mina a partir do Alvará de 23 de abril de 1723 e para a Conservatória dos Moedeiros da colônia brasílica por Alvará de 22 de maio de 1733.

---

[20] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Inventário. Código do Fundo: JK. Fundo/Coleção: Juízo de Fora. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Inventariado) & Maria Joaquina de Azevedo Barroso (Inventariante). Ano: 1831. Número: 8.821. Maço. 461.

[21] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Libelo. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antônio de Barros e Melo e outros (Réus). Ano: 1813. Número: 615. Maço. 2.333.

[22] ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Libelo. Código do Fundo: ZI. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Partes: Coronel João Gomes Barroso (Autor) & Antônio de Barros e Melo e outros (Réus). Ano: 1813. Número: 615. Maço. 2.333.

[23] Privilégio dos Moedeiros da Cidade de Lisboa. Ordenações Filipinas, 1603, livro 2º, título 62, parágrafo 3º.

Esse prestígio convertido em privilégio, poder e influência de que gozava João Gomes Barroso é típico da sociedade de Antigo Regime e pode ser entendido a partir dos conceitos de "justiça distributiva" e "mercê remuneratória trazidos por Fernanda Olival para o estudo da sociedade portuguesa do período moderno.

> A justiça distributiva... era objeto de grande atenção na sociedade portuguesa de Antigo Regime... Com efeito, servir a Coroa, com o objectivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção. Como se verá, não terá sido apenas a primeira nobreza do reino que se adaptara a essa crescente dependência. Nos grupos sociais mais baixos, a questão fundamental era muitas vezes encontrar a disponibilidade necessária, nomeadamente econômica, para servir (OLIVAL, 2001, p. 21).

A visão de Olival para a metrópole encontra consonância nos trabalhos de Maria Fernanda Bicalho para o Brasil colonial, a partir do conceito de "economia das mercês". A autora considera que:

> O imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição / doação de mercês por parte do rei; engradecimento / atribuição de status, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento / reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca (BICALHO, 2005, p. 23)

Portanto, os cargos, títulos e privilégios que beneficiaram a elite mercantil carioca em geral e o Comendador João Gomes Barroso em particular, sem dúvidas foram resultado da política adotada pela Coroa portuguesa na metrópole e no ultramar.[24]

Considerações Finais

A partir de um estudo de caso, a análise da trajetória de João Gomes Barroso, português erradicado no Brasil que se enriqueceu pela via mercantil, buscamos

---

[24] Para aprofundar questões acerca da negociação entre a Coroa e os súditos da América portuguesa, cf. BICALHO, M. F. B. Centro e Periferia: Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. Leituras (Lisboa), Lisboa, v. 6, p. 17-39, 2000.

demonstrar as estratégias dos homens de negócio no Brasil do final do período colonial, na busca por poder, prestígio e ascensão social. Data de meados do século XVIII o ápice da maior flexibilidade social intraelites, quando a riqueza material comprava muitos dos atributos da ascensão social. Os negociantes de grosso trato valeram-se amplamente de sua forte condição econômica como estratégia para ocupar funções nobiliárquicas e cargos públicos, antes preenchidos principalmente pela “nobreza da terra”.

Como vimos, ao longo deste trabalho, o negociante João Gomes Barroso obteve êxito em suas estratégias de ascensão social, pois ocupou vários cargos e funções de prestígio e adquiriu vários títulos nobiliárquicos, que além de *status*, agregavam privilégios às suas atividades. Foi Comendador da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias da Corte, Moedeiro da Real Casa da Moeda, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Juiz Almotacé do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Tesoureiro e Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e confrade de várias instituições religiosas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Exploração colonial e capital mercantil. In:* História Econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec- FAPESP, 1996.

BICALHO, Maria Fernanda B. *As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império.* In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. (Org.). O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa. Séc. XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, M. F. B. *Centro e Periferia: Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial.* Leituras (Lisboa), Lisboa, v. 6, p. 17-39, 2000.

BICALHO, M. F. B. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime.* Almanack Braziliense, v. 2, p. 21-34, 2005.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790 –1840.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII.* Penélope: Fazer e Desfazer a História. Nº 12, 1993.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789).* Lisboa: Estar Editora, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.* Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Isabel G. *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII.* Salvador: Quarteto, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial (1550-1835).* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

O GOLPE DE 1964 E SEUS IMPACTOS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS

CRISTIANE LOPES DA MOTA[1]
Universidade Federal da Bahia

"SESSÃO ESPECIAL DA CÂMARA de Vereadores de Santo Antônio de Jesus em homenagem ao Comando Revolucionário". Assim registrou-se a presença dos militares na política do município em 21 de maio de 1964. Apesar da referência à homenagem prestada aos representantes da junta militar, composta pelo tenente Masiere, do Segundo Exército, e pelo general Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar, o documento evidencia um dos primeiros atos de intervenção das forças armadas na cidade. [2]

Os militares citados acima fizeram uma "exposição minuciosa" a respeito do que houve antes e depois do golpe de 31 de março e alertaram para fatos que poderiam acontecer a partir daquele momento. [3] Portanto, a intervenção dos militares demonstrou a ligação de uma cidade do interior da Bahia com a política nacional.

O objetivo deste artigo é compreender o golpe em Santo Antônio de Jesus, a fim de mostrar suas singularidades considerando-se, porém, o contexto nacional. Procuramos entender como os segmentos santantonienses receberam o golpe e estabeleceram ligações com a política estadual e nacional. Com base na realidade local, buscamos identificar as estratégias adotadas para apoiar a ditadura civil-militar, como a Marcha da Família com Deus pela democracia e as homenagens ao comando revolucionário.

---

[1] Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Este artigo resulta da pesquisa para a dissertação de mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V, defendida em 08 de novembro de 2013.
[2] Ata da sessão especial da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus. 21 de maio de 1964.
[3] Ibidem

Santo Antônio de Jesus está localizada na Região do Recôncavo da Bahia, mais especificamente no Recôncavo Sul, às margens da BR-101, a 187 km (por via terrestre) e 90 km (via mar) de Salvador, capital da Bahia. Possui extensão territorial de 252Km² e população estimada em 100 mil habitantes segundo o senso de 2011. Devido a sua centralidade geográfica a cidade tem importância como núcleo comercial e de serviços em todo o recôncavo baiano, sendo assim considerada a "Capital do Recôncavo".[4]

No que se refere à política local, esteve entrelaçada por interesses familiares construídos desde suas primeiras formações, sobretudo a partir da criação do Conselho de Intendência após a Proclamação da República, em 1889. Os treze intendentes que governaram a cidade de 1889 a 1930 exerceram profissões de status para época, eram médicos, funcionários públicos, tenentes, padres e empresários. Alguns desses intendentes tiveram filhos que se envolveram na política da cidade nos anos de 1940, 1950 e nas décadas seguintes. Assim, em alguns casos, foram os filhos e parentes de intendentes e ex-prefeitos que apareceram nos registros na câmara municipal da cidade recepcionando o golpe em 1964 e congratulando-se com os militares e com os projetos propostos pela ditadura.

O Executivo e o Legislativo, eleitos em 07 de outubro de 1962, administraram Santo Antônio de Jesus até 1967 compondo o quadro político da cidade no ano do golpe, como também nos primeiros anos da ditadura. A disputa eleitoral de 1962 envolveu Antônio José Gonçalves e Antônio Veiga Argolo, cunhado de Antônio Fraga, forte liderança política municipal, enfrentando o "quase desconhecido" José Trindade Lobo.

José Trindade Lobo, além de fazendeiro, representava a firma Almerindo Portugal, armazém de fumo localizado na Avenida Barros e Almeida tendo assumido, em março de 1950, a consultoria da Congregação Mariana. Segundo Hélio Valadão, em 1962, quando procuraram um candidato para prefeito que tivesse condições de lutar e, se possível, derrotar o candidato de Antônio Magalhães Fraga, missão considerada quase impossível, todos os prefeituráveis selecionados encolheram-se. (VALADÃO, 2005:86).

---

[4] Disponível em: http://www.mma.com.br/mma3/?open=saj_hist. Acesso em: 18 de julho de 2012.

Valadão enfatiza que José Trindade Lobo, não era sequer cogitado, mas aceitou o desafio. "Surpreendentemente" venceu e marcou o início de uma "nova era" na política em Santo Antônio de Jesus. Ainda segundo Valadão, Zeca Lobo, como era chamado, deu à sua campanha um cunho diferente. O memorialista enfatiza que José Trindade Lobo venceu por sua "modéstia, humildade e sinceridade". Registrou: "O povo já se deparou com aquele homem simples como ele mesmo, desprovido de qualquer tipo de vaidade, sem prometer nada, sem comprar voto, um homem comum, amante de sua própria família, todo o povo gostou, aprovou e o elegeu" (VALADÃO, 2005:86).

As declarações feitas pelo memorialista Hélio Valadão demonstram um posicionamento favorável ao prefeito Zeca Lobo, haja vista que Valadão também era envolvido no cenário político da cidade e ocupou uma cadeira no Legislativo como suplente entre os anos de 1979 e 1981. Sua narrativa demarca ainda a animosidade que existia com Antônio Magalhães Fraga, ex-chefe político da cidade, que tinha lançado o nome de Antônio Veiga Argolo como oponente de Zeca Lobo.

No que diz respeito ao prefeito José Trindade Lobo, mencionado em livros de memória, atas da Câmara Municipal e depoimentos orais, em sua maioria, aparece nas narrativas como homem honesto, simples e cumpridor dos seus compromissos. Aspectos que, segundo essas fontes, permitiram desbancar o candidato apoiado pelo prefeito Antônio Magalhães Fraga.

Contudo, a candidatura de José Trindade Lobo pela União Democrática Nacional (UDN), partido do então governador da Bahia, Juracy Magalhães (1959 - 1963), contribuiu para sua eleição em 1962. A UDN reunia antigos políticos de oposição a Vargas. Esse partido, de orientação conservadora, congregava setores da burguesia e da classe média urbana. Seus integrantes, em sua maioria, eram representantes das antigas oligarquias regionais que comandaram os estados nos períodos anteriores. (MICELI, 1986). Na Bahia, conforme Paulo Santos Silva, os "autonomistas procuravam costurar alianças para a formação do núcleo baiano da UDN, já que contavam também com os ex-adversários provenientes do antigo PSD de Juracy Magalhães" (SILVA, 2011:52). A UDN transformara-se em defensora rígida do constitucionalismo

liberal. Empossara também uma versão de liberalismo econômico que tendia a afastá-la dos sentimentos nacionalistas. Em 1961, fez parte do grupo que tentou impedir a posse de João Goulart.

A vitória de Zeca Lobo é consequência, também, do apoio das elites políticas de Santo Antônio de Jesus, visto que esta cidade ganhara grande impulso no seu comércio a partir das décadas de 1950 e 1960, no contexto desenvolvimentista do país, levado a cabo por presidentes como Juscelino Kubitschek. Com as iniciativas de implantação da indústria petrolífera, iniciar-se-ia a abertura de rodovias e assegurar-se-ia a chegada da energia elétrica à região, viabilizada pela "construção da Companhia Hidroelétrica do S. Francisco (CHESF), além de outras realizações subvencionadas por instituições estatais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)" (SOUZA, 2008:42).

O apoio local e do governador da Bahia elucida também a permanência de Zeca Lobo como prefeito da cidade após o golpe de 1964, o que não ocorreu em outros municípios baianos como Vitória da Conquista, Ipiaú, Feira de Santana e Salvador. Esses municípios se somam a tantos outros que viveram a experiência da perseguição, da cassação e do dano aos direitos políticos nesse período. (DIAS, 2009). Eram chefiados por partidários de João Goulart e poderiam se tornar possíveis focos de resistência. Por isso, foram rapidamente neutralizados pelos militares que se apressaram nas intervenções e mudanças de comando (SANTANA, 2009). O ambiente de intervenção para sucumbir às agitações populares insufladas no governo Jango já vinha sendo preparado, tendo à frente a imprensa baiana conservadora e o setor hegemônico da Igreja Católica (ALMEIDA, 2010).

Voltando à posse de José Trindade Lobo, em 14 de março de 1963, na presença de oito vereadores e autoridades "ilustres" da cidade e do estado, sob a presidência do vereador Waldemar Pinto Queiroz, foi aberta a sessão de posse do prefeito. "Isto feito, depois de prestado juramento legal, o presidente o declarou empossado, tendo se ouvido delirante e vibrante salva de palmas".[5]

---

[5] Ata da Sessão solene para a posse do Exmo. Prefeito Municipal de Santo Antônio de Jesus, eleito no pleito de 07 de outubro de 1962 da primeira Sessão ordinária Câmara de Vereadores do município de Santo Antônio de Jesus em 14 de abril de 1963.

O Executivo ficou sob o comando de José Trindade Lobo, eleito pela UDN, que derrotou o cirurgião dentista Antônio Veiga Argolo, do PR, e Antônio José Gonçalves, do PTB. Administrou Santo Antônio de Jesus entre 07 de abril de 1963 e 07 de abril de 1967, eleito novamente para o período entre 01 de fevereiro de 1971 e 31 de janeiro de 1973, pela Arena 2, derrotando o empresário Aurino Leal Sales, candidato pela Arena 1.

Conforme a ata da câmara de 14 de abril de 1963, no Legislativo, os doze vereadores eleitos no pleito de 1962 ficaram distribuídos em três bancadas: Ademário Francisco dos Santos, Manoel José de Souza, Edvaldo Oliveira Souza, Waldemar Pinto Queiroz, José Pereira Reis, Durval Samuel de Souza e Misael Maia Matos na Aliança Democrática Santantoniense (ADS), agremiação política de orientação conservadora que congregava os políticos locais, sobretudo, os ligados à UDN; Maria do Carmo Nogueira Amâncio, João Mercês, Domício Francisco de Andrade e Deraldo Félix de Jesus no PR e Adalício José de Almeida no PTB.

A recepção ao golpe e as congratulações à ditadura civil-militar

Conforme o memorialista Hélio Valadão, a sociedade santantoniense era dividida em grupos familiares que viviam independentes e quase isolados. Geralmente reuniam-se na igreja por ocasião de eventos religiosos: missas, novenas, procissões, batizados, casamentos e, de vez em quando, festas animadas por bandas de música a exemplo da Filarmônica Amantes da Lira ou da Carlos Gomes, e quermesses organizadas pelos fiéis a fim de angariar donativos para custear despesas da igreja e dos padres. (VALADÃO, 2005:113).

Segundo este memorialista e outros que também escreveram sobre Santo Antônio de Jesus, o cenário do município passou a ganhar novos contornos a partir dos anos de 1960:

> [...] A cidade que encontrei em junho de 1965 era ainda acanhada, embora fosse, já àquela época, uma das melhores da região. Ainda não tinha água encanada e o fornecimento de luz elétrica era feito precariamente. Todavia algo nos dizia que seu futuro seria promissor, como realmente o foi e continua sendo (SALES, 2006:23).

> Na década de 60 do século XX, houve uma grande mudança nos costumes de Santo Antônio de Jesus, motivada por uma série de acontecimentos auspiciosos e a chegada de uma geração de jovens formados, gente de visão voltada unicamente para o desenvolvimento, desvinculada de velhos e tradicionais laços do passado (VALADÃO, 2005: 113-114).

Estas passagens assinalam momentos de mudanças em Santo Antônio de Jesus, sobretudo no que tange aos ideais desenvolvimentistas. No segundo texto, Hélio Valadão fala de "acontecimentos auspiciosos", o que supõe pensar na implantação da ditadura como forma de favorecer esses eventos de transformações. Conforme Lucileide C. Cardoso, "A defesa ou a condenação do regime autoritário constitui o viés ideológico presente nas criações memorialísticas". Ao articular vários aspectos do regime no Brasil, numa complicada composição de rememorações "pessoais" e "exteriores", fornece-se uma resposta singular aos ultimatos do passado relembrado. (CARDOSO, 1994:180).

Santo Antônio de Jesus, a partir dos meados do século XX, passou a atrair as atenções de muitos municípios vizinhos, alcançando um relevante crescimento urbano. A cidade foi se redimensionando e organizando cada vez mais seu espaço urbano, principalmente o centro. De alguma forma, as transformações realizadas pelos governos populistas e a política urbana, estabelecida em 1964, "são incorporadas nas cidades do recôncavo. [...] durante as décadas de 1950 e 1960, a cidade ciência mostrou-se de forma mais acabada e predominou a ideia de progresso que tudo pode" (SANTANA, 2009:268).

É diante desse quadro que Valadão fala de eventos esperançosos para as décadas seguintes, quando o poder ficaria ainda mais centralizado no governo dos militares, mas não sem a intervenção e o apoio dos setores da sociedade civil no processo de desestabilização do presidente João Goulart, de tomada de poder e organização de estratégias durante todo o transcurso da ditadura.

O apoio do Executivo e do Legislativo de Santo Antônio ao golpe pode ser pensado a partir dessas construções históricas permeadas por interesses que balizaram os conflitos e alianças entre partidos diante dos anseios

pretendidos, numa rede de entrelaçamentos sociais na construção do Estado Nacional.

Podemos perceber a expressão desses interesses nos gestos de congratulações dos vereadores ao general comandante da 6ª região militar, ao governador do estado e ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. Na oportunidade da instalação do período Legislativo de 1964, na câmara de vereadores de Santo Antônio de Jesus, fez-se o registro: "Interpretando o sentimento do Senhor Prefeito e de todo o povo deste município, congratula-se com Vossas Excelências pela patriótica solução dada ao problema Nacional, que nos garantirá um período de Paz, Ordem e Prosperidade".[6]

As palavras, "patriótica", "paz", "ordem" e "prosperidade", observadas nas atas, fizeram parte dos discursos cotidianos dos vereadores. As propostas e propagandas políticas exaltavam um nacionalismo ufanista, pregando a ordem e a paz. Essa política que tinha por finalidade a consolidação econômica do país, à custa do cerceamento dos direitos e do exercício da cidadania, refletia-se na administração da cidade.

Seguindo a ordem das congratulações a ditadura, o vereador Domício Francisco de Andrade enfatizava: "vitorioso o movimento militar que afastou do poder o governo cuja associação com o credo comunista comprometia seriamente a estabilidade da democracia no Brasil". Depois da fala, Domício Francisco pede ainda para todos os vereadores do partido Republicano assinar a ata como forma de representar "os pensamentos dos seus líderes", como também do "eleitorado do município", demonstrando "aplausos e confiança" às forças armadas que "salvaram a nação das garras que ameaçavam as liberdades democráticas". [7]

Outro ponto que merece destaque foi o pedido do vereador para os demais assinarem a ata como forma de representar o pensamento da população santantoniense, deixando transparecer "aplausos e confiança" aos militares. O político Domício Francisco ao referir-se às forças armadas interpreta seus anseios e convicções como sendo os mesmos do eleitorado do município.

---

[6] Ata da sessão de instalação do primeiro período legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus – de 1964. Neste período era prefeito da cidade o senhor José Trindade Lobo.

[7] Ibidem.

À semelhança de muitos apoiadores, a maioria dos vereadores recebeu a notícia do golpe como se fosse a solução para os problemas brasileiros ou quis fazer crer que assim pensava. Após oito dias, alguns afirmavam o desejo de ordem, paz e prosperidade procurando identificar-se com os anseios do novo regime. O ideal dos militares de disseminar sua ideologia de "remédio" para os "males" do país dentro de uma estratégia de fortalecimento da economia, mesmo que esse progresso econômico resultasse em um fechamento político e na depreciação da liberdade de expressão, teve apoio imediato da maioria dos representantes políticos de Santo Antônio de Jesus.

Essas manifestações favoráveis ao regime do corpo político local também puderam ser verificadas em cidades circunvizinhas a exemplo de Nazaré, como demonstra o jornal *O Alvitre*.[8] O periódico foi lançado em 1954, circulou na região por um período e retornou em 1972: "A Câmara Municipal de Nazaré cumprimenta o jornal *O Alvitre,* tradicional órgão de imprensa da região, pelo seu reaparecimento nesta data. Nazaré 25 de fevereiro de 1972".[9] Logo no primeiro exemplar, em 05 de julho de 1954, foi enfatizado pelo colunista que a posição do jornal seria neutra no que diz respeito à política: "Não temos a mínima ligação com qualquer partido, motivo pelo qual aceitaremos toda publicação partidária, artigos e notas."[10]

Não de maneira diferente dos vereadores de Santo Antônio de Jesus, os de Nazaré congratularam-se pelo aniversário do regime, como veremos numa nota enviada pelo presidente da câmara, Raymundo de Araújo Pereira: "No transcurso do VIII aniversário da Revolução de março a Câmara Municipal de Nazaré congratula-se com as nossas Forças Armadas e toda a Nação brasileira pelo histórico acontecimento que consolidou os ideais de ordem e progresso para a nossa querida Pátria."[11] Em 1973, *O Alvitre* publicou um convite enviado pela Prefeitura Municipal de Nazaré, convocando todos da cidade "para

---

[8] Disponível em: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1183199. Acesso em: 10 de setembro de 2013.
[9] *O Alvitre.* Cidade de Nazaré, Bahia. 25 de fevereiro de 1972. Número 52.
[10] *O Alvitre.* Cidade de Nazaré, Bahia. 05 de julho de 1954. Número 1.
[11] *O Alvitre.* Cidade de Nazaré, Bahia. 29 de março de 1972. Número 53.

tomarem parte da Sessão Cívica que será realizada na prefeitura, em justa homenagem de mais um aniversário da benéfica Revolução de 1964."[12]

Voltando às congratulações dos vereadores de Santo Antônio de Jesus, José Pereira Reis, vereador em 1964 pela União Democrática Nacional, falou em depoimento sobre o golpe na cidade. Afirmou que naquela época todos no Brasil viviam apavorados, inclusive esperando uma guerra civil. Segundo o depoente, Santo Antônio foi o primeiro município do Brasil a ir à região de Minas Gerais prestar solidariedade, tendo sido ele o intermediador, "tanto que em função disso todas as vezes que os militares vinham para cá fazer reuniões, mostrar para o povo que o governo daquela época não desejava acabar com a vida de ninguém, e sim dar outra vida ao Brasil, eu era convidado para fazer parte das comissões."[13] Conforme suas palavras, "um regime inicialmente bom, muito bom, mas depois como tudo no Brasil prevaricou, o que passou a desacreditar inclusive da Revolução."[14]

José Reis nasceu em 1927 no município de Jandaíra (BA). Em 1945, ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB), como voluntário, especializou-se em mecânica de automóveis e aviões e fez cursos de Cabo e Sargento da Infantaria. Em 1953, veio para Santo Antônio de Jesus para gerenciar o Banco Econômico da Bahia. Foi eleito vereador pela UDN (1963-1967) na cidade e líder do partido. Assumiu o cargo de auditor fiscal da Secretaria da Fazenda Estadual em 1971, período em que foi também assessor do Secretário Estadual da Fazenda Luiz Sande. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Católica de Salvador, em 1981. (SALES, 2006:26).

José Reis falou com empolgação sobre o início da ditadura no país, e sua participação efetiva de apoio aos golpistas evidencia posição coerente como político aliado dos militares. Porém, quando menciona que a "revolução prevaricou", sua fala expressa um tom de decepção.

---

[12] *O Alvitre*. Cidade de Nazaré, Bahia. 31 de março de 1973. Número 58.

[13] Com relação à participação de Minas Gerais no movimento de deposição de Goulart como cita o depoente José Reis, ver: STARLING, Heloísa. *Os Senhores das Gerais*: Os Novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

[14] José Pereira Reis (83 anos), vereador em Santo Antônio de Jesus pela UDN em 1964. Depoimento concedido em 19 de abril de 2010.

A primeira intervenção concreta dos militares em Santo Antônio de Jesus deu-se com a presença de membros do Exército Nacional – Henrique Almir Masiere e Manoel Mendes Pereira – em uma sessão da Câmara Municipal, nomeada como sessão especial, visando redirecionar os trabalhos do Legislativo e do Executivo da cidade, no intuito de enquadrar suas ações ao projeto proposto pelos militares.

Apesar de não haver como recuperar diretamente o conteúdo da interferência dos representantes do governo militar, pode-se fazê-lo a partir do testemunho dos vereadores, registrados em ata. Essa intervenção aponta a ligação da cidade com a política nacional como também mostra que Santo Antônio sofreu os impactos do golpe e modificou sua dinâmica organizacional demandada pelos novos preceitos. Isso ajuda a pensar no alcance do golpe de 1964 para além dos grandes centros urbanos, geralmente consagrados pela historiografia que estuda o período.

Conforme a ata, o presidente da câmara municipal nomeou uma comissão composta por vereadores a fim de conduzir os homenageados à mesa. Em seguida, concedida a palavra ao tenente Masiere, representante do Segundo Exército e ao general Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar, fizeram uma exposição minuciosa a respeito do que houve antes e depois do golpe de 31 de março, e ainda do que poderia acontecer daquele momento em diante. Os oradores transmitiram aos presentes, com muita eloquência, a mensagem do presidente Humberto Castelo Branco e do comando revolucionário.[15]

Ao encerrar, agradeceram a acolhida que tiveram na cidade, aproveitando para orientar os vereadores de como deviam conduzir os trabalhos Legislativos. Franqueando a palavra, dela fez uso o líder da maioria na casa, o vereador José Pereira Reis, que, ao exaltar as forças armadas, dirigiu os agradecimentos ao orador que lhe antecedeu, fazendo também ligeiro relato a respeito dos últimos acontecimentos do país. O orador hipotecou solidariedade

[15] Ata da sessão especial da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus. 21 de maio de 1964.

às forças armadas em nome da "Loja Maçônica Deus é Amor", e enviou também mensagem de solidariedade da câmara ao Comando Revolucionário.[16]

Provavelmente, as orientações dadas pelos referidos militares conferiram mudanças na organização legislativa e executiva local e refletiram-se nos diversos setores da cidade e no cotidiano das pessoas. A fala do vereador José Pereira Reis, ao exaltar as forças armadas, tomou como ponto de partida o governo anterior de João Goulart associado à desordem e à má utilização dos ideais democráticos. O destaque para a loja maçônica "Deus é Amor", conforme um político da época, estava relacionado com a participação da maioria dos vereadores, expressivamente udenistas, nessa congregação.

Vários documentos apontam o envolvimento político de Santo Antônio de Jesus com as esferas estaduais e nacionais como apresentado acima. Sinalizam também que esta cidade era importante no contexto político de então. Outros exemplos dessa conexão são os ofícios citados na ata, mas não encontrados durante a pesquisa, dos secretários da Agricultura e da Segurança Pública do governo do estado em agradecimento "à comunicação da eleição e posse da nova mesa" da Câmara Municipal, e uma carta de Ademar de Barros, governador de São Paulo, "agradecendo a solidariedade do vereador Ademário Francisco dos Santos naquele momento histórico da nacionalidade". [17]

São palavras de alguns vereadores no transcorrer do período que o município santantoniense estava no caminho certo, que a harmonia entre o poder municipal, estadual e federal contribuía para o avanço e a consolidação dessa cidade. O vereador Albertino Lira fala do prazer que sente ao ver as obras que estavam sendo realizadas, principalmente na Praça Padre Mateus e nas rodovias municipais.[18]

Na mesma sessão, o vereador Misael Maia Matos enfatizou que fazia sentido o contentamento dos santantonienses, porque as coisas na terra estavam tomando o endereço certo. O vereador achava ainda muito pouco o

[16] Ibidem.
[17] Ata da 4ª sessão ordinária, do primeiro período Legislativo, da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus, 27 de maio de 1964.
[18] Ata da 6ª sessão ordinária do 1º período legislativo (8ª do ano, 34ª de legislatura), da câmara de vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus, Estado Federado da Bahia, realizada no ano de 1970.

que acabava de ser dito pelo líder do governo, face ao muito que estava sendo feito pelo prefeito José Trindade Lobo. Felizmente, segundo ele, em Santo Antônio de Jesus não existia nenhuma ameaça ou coação por parte do Executivo, do Legislativo nem das autoridades policiais. Em suas palavras, só exista um caminho a seguir: "Estender seu incondicional apoio a essas autoridades no sentido de engrossar as fileiras daqueles que desejam bem servir a esta terra". [19]

O governador Lomanto Junior numa visita à Associação Comercial da Bahia, em 1966, enfatizou a necessidade de demonstrar "às classes produtoras, a identidade e a perfeita harmonia entre os que governavam a Bahia no momento e os que lutavam para construir a sua grandeza e o seu progresso".[20]

Em 1970, já no governo de Luiz Viana Filho, a tônica foi a mesma, ou melhor, ainda mais enfática numa ocasião em que o país "orgulhosamente" falava em milagre brasileiro[21] com o crescimento da economia a partir de 1968. O *Jornal da Bahia* anunciava: "a Bahia está crescendo com paz, trabalho e confiança".[22]

Imbuído de uma visão liberal, Celso Lafer afirma em seus estudos que o sistema político brasileiro pós-1964 funcionou "bastante bem", o que permitiu um significativo crescimento econômico. Porém, o autor assinalou que "estes resultados econômicos foram obtidos com custos: custos políticos em termos de supressão de liberdades públicas; custos sociais em termos de acentuadas desigualdades na distribuição de renda [...]", dentre outros (LAFER, 1978:101). Mas, conforme a análise de Daniel Aarão Reis "quem não estivesse gostando, que se retirasse: Brasil ame-o ou deixe-o. Ou então, que enfrentasse o braço

[19] Ibidem.
[20] Jornal *A Tarde* – Bahia, março de 1966.
[21] A expressão "milagre econômico" foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de "milagre alemão". A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão "milagre brasileiro" passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 e também como instrumento de propaganda do governo. Cf. EARP, Fábio Sá e PRADO, Luiz Carlos Delorme. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge; (Org.) *O tempo da ditadura:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219.
[22] *Jornal da Bahia* Salvador, Sábado 10 de Janeiro de 1970.

duro da repressão e tortura como política de Estado, executada pelos serviços de inteligência das forças armadas, [...].” (REIS, 2004:42).

O poder Legislativo e Executivo de Santo Antônio de Jesus, na maioria das vezes, registrou seu envolvimento e sua satisfação com a política nacional, agradecendo às forças armadas pelo apoio dado ao Legislativo e às autoridades do município. Segundo esses vereadores, o poder local, estadual e nacional trabalhou “unido” em benefício da coletividade, é o que se pode depreender do agradecimento e dos parabéns dirigidos “às bancadas aqui no legislativo e ao Presidente da República Garrastazu Médici pela maneira com que vem conduzindo os destinos do Brasil”. [23] Contudo, os votos de apoio ao regime por parte dos vereadores da cidade podem ser entendidos como garantia de mecanismos eleitorais que conferissem através do bipartidarismo a legitimidade política.

Nesse momento, de olhares voltados para o crescimento econômico, até mesmo parte da letra do Hino Nacional passou a incomodar. Edward Catete Pinheiro[24], senador da República, propôs trocar a parte considerada ociosa do Hino: “deitado eternamente em berço esplêndido”, por um trecho mais dinâmico e agressivo: “atento aos desafios que enfrenta e vence”. [25]

A tentativa de mudança de um dos versos do Hino Nacional foi criticada em jornal que circulava no estado da Bahia pelo músico Lindembergue Cardoso, do Seminário de Música da Universidade Federal da Bahia e pelo escritor baiano Jorge Amado, para quem a letra do Hino “era realmente muito feia”, mas todos

---

[23] Ata da Sessão de Encerramento do segundo período Legislativo da Câmara de Vereadores da Cidade de Santo Antônio de Jesus no ano de 1969.

[24] Edward Catete Pinheiro nasceu em Monte Alegre (PA) no dia 27 de fevereiro de 1912, filho de José Antônio Pinheiro e de Valdomira Catete Pinheiro. Prefeito de sua cidade natal de 1939 a 1943 e de 1948 a 1950, Catete Pinheiro elegeu-se no pleito de outubro deste último ano, primeiro suplente de deputado federal pelo Pará, na legenda da Coligação Democrática Paraense, formada pelo Partido Libertador (PL), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Social Progressista (PSP) e União Democrática Nacional (UDN). Ocupou uma cadeira na Câmara de junho a setembro de 1951, tendo aí integrado a Comissão de Serviço Público. Durante o governo de Alexandre Zacarias de Assunção (1951-1956) foi secretário de Saúde Pública do Pará. No pleito de outubro de 1962 elegeu-se senador pelo Pará, mais uma vez na legenda da Coligação Democrática Paraense, agora integrada pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Renovador Trabalhista (PRT), o Partido Republicano (PR), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), o PL, o PSP e a UDN. Deixando a Assembleia paraense em janeiro de 1963, assumiu seu mandato no Senado em fevereiro seguinte e em março tornou-se vice-líder do PTN na casa, função que voltaria a desempenhar em 1964 e 1965. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx. Acesso em 11 de julho de 2013.

[25] Jornal *Tribuna da Bahia* Salvador, 28 de abril de 1970. p.3.

já estavam acostumados e que apenas uma parte "não adiantaria em nada".[26] Se não foi possível lograr êxito com a mudança no hino nacional o mesmo não se pode dizer em relação ao hino da cidade de Santo Antônio de Jesus.

Em 1972, foi realizado um concurso para escolha do hino oficial da cidade. [27] Os jurados compostos por maestros e professores de letras elegeram o hino de autoria de Maria de Lourdes Passos Coni. Não por acaso, cada verso que compõe o hino expressa a ideia propagandeada para sustentação da ditadura, "dinamicidade", "progresso" e "atitude", palavras em voga, sobretudo entre os anos de 1968 e 1976, quando as taxas de crescimento econômico estavam em torno de 10% ao ano. A segunda estrofe é a mais incisiva: "segue sempre em frente, cresce mais e mais, mostra que é capaz de produzir, cria novas metas e seus ideais procura a todos difundir".[28]

Com o golpe, a Bahia acentuou seu desenvolvimento econômico, mas assim como a maioria dos estados brasileiros, ficou impossibilitada de usufruir de autonomia e liberdade, principalmente no campo político, econômico, sociocultural e educacional, por meio da repressão e do cerceamento da liberdade.

A Irmã Benedita, que no início da ditadura foi aluna interna do Colégio Santo Antônio e, posteriormente, professora do colégio Nossa Senhora das Mercês (Colégio Técnico), ao ser questionada sobre os impactos do golpe em Santo Antônio de Jesus, revelou, diferentemente de testemunhos anteriores, um entendimento para além do ideal de "paz e prosperidade". A Irmã Benedita respondeu a partir de sua vivência como aluna interna do Colégio Santo Antônio, ao se reportar à sua chegada em Santo Antônio de Jesus, em 1964.

Ela relatou que o golpe foi um momento de muito choque, muita tensão, muitas conversas do povo. "Ah, vai mandar embora as freiras, vai mandar embora o padre, vai fechar a igreja católica". Disse ainda que foi um momento de conflito, aflição, insegurança, medo e que as internas ficaram apavoradas. A área do colégio Santo Antônio ficou cheia de policiais, as madres não queriam falar com ninguém. "Foi uma situação muito dolorosa, sofrida e insegura. O

[26] Ibidem.
[27] APMSAJ - Decreto nº22 de 04 de setembro de 1972 aprova o Hino Oficial da Cidade de Santo Antônio de Jesus.
[28] Ibidem.

boato que corria no momento é que era uma perseguição comunista, que ia fechar a igreja católica, os conventos não eram do governo eram dos católicos".[29]

Além do momento de tensão abordado pela Irmã Benedita, outro aspecto que a entrevistada destacou foi o da divulgação de uma possível perseguição comunista e de que muitas instituições seriam fechadas como, por exemplo, a Igreja Católica. Essa afinidade conferida a alguns segmentos da instituição com o comunismo deve-se à proximidade de segmentos do clero em relação às camadas populares, sobretudo, no final da década de 1950 e início de 1960. Lucília Delgado destaca que essas novas propostas não ocorreram em nível de toda a Igreja, e que esta não constituía um grupo homogêneo, ao contrário, era composta por vários religiosos de interesses políticos e sociais distintos (DELGADO, 2003).

Outros setores do clero católico, sobretudo os seus líderes, viam o comunismo como um mal a ser combatido. De acordo Rodrigo Motta, o medo da Igreja estava para além da ideia de que o comunismo conquistaria a classe trabalhadora. Na ótica dos responsáveis católicos, a nova doutrina promoveria questionamentos aos fundamentos da religião, pois suas bases não estavam restritas a uma revolução econômico-social. O comunismo se constituía "num sistema de crenças que concorreria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo em uma escala de valores, ou seja, uma moral" (MOTTA, 2002:20).

Marchas e Homenagens: mecanismos de apoio à ditadura

Com relação às políticas de sustentação e consolidação da ditadura, em estudos feitos por Ediane Lopes de Santana, vê-se que algumas manifestações, a exemplo das "Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade", foram importantes para o processo de desestabilização do governo Goulart e validação da tentativa de caracterizar o golpe militar como um anseio da população (SANTANA, 2009).

---

[29] Irmã Benedita, Estudante do Colégio Santo Antônio, no transcorrer do regime. Depoimento concedido em 27 de abril de 2010.

Essas manifestações em alguns momentos eram institucionalizadas, a exemplo da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entidade feminina criada em São Paulo que lutava contra a infiltração comunista no Brasil em defesa da "democracia" e mantinha ramificações em vários estados e cidades brasileiras (SANTANA, 2009).

Quanto à atuação desse grupo feminino em Salvador, de acordo com Lopes, já no início de 1963, nos primeiros meses da gestão de Lomanto Júnior, setores católicos conservadores e senhoras soteropolitanas planejaram suas primeiras estratégias e ações de rua para a derrubada de João Goulart e a contenção das reformas de base. As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade e Democracia" são tidas como ápice dessas organizações e ocorreram em vários estados brasileiros:

> Em Salvador, em 15 de abril de 1964, a multidão se reuniu na Catedral Basílica em direção ao Campo Grande, formando uma impressionante torrente de homens, mulheres e crianças, que entoando hinos patrióticos e religiosos, davam vivas às Forças Armadas e à Democracia" (Jornal da Bahia. 16/04/1964).[30]

O sucesso da caminhada realizada em Salvador incentivou outros municípios baianos a realizar as suas, a exemplo de Nazaré das Farinhas, Camaçari, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas, Jaguaquara, entre outros. O apoio de Santo Antônio de Jesus a essas marchas está registrado também nas atas da Câmara Municipal da cidade:

> Aos 30 dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de Santo Antônio de Jesus [...] Agradecendo a composição da mesa, desta câmara, do segundo tenente Paulino de Freitas Loudovice [...], da Madre Maria do Rosário, solidarizando-se com a ideia de manifestação pública da "Marcha da Família com Deus pela Democracia", e

---

[30] As Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade na Bahia. Este trabalho faz parte da pesquisa "As mulheres baianas na luta contra a Ditadura Militar – Participação e Resistência" coordenada pela Professora Ana Alice A. Costa, desenvolvida através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, com o apoio do Programa de Iniciação Cientifica UFBA/CNPQ/FAPESB. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=As+Marchas+da+Fam%C3%ADlia+com+Deus+pela+Democracia+e+pela+Liberdade+na+Bahia&btnG=Pesquisa+Google&aq=f&aqi=&aql=&oq=as+marchas+das+familia+com+deus&gs_rfai=&fp=de83a197345c8b04>. Acesso em 20 de maio de 2012.

> pondo todos os estabelecimentos sob sua direção à disposição do programa elaborado.[31]

O registro demonstra como esses programas elaborados com ideais anticomunistas, durante as campanhas de desestabilização do governo de Jango e no transcorrer da ditadura, receberam apoio das autoridades santantonienses e também de pessoas que influenciavam diretamente o cotidiano da cidade, como a madre Maria do Rosário, na época diretora do Colégio Santo Antônio de Jesus e da Escola Nossa Senhora das Mercês. Essas mobilizações tornaram-se instrumentos importantes para a consolidação das propostas da ditadura.

O apoio da madre Maria do Rosário às propostas do regime era fervoroso, incentivando muitas pessoas, principalmente os alunos dessas referidas escolas, a ser patriotas e contribuir com os militares. Os pais eram instados a dar seu apoio e ser exemplo para seus filhos, em especial, participando do movimento "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que pregava que a ordem e a paz começavam no seio familiar.

Sentindo-se responsáveis pela harmonia da família, e mostrando a preocupação com os rumos do país, na maioria das vezes, eram as mulheres que se colocavam à frente da organização dessas marchas. Ediane Santana nos chama atenção para o fato de que as reuniões das mulheres para organizar essas marchas não tinham um caráter de movimento feminista, a maior preocupação delas era alertar as pessoas contra o "perigo comunista", que poderia tirar a paz e desordenar as famílias, pois os opositores nesse período eram vistos como desordeiros e céticos.

Outro ponto de apoio à política desenvolvida no país a partir de 31 de março de 1964 foi a nominação de ruas e instituições com a data do golpe e os nomes dos militares que ficaram à frente do poder Executivo no Brasil. Em 27 de maio de 1964, em menos de dois meses de golpe foi discutido na câmara de Santo Antônio de Jesus o Projeto Resolução nº 3/1964 que tratava da mudança do nome da Rua 24 de Agosto para 31 de Março. O documento não traz

---

[31] Ata da 1ª sessão ordinária do 1º período do legislativo da câmara de vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus, ano de 1964.

informações como os nomes dos moradores, a quantidade de pessoas que foi reivindicar a mudança do nome da rua para 31 de Março, nem cita os moradores de outros logradouros, além dos da Rua 24 de Agosto.

Assim, a Câmara Municipal elaborou o projeto de mudança de rua, ficando o prefeito autorizado a efetuar as despesas decorrentes da modificação da placa. Um dos artigos da lei anuncia a revogação de qualquer disposição contrária à mudança do nome da rua.

Acompanhada do projeto lei nº 3/1964, estava a sua justificativa ao afirmar que após o restabelecimento da "democracia" no país, que teve seu início em data de 31 de março, vários moradores daquela rua procuraram o significado do projeto e "numa real demonstração de solidariedade com as Forças Armadas, solicitaram que fosse transferido o nome para 31 de março, o que ora o autor do presente projeto esperava sua aprovação por unanimidade de votos dos Srs. Vereadores. "[32]

Em 06 de junho de 1964, o prefeito José Trindade Lobo sancionou a lei proposta pelos vereadores. Nesse mesmo dia, sancionou também a lei que mudou o nome da Rua Forte de São José para Avenida Juracy Magalhães. Em 1971, outra rua foi denominada Presidente Médici e, em 1975, a transversal da Rua São Bento no Bairro São Benedito mudou para Presidente Costa e Silva. [33]

"Decreto de Viana declara o 31 de março data cívica". Assim é intitulada a matéria do jornal *Tribuna da Bahia* para falar da decisão do governador da Bahia, Luiz Viana Filho. O Jornal anuncia que considerando o movimento revolucionário "pelo seu sentido renovador dos costumes políticos e administrativos do país, restaurador da moralidade pública e garantidor do regime democrático, deve ser cada vez mais difundido entre o povo e em especial, entre a juventude".[34]

Dessa forma, essas mudanças não foram despropositadas. Cidades e ruas são perpassadas por inúmeras representações marcadas por fatos e vivências que carregam significados semelhantes ou distintos para cada indivíduo que nelas habitam, muitas vezes formando laços de solidariedade ou sendo motivos

---

[32] Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus 1964, 1971 e 1975.
[33] Ibidem.
[34] Jornal *Tribuna da Bahia.* Salvador 21 de março de 1970, p. 3.

de desavenças. As pessoas são identificadas pelos espaços que frequentam e habitam (REVEL, 1998).

Os espaços são lugares de memória, entrelaçados pelos anseios de cada tempo, "as peculiaridades de cada um dos processos de criação e os conteúdos das lembranças invocadas apontam o lugar e o tempo da memória-história." (SANTANA, 2009: 29). A elite orgânica sabendo dos signos que compõem os espaços como, por exemplo, ruas e instituições, utilizou essa estratégia de nomeá-los com o sentido por eles utilizado de "Revolução Gloriosa" e "Heróis da Pátria", associando estes nomes a um momento de paz, que livrou o país do comunismo.

Considerações finais

O objetivo desse artigo foi mostrar a recepção do golpe em Santo Antônio de Jesus atentando para vários segmentos sociais, sobretudo o corpo político local. Com a ditadura estabelecida procurou-se entender as reverberações provocadas na cidade o que contribuiu para alguns redirecionamentos administrativos, como constatamos nas atas do legislativo e em documentos do arquivo municipal.

A partir dessas investigações, vimos que a recepção ao golpe e aos seus idealizadores foi calorosa pelo corpo político da cidade. Propomos também uma abordagem referente aos programas de sustentação do regime, como a "Marcha da Família com Deus Pela Democracia", que ocorreu em 30 de abril de 1964 na referida cidade, as mudanças dos nomes de algumas ruas para homenagear tanto o dia do golpe quanto os militares que comandaram o país no transcorrer da ditadura e também a criação do Brasão de Armas do Município. Esses programas contribuíram para uma maior adesão e prolongamento do governo do regime autoritário em âmbito nacional, estadual e local.

Assim, em face do golpe de 1964 e da implantação da ditadura civil-militar, como possivelmente ocorreu em outras cidades do interior do país, Santo Antônio de Jesus foi atingida pelos novos caminhos abertos na politica brasileira. Os grupos dirigentes da cidade se dividiram em facções. A adesão ao

governo e os votos de congratulação do Legislativo e do Executivo foram vistos não só como apoio a ditadura, mas, sobretudo, como estratégia para garantir posições de mando no âmbito do poder local. Esses fatos e seus desdobramentos político-partidários evidenciaram os impactos do golpe de 1964 em Santo Antônio de Jesus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Silva de. *"O Comunismo é o ópio do povo":* Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia, (1963-1975). Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, 2010.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64.* Revista Brasileira de História- Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. (1960-1970). In: Delgado, Lucília de Almeida Neves; Ferreira, Jorge; (Org.) *O tempo da ditadura:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista *In:* ZACHARIADLES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

LAFER, Celso. *O Sistema Político Brasileiro*: estrutura e processo. São Paulo: Perspectiva. 1978.

MICELI, Sergio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós - 1930 in: Fausto, Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. *O Brasil Republicano:* Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a Crise de 1964 no traço da caricatura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e Crescimento Econômico: A Redundância Autoritária. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

QUEIROZ, Fernando Pinto de. *A capela do padre Matheus.* Feira de Santana-Ba: Sagra, 1995.

REVEL, Jacques. *Micro análise e construção social*. In. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

SANTANA, Charles D' Almeida. As filarmônicas e a Música urbana no Recôncavo. In. CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington; LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira (Org.). *Capítulos de uma história da Bahia:* Novos enfoques, novas abordagens. São Paulo: Annablume. 2009.

SANTANA, Charles D'Almeida. *Linguagens urbanas, memórias da cidade:* vivências e imagens da Salvador de migrantes. São Paulo: Annablume. 2009.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação popular na Bahia (1962-1973). *In:* ZACHARIADLES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas. In: ZACHARIADLES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição:* luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*: interpretação crítica da economia brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. *Lei e costume:* experiências de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). Dissertação de Mestrado, Salvador: (UFBA) 2008.

VEIGA. José V. *A hora dos ruminantes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (organizador). *Ditadura militar na Bahia:* novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

"DO QUE É TEATRO A BAHIA": DISPUTAS POR CARGOS E JURISDIÇÃO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. MACAÚBAS (1878-1880)

DAIANA SILVA BARBOSA[1]
Universidade Federal da Bahia

O PRESENTE TEXTO REFLETE as questões e primeiras hipóteses da pesquisa sobre conflitos políticos na vila de Macaúbas entre 1878 e 1880. Trata-se do estudo e análise das disputas por cargos da estrutura jurídico-administrativa e as relações que tais embates estabeleceram com o âmbito provincial e central, enfatizando principalmente a ação dos agentes do Estado Imperial nos sertões.

Esses embates aconteceram em meio a um debate político sobre eleições no Brasil. A década de 1870 tem grande peso na historiografia sobre o século XIX, pela efervescência dos debates e o peso dos acontecimentos. Dentre os temas da agenda política estava a reforma eleitoral. A reivindicação pela reforma atravessou toda a década de 70, ao fim desta, especificamente no ano de 1878, ganhou conteúdo prático, quando o Imperador D. Pedro II nomeia um Gabinete Liberal para a efetivação da mesma, com inserção da eleição direta. A nomeação Liberal de 1878 finalizou um período de predomínio dos conservadores no topo do governo, foram dez anos de governo contínuo deste grupo (LINHARES, 1990, p. 264-265). Na política do Império o jogo político das nomeações ditava a ocupação de diversos cargos no território, assim se deu no ano de 1878 quando os liberais, após a ascensão, põem em prática o costume político de destituir agentes e nomear outros.

Como demonstra a historiografia sobre eleições e criminalidade, nos períodos de mudança de comando político e nos períodos eleitorais era comum

a efervescência de conflitos armados em várias partes do Império. Esse quadro pode ser averiguado, quando ocorreu a nomeação liberal de 05 de janeiro 1878, nas localidades da província da Bahia, dentre elas Lençóis, Carinhanha, Xique-Xique, Macaúbas. Alguns traços comuns podem ser apontados sobre as disputas que ocorreram nessas vilas. Em primeiro lugar, o teor partidário, pois os grupos estavam disputando usando as legendas de conservadores e liberais, em algumas dessas localidades essa polarização ficou mais evidente. Em segundo lugar, os cargos administrativos e jurídicos eram o principal interesse das facções partidárias e dos chamados capangas ou jagunços. Esse tipo de configuração aponta para o quadro já analisado na historiografia por autores que se debruçam sobre as relações clientelísticas e relações de favores.[1]

Cabem alguns apontamentos sobre o tema dos partidos políticos. No presente texto, a preocupação centra-se em definir de que composições partidárias estamos tratando, uma vez que para o século XIX a discussão que envolve os partidos políticos adquire outra tônica, devido aos moldes em que se constituía ali as legendas partidárias, diferente da composição dos partidos que se formaram a partir da segunda metade do século XX no Brasil. Outro componente pode ser acrescentado ainda: as composições partidárias que são tema desta pesquisa estão inseridas no plano local, não nos esquivamos do diálogo com o núcleo central dos Partidos Conservador e Liberal, entretanto o diálogo deve ser feito privilegiando uma discussão sobre a maneira como as premissas desse núcleo alcançavam ou não as composições partidárias locais.

O debate sobre os partidos políticos no Brasil do século XIX é amplo, incluindo as teses de autores como Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Ilmar de Mattos, Richard Graham, entre outros. Nos passos de José Murilo de Carvalho, abordamos as teses inicias que vão desde autores que negam qualquer diferença entre os partidos, passando por aqueles que os distinguem em termos de classe social, chegando aqueles que os distinguem por outros aspectos, como a origem regional, rural ou urbana,

---

[1] Ver as obras: GRAHAM, Richard. *Reforma Eleitoral*. In: Clientelismo e Política no Século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1969.

etc. No primeiro grupo encaixam-se as colocações de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Vicente Licínio. No segundo grupo está Raymundo Faoro, Azevedo Amaral e Afonso Arinos de Melo Franco, para cada um deles as diferenças não são as mesmas. Oliveira Viana por sua vez não aponta uma distinção social, mas ideológica entre os dois partidos. No terceiro grupo está Fernando de Azevedo, João Camilo de Oliveira Torres. A crítica de Carvalho a essas teses reside principalmente na tentativa que a maioria delas esboça de encaixar os partidos políticos em determinadas concepções sobre a estrutura social e o sistema de poder do Império, tais como: sociedade escravista, domínio do latifúndio, sociedade patriarcal, etc., (CARVALHO, 2007, p. 202-203).

Não obstante o peso dessas teses, uma discussão centrada na constituição das composições partidárias locais ainda carece de reflexões. Nesse sentido os argumentos de Richard Graham (1997) são esclarecedores sobre a maneira como localmente adquiriam significado os nomes conservador e liberal. Faccionalismo é uma palavra-chave para o autor, a partir das suas considerações entendemos a categoria enquanto expressão local dos partidos políticos imperiais e todas as implicações daí decorrentes, como personalismo, as lealdades pessoais sendo mais evidentes que uma suposta lealdade partidária, disputas eleitorais e por cargos e uso da violência como elemento e expressão das disputas.

No Brasil do século XIX as fronteiras partidárias eram fluidas, não obstante os esforços de alguns políticos para disciplinar os partidos, o que se observa é que não existiam linhas claras de atuação, nem mesmo programas partidários que pudessem minimamente encaminhar os participantes para determinada posição. No plano central, as ações dos partidos estavam postas nestes termos, no plano local isso fica ainda mais evidente, uma vez que os interesses de chefes locais e a natureza personalista dos partidos direcionava as ações nesse âmbito. O faccionalismo aí presente dava a tônica da política e a maneira como as insígnias de ser conservador ou ser liberal eram incorporadas. Para Richard Graham (1997) as siglas dos partidos eram "enganosas", pois os cidadãos dividiam-se politicamente menos por lealdades partidárias, do que

por laços pessoais. Instituir a disciplina partidária era um desafio, ao passo que também era o garantidor das maiorias parlamentares, isso esboça uma explicação para o esforço de políticos como Barão de Cotegipe e de João José de Oliveira Junqueira, por exemplo, em torno da disciplina partidária. Graham identifica que "os partidos parlamentares constituíam-se, dissolviam-se e reforçavam-se, e pelo menos até 1889 adotavam posições aparentemente contraditórias sobre importantes questões" (1997, p.195-205).

Voltamos aos eventos da vila de Macaúbas. De fevereiro a março de 1878 circulavam entre as vilas de Macaúbas e Urubu as notícias das destituições e novas nomeações para os cargos da comarca. Uma série de pequenos embates se deu nesse período entre os grupos locais de Macaúbas, principalmente entre os grupos que se denominavam conservadores e liberais naquela localidade, o primeiro grupo (o dos conservadores) liderado por Porfírio José Brandão delegado demitido, e o segundo (dos liberais) liderado por José Bernardino de Souza Leão, médico na vila e subdelegado nomeado pelo gabinete liberal.

Na tarde de 23 de março de 1878, entre cem e duzentos homens armados, guiados pelo capitão Porfírio José Brandão, entram na vila. Inicia-se uma seção de disparos, partindo do grupo que chegava e dos chamados liberais que se encontravam na praça. Ferimentos, perseguições e mortes marcaram o cenário. Caíram feridos indivíduos dos dois grupos, dentre eles José Bernardino, líder liberal ferido nas duas pernas. Na noite, madrugada e no dia seguinte, prosseguem as ações do grupo, como invasão da cadeia e soltura de presos indiciados, além da tentativa de invasão da casa do Juiz Municipal Ernesto Botelho de Andrade[2]. Nos dias, meses e anos seguintes ocorrem outros choques entre as facções locais, contando até com o envolvimento de agentes externos à vila, como os enviados pelo presidente da província e os vindos da Comarca de Urubu. Há relatos de esvaziamento da vila, com migrações de membros do grupo liberal, assaltos, assassinatos de escravos e homens livres, espancamentos, incêndios criminosos e várias outras práticas. Em julho de 1880,

---

[2] CRL: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, 1878, p.20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1871/000001.html> Acesso em: 30/05/2016

ocorre o julgamento do processo instaurado sobre os eventos de 1878, com absolvição de todos os envolvidos. Desencadeia-se um debate na imprensa, cujos temas perpassavam pela impunidade, ineficiência e corrupção da justiça. [3] Nesses eventos é possível destacar três elementos que se interligam, a saber: o uso irrestrito da violência por homens comuns e autoridades, um conflito de jurisdição e um quadro de desestruturação da justiça. A violência é o fio condutor desses elementos.

A violência é um fenômeno social com amplos significados, para além da violação física, pode-se defini-la como "qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro", pode tanto ser resultado do descontrole individual, como pode ser um instrumento de poder utilizado para submeter algo ou alguém (SILVA, 2009. P. 412). Enquanto fenômeno social pode expressar várias faces. Em importante estudo sobre os homens livres na região de Guaratinguetá-SP, no século XIX, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969) identificou as várias faces desse fenômeno. A autora aponta a luta como ingente na relação comunitária, as lutas muitas vezes aparecem associadas a circunstâncias banais, "imersas na corrente do cotidiano". A autora observa e traça áreas de manifestação da violência: na vizinhança, na cooperação no trabalho, em relações lúdicas, parentesco, moralidade, aspectos ligados as relações comunitárias (1969, p.24-25). O fenômeno da violência acompanha a sociedade brasileira há séculos. Essa sociedade formou-se e alicerçou sob as faces de relações sociais, políticas e culturais em que a violência era um instrumento de controle e poder.

A cena descrita em vários depoimentos sobre os embates da vila de Macaúbas, comporta expressões desse fenômeno.

> Ouviram-se um grande alvoroço, que parecia uma confusão infernal de cem ou mais pessoas, vindas do Brejo, fazenda do mesmo Porfírio, capitaneados por este a frente, todos a pé, municiados de clavinotes e facão com uma gritaria de morra aos liberais e muitas injúrias, entraram correndo pela Rua Direita, que vai ter à praça, onde entrando, deram uma grande descarga de muitos tiros, da qual caiu gravemente ofendido em

[3] Esses relatos podem se consultados na imprensa e nas correspondências emitidas por autoridades da vila e de outras localidades.

> ambas as pernas o delegado em exercício Dr. José Bernardino de Souza Leão.[4]

Esse relato compõe a correspondência de Antônio Lourenço de Seixas Júnior, membro do grupo liberal, sua versão do embate confronta com a apresentada por outros indivíduos, os conservadores por exemplo. Relevante, contudo, é assinalar que o ponto em comum em todos os relatos é a descrição de episódios violentos.

A vila de Macaúbas ficou, por meses, emersa em uma teia de violências e perseguições. A imprensa ocupava-se constantemente da publicação de textos sobre a ação da força pública em Macaúbas, acusando-a de cometer crimes contra a tranquilidade naquele local. O jornal *Gazeta da Bahia* publicou uma série de correspondências no ano de 1879 denunciando as ações e condutas de praças, chefes de polícia e tenentes.[5]

Cabe destacar que a violência era, por vezes, um recurso utilizado a serviço dos interesses locais. Os períodos eleitorais eram particularmente aqueles em que se avolumavam os casos de práticas violentas nas localidades. Para Richard Graham "violência e eleições caminhavam juntas" nesse contexto (1997, p.165). As lutas em Macaúbas foram praticadas por facções partidárias com o recrutamento de homens livres, os chamados capangas ou jagunços, a localidade não estava passando por um processo eleitoral, entretanto, as circunstancias não diferiam do quadro apresentado pelo autor, pois os interesses giravam em torno de posições políticas na localidade. Sobre as lutas da vila é possível apontar ainda outra face: A força pública composta por praças, tenentes, comandantes foi denunciada em vários artigos da imprensa, em correspondências e outros meios, por práticas violentas contra cidadãos comuns, ataques às propriedades e perseguições durante a sindicância na vila. Em outros termos, operaram-se dois perfis de violência: um primeiro ligado as próprias lutas políticas, em que se travou embates entre os grupos partidário, e

---

[4] BN: *O Cruzeiro*, 15 de abril de 1878, Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238562&PagFis=661&Pesq=Macahubas. Acesso em: 30/05/2017

[5]BN: Gazeta da Bahia, *Negócios de Macaúbas*, 22 de março de 1879 - Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pasta=ano%20187&pesq=Macahubas. Acesso em: 30/05/2017

um segundo tipo que contempla práticas institucionalizadas. Os delegados, tenentes, oficiais e as forças de linha eram autorizadas pelas autoridades e tinha prerrogativas legais para realizar sindicâncias, interrogatórios e outras práticas, contudo as denúncias apontavam para abusos das prerrogativas constituídas, como mencionado anteriormente.

A repercussão sobre as disputas da vila de Macaúbas atravessou três anos ou mais, com um debate assíduo principalmente na imprensa. O peso desses acontecimentos caracterizados nos diversos discursos como "desordem", "anarquia" ou "caos", demonstra o quanto era preocupante esse tipo de instabilidade política e social, e o quanto o discurso de ordem e tranqüilidade ainda tinha grande peso nas décadas finais do século XIX. Não obstante ser o período após os anos 50 caracterizado, em boa parte da historiografia, como de estabilidade política, após a vitória sobre as revoltas do período regencial.

Na constituição do Brasil enquanto uma unidade territorial e nacional no século XIX, o discurso de ordem e tranquilidade foi um constante. Pois o fortalecimento do Estado e da nação passava, dentre outras coisas, pela superação do chamado quadro de anarquia e desordem. Esse tipo de acepção estava presente nos discursos de homens como Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai na década de 1840. Personagem do processo de formação nacional, um dos nomes da chamada Trindade Saquarema, núcleo central do Partido Conservador, Visconde do Uruguai, desenhava a sociedade no início da década de 1840 como marcada pela prevalência do "espírito de anarquia" e do caos em algumas províncias, uma sociedade marcada por disparidades, inclusive opondo o que considerava ser a "civilização" do litoral a "barbárie" do sertão (FERREIRA, 2009, p.21-22). Na década de 1860, quando Paulino Soares sistematiza seus escritos muitas das percepções e argumentos da década de 40 estavam presentes, mesmo que sob outra égide. Nos anos 60, com a vitória do projeto Saquarema, Uruguai justificava e fundamentava doutrinariamente o modelo de Estado defendido por ele e pelos Saquaremas, fazendo, inclusive, uma autocrítica da obra centralizadora. A geração de políticos da qual Paulino Soares fizera parte, foi expressivamente influenciada pelas experiências das rebeliões provinciais da Regência. Calcado nesse espírito, muitos, como o

citado, desenharam uma imagem de algumas províncias como marcadas pela prevalência do "espírito de anarquia" e do caos. A discriminação apresentada por Paulino Soares é feita a partir de uma dimensão espacial, essa significação moldou maneiras de compreender a sociedade e estruturar o Estado no Brasil do século XIX (MATTOS, 1987, p.112).

Para o homem público brasileiro no século XIX a montagem do Estado era a questão crucial. No seu horizonte de preocupações estava a administração, sua consciência e prática política estavam orientadas para ela (FRANCO, 1969, p.14). Preocupavam-se com o papel do Imperador, do Conselho de Estado, do Parlamento, da polícia, do judiciário, pois os elementos apontados constituíam os agentes e instituições que garantiam o controle da sociedade pelo Estado. Considerando esses termos, a administração e a justiça configuraram-se como elementos cruciais. Dessa forma, eram imprescindíveis um aparelhamento e uma rede de agentes que pudessem concretizar o projeto.

Nas décadas de 70 e 80 discursos semelhantes aos proferidos por Visconde de Uruguai e outros estadistas sobre a ordem e tranqüilidade ainda tinham grande peso. É possível apreendê-los nas correspondências de autoridades emitidas das regiões interioranas, nos discursos e relatórios das autoridades do governo. De maneira geral, é possível captar alguns pontos que conectam os discursos emitidos tanto na metade do século XIX, como nas décadas de 70 e 80. Em primeiro lugar, um diagnóstico negativo sobre o nível de educação e/ou instrução do povo, especialmente o sertanejo, em segundo lugar, um diagnóstico sobre o quadro de violências e criminalidades, em terceiro lugar, sobre a considerada impotência da justiça e a impunidade, por fim, uma argumentação sobre a carência de recursos humanos e financeiros.

As correspondências de homens como Pedro Carneiro da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Urubu e Inocêncio Maria de Almeida, Chefe de Polícia da Província da Bahia no fim dos anos 70, denotam os traços apresentados anteriormente. Ambos esboçam descrições que, no limite, traduzem as percepções de homens estranhos à realidade dos sertões. Homens criados e formados longe daquelas paragens, ali exerciam funções na estrutura do Estado. Encarregados da manutenção da ordem e da efetivação da justiça, por

vezes emergiam na trama política e nos interesses locais disputando, inclusive, cargos. A afirmação feita sobre os dois bacharéis demonstra o quadro que se processava na estrutura administrativa e jurídica do Império, em que funcionários eram nomeados para determinado cargo, deslocados de seu local de origem para efetivarem determinada função, muitos acabavam envolvendo-se em interesses locais e aliando-se a grupos locais, caso de Pedro Carneiro da Silva, que era reconhecido em Macaúbas e Urubu como o chefe do Partido Conservador da comarca.

Inocêncio Maria de Almeida, Chefe de Polícia Interino, esteve em sindicância em Macaúbas em abril de 1878, após isso emitiu relatório alertando o presidente da província sobre a conduta do Juiz Municipal Ernesto Botelho de Andrade e do Juiz de Direito Pedro Carneiro da Silva e sobre a necessidade de transferi-los para outra jurisdição, pois de acordo com suas observações ambos estavam envolvidos nos interesses locais e isso representava um empecilho para o exercício e efetivação da justiça.[6] A recomendação feita pelo chefe de polícia não se encontra isolada na política de nomeações do Império. Segundo Graham, a prática de deslocamentos de agentes era comum. Juízes de Direito e Juízes Municipais tinham um tempo de atuação em determinada comarca, máximo quatro anos, que poderia ser renovado, no entanto as mudanças de jurisdição eram constantes, estes agentes deveriam conservar-se estranhos as parcialidades locais, no mínimo sinal de envolvimento eram transferidos para outros locais (1997, p.94-95). Isso demonstra a preocupação do Estado com a efetivação da justiça e da ordem e como era significativo o papel desses agentes para tal intento.

As correspondências dos juízes esboçam as ações, os dilemas desses agentes frente à realidade das vilas de Macaúbas e Urubu, suas principais reivindicações e queixas frente às autoridades da província e o envolvimento desses agentes na trama política, seja através do posicionamento favorável a determinada facção local, seja pela disputa travada entre os próprios juízes por

---

[6] Crl: relatório de Inocêncio Maria de Almeida. In: Relatório do Presidente da Província Barão Homem de Melo, 25 de novembro de 1878. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u075/000032.html> - Acesso em 30/05/2017.

cargos na comarca. Essa fonte revela como a disputa por cargos em Macaúbas e Urubu se desenhou não apenas no terreno dos combates armados, mas também adquiriu um tom oficial, uma vez que juízes e delegados, por meio de ofícios e correspondências requeriam a titularidade de cargos da comarca.

Segundo Richard Graham (1997) esses homens, na maioria das vezes, envolviam-se em redes de relações que lhes garantiam nomeações próprias ou para amigos. Os delegados, geralmente, eram homens "abastados", o capitão Porfírio José Brandão, por exemplo, era um fazendeiro, delegado e também juiz de paz. Esses homens utilizavam-se, muitas vezes, dos cargos e das prerrogativas que eles lhes eram conferidas para benefício próprio. Os juízes de direito e municipais eram bacharéis, homens geralmente de posses, que estavam inseridos na hierarquia jurídica imperial, galgavam melhores posições, buscando, talvez, até a carreira política. Juntamente como padres e soldados, esses funcionários representavam o que José Murilo de Carvalho denomina como "matizes da ordem", e tiveram um papel crucial na constituição e fortalecimento do Estado no Brasil do século XIX.

Considerações Finais

A aplicação da categoria jurisdição nesse trabalho está associada ao entendimento da competência do Estado em agir sobre determinado local, através de um conjunto de leis, normas e agentes. Ganha relevo a atuação dos agentes do Estado como, juízes, promotores, delegados e chefes de polícia. Podemos apontar traços comuns sobre a ação desses funcionários, como o já apontado diagnóstico que os próprios faziam da realidade onde atuavam a partir da ciência de limites para sua atuação; nos relatos e queixas é possível inclusive identificar a perpetuação de um discurso que preconiza a ordem e a paz no Império do Brasil contra a desordem e a anarquia; indefinições quanto às próprias prerrogativas dos cargos e conseqüentes disputas pelo exercício de determinada função na estrutura jurídica e administrativa das vilas; imersão dos próprios agentes na trama política local, sendo muitos deles partícipes das parcialidades locais de conservadores e liberais.

Essa pesquisa contempla o objetivo de analisar os traços da política do Brasil na segundo metade do século XIX, tendo como eixo de análise os eventos de Macaúbas. Desenvolvendo um estudo que estabelece relação entre os traços da política da localidade e os traços do projeto político do Estado. O tom geral das correspondências, discursos e documentos ofícios repousa em um cenário de indefinições para o aparelho jurídico do Império, bem como dificuldades para a efetivação da justiça frente às violências e as disputas ávidas por cargos. Analisar tais aspectos traz à tona a maneira como, no interior do aparelhamento jurídico do Estado Imperial, questões relacionadas a interesses locais definiram e redefiniram a atuação dos agentes e a interpretação da própria lei.

REFERÊNCIAS

BN: *O Cruzeiro*, 15 de abril de 1878, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238562&PagFis=661&Pesq=Macahubas> acesso em: 10/04/2017

BN: Gazeta da Bahia, *Negócios de Macaúbas*, 22 de março de 1879 - Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pasta=ano%20187&pesq=Macahubas - Acesso em: 30/04/2017

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*, 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRL: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, 1878, p.20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1871/000001.html> Acesso em: 30/05/2017

Crl: relatório de Inocêncio Maria de Almeida. In: Relatório do Presidente da Província Barão Homem de Melo, 25 de novembro de 1878. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u075/000032.html> - Acesso em: 30/05/2017.

FERREIRA, Gabriela N. *Visconde de Uruguai: teoria e prática do Estado brasileiro*. In: A. Botelho & Lilia M. Schwarcz (orgs): *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros - USP, 1969.

GRAHAM, Richard. *Reforma Eleitoral*. In: Clientelismo e Política no Século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LINHARES. Maria Yedda (Org) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1987.

SILVA. Kalina Vanderlei, SILVA. Maciel Henrique (Orgs). *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009

SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1862.

HISTÓRIA E VIDEOGAMES: CONTRIBUIÇÕES DE ESPEN AARSETH PARA O DEBATE METODOLÓGICO

DIOGO CARVALHO*

Universidade Federal da Bahia

Introdução

O USO DE NOVAS FONTES amplia a necessidade de novos recursos metodológicos para interpretá-las. Ao longo do século, o cinema, a música, os quadrinhos, dentre centenas de outras expressões culturais foram incorporados à pesquisa acadêmica. Este processo propiciou que o caráter multidisciplinar da história fosse exercitado com mais veemência pelos nossos pares.

> A expressão fonte histórica passou por uma ampla redefinição no campo da pesquisa historiográfica. Na linguagem de positivista, seus limites abarcavam essencialmente os registros escritos e oficiais (os "documentos"), privilegiados pela suposta neutralidade e "verdade" que continham, condições necessárias à pesquisa histórica científica. Fora da ortodoxia positivista e, posteriormente, marxista, foram incorporados variados tipos de fontes (diários, cartas, fotografias, desenhos, inventários, jornais, revistas, filmes, mapas, conjuntos arquitetônicos, fontes sonoras, orais e literárias etc.), através de renovados objetos, campos de estudo e metodologias. [1]

Atualmente, com a digitalização de parcelas do conhecimento humano, o número de fontes se tornou ainda maior. Não só para os historiadores, mas para todos aqueles que lidam com dados. A produção de dados se tornou um elemento

---

* Doutorando em História Social (PPGH-UFBA), bolsista CAPES. Email: diogocarvalho_71@hotmail.com.

[1] ROSA, Micheli. Educação Histórica, fontes históricas e novas tecnologias: descompassos e possibilidades: *Ágora.* Porto Alegre: ano 2, 2011, p.13.

intrínseco ao funcionamento da rede, por dois aspectos. O primeiro é que qualquer interação na *web* produz dados. Mesmo o usuário mais discreto, que não possui contas em redes sociais e nem utiliza *softwares* de qualquer espécie também produz dados ao navegar através de sites de notícias, por exemplo. A partir desses dados gerados pelo usuário "discreto" é possível traçar um perfil dos seus acessos, de onde ele acessou, quais notícias ele acessou primeiro, o que costuma levá-lo a passar mais tempo lendo, isso sem falar nos mecanismos de buscas que a cada atualização estão cada vez mais personalizados. Ou seja, a produção de dados é da própria natureza do universo digital, não é possível interagir em um ambiente digital sem reconhecer e fornecer dados.

O segundo aspecto da centralidade dos dados produzidos pelos usuários está no modelo comercial que as grandes empresas de internet adotaram e que se concentra, sobretudo, na venda dos dados dos clientes destes serviços[2]. Ou seja, a produção e o uso dos dados são constantes e podem ser analisadas em diversas direções. O mais importante, no momento, para a historiografia, é o reconhecimento destas novas fontes geradas em ambiente digital. Como acessá-las? Como tratar aplicar metodologias de análise nesses dados? São questões urgentes que devemos nos perguntar, visto que o uso desses dados irá modificar a forma como escrevemos a História: "essas ferramentas digitais e pesquisas não estão somente democratizando a prática histórica, mas também estão fornecendo, aos historiadores profissionais, novas oportunidades e modos para expansão da alfabetização histórica".[3]

Além dessas fontes que circulam e são criadas pela navegação na *web*, e que estão sendo objeto de mineração[4] e procura de dados por alguns historiadores e cientistas sociais, existem outros objetos nascidos em mundo digital e que não foram desenvolvidos na *web* ou para ou *web*, ou que foram desenvolvidos fora da

---

[2] Para saber detalhes sobre a venda de informações dos usuários pelo Google, ver: HOOFNAGLE. Chris. Beyound Google and Evil: How policy markers, journalists and consumers should talk differently about Google and privacy. *First Monday*. Chicago: vol 14, 2009. Disponível em: <http://firstmonday.org/article/view/2326/2156>. Acesso em: 27/02/2016.

[3]BROOKS, Leslie. "I Nevertheless Am a Historians": Digital Historical Practice and Malpratice Around Black Confederate Soldiers. In: DOUGHERTY, JACK; NAWROTZKI KRISTEN (orgs) *Writing History in the Digital Age*. Ann Arbor: University Michigan Press, 2013, p.50.

[4] Mineração de dados é um termo utilizado por pesquisadores ou empresas que utilizam dados colhidos no Big Data.

web e que estão na *web* atualmente. Fazemos referência explícita aos *games* que podem ser criados através da internet, por meio de desenvolvimento colaborativo e código aberto, ou daqueles games que são criados em empresas e que necessitam de sigilo para lançar seus produtos com pioneirismo e inovação.

Os games acompanharam este processo de desenvolvimento tecnológico, que resultou na revolução tecnológica a partir da popularização da *web*. Os games possuem uma trajetória histórica como um artefato criado pelo homem e que hoje, é extensivamente usado como plataforma de entretenimento. Esse desenvolvimento, em parte, foi financiado pelas pesquisas nas áreas de tecnologias aplicadas a defesa.

Nas últimas décadas, a relação intrínseca entre o complexo industrial militar e a indústria cultural norte-americana gerou a criação de um conceito, *Military Entertaiment Complex*, que está sendo amplamente debatido nas universidades norte-americanas.

> Os jogos de guerra para videogames fazem parte do complexo militar e de entretenimento que Stahl e outros estudiosos elaboraram, baseados nas implicações das relações militares e de entretenimento. Stahl vem observando como os jogos de guerra têm evoluído, através desta relação, vindo a mudar as experiências cívicas de guerra nos Estados Unidos, no século XXI[5].

Pesquisadores como Corey Mead, professor do *Baruch College*, de Nova York, estão pesquisando as origens da relação entre o complexo industrial militar norte americano e a indústria de entretenimento. Em seu livro, *War Play: video games and the future of armed conflict,* Mead aponta que no século XX a relação entre desenvolvimento tecnológico e esforço de guerra foi uma constante devido a necessidade militar de aperfeiçoar seu pessoal e seus equipamentos. Inclusive, segundo o autor, o surgimento do primeiro computador digital foi oriundo do esforço de guerra do exército norte-americano na Segunda Guerra Mundial, sendo

[5] CORONEL, Karen. *Exploring Ideology in Gaming: Youth playing "Call Of Duty Modern Warfare".* Dissertação de Mestrado (Artes e Estudos do Desenvolvimento). International Institute of Social Studies. Netherland: 2010, p.10.

que "sua primeira tarefa foi fornecer cálculos utilizados para planejar a detonação de uma bomba de hidrogênio".[6]

Segundo Mead, ao longo dos anos esta relação entre inovação tecnológica e o exército continuou no decorrer das décadas do pós-guerra. Grande parte da tecnologia que serve como base para a manufatura de jogos eletrônicos foi produzida ou financiada pelo Pentágono: "Sistemas de computadores avançados, gráficos computadorizados, a internet, sistemas em redes para múltiplos jogadores, navegação 3D em ambientes virtuais – todos eles foram financiados pelo departamento de defesa."[7]

A produção de um dos primeiros jogos de videogame foi fruto desta relação entre o departamento de defesa norte-americano e a academia, especialmente institutos de pesquisa como o *MIT*, responsável pela confecção de *Spacewar*, software reconhecido como um dos primeiros videogames da história. O título deste game já é bem sugestivo sobre as influências que motivaram o aporte de recursos do governo norte-americano para estas pesquisas. Conforme Mead, os principais motivos desses investimentos foram a "preparação para uma guerra nuclear e a exploração espacial"[8].

> As raízes do histórico envolvimento das Forças Armadas com os videogames vão além do financiamento de computadores. Por décadas – dos anos 60 aos anos 2000 – as forças armadas assumiram a liderança no financiamento, patrocínio e invento da especifica tecnologia usada nos videogames.[9]

Ao longo dos anos, esta relação entre os institutos de pesquisa, Pentágono e a indústria de entretenimento, continuou e gerou avanços tecnológicos que foram assimilados no campo militar e no setor de entretenimento digital como observam Robin Anderson e Marin Kurti: "Trabalhando em conjunto, as pesquisas militares e

---

[6] MEAD, Corey. *War Play: vídeo games and the future of armed conflict*. New York: An Eamon Dolan Book. 2013. p.12.
[7] Ibidem, p. 14.
[8] Idem.
[9] Idem.

comerciais continuaram avançando e refinando a tecnologia de interatividade digital tanto para armas quanto para videogames".[10]

Um artigo que descreve em detalhes esta relação entre os militares a academia, e o complexo de entretenimento norte-americano se chama *All But War is Simulation: The Military Entertainment Complex*, de Tim Lenoir, da Universidade de Stanford. Lenoir deixa claro, através de uma narrativa descritiva e critica, como os militares, através da ARPA, agência fundada para o desenvolvimento de projetos avançados para defesa, financiaram grande parte da tecnologia de telecomunicações usadas, na atualidade, pelos civis. Além das pesquisas nesta área, a ARPA despendeu um volume significativo de recursos para o desenvolvimento de sistemas computadorizados relacionados à interação entre a visão-humana e computadores, com vistas a aumentar as capacidades humanas no campo de batalha. Diversos órgãos estatais ajudaram no financiamento destas pesquisas, lideradas pelo Professor de *Harvard*, Ivan Sutherland, cujo papel foi fundamental para criação de displays de simulação.

> Os fundos para esse projeto vieram de diferentes fontes: os militares, academia e indústria. A *CIA* destinou $ 80,000, e outros recursos também foram destinados pela ARPA, o Escritório de Pesquisas Navais e *Bell labs*. A *Bell* Helicópteros providenciou equipamentos. A força aérea deu um computador PDP-1, enquanto o Lincoln Labs do *MIT,* igualmente a partir de contrato com a *ARPA,* forneceu um sensor ultrassônico na posição da cabeça.[11]

Muitos estudantes que participaram destas pesquisas fundaram empresas de tecnologias. A empresa *Atari*, responsável por baratear e comercializar consoles de videogames na década de 1970 e 1980 foi um bom exemplo. Além do pioneirismo da *Atari* do ponto de vista comercial, Lenoir destaca que a associação com a *Lucas Art's* serviu como marco simbólico para a parceria entre os estúdios fílmicos e o universo dos videogames.

---

[10]ANDERSON,R; KURTI, M. From Americans Army To Call of Duty: Doing Batlle with the Military Entertaiment Complex**.** *Democratic Comuniqué*. Boca Raton**:** n. 1. 2009, p. 48.
[11] LENOIR, T. All But War is Simulation: The Military Entertainment Complex. *Configurations*. Maryland: v. 8, 2000, p. 293.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 as pesquisas com enfoque nas tecnologias usadas no desenvolvimento de jogos eletrônicos evoluíram de tal forma que os games se tornaram tão realistas em termos gráficos que as narrativas ganharam uma complexidade comparada aos filmes, contudo este avanço não foi restrito a estas áreas. Os militares que já utilizavam os games para treinamento dos seus soldados também investiram no desenvolvimento de jogos voltados ao público civil, com o propósito de arregimentar novos corações e mentes para o exército. Ed Halter, autor de "*From Sun Tzu To XBOX: war and videogames*" descreve, com certo espanto, como os militares norte-americanos "invadiram" Los Angeles, durante a *Eletronic Entertainment Expo* em 2003, maior evento do mundo na área de jogos eletrônicos. Segundo Halter, o propósito da invasão, com direito a helicópteros de combate e outras máquinas de guerra foi o lançamento de uma nova versão de "*American's Army*", jogo desenvolvido pelo Pentágono e lançado gratuitamente.

> A missão deles era promover a mais recente versão do jogo de computador de última geração desenvolvido pelo Exército Norte-Americano para auxiliar no recrutamento e isso obteve um sucesso notável de jogadores, críticos e profissionais da indústria. Com dois milhões de downloads em apenas um mês, Americans Army se rapidamente se tornou um fenômeno no mundo dos games onde os jogadores mais dedicados conversavam sobre isso por semanas.[12]

Esta conjuntura, onde o Exército norte-americano passou a utilizar games como ferramenta de propaganda ideológica e de recrutamento, foi estimulada a partir de 11 de Setembro de 2001, cujas implicações na política doméstica e externa dos EUA tiveram desdobramentos em todos os continentes.

Especificidade dos games quando comparados com outras fontes audiovisuais

Quando comparado a outros gêneros audiovisuais, os videogames possuem singularidades e familiaridades. É importante ressaltar que os games são oriundos da convergência midiática. Eles são desenvolvidos com a ajuda de profissionais de diferentes áreas que variam de campos distintos da informática à psicologia. Os jogos adquirem sentido através do audiovisual, mas possuem um caráter interativo,

---

[12] HALTER, E. *From Sun Tzu To XBOX: war and videogames*. New York: Thunder's Mouth Press, 2006, pp. 4-5.

diferente da narrativa clássica da linguagem cinematográfica. Essa interatividade, permite ao jogador-usuário, termo diferente do expectador, explorar o cenário e interagir com o sistema. Além da interatividade com o usuário, os jogadores, atualmente podem interagir com outro jogador, ou com múltiplos jogadores o que potencializa experiências estéticas diferentes daquelas experimentadas ao ir ao cinema, ou assistir TV. Nos próximos anos com o uso de óculos de realidade aumentada, o grau de simulação ofertado pelos consoles e fabricantes de jogos tende a aumentar e com isso, outras possibilidades de interação entre homem-sistema e homem-homem irão surgir. Essas características interacionais dos videogames, o barateamento dos custos de produção, e o interesse de grandes investidores, transformaram os videogames em dos setores que mais arrecada na indústria cultural.

Dentre os diversos tipos de materiais audiovisuais que são produzidos na contemporaneidade e que possuem interações metalinguísticas e multidisciplinares, os jogos eletrônicos ocupam um papel de destaque no modo de vida e no comportamento humano. Recentemente a Microsoft revelou que o usuário do *XBOX ONE* passa em média 5 horas por dia utilizando o console. Dados atuais do IBOPE demonstram que 23%[13] da população brasileira jogam cotidianamente e esse mercado já é o 4° do mundo em número de jogadores e o 11°[14] em faturamento.

---

[13] ORRICO, Alexandre. Mercado brasileiro de games já é o quarto maior do mundo e deve continuar a crescer. Folha de São Paulo. São Paulo: 08/10/2012, Tec. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2012/10/1165034-mercado-brasileiro-de-games-ja-e-o-quarto-maior-do-mundo-e-deve-continuar-a-crescer.shtml> Acesso em: 28/02/2016

[14]Para mais informações ver: TOP 100 countries by game revenue. Newzoo. São Francisco. 2015. Disponível em: <https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>. Acesso em: 28/02/2016.

1	China	1,376,049,000	726,554,000	22,227,194,000
2	United States of America	321,774,000	287,537,000	21,962,491,000
3	Japan	126,573,000	115,751,000	12,328,860,000
4	South Korea	50,293,000	42,664,000	3,978,476,000
5	Germany	80,689,000	71,175,000	3,654,669,000
6	United Kingdom	64,716,000	59,933,000	3,533,493,000
7	France	64,395,000	55,110,000	2,460,172,000
8	Canada	35,940,000	31,785,000	1,811,271,000
9	Spain	46,122,000	36,524,000	1,564,223,000
10	Italy	59,798,000	39,144,000	1,505,800,000
11	Brazil	207,848,000	128,034,000	1,418,623,000

Fig 1 – Número de jogadores por país

Fonte: <https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>. Acesso em: 28/02/2016

> Em duas pesquisas realizadas no Brasil em 2011 e 2012 foram observados os seguintes dados: a média de tempo de interação com jogos on-line chega a 5h14min semanais; nos jogos portáteis cai para 3h22min (IBOPE, 2011); a média que o jogador brasileiro passa em frente ao *videogame* é de sete dias por semana, duas horas por dia; e no Brasil, somando todas as pessoas que jogam *videogames*, são gastas mais de 40 bilhões de horas (InsideComm/Censo Gamer – 2012). Estes dados nos provocam a pensar as relações que são estabelecidas por estes jovens entre a cultura lúdica e a cultura digital.[15]

Esse fragmento do artigo da professora Lynn Alves revela que os videogames, nas suas diferentes formas, fazem parte do cotidiano. Tal costume está refletindo na própria forma como as pessoas se relacionam fora dos games, ou seja, a forma de se relacionar no universo dos games está influenciando a sociabilidade. O termo utilizado para se referir a este processo é Gamificação.[16]

> Desta forma, a gamificação se constitui no processo de levar as características presentes no jogo para a busca de solucionar problemas, em diferentes situações, principalmente as que envolvem e seduzem o sujeito para consumir novos produtos. A existência de

[15] Para mais informações ver: ALVES, Lynn. A cultura lúdica e a cultura digital: interfaces possíveis. *Revista entreideias.* Salvador: V3, n.2, 2014, p.101.

[16] Este conceito vem sendo discutido por diversos setores da sociedade. Não debatemos seu significado com mais profundidade, pois achamos que a definição dada por Lynn Alves é bem didática e clara, além disso, a discussão em torno do conceito de gamificação merece problematizada em uma perspectiva da historiografia, dimensão ainda inexplorada.

> desafios e missões que ao serem cumpridas são recompensadas, mobilizando e engajando os sujeitos em uma causa de forma lúdica, prazerosa e muitas vezes colaborativa vem sorrateiramente se instaurando na sociedade contemporânea, atraindo principalmente a Geração C.2. Geração que desencadeia e demonstra, nas suas situações e ações vividas, uma familiaridade com as tecnologias digitais e telemáticas, potencializando seus usos e suas influências na ressignificação dos espaços vivificados cotidianamente. Geração C é o grupo de sujeitos que interagem com estes artefatos e produzem colaborativamente e conectados a diferentes redes, conteúdos.[17]

Segundo a professora Lynn, os sujeitos, através da ludicidade presente nos games, estão importando maneiras de se relacionar e solucionar problemas. A forma como as pessoas interagem, solucionam problemas e consomem está recebendo influência do universo dos games e que fazem parte de uma nova forma de transmitir e produzir cultura através da cultura digital. Nesse sentido, cultura digital seria um conceito com data de validade, pois o processo de gamificação revela, que a distinção entre cultura digital e as demais culturas está cada vez mais tênue e difícil de ser estabelecida.

Tanto os fatores comportamentais como os fatores econômicos evidenciam a necessidade de debates sobre métodos de análise historiográficos que possibilitem aos historiadores a utilização de games como fontes históricas.

Games e a necessidade de uma metodologia para análise historiográfica

A distância de determinado objeto dificulta a sua adoção para análise em determinados campos do saber. A dificuldade da aceitação de novas fontes impede que o escopo interpretativo sobre determinados fenômenos, como a gamificação, seja debatido por algumas áreas como a historiografia. Existe uma distância entre a historiografia e as culturas digitais, por isso temos a intenção de contribuir através de uma proposta de análise metodológica que possa ser utilizada na pesquisa histórica utilizando games como fontes.

> Essa constante recusa acadêmica em usar amplamente as novas mídias, caso do cinema e dos quadrinhos mas também dos videogames, é consequência da ausência de um ferramental de análise consagrado na tarefa de permitir uma análise crítica precisa.

[17] Ibidem, p.102.

> Essa dificuldade metodológica ocorre pela complexidade oferecida pelas novas mídias – diferente das tradicionais, que usam de apenas um tipo de comunicação, as novas mídias apresentam uma sobreposição de signos em sua composição.[18]

Nossa proposta metodológica foi influenciada pela discussão sobre este tema realizada por Aarseth e que concebe os games como um objeto multidisciplinar, capaz de ser analisado em diversas dimensões. Ou seja, existem infinidades de questões especificas ou comuns a algumas áreas, cuja análise dos games pode ajudar no seu entendimento.

De acordo com Aarseth, os estudos sobre aspectos estéticos do game é uma prática recente no ambiente acadêmico e só obteve destaque nas "últimas duas décadas"[19]. Ainda segundo este autor, este interesse foi motivado pela popularização dos videogames e pela proximidade que os videogames possuem com as obras de arte, objetos de análise das humanidades. Aarseth destacou que, se por um lado essa visibilidade dos estudos sobre games na contemporaneidade pode ser atribuída ao seu êxito econômico e cultural, isso também causa lapsos estéticos nos observadores, especialmente se eles são treinados na análise textual. Instigados a tratar desse objeto, os acadêmicos não possuem metodologias de análises específicas, e utilizam de arranjos metodológicos como a análise fílmica para analisar um fenômeno que é diferente do cinema, por exemplo.[20] Devido a esta carência de uma base metodológica que fosse utilizada de forma multidisciplinar no campo das humanidades, Aarseth estabeleceu parâmetros que veremos mais à frente.[21] Antes de adentramos na adaptação desses parâmetros de análise para determinadas especificidades da história, é necessário debater sobre algumas observações problematizadas por Aarsseth no texto "*Playing Research: methodological aprouches for game analysis*".

---

[18] Ver mais em: CARREIRO, Marcelo. Jogando o Passado: videogames como fonte histórica. *Revista História e Cultura*. Franca: v.2, n.3, 2013, p.5.

[19] AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. DAC Conference. Melbourne: 2003, p.1.

[20] AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. DAC Conference. Melbourne: 2003, p.1.

[21] Assim como Aarseth, Carrero também fez a mesma advertência sobre o a validade do uso de metodologias de análise fílmica no estudo dos games. Ver em: CARREIRO, Marcelo. Jogando o Passado: videogames como fonte histórica. *Revista História e Cultura*. Franca: v. 2, n.3, 2013.

Antes de expor as categorias que irão compor o conjunto da metodologia de análise, Aarseth refletiu sobre a necessidade dos pesquisadores se perguntarem como e por que eles irão estudar isso? Ou seja, quais os motivos levaram a escolha de determinado game como objeto e como esse game será analisado[22].

Aarseth também argumentou que existe uma recomendação da Associação Internacional de Desenvolvedores de Games para incluir, em programas acadêmicos com foco em games, alguns tópicos que deveriam fazer parte do conteúdo desses cursos.

- Crítica do game, análise e história;
- Game e sociedade;
- Sistema do Game e Design do Game;
- Habilidades técnicas, programação e algoritmos;
- Design Visual;
- Audio Design;
- Interatividade ao contar histórias, escrita e roteiro;
- Negócios e Games;
- Pessoas e Processos de Gestão. [23]

Os tópicos acima são recomendações para qualquer curso de games, seja ele ligado as áreas das humanidades das ciências naturais ou ciências exatas. Aarseth observou que estes tópicos podem ser subdivididos em outros tópicos de acordo com o propósito do curso.[24]

Durante a construção do seu método de análise de jogos eletrônicos, Aarseth se debruçou sobre uma proposta de Konzack, que estipulava sete categorias de análises propostas por este autor. Konzack sugere que, o hardware, o código de programação, funcionalidade, jogabilidade, referências e aspectos socioculturais do jogo devem ser analisados. Aarseth discorda dessa perspectiva, por achar que uma análise estética deve ir direto ao ponto que interessa aos analistas. O autor também argumenta que a análise do game, assim como o game, não pode ser enfadonha.

---

[22] AARSETH, Espen, op.cit. ,loc. cit.
[23] Ibidem, p.2.
[24] AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. DAC Conference. Melbourne: 2003, p.2

"Uma análise estética, assim como um jogo de computador, não pode dar ao luxo de aborrecer o seu público, ele deve ir direto ao ponto e ampliar os elementos que tornam o jogo interessante, quaisquer que sejam"[25].

Após este alerta, Aarseth pontou três dimensões que caracterizam qualquer metodologia de jogo em um ambiente virtual. Um jogo para ter validade analítica, segundo estes pressupostos de pesquisa, deve ter regras. "Sem regras para estruturar as ações, mas como um mundo virtual, nós teríamos um jogo livre ou outras formas de interação, mas não uma jogabilidade."[26]

- Jogabilidade (Os jogadores, ações, estratégias e motivos);
- Estrutura do game (Regras do jogo, incluindo as regras de simulação);
- Mundo do game (Conteúdo ficcional, topologia, nível do design, texturas etc).[27]

Para Aarseth estas três categorias podem ser subdivididas e também podem ser utilizadas separadamente ou em conjunto.

> Eles podem ser analisados separadamente ou combinados: como é que a combinação de uma certa estrutura de um game e uma determinada estrutura de mundo de um game (arena) afeta a jogabilidade? (Ex. mudando a gravidade de 1 para 3, como isso afeta o jogo).
> Estes níveis interdependentes têm diferentes pesos em diferentes games. Em alguns games, tipicamente jogos de RPG com múltiplos jogadores, o primeiro nível é dominante. Em games baseados na estratégia e na reação, como Comand Conquers, Tetris ou Quake, as regras dominam o jogo. E em jogos de exploração de mundos, como Half Life ou Myst, o mundo do game é o elemento dominante.[28]

Aarseth observou que cada nível pode ser mais útil para enfoques de pesquisa variados:

---

[25] Idem.
[26] Idem.
[27] Idem.
[28] AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. *DAC Conference.* Melbourne: 2003, p.2-3.

- Jogabilidade (Sociológico, etnológico, psicológico);
- Regras do Jogo (Design de Jogos, negócios, direito, ciência da computação/IA.);
- Mundo do Game. (Artes, estética, história, estudos culturais/mídias, economia.[29]

Aarseth problematiza essas observações e trabalha com a hipótese de que a atração por determinado game tem relação com o problema e o campo de estudo onde ele será analisado: "Minha hipótese é que existe uma forte correlação entre o nível dominante de um jogo e a atração que isso tem como objeto de análise para certas disciplinas e abordagens".[30]

Nesse sentido, segundo Aarseth, jogos como *Half Life* teriam uma atração maior entre os historiadores. Contudo, os três níveis possuem relação com áreas de atuação da história. Através da análise da jogabilidade os historiadores podem verificar costumes que estão presentes na sociedade, ou seja, a maneira pelo qual os games são desenvolvidos, os motivos e ações realizadas pelos jogadores também interessam aos historiadores. As regras do jogo podem revelar, dentre outras coisas, valores morais, distopias e utopias sociais, graus de desenvolvimento tecnológico e influência de vetores sociais na realização dos games. Para isso o historiador deve estudar a origem, e o contexto onde o game foi criado, ou seja, o historiador deve problematizar e contextualizar a fonte, além de compará-la com outros documentos do período e tema estudados. No mundo dos games, os historiadores podem extrair aspectos estéticos e artísticos que podem revelar o grau de desenvolvimento da arte, influências estéticas, influências de determinadas narrativas históricas sobre o design, aspectos de influência política e econômica. Os historiadores, até pelas características multidisciplinares da história, podem utilizar os três níveis enfatizando aspectos que possuam melhor relação com seu objeto. Assim, abaixo iremos propor alguns temas de análise que podem ser relacionados aos três níveis listados por Aarseth:

---

[29] Ibidem, p.3.
[30] Idem.

- Jogabilidade: Estudos históricos sobre ludicidade, estudos históricos sobre comportamento, estudos históricos sobre táticas militares (em casos de jogos de simulação de guerra), estudos históricos sobre narrativas digitais, estudos históricos sobre a história da tecnologia etc.;
- Regras do Jogo: Estudos históricos sobre moral, estudos históricos sobre criminalidade, estudos históricos sobre gênero etc.
- Mundo do Game: Estudos históricos sobre a história da arte, ideologia da estética, estudos históricos sobre patrimônio, estudos históricos sobre memória,[31] estudos históricos sobre mídias, estudos históricos sobre cultura ou determinados recortes da história econômica, estudos históricos sobre estereotipias.

Apesar de Aarseth propor um método de análise a partir destas três premissas e que pode ser utilizado em áreas diferentes do mundo acadêmico, este método precisa de alguns ajustes para ser utilizado pelos historiadores, com vistas a facilitar a análise de determinados processos históricos. O que Aarseth propõe são categorias de análise generalizantes para as humanidades, mais especificamente um método para analisar a estética dos videogames[32]. Ou seja, a simples análise estética pode ser útil em determinadas áreas, porém, na história isso é apenas uma dimensão da análise da fonte audiovisual. Por isso, vamos propor a fusão de algumas categorias de análise fílmica externas ao filme e que podem ser utilizadas da mesma forma na análise dos games. Não é nossa intenção modificar completamente estes três níveis propostos por Aarseth, porém eles precisam de complementos para uma otimização da sua aplicabilidade pela historiografia. Assim, vamos adaptar e inserir, na proposta de Aarseth, uma categoria de análise proposta por Johnni Langer em seu artigo *"Metodologia de Análise de Estereótipos em Filmes Históricos"*[33]. Antes de adaptar esta ferramenta metodológica, vamos expor o roteiro metodológico proposto por Langer.

---

[31] Para mais informações ver: MONTEIRO, Christiano. Videogame como fonte de análise histórica. Revista O Olho da História, Salvador: n. 16, 2011.

[32] Devemos destacar que Aarseth não está interessado em formular, nesse artigo, uma teoria explicativa dos videogames, mas sim oferecer aos acadêmicos das humanidades, alternativas e caminhos metodológicos que possam ser percorridos por estudiosos de diversos campos. Para mais informações ver: AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. DAC Conference. Melbourne[32]: 2003.

[33]Para mais informações ver: LANGER, Jhonni. Metodologia de Análise de Estereótipos em Filmes Históricos. *História Hoje*. São Paulo: v. 2, n. 5, 2004.

- Definição e Objeto do Tema da Pesquisa;
- Seleção do Filme;
- Critica Externa;
- Critica Interna. [34]

Abaixo segue a descrição dos passos sugeridos por este autor para realização da crítica externa.

- Resgate da cronologia da obra (período de produção e de lançamento);
- Verificação e comparação da versão da película (no caso de existirem mais versões);
- Verificação se a obra foi baseada diretamente na literatura, histórias em quadrinhos, teatro ou outra expressão artística;
- Alterações realizadas pela censura ou pelo Estado;
- Custos de produção, fontes financiadoras;
- Biografia dos produtores, diretores e roteiristas (classe social que pertencem, tipos de filme que já realizaram, outras produções que fizeram parte);
- Elementos estéticos: estilo artístico de cada obra; caráter subjetivo dos modelos estéticos; linguagem cinematográfica (movimentos da câmara, planos, enquadramentos, iluminação, sonoplastia);
- Estilo de produção: o filme histórico tradicional (hollywoodiano), por exemplo, enfatiza a emoção em detrimento ao aspecto racional da trama (a noção de espetáculo);
- Análise do cartaz e da propaganda do filme ou sua veiculação pela mídia: muitos estereótipos são propagados diretamente pelos cartazes, ou então, pela seleção de algumas cenas específicas do filme. Também a escolha de certos personagens ou situações do filme nos cartazes podem revelar ideologias específicas dos produtores ou dos patrocinadores. [35]

Como a crítica externa proposta por Jhonni Langer foi desenvolvida para a análise de filmes, a forma como o tutorial está descrito demonstra que o mesmo não é eficiente quando aplicado na integra no estudo dos games, pois os pressupostos de análises estão detalhadamente direcionados ao universo cinematográfico. Reconhecendo este fato, propomos que este roteiro seja modificado nos seguintes termos.[36]

1. **Critica Externa:**

---

[34] Ibidem,p.4-5.

[35] Ibidem.p.5.

[36] Observamos que as propostas de Aarseth para esta etapa da pesquisa possuem interesses diferentes daqueles objetivados pelas pesquisas no campo da História.

- Classificação do game (estratégia, *RPG, multiplayer*, primeira pessoa etc);
- Análise da plataforma (*smartphones*, *PCs*, consoles etc);
- Resgate da cronologia da obra (período de produção e lançamento, análise de episódios anteriores);
- Verificar a influência de outra narrativa artística como quadrinhos, literatura, teatro, cinema;
- Influência do Estado ou de outros agentes externos sobre os desenvolvedores do game;
- Cronologia do desenvolvimento tecnológico: a tecnologia utilizada naquele game foi desenvolvida de que maneira?
- Análise dos custos de produção e das fontes de financiamento;
- Análise e entrevista dos produtores, diretores e roteiristas;
- Análise de elementos pré-lançamento como: *teaser, trailer, memes, gifs* e outras expressões midiáticas sobre o game;
- Perfil do usuário;
- Influências de escolas historiográficas no enredo;
- Estudo do design, regras e mecânica do jogo;
- Entrevistar desenvolvedores;
- Observação de outros jogadores.

2. Imersão no Game:

- Jogar o jogo sozinho;
- Jogar o jogo em modo *multiplayer;*
- Jogar utilizando tutoriais;
- Jogabilidade: análise do perfil dos jogadores, se o jogo é em primeira pessoa, tabuleiro, etc., ações dos jogadores, estratégias que a jogabilidade impõe, motivações que levam o avatar ou avatares à tomada de decisões (jogadores, ações, estratégias e motivos);
- Estrutura do game (análise das regras do jogo, incluindo as regras de simulação);
- Mundo do game (análise do conteúdo ficcional, topologia, nível do design, texturas etc.).

3. Análise do Conteúdo Apreendido:

- Checagem dos dados coletados;
- Análise comparativa entre o enredo do game e os processos históricos em que ele está inserido;
- Análise comparativa entre os dados coletados através do game analisado com outras fontes de pesquisa;
- Análise comparativa entre os dados coletados e a bibliografia sobre o tema da pesquisa.

A exposição deste tutorial demonstra que, somente jogando, podemos analisar de forma satisfatória determinados aspectos do jogo: “nosso entendimento sobre livros ou filmes, na forma de um ensaio ou artigo, pode ser avaliada

externamente pelos nossos pares ou professores. Mas para mostrar que entendemos um game, todos nós precisamos jogar suficientemente."[37]

Conclusão

Ao sugerir este roteiro metodológico, pretendemos contribuir para que os historiadores tenham o mínimo de elementos que possam ser utilizados na análise historiográfica. Sabemos que a rejeição desse tipo de fonte advém, dentre outros fatores, da distância que a formação em História estabelece com as audiovisualidades. Escolhemos Aarseth como uma base onde ancoramos nossa discussão, pois as categorias de análises propostas por ele são amplas e passíveis de serem adaptáveis, como ele mesmo recomenda.

Esta flexibilidade no desenvolvimento de metodologias de pesquisa para um objeto relativamente novo nas ciências humanas, pode contribuir, para que os historiadores sintam mais segurança ao analisar os jogos de videogames. Por outro lado, a forma como esse tipo de fonte é abordada em sala de aula, também precisa ser modificada. Os departamentos de história precisam investir minimamente em tecnologias para que os professores e alunos tenham a possibilidade de interagir com este objeto, como é feito costumeiramente nas aulas com outros documentos. Isto esbarra no problema geracional e que pode ser contornado na medida em que os temas da historiografia digital se destaquem nas discussões historiográficas. Ou seja, se vivemos um período, onde a digitalização das relações sociais é um dado factual, cedo ou tarde estes temas ganharão seu local de merecimento na historiografia.

Nossa proposta de discussão metodológica tem o objetivo de diminuir estas distâncias entre a História e os jogos de videogame. Acreditamos que este tipo de debate, deve ser construído a partir de processos colaborativos, por isso conclamamos, aos historiadores que lerem este artigo, que exerçam a crítica, o compartilhamento e a mixagem deste conteúdo. Sem a colaboração dos pares, o campo não irá avançar metodologicamente e continuaremos a relegar ao segundo

[37] AARSETH, Espen. Playing research: methodological approaches to game analysis. DAC conference. Melbourne: 2003, p. 5.

plano, fontes que possuem informações cruciais para o entendimento dos processos históricos, cuja interpretação é a principal finalidade da História.

REFERÊNCIAS

AARSETH, Espen. *Playing research: methodological approaches to game analysis.* DAC CONFERENCE. Melbourne: 2003.

ALVES, Lynn. A cultura lúdica e a cultura digital: interfaces possíveis. *Revista entreideias,* Salvador: V3, n2, 2014.

ANDERSON, R; KURTI, M. *From Americans Army To Call of Duty: Doing Batlle with the Military Entertaiment Complex.* Democratic Comuniqué, Boca Raton**:** n, 1, 2009.

BROOKS, Leslie. *"I Nevertheless Am a Historians": Digital Historical Practice and Malpratice Around Black Confederate Soldiers.* In: DOUGHERTY, JACK; NAWROTZKI KRISTEN (orgs) Writing History in the Digital Age. Ann Arbor: University Michigan Press, 2013.

CARREIRO, Marcelo. Jogando o Passado: videogames como fonte histórica*. Revista História e Cultura.* Franca: v.2, n.3. 2013.

CORONEL, Karen. *Exploring Ideology in Gaming: Youth playing "Call Of Duty Modern Warfare". 2010.* Dissertação de Mestrado (Artes e Estudos do Desenvolvimento). International Institute of Social Studies. Holanda: 2010.

HALTER, E. *From Sun Tzu To XBOX: war and videogames*. Ed1°. New York: Thunder's Mouth Press, 2006.

HOOFNAGLE. Chris. Beyound Google and Evil: How policy markers, journalists and consumers should talk differently about Google and privacy. *First Monday*. Chicago: vol. 14, 2009.

LANGER, Jhonni. Metodologia de Análise de Estereótipos em Filmes Históricos. *História Hoje.* São Paulo: v.2, n. 5, 2004.

LENOIR, T. *All But War is Simulation: The Military Entertainment Complex.* Configurations. Maryland: v. 8, 2000.

MEAD, Corey. *War Play: vídeo games and the future of armed conflict*. New York: An Eamon Dolan Book, 2013.

MONTEIRO, Christiano. Videogame como fonte de análise histórica*. Revista O Olho da História.* Salvador: n° 16, 2011.

ORRICO, Alexandre. Mercado brasileiro de games já é o quarto maior do mundo e deve continuar a crescer. Folha de São Paulo. São Paulo, 08/10/2012, Tec. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2012/10/1165034-mercado-brasileiro-de-games-ja-e-o-quarto-maior-do-mundo-e-deve-continuar-a-crescer.shtml> Acesso em: 28/02/2016

ROSA, Micheli. Educação Histórica, fontes históricas e novas tecnologias: descompassos e possibilidades. *Ágora.* Porto Alegre: ano 2, 2011.

TOP 100 countries by game revenue. Newzoo. São Francisco. 11/ 2015. Disponível em: <https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>. Acesso em: 28/02/2016.

OS INTELECTUAIS DA "BAHIA COMUNISTA" E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO NA REDEMOCRATIZAÇÃO

EDE RICARDO DE ASSIS SOARES[1]
Universidade Federal da Bahia

A "Bahia comunista" e ser comunista na Bahia

ENTENDEMOS "BAHIA COMUNISTA" como o conjunto formado por setores da sociedade civil e do aparelho estatal que estiveram sob controle ou foram influenciados pelos militantes do Partido Comunista atuantes no Estado. De um modo geral, nos referimos a diversos organismos, como partidos, associações de bairro e estudantis, conselhos, sindicatos, editoras, imprensa, entre outros, que eram dirigidos por militantes e simpatizantes do PCB, no estado da Bahia.[2] Setor que tinha uma proximidade e às vezes se confundia com a "Bahia intelectual" de Machado Neto, por conta dos espaços em comum, bem como o público e até mesmo o "etos" da intelectualidade baiana, onde o mundo das letras conduzia quase que obrigatoriamente ao mundo da política, especialmente com cargos públicos e cargos eletivos.[3]

Durante as décadas de 1930 e 1940, ser comunista na Bahia muitas vezes foi uma opção política dos filhos das elites econômicas e de famílias com prestígio político no Estado, assim como das camadas populares. Para alguns, como João Falcão - que entrou no Partido Comunista por conta da célula pecebista atuante na Faculdade de Direito da Bahia e no movimento estudantil baiano, no final da década de 1930 - entrar para o PCB representava fazer parte de uma sociedade secreta de

---

[1] Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

[2] Os jornais baianos noticiam ações de membros do PCB em organizações da sociedade e estatais, inclusive, demonstrando as relações de sociabilidades entre estes e liberais baianos.

[3] Segundo Machado Neto, salvo pouquíssimas exceções, como foi caso de Xavier Marques: "[...] a vida intelectual baiana tende a completar-se por uma atividade política, se possível por representada por um mandato legislativo ou executivo". MACHADO NETO, Antonio Luiz. A Bahia Intelectual (1900-1930). *UNIVERSITAS. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*. Números 12 e 13, Salvador maio/dezembro de 1972, p. 266.

escolhidos, um grupo então especial de notáveis, selecionados para luta subterrânea contra o *Estado Novo*.[4] Por outro lado, significava trilhar um caminho único e por isso distinto de seus pais e avós, notadamente ligados ao latifúndio e à exploração escravista durante o Império. Filiar-se ao Partido Comunista representava a possibilidade de sair da sombra de seus pais, muitas vezes ainda pouco letrados e aderir a uma ideologia política de vanguarda, exarada pela propaganda da URSS, de onde chegavam informações das benesses do socialismo, onde se acreditava não haver mais a exploração do homem pelo homem. Aliás, não seria exagero afirmar que entrar para um partido clandestino na capital significava de algum modo deixar para trás do mundo dos "tabaréus" e adentrar a modernidade, a cultura letrada, o mundo da política "civilizada", ainda que fosse à esquerda. Ser um comunista, nascido entre as elites econômicas da Bahia era sinônimo de ser um intelectual e uma liderança, ainda mais para um partido que tem como base um cabedal de interpretação teórica da sociedade o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels.

Neste processo, o PC baiano, ou CR-BA, reuniu em sua órbita intelectuais de diversas ordens, como artistas, escritores, professores, militares, jornalistas, advogados, médicos, arquitetos, além de operários, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940. Durante esses anos, os comunistas baianos tiveram uma destacada atuação na reorganização do PCB, em nível nacional, através da luta antifascista e no combate ao *Estado Novo*. Partido que foi alvo da repressão do governo de Vargas, após os levantes de 1935. De um modo geral, a Bahia foi um dos principais espaços para reunião de pecebistas emigrados de várias partes do país, fazendo de Salvador e do interior baiano um reduto comunista.

Esses velhos militantes emigrados tiveram contato com toda uma jovem geração de intelectuais baianos, estudantes do curso secundário e das faculdades da capital e conseguiram conquistar uma parcela significativa dessa juventude para a luta comunista.

Desse modo, entendemos que falar de uma "Bahia comunista" é falar de intelectuais, militantes ou simpatizantes do Partido Comunista que compunham os

---

[4] FALCÃO, João. *O Partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. 2ª edição, editora Contexto e Arte, Salvador, 2000.

quadros de uma elite letrada no Estado, ocupando espaços culturais, diretivos e políticos, como veremos nas ações desses intelectuais comunistas que aplicaram à realidade cultural e política o cabedal teórico do marxismo-leninismo, ainda que de um modo precário e influenciado pela linha oficial do PCB. É fundamental lembrarmos que o Partido Comunista era composto por pessoas de diversas camadas sociais, no entanto, neste trabalho estamos refletindo sobre a elite do próprio Partido, tentando compreender como as relações sociais e econômicas influenciavam para que esses descendentes das elites baianas se tornassem também elites dirigentes dentro do Partido Comunista.

1. Os intelectuais da "Bahia comunista" parabenizam Astrojildo Pereira

No dia 7 de julho de 1945, o jornal *Tribuna Popular* veiculou em suas páginas a seguinte manchete: "Congratulações enviadas ao escritor Astrojildo Pereira". A matéria informava que "[...]escritores jornalistas antifascistas da Bahia" parabenizavam Astrojildo Pereira por ter declarado publicamente a retirada de seu apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional, UDN, à presidência da república, além de denunciar "[...] as manobras anti-populares dos elementos interessados em implantar a desordem, que somente beneficiará ao fascismo e a reação.[5]

Na matéria do jornal *Tribuna Popular,* os intelectuais baianos ligados ao PCB, se referem a Astrojildo Pereira apenas como escritor, não fazendo qualquer referência ao seu passado militante e/ou referência à sua condição como membro fundador do Partido. Desse modo, parece que naquele momento era mais relevante referir-se ao escritor Astroildo Pereira, do que ao ex-militante comunista, até porque este havia participado da organização e da comissão política no I Congresso de Escritores, evento que havia sido realizado em São Paulo, entre 22 e 26 de janeiro de 1945 e reunido literatos como José Lins do Rego, Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, entre outros. Certamente os intelectuais da

[5] "CONGRATULAÇÕES ENVIADAS AO ESCRITOR ASTROJILDO PEREIRA". *Tribuna Popular*, 07/07/1945. Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois (CDM), p.1. À época, Astrojildo Pereira estava se reaproximando do PCB, partido que havia sido um dos fundadores em 1922 e se afastado desde 1931, quando o "obreirismo" expurgou os intelectuais da direção partidária.

Bahia comunista aproveitaram essa relação para se colocarem ao lado desses homens de letras que através das letras combatiam o *Estado Novo*.[6]

Ainda sobre a atitude de Astrojildo Pereira, o articulista afirmou que: "Sua advertência repercutiu da melhor maneira entre os jornalistas democratas da nossa terra, pois representa um considerável esforço na luta em que nos empenhamos pela unidade, democracia e progresso, sob o comando supremo de Prestes". Em seguida, consta no jornal os nomes de intelectuais e militantes ligados ao CR-Ba que enviaram saudações antifascistas a Astrojildo Pereira, a exemplo de: João Batista Lima e Silva, Mario Alves, Aristeu Nogueira, Almir Matos, Oswaldo Peralva, Rui Facó, Fernando Santana, Walter da Silveira, Wilson Falcão, Alberto Vita, Zitelmann, Aloisio Souza Aguiar e Luiz Henrique Dias Tavares.[7]

A ação de tornar público o apoio à ação de Astrojildo Pereira tem significados mais amplos do que a matéria deixa transparecer. A listagem pública de nomes em apoio à ação do ex-militante, num só tempo, demonstrava a posição da *Bahia comunista*, contra a candidatura de Eduardo Gomes, da UDN, como também fortalecia a luta política contra o *Estado Novo.* Assim, a *intelligentsia* comunista baiana demarcava sua posição e seu espaço no campo de forças em curso naquele momento, onde a Segunda Guerra Mundial se aproximava do fim, assim como a ditadura de Getúlio Vargas e retorno do jogo democrático no país.

2. O uso da história por um intelectual da *Bahia comunista*: Walter da Silveira

Sobre a atuação desse grupo no campo da história, chamam a atenção o contexto das comemorações do aniversário de Prestes, em janeiro de 1946. Naquele ano, o PCB evocou seus intelectuais para escrever um discurso histórico evocando o tenentismo e a Coluna Prestes como referência histórica para sua ação política.

---

[6] LUCA, Tania Regina de. *O 1º Congresso de Escritores e o arquivo Astrojildo Pereira*. Cadernos CEDEM, Documentos do acervo. São Paulo, 2008. Retirado de *www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/.../524/420.* Acessado em 06 de novembro de 2016. Entre outras coisas, esse congresso ratificou a posição antiestadonovista dos intelectuais brasileiros e a posição da *intelligentsia* frente ao mercado editorial, a valorização do trabalho do escritor, direitos autorais, relação com rádio, imprensa, etc.

[7] Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois (CDM). "CONGRATULAÇÕES ENVIADAS AO ESCRITOR ASTROJILDO PEREIRA". *Tribuna Popular,* 07/07/1945. Cabe indagar a Luiz Henrique Dias Tavares sobre a influência da *Bahia comunista* para a sua formação e escrita da história.

Na edição do jornal *O Momento*, publicada em 14 de janeiro de 1946, consta a transcrição do discurso em homenagem a Luiz Carlos Prestes, pronunciado por Walter da Silveira, no dia 03 daquele mês, na AECB. Ele que posteriormente ficaria conhecido por ser o grande idealizador do Cinema Novo e ter sido mestre de cineastas, dentre os quais destacamos Glauber Rocha. Nascido em 22 de julho de 1915, em Salvador, Walter Raulino da Silveira escreveu sobre cinema no jornal *O Imparcial* na década de 1920 e se formou na Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1935. Durante a graduação escreveu para o *Diário de Notícias* e para o jornal estudantil da Associação Universitária da Bahia (AUB). Na Faculdade de Direito da Bahia, Walter da Silveira entrou no movimento estudantil e na Juventude Comunista. Em 1935, integrou os quadros da Aliança Nacional Libertadora, onde criou a Frente Única Juvenil contra o Fascismo e filiou-se ao PCB no ano de 1945.[8] Em janeiro de 1946, Walter da Silveira estava com 30 anos, possuía mais de uma década em contato com o comunismo baiano e escrevia regularmente para o jornal *O Momento*.

A matéria veiculada em *O Momento* apresenta Walter da Silveira como o escritor que havia discursado na solenidade em homenagem a Prestes, na Associação de Ex-combatentes do Brasil, a AECB, transcrevendo seu discurso na íntegra. Apesar de chamar atenção a omissão da filiação de Walter da Silveira ao Partido Comunista, acreditamos que a sua apresentação somente como "escritor" causaria mais impacto no público leitor, por conta do prestígio que os baianos davam aos intelectuais e nesse caso se tratava de um escritor que havia homenageado Prestes de público.[9] Segundo Machado Neto, a cidade de Salvador possuía um público amplo e exigente para a apresentações desses intelectuais.[10]

Segundo *O Momento*, Walter da Silveira discursou afirmando que o aniversário de Prestes era motivo de júbilo para todos: "brancos do sul", "negros no norte", mulatos no centro", ou seja, para todas as "raças no Brasil" onde "se somam no mais poderoso e complexo cruzamento étnico de todos os tempos". No mesmo tom, o escritor afirmou que aquela data é igualmente comemorativa para os

---

[8] COELHO, Thiago Barboza de Oliveira. *Walter da Silveira e o clube de cinema da Bahia*. Anais da ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p.3.

[9] A matéria apresenta somente o local onde o evento foi realizado como "AECB", como em Salvador existe uma associação com esse nome, deduzimos que se trata da Associação dos Ex-combatentes do Brasil.

[10] MACHADO NETO, Antonio Luis. A Bahia Intelectual (1900-1930). *Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, maio/dez de 1972.

burgueses progressistas que não se renderam ao capital colonizador e para o Partido Comunista, vanguarda do povo e fundamento da democracia.[11] O elogio por conta do aniversário Prestes foi o enredo do discurso de Walter da Silveira. Porém, este não se tratava somente homenagem, mas de um esforço intelectual para demonstrar que o "Cavaleiro da Esperança" e a "Coluna Invicta" estavam no PCB e integravam a luta pela *União Nacional* que fomentava a linha de colaboração de classes, então vigentes no Partido. Percebe-se no texto a construção de um discurso sobre a história do Secretário Geral do PCB para fortalecer a unidade partidária e a linha que vigorava nas fileiras comunistas, além de objetivar convencer o público baiano acerca da relevância de Luis Carlos Prestes e do Partido Comunista que estava na legalidade e mesmo do comunismo que gozava de relativo prestígio após a vitória sobre a Alemanha nazista.

Walter da Silveira inicia falando sobre a infância pobre de Luis Carlos Prestes, em Porto Alegre. Em seguida, faz referência à sua importante passagem pela escola militar e destaca o movimento tenentista, citando os nomes de Siqueira Campos, Joaquim Távora, Cleto Campelo, Aníbal Benévolo, Djalma Dutra e Loureço Moreira Lima. Oficiais tenentistas que tiveram destaque e que deram suas vidas ao movimento. O tenentismo é abordado como um movimento espontâneo e ingênuo, até que Prestes encontra no marxismo a via para interpretação de todos os problemas presenciados durante a trajetória da Coluna. Walter da Silveira busca enquadrar a memória tenentista sob a perspectiva política do Partido Comunista.

Os intelectuais ligados ao PCB fizeram a tarefa de interpretar o passado à luz das demandas do presente e dos anseios políticos e sociais do futuro. Até porque suas ações não se restringiam aos círculos pecebistas. Como foi dito, Walter da Silveira escreveu em *O Imparcial* e no *Diário de Noticias*, o que nos dá dimensão da amplitude de seus contatos com diversas pessoas e espaços de uma Bahia intelectual. Sobre esse aspecto, vale refletir sobre como se relacionavam os comunistas e os liberais, em espaços de militância e ação intelectual. Haveria uma tradição política que reunia toda uma geração de intelectuais baianos, independentemente de suas colorações partidárias? Seria a linha de *União Nacional*

---

[11] Biblioteca Púbica do Estado da Bahia (BPEB). "DISCURSO EM HOMENAGEM A PRESTES". Jornal *O Momento,* Salvador, 14/01/1946, p. 2.

fruto de uma compreensão do Brasil como o espaço de harmonização de raças e de classes, como sugere a fala de Walter da Silveira, sobre o fato de o país ser fruto de um amplo cruzamento étnico? Cabe pesquisar o tipo marxismo praticado pelos pecebistas, como podemos ver nos últimos parágrafos de Walter da Silveira, em *O Momento*: "Unidade, democracia, progresso para atingirmos, enfim, nossa etapa capitalista, prelúdio da nossa etapa socialista."[12]

Os intelectuais da *Bahia Comunista* abordaram a trajetória da Coluna Prestes e de seu líder máximo em outros momentos, como em 1954, ano em que a "Coluna Invicta" completou seu trigésimo aniversário e teve uma comemoração especial pelo PCB.

4. As comemorações do 30º Aniversário da Coluna Prestes pelo Partido Comunista

Durante todo o mês de outubro, de 1954, o Partido Comunista, PCB, comemorou a passagem dos 30 anos da Coluna Prestes. A imprensa ligada ao partido divulgou por diversos estados do pais matérias de cunho jornalístico, histórico, literário e memorialístico, apresentando aos leitores sua leitura acerca da trajetória da "Coluna Invicta" e de Luiz Carlos Prestes. Em Salvador, *O Momento* publicou, além de matérias em seu caderno usual, um Suplemento Especial, contendo uma coletânea de textos sobre a história, a memória e a literatura referentes à trajetória da Coluna Prestes. O jornal *O Momento* era um órgão do PCB e era editado na Avenida Sete, na cidade de Salvador e naquele ano estava sob a direção de Almir Matos, que ocupava o cargo de Diretor; Quintino de Carvalho era o redator-chefe e Aristeu Nogueira o Gerente.

No dia 29 de outubro de 1954, o editorial do jornal *O Momento* foi publicado com o título: "SALVE A COLUNA PRESTES! Há 30 anos iniciou-se a Grande Marcha". O texto anunciava as comemorações por conta da passagem do trigésimo aniversário da "Coluna Invicta", com destaque à atuação do líder daquele destacamento rebelde, Luiz Carlos Prestes, o "Cavaleiro da Esperança". Segundo o editorial, Prestes era reconhecido pelos baianos como "[...] seu mestre e guia, chefe incontestável das lutas

---

[12] Biblioteca Púbica do Estado da Bahia (BPEB). "DISCURSO EM HOMENAGEM A PRESTES". Jornal *O Momento,* Salvador, 14/01/1946, p. 2.

por sua libertação[...]". Editorial que informava que aquela edição era especial por conta da passagem do 30º aniversário da Coluna Prestes apresentava os argumentos que darão o tom daquela e de edições subsequentes, mesclava notícias sobre o contexto político regional e nacional, além das notícias que abordavam os feitos de Luiz Carlos Prestes e da Coluna Prestes. Nas palavras do articulista, aquela edição especial era "[...] dedicada à data revolucionária". [13]

Naquela edição e em edições subsequentes, chama atenção o contraste entre as críticas direcionadas a Juarez Távora - que também foi uma das lideranças da Coluna - e a exaltação a Luiz Carlos Prestes. Comparação velada que o jornal habilmente fazia provavelmente para diminuir o papel desempenhado por Juarez Távora em sua participação entre os oficiais da Coluna Prestes. Aspecto que analisaremos mais detidamente em tópico específico à frente.

4.1 Contexto político do Final do ano de 1954

No ano de 1954, a linha do Manifesto de Agosto de 1950 ainda estava vigente, apesar de todos os embates envolvendo o presidente Getúlio Vargas e seus opositores. Com isso, a linha oficial do Partido orientava seus militantes à criação de sindicatos paralelos, rejeitando a estrutura sindical oficial, repudiava as eleições e o jogo político e defendia a necessidade de se criar um exército para a libertação do Brasil da dominação imperialista, através da Frente Democrática de Libertação Nacional, FDLN. Linha considerada inexequível dada a realidade brasileira, principalmente quanto aos embates em curso no jogo político nacional. À época, não encontramos críticas àquela proposta, apesar de algumas fontes apontarem dificuldades de diversas ordens à sua aplicação, como a resistência das bases partidárias em pôr em prática as orientações do Manifesto, como a dificuldade em obter doações para o PCB, visando a criação de um exército revolucionário, bem como a posição dos militantes de base, continuando no jogo político e sindical, à revelia da direção, como abordamos em outro trabalho.[14]

---

[13] Biblioteca Pública do Estado da Bahia, BPEB. "SALVE A COLUNA PRESTES! Há 30 anos iniciou-se a Grande Marcha". Salvador, Jornal *O Momento*. 29.10.1954, p.1.

[14] SOARES, Ede Ricardo de. "Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950". IN: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Capítulos de história dos Comunistas no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2016; VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1979.

No entanto, a morte do Getúlio Vargas, em agosto de 1954, leva às primeiras alterações oficiais na linha de atuação do PCB. A onda de simpatia e a ampla comoção pública causada pela morte do Presidente fez os comunistas recuarem quanto às críticas ao governo, aderindo às manifestações antigolpistas. Naquele momento, o Partido Comunista passou a identificar a possibilidade de um golpe de estado estar em curso no país e inicia mudanças em sua leitura sobre o país e em sua atuação política, mantendo a essência das orientações do Manifesto de Agosto.[15]

O IV Congresso do PCB, realizado entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954 - menos de três meses após a morte de Getulio Vargas - mantém as orientações do Manifesto de Agosto, anulando as mudanças em curso na prática partidária. De um modo geral, o PCB manteve a linha de atuação que o distanciava das massas e da política. Não por acaso, os diversos autores que analisaram esse Congresso concluíram que ele foi pouco democrático, com a indicação vertical de delegados, o que feria o seu estatuto, além do cerceamento das opiniões divergentes. Traços do stalinismo vigente entre os dirigentes do Partido.

As comemorações do 30º aniversário da Coluna Prestes estão inseridas nesse contexto, onde o PCB ensaiou algumas alterações em sua linha, mas o recuo evidenciado no IV Congresso demonstra que as mudanças foram sufocadas em pouco tempo. Não foi por acaso que os textos que relembraram a trajetória da "Coluna Invicta" estabeleciam analogias entre as ações revolucionárias da Coluna na década de 1920 e a militância dos comunistas na década de 1950. O PCB afirmava que a marcha da Coluna não havia cessado com o exilio para a Bolívia, em 1927, mas que ela sempre esteve ativa, ao organizar os levantes comunistas de 1935, no combate ao fascismo e o *Estado Novo* e então se encontrava lutando pela libertação país através da Frente Democrática de Libertação Nacional (FLDN). A leitura realizada pelo Partido Comunista procurava estabelecer continuidade entre esses diversos momentos de luta política, visando fortalecer a unidade partidária na consecução das tarefas determinadas pelo Manifesto de Agosto.

[15] Segundo José Antonio Segatto, após a morte de Vargas, o PCB começou a diferenciar as forças políticas, a avaliar a possibilidade de uma coalizão democrática e a valorizar as liberdades democráticas. SEGATTO, José Antonio. Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

As comemorações do 30º aniversário da Coluna Prestes foram publicadas no final de outubro de 1954, especialmente no dia 29, quando o Luiz Carlos Prestes lançou o "Manifesto de Santo Angelo" e foi acompanhado pelo batalhão ferroviário que se levantou no Rio Grande do Sul. Tudo indica que aquelas celebrações figuraram entre as tarefas visando aplicação da linha oficial em voga no PCB. Veremos que o teor dessa rememoração demonstra que o Partido evocou a memória da Coluna Prestes como história, visando fortalecer sua luta contra no presente. Nessa análise, o PCB abandona a análise histórica em prol da ação política, desmembrando elementos distintos, mas intrínsecos, negligenciando, inclusive, elementos básicos do materialismo histórico que ele reivindicava em sua ação revolucionária.

4.2 Memória e História da Coluna Prestes no jornal *O Momento*

Na primeira página do jornal *O Momento* foi publicado o primeiro texto sobre a Coluna Prestes, intitulado: "A bandeira da coluna", escrito por Quintino de Carvalho, redator-chefe do periódico comunista. O autor afirma que a Coluna trouxe para o povo a bandeira revolucionária que nunca seria enrolada, "[...] a bandeira imaculada e invencível de Prestes". Assim, para o autor, a grande contribuição da Coluna Prestes foi mostrar a realidade brasileira a partir da marcha que Luiz Carlos Prestes realizou, com seus companheiros, nos diversos estados e cidades do Brasil.[16]

O teor da matéria varia entre a exaltação do papel de Prestes e a crítica às limitações políticas da Coluna. Prestes é apresentado como um gênio militar incorruptível que havia realizado o maior feito militar da história do Brasil e a Coluna havia ascendido a chama da rebeldia deixando "[...] um rastro de legenda e de esperança. À sua frente, surgira para história a grandiosa figura de Luiz Carlos Prestes".[17] Por outro lado, Quintino de Carvalho afirma que a Coluna tinha objetivos limitados por não conhecerem as causas dos problemas nacionais. Assim, adiciona a luta pela libertação nacional em sua leitura que Prestes teria identificado já naquele momento, numa referência direta à tarefa do PCB naquele momento, de formação da Frente Democrática de Libertação Nacional. Vê-se que apesar da proposta radical,

[16] BPEB. "A Bandeira da Coluna". Salvador, Jornal *O Momento*. 29.10.1954, p.1.
[17] Idem.

não há menção à luta pelo socialismo, o que acabava aproximando os objetivos do partido e da Coluna. Esta lutou, dentre outras coisas, pela deposição de Arthur Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís e o Partido Comunista que lutava, dentre outras coisas, pela deposição de Café Filho, ambas através das armas. Como veremos à frente, em nenhuma das matérias há referência à revolução socialista. As críticas do PCB às perspectivas da Coluna Prestes, considerando-a como politicamente "limitada", acabavam, por outro lado, aproximando-a das perspectivas do PCB, com a sua proposta de "Revolução Nacional-democrática", como uma etapa ulterior à revolução socialista.

Em seguida, o articulista afirma: "Trinta anos passados, a Coluna invencível prossegue sua marcha libertadora. Integram-na milhões, operários e camponeses, patriotas e democratas, todos aqueles que aspiram por um Brasil livre, independente e progressista".[18] Trecho que evidencia os interesses do PCB em capturar a memória da Coluna e de Prestes para os seus objetivos do presente. Interesse que coaduna com os propósitos fenomenológicos da rememoração. Beatriz Sarlo afirma que o tempo específico da lembrança é o presente. O retorno ao passado é um advento, uma captura do presente.[19] Elemento que foi revelado por Maurice Halbwachs, quando afirma que toda lembrança é coletiva e está ancorada nos objetivos do presente.[20] Não foi por acaso que Quintino de Carvalho faz questão de ressaltar que os objetivos atuais do "Cavaleiro da Esperança" estão reunidos no Programa de Salvação Nacional, apresentado pelo Partido Comunista do Brasil: "Varrer este Governo, acabar com o poder dos latifundiários e grandes capitalistas serviçais do imperialismo, libertar o Brasil instaurando o governo democrático de libertação nacional e o regime de democracia-popular[...]".[21]

Por outro lado, é importante ressaltar que a memória sobre os feitos da Coluna Prestes foram alvo de disputa, principalmente a partir do final da década de 1930, quando a conspiração que ocasionou a chamada "Revolução de 1930" passou a reivindicar os levantes da década de 1920, onde a "Coluna Invicta" representou o seu ápice. A Coluna passou a ser fonte de capital político para as disputas políticas das

---

[18] Ibidem, p.2.
[19] SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Cia. das Letras, BH, UFMG, 2007, p. 10
[20] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ªed. São Paulo, Centauro, 2013.
[21] BPEB. "A Bandeira da Coluna". Salvador, Jornal *O Momento*. 29.10.1954, p.1.

décadas seguintes, apesar de seu maior líder ter rejeitado o convite dos "revolucionários" de 1930 e aderiu ao comunismo. Tanto conservadores quantos revolucionários passaram a reivindicar os feitos da "Coluna Prestes".

Temos notícias que desde a legalidade, conquistada em 1945, que o PCB buscou capitalizar o prestígio da Coluna Prestes em seus jornais. Lembrando publicamente que o seu Secretário Geral era o "Cavaleiro da Esperança", o PCB já demonstrava seu interesse no legado da Coluna, confrontando outras memórias "revolucionárias" e tenentistas que haviam subido ao poder após 1930, como Getúlio Vargas, Juraci Magalhães e Juarez Távora.

Chama atenção a imagem que ilustra a primeira página de "O Momento", daquele 29 de outubro. Um desenho em preto e branco, onde vê-se um destacamento de soldados portando muita munição, armas de fogo e marchando a pé e somente Prestes segue à cavalo, como que guiando os revolucionários num cenário que lembra os sertões brasileiros. Essa imagem tem destaque também pelos caracteres maiúsculos, destacados e em negrito de seu título, que diz: "SALVE A COLUNA PRESTES! Há 30 anos iniciou-se a Grande Marcha", como vemos abaixo:

SALVE A COLUNA PRESTES!

Ha' 30 Anos Inici-ou-se a Grande Marcha

Todo o povo brasileiro comemora, hoje, o XXX [illegible]iversário da Coluna Prestes. Há 30 anos — em 19[illegible] — iniciava-se a grande epópéia revolucionária, que [illegible] como uma das mais belas páginas da história de [illegible]ossa Patria.

Ao comemorar o aniversário da Coluna Invicta [illegible] povo brasileiro volta-se, em primeiro lugar, para [illegible]gura legendária de Luiz Carlos Preste, que se [illegible]rmou no Cavaleiro da Esperança de milhões e mi[illegible]ões de oprimidos.

O povo bahiano associa-se a estas homenag[illegible] [illegible]

BPEB. "**SALVE A COLUNA PRESTES!** Há 30 anos iniciou-se a Grande Marcha".
Salvador, Jornal *O Momento*, 29.10.1954, p.1.

A representação de Prestes montado impacta, ressaltando sua posição de comando, apesar de sabermos que grande parte, se não a grande maioria dos revolucionários da Coluna, usavam cavalos. Até porque foram as montarias que garantiram a mobilidade e a rapidez às manobras da Coluna, frente às investidas das

tropas do governo e dos coronéis. Representar os soldados da "Coluna Invicta" sem cavalos parece muito mais uma alusão ao PCB e seu objetivo de formar o exército popular de libertação nacional, sob o comando de seu Secretário Geral, do que uma representação da marcha e das batalhas da Coluna Prestes.

Ainda na primeira página de *O Momento*, de 29 de outubro de 1954, consta uma matéria que informava que um ato público em homenagem ao trigésimo aniversário estava marcado para o dia 30 daquele mês, na Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, diversas pessoas já haviam "hipotecado solidariedade" àquele ato, como os generais Miguel Costa, Felicíssimo Cardoso e Fernando Lavaquel Biosca; o Coronel Luiz de França Albuquerque, o escritor Jorge Amado, além deputados, vereadores e outras figuras públicas do cenário político. A matéria tem origem no jornal Imprensa Popular, também do PCB, onde vê-se uma tentativa de tornar ainda mais prestigiosas e amplas aquelas comemorações, afinal, apesar da clandestinidade os comunistas davam demonstração de força política com aquelas felicitações. O apoio de oficiais de alta patente do Exército, vereadores, deputados e do escritor Jorge Amado demonstravam poder político do PCB e legitimavam a comemoração do trigésimo aniversário da Coluna Prestes e os argumentos que ligavam-na ao Partido Comunista à toda Bahia.

Notas sobre o suplemento especial de O momento: memória e literatura

Suplemento Especial, segundo o editorial de *O Momento*, era dedicado à passagem dos trinta anos da Coluna Prestes, considerada pelo Partido como a "data revolucionária" e por isso merecia destaque e reuniu os seguintes texto referentes à Coluna Prestes: "NÃO SE INTERROMPEU A GRANDE MARCHA"; "O CAVALEIRO DA ESPERANÇA", "TRAJETÓRIA DA COLUNA NA BAHIA", e "EU VI A COLUNA PRESTES EM AÇÃO".

A matéria, "NÃO SE INTERROMPEU A GRANDE MARCHA", figura na primeira página, não está assinada e faz um balanço histórico, afirmando que a I Guerra Mundial e a Revolução Russa fizeram crescer a consciência política do proletariado, gerando greves e a fundação do PCB, considerando, em seguida que os levantes tenentistas são fruto desse contexto, aliado à situação de miséria e corrupção que se abatia sobre o país. Tenentismo que é ressaltado como uma ideologia pequeno-

burguesa. Em seguida, o autor escreve sobre os vários levantes no Rio Grande do Sul, de onde somente o batalhão comandado por Prestes tem sucesso. O texto segue detalhando a trajetória da Coluna pelo país, com um destaque para a Bahia, no tópico "A COLUNA PRESTES NA BAHIA", onde o autor afirma que o governo baiano empregou soldados do exército e da polícia, além dos "[...] cangaceiros de Horácio de Matos, Franklin de Albuquerque e de Abilio Volney. Até Lampeão fora convidado pelo governo para combater a invencível Coluna". [22]

Se encaminhando para o final, o autor descreve como a Coluna se exilou na Bolívia, onde Prestes fez uma profunda auto-crítica, abandonando a ideologia pequeno-burguesa e transforma-se no "[...] dirigente político da Classe mais revolucionária da história – o proletariado". Em seguida o autor frisa que a Coluna não desapareceu, visto que ela continuou nas lutas populares e, naquele momento, estava combatendo o imperialismo, em prol de um regime de democracia popular.[23]

O texto intitulado: "O CAVALEIRO DA ESPERANÇA", na segunda página, também sem autor definido; trata do comprometimento e sacrifício de Prestes à frente da Coluna. A escrita tem fortes traços romanescos, apresentando um líder incansável, incorruptível, possuidor de uma força de vontade férrea, capaz, inclusive, de ir contra seu instinto de sobrevivência ao ser o primeiro a sofrer a falta de recursos. No entanto, isso não diminuía sua capacidade decisória e bravura à frente da Coluna, ao contrário, essas ações eram tomadas como exemplos pelos soldados que se mobilizavam em fazer o mesmo, fortalecendo a companhia. De um modo geral, o texto é uma homenagem a Prestes que, tudo indica, esteve presente na sua escrita, provavelmente contribuindo com um depoimento ao articulista.[24]

O texto "TRAJETORIA DA COLUNA NA BAHIA", da terceira página, é de autoria de Jorge Amado e é baseado na sua obra "Vida de Luiz Carlos Prestes", escrito em 1941, quando o líder comunista estava na prisões do *Estado Novo*. O texto, que também tem características romanescas, fala de como a Coluna entrou para a cultura popular, inclusive por sua habilidade de driblar os inimigos. Uma suposta

---

[22] BPEB. "NÃO SE INTERROMPEU A GRANDE MARCHA". Salvador, Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, 29.10.1954, p.1.
[23] BPEB. "NÃO SE INTERROMPEU A GRANDE MARCHA". Salvador, Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, 29.10.1954, p.1.
[24] BPEB. "O CAVALEIRO DA ESPERANÇA". Salvador, Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, 29.10.1954, p.2.

"invisibilidade" que, segundo Jorge Amado, parte da população baiana via como uma habilidade sobrenatural, mas que era resultado da inteligência tática de Prestes, principalmente na ação militar chamada de "Laço Húngaro", através da qual a Coluna confundia, despistava e desmoralizava seus inimigos frente à opinião pública.[25]

Na quarta página consta o penúltimo texto, intitulado: "EU VI A COLUNA PRESTES EM AÇÃO". O articulista afirma que a matéria teve por base o depoimento de uma senhora chamada Maria Brandão Reis, então com 63 anos e residente na Baixa dos Sapateiros, em Salvador, mas que 30 anos antes residia em Minas do Rio de Contas. Segundo o autor, "Apesar da idade, a memória é viva e as palavras que vai pronunciando, evocando aqueles dias inesquecíveis saem em torrentes".[26]

O texto revela traços da memória de parte da população sobre a Coluna Prestes, dentre os quais o medo dos revolucionários e a forma que a Coluna abria passagem pelas cidades, frente aos prefeitos e a força policial local. Nesse trecho há o foco na emboscada que a polícia preparou para Coluna, atacando-os enquanto desfilavam na cidade. Fato, que segundo o texto, indignou a população que automaticamente passou a se colocar contra a polícia e a favor dos revolucionários. Ao final, segundo o articulista, a depoente fala que os revolucionários cantaram, dançaram e até organizaram espetáculo teatrais da então Minas do rio de contas. Ações que geravam a simpatia da população local.

O último texto, intitulado "Meu Encontro com a Coluna Prestes", baseado na reportagem e depoimento do senhor Vale Cabral, publicada no ano de 1926, num jornal da capital, segundo o articulista. A matéria teve por base o encontro do depoente e a Coluna Prestes que ocorreu também no Rio de Contas, nos dias 3 e 4 de maio daquele ano. Encontro que foi uma surpresa, visto que o depoente afirmou estar em viagem para a cidade de Brumado. O texto conta com os seguintes tópicos: "COMO SE FORA UM SONHO", onde o depoente fala da sorte e deslumbramento ao encontrar a Coluna e seu líder; "ALIMENTANDO O FOGO SAGRADO", tópico que relata uma ampla conversa com Prestes, onde o líder afirma que a Coluna não estava em busca da anistia, mas de alimentar " fogo sagrado", que seria a luta pela

[25] BPEB. "A TRAJETÓRIA DA COLUNA". Salvador, Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, 29.10.1954, p.3.
[26] BPEB. "EU VI A COLUNA PRESTES EM AÇÃO". Salvador, Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, 29.10.1954, p.4.

revolução no país; o último tópico, "UM EXEMPLO DE PRESTES", apresenta um Prestes preocupado com a terra e, principalmente, com as condições dos trabalhadores do campo. Ainda nesse tópico, Vale Cabral se recorda de seu encontro com Prestes no ano de 1945, quando ambos militavam no PCB, chamando atenção de como seus destinos foram unidos pelo Partido e pela Coluna.[27]

Considerações finais

Temos ciência de que a noção de *Bahia Comunista* precisa de aprofundamento teórico e conformação metodológica. A ideia de recortar a ação intelectual desses militantes comunistas tem os objetivos de melhor localizá-los na gama de intelectuais brasileiros. Intelectuais que tiveram formação e frequentaram os mesmos espaços de figuras de amplo destaque na *intelligentsia* nacional, que aderiram ao comunismo e fizeram de suas trajetórias políticas a combinação da luta política e atividade intelectual, contribuindo para a compreensão da realidade brasileira e dos caminhos para sua revolução.

No entanto, cabe à história dissociar a representação que esses atores sociais fizeram de si e de seu Partido, para podermos conhecer melhor os seus acertos e os seus descaminhos, restituindo-lhes seus papéis de seres humanos, localizados num campo de forças específico.

No caso do PCB, a história lhe é um elemento fundamental para ação política. Sua trajetória de luta permitia que sua visão da história fosse publicizada. Sem precipitar julgamento e sentença quanto ao campo historiográfico, não seria exagero afirmar que o Partido tomou memória com história, quando lhe convinha, assim, negligenciando as tarefas cobradas pela realidade. Tudo isso para manter o *status quo* dentro do Partido.

Entretanto, consideramos de grande relevância o fato de o PCB abordar publicamente capítulos importantes da história do Brasil e ainda de tão pouca difusão, como a Coluna Prestes na Bahia, ainda na década de 1950, num regime de historicidade distinto do nosso. Sobre essas questões, às quais somamos a ação

[27] BPEB. "Meu Encontro com a Coluna Prestes". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.4.

política, acreditamos que a *Bahia Comunista* teve um papel fundamental, até porque a linha que o Partido seguirá a partir da "Declaração de Março de 1958" tem origem nos líderes comunistas baianos: Giocondo Dias, Mario Alves e Jacob Gorender, que ascenderam à direção do PCB, após as denúncias dos crimes de Stálin, no XX Congresso do PCUS em 1956 e o consequente declínio do antigo grupo dirigente, mais estalinista. Portanto, estamos falando de um modo especifico de fazer política à esquerda, que tem origem em formas e tradições da Bahia.

FONTES

JORNAL *O MOMENTO* – BIBILIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

"A Bandeira da Coluna". Salvador, Jornal *O Momento*. 29.10.1954, p.1.

"A TRAJETÓRIA DA COLUNA". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.3.

"DISCURSO EM HOMENAGEM A PRESTES". Jornal *O Momento*, Salvador, 14.01.1946

"EU VI A COLUNA PRESTES EM AÇÃO". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.4.

"Meu Encontro com a Coluna Prestes". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.4.

"NÃO SE INTERROMPEU A GRANDE MARCHA". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.1.

"O CAVALEIRO DA ESPERANÇA". Jornal *O Momento*, SUPLEMENTO ESPECIAL, Salvador, 29.10.1954, p.2.

"SALVE A COLUNA PRESTES! Há 30 anos iniciou-se a Grande Marcha". Jornal *O Momento*, Salvador, 29.10.1954.

JORNAL TRIBUNA POPULAR - Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois (CDM).

"CONGRATULAÇÕES ENVIADAS AO ESCRITOR ASTROJILDO PEREIRA". *Tribuna Popular,* 07/07/1945.

REFERÊNCIAS

COELHO, Thiago Barboza de Oliveira. *Walter da Silveira e o clube de cinema da Bahia*. Anais da ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FALCÃO, João. *O Partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. 2ª edição, Salvador, editora Contexto e Arte, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ªed. São Paulo, Centauro, 2013.

LUCA, Tania Regina de. *O 1º Congresso de Escritores e o arquivo Astrojildo Pereira***.** Cadernos CEDEM, Documentos do acervo. São Paulo, 2008. Retirado de

www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/.../524/420. Acessado em 06 de novembro de 2016.

MACHADO NETO, Antonio Luis. A Bahia Intelectual (1900-1930). *Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, maio/dez de 1972.

SARLO, Beatriz*. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Cia. das Letras, BH, UFMG, 2007.

SEGATTO, José Antonio. Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SOARES, Ede Ricardo de. "Insubordinações das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950". IN: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Capítulos de história dos Comunistas no Brasil.* Salvador, EDUFBA, 2016;

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. Rio de Janeiro, Hucitec, 1979.

1932: A BAHIA E O MOVIMENTO PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL

ELIANA EVANGELISTA BATISTA*

Universidade Federal da Bahia

O INÍCIO DO ANO de 1932 foi marcado pela discussão em torno da reconstitucionalização em todo o país. Esse movimento é largamente abordado na literatura sobre o tema, principalmente pelas ações que se desenrolaram no estado de São Paulo, a partir de fevereiro de 1932.[1] Descontentes com o caráter discricionário do regime imposto ao país desde 1930, os paulistanos levaram o movimento pró-constituição às últimas consequências, declarando guerra ao governo provisório de Getúlio Vargas e sustentando intenso combate entre os meses de maio e outubro daquele ano. No entanto, a narrativa constitucionalista, que supunha a defesa dos princípios liberais sobre o autoritário, foi construída em todo o país, e assim como em São Paulo, motivada pelo encontro entre os revolucionários descontentes com os rearranjos da "Nova República" e os grupos destituídos do poder para implantação desta, em 1930. É nosso objetivo analisar os desdobramentos desse movimento no estado da Bahia.

---

* Eliana Evangelista Batista é doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista FAPESB. Desenvolve pesquisa sobre a oposição ao governo de Getúlio Vargas na Bahia entre 1930 e 1945. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Alagoinhas- GEPEA, do Grupo de Pesquisa História, Literatura e Memória - UNEB e do Grupo de Trabalho de História Política, da ANPUH. Esse texto é parte do terceiro capítulo da tese que está em fase de elaboração.

[1] Ver entre outros: ADAMI, Antonio. *80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932: uma odisséia radiofônica em São Paulo.* Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 3 a 7/9/2012; CARVALHO. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006; HERNANI, Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932.* IBRASA, São Paulo, 2002; PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos de 1930: as incertezas do Regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; PRESTES. Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Naquele momento, a previsão que se tinha era que o alistamento fosse iniciado ainda em fevereiro para que se realizassem eleições em julho e a Constituinte se reunisse no dia 3 de outubro, data do aniversário do rompimento do movimento revolucionário. A expectativa de um pleito eleitoral ocorrer na metade daquele ano impulsionou a corrida para a organização partidária na Bahia e para tanto, ainda no final de 1931, deslocaram-se do Rio de Janeiro para a Bahia os políticos J. J. Seabra e Moniz Sodré que assim como Simões Filho que já se encontrava no estado, visavam mobilizar os antigos correligionários para o futuro pleito.

Antes, porém, era preciso desconstruir a narrativa de que a revolução precisava de um governo discricionário para completar a sua tarefa de renovação do país e desconstruir, também, a ideia de que o povo ainda não estava preparado para escolher os seus governantes, tal como defendia os membros do Clube 3 de Outubro. Logo, o inimigo maior a ser combatido naquele momento por Seabra e Sodré era antigos companheiros de batalha, muitos dos quais, militares. [2]

Assim, no início de janeiro de 1932, Seabra convocou uma reunião do Partido Republicano Democrático da Bahia. Moniz Sodré, Xavier Marques, Lauro Villas Boas, Gal. J. de Oliveira Freitas, Leopoldo do Amaral, Souza Carneiro, Freitas Guimarães, Álvaro Ramos, Cosme de Farias e o próprio Seabra compuseram a diretoria executiva do Partido. A urgência era justificada pela necessidade de fazer oposição aos ajuntamentos políticos que Juracy Magalhães já havia promovido no estado.

Juracy Magalhães, em menos de seis meses à frente da interventoria da Bahia já havia conseguido importantes aliados no interior do estado e essa era uma das maiores preocupações tanto de Seabra quanto do grupo partidário de Otávio Mangabeira, àquela época no exílio. A "Cruzada patriótica" que estava sendo organizada pelo Partido Democrático, em janeiro de 1932, tinha por objetivo combater esse avanço do interventor. Cada membro da Executiva do PRD que pudesse chefiar

[2] Dulce Chaves Pandolfi lembra que à medida que as propostas intervencionistas eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligarcas, especialmente dos dissidentes da Revolução. Para os militares, isso se constituía em grande problema, razão pela qual buscavam organizar-se enquanto grupo, a exemplo do Clube 3 de Outubro. Para eles, a ameaça maior não vinha por parte dos "carcomidos", isto é, dos derrotados em 1930, mas dos "políticos profissionais", aqueles que, apesar de terem participado do movimento revolucionário, não tinham aderido ao "espírito da revolução". PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos de 1930: as incertezas do Regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.21.

uma caravana em propaganda da constitucionalização do país deveria apresentar os nomes de seus companheiros para essa empreitada ainda naquele mês.[3] Mas, enquanto não estivesse organizada, o combate se dava pela imprensa, especialmente pelo *Diário da Bahia*, com denúncias sobre o governo, críticas ao planejamento orçamentário, notas sobre possíveis demissões, matérias sobre conflitos em diferentes municípios e um constante desgaste da imagem de Juracy Magalhães, através da coluna "Vox Populli - Vox Dei".[4]

A campanha feita através do *Diário da Bahia* surtiu efeito entre os jovens acadêmicos. No dia 19 de janeiro de 1932, a "mocidade baiana", através do matutino dirigido por Sodré, informava que estaria organizando uma série de conferências na Faculdade de Direito. Coordenadas por Nelson Carneiro, então bacharelando em Direito e pelo professor Edgar Sanches, essas conferências marcaram o alinhamento dos acadêmicos da Bahia com os de São Paulo e Rio de Janeiro na marcha pela reconstitucionalização do Brasil.

Assim, ao tempo em que a lei eleitoral vinha sendo feita pelo ministro Maurício Cardoso e sua equipe na capital do país, na Bahia, os seabristas defendiam, reiteradamente, a volta do regime representativo, através do *Diário da Bahia*. Afirmavam: a "mentalidade política militar é muito fraca, não possuímos [no Brasil] militares adaptáveis à experiência de governo".[5] Era preciso, portanto, defender o "regime federativo e as garantias de liberdade de pensamento, de associação, de reunião e, principalmente, liberdade de imprensa e da tribuna que devem estar fora da compressão do Exército".[6]

---

[3] Observa-se que há uma mudança fundamental nessa forma de organizar os partidos. Embora não fossem partidos nacionais, as agremiações políticas partidárias que se organizavam no ano de 1932 e 1933 na Bahia buscavam, de forma distinta do período anterior a 1930, se estruturar nos municípios baianos, criar bases entre os coronéis. Conforme afirmou Wilson Lins, quando se convocou a Convenção Estadual para criação do PSD, no final de 1932, em quase todos os municípios já havia um diretório praticamente funcionando. A Coligação Sertaneja que veio a ser formalmente criada em novembro, desde maio já estava em pleno funcionamento. Ao investigar a relação dos coronéis do Baixo Médio São Francisco com a interventoria de Juracy Magalhães, Maria Alba Machado Melo afirma que, embora os coronéis tenham enfraquecido militarmente, por conta do desarmamento promovido pela revolução, a criação de partidos promoveu a institucionalização do poder desses coronéis, incentivando à luta partidária e a disputa parlamentar, antes restrita a nomes da capital. MACHADO MELO. Maria Alba. *História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 1989.

[4] Expressão em latim que significa Voz do Povo, Voz de Deus.

[5] "Constituição". *Diário da Bahia.* Salvador, 12 de janeiro de 1932. BPEB.

[6] Idem.

O que se percebe, na verdade, é uma tentativa de desconstruir uma ideia que se ia enraizando no país acerca do tenentismo como principal protagonista do movimento revolucionário de 1930.[7] Ao combater a "tenentização do Brasil", os liberais baianos partidários de Seabra queriam destacar o próprio papel no movimento de 1930 e, com isso, reclamar os espaços que estavam sendo ocupados por outros que pouco ou nada haviam contribuído para a organização da Revolução no estado da Bahia.

No início de 1932, a situação política de muitos municípios da Bahia, a exemplo de Água Preta, Cruz das Almas, São Gonçalo dos Campos, Valença, Santo Amaro, Jequié, Mutuípe, entre outros, era de crise e violência. Entre as razões para a desordem, as nomeações de homens estranhos à Revolução ou sem competência técnica para o cargo, eram as mais apontadas.[8] Havia, também, um grande número de denúncias de violências impetradas pelos prefeitos, quase sempre sem punição e com censura à imprensa local para não divulgar os fatos.[9] À medida que muitos prefeitos foram preteridos pelos representantes de Juracy Magalhães, o segmento que apoiava Seabra ganhava força no interior do estado.

No entanto, apesar da expansão do movimento constitucionalista, não era fácil escapar às repressões do governo constituído. Juracy Magalhães recrudesceu a censura e perseguição a jornais e jornalistas, razão pela quais muitos desses conflitos no

---

[7] Diferente de Boris Fausto e Francisco Weffort que defendem que esse momento foi caracterizado pela formação de um "Estado de Compromisso", Anita Leocádia Prestes afirma que nos anos que se seguiram ao "golpe de 1930", e diante da "crise de hegemonia" do período, o que se viu no Brasil foi o surgimento da ideia de se construir um estado forte. Daí, sairia reforçada a posição de setores "relativamente independentes das flutuações de opinião pública". Para ela, "o exame dos principais aspectos da reorganização promovida nas Forças Armadas no pós-30 revelou que o Exército e a Marinha estiveram no centro do poder". Ver: PRESTES. Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.36,44. José Murilo de Carvalho afirma que a construção de uma nova ordem em bases puramente civis revelava-se impossível naquele período, mas os próprios militares estavam divididos quanto ao modo de conduzir o processo pós-30, razão pela qual o período abrigou dezenas de conspirações que, em tese, revelavam as diferenças do núcleo militar nesse processo de "reconstrução do Brasil". Carvalho. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. pp. 62-101.

[8] Ver: Denúncia sobre a administração de Santo Amaro, na qual se acusava o prefeito de não ter a menor preocupação ausentando-se frequentemente da cidade para tomar parte em danças e *picnics* e deixando-a abandonada e suja. Afirma que o experiente Eduardo Mamede nada governava e era controlado pelo senhor Otávio Pedreira. "Santo Amaro vai mal". *Diário da Bahia*. Salvador, 2 de fevereiro de 1932. BPEB.

[9] Além das notas publicadas nos jornais há uma vasta documentação no Arquivo Público, entre cartas e telegramas, denunciando a violência impetrada à população por prefeitos, delegados de polícia e coletores de impostos, nos diferentes municípios baianos. Ver caixas de ofícios recebidos pelo Interventor Federal na Bahia no ano de 1931 e 1932, no Arquivo Público do Estado da Bahia.

interior do estado não puderam ser divulgados. Além disso, Sodré e Seabra retornaram ao Rio de Janeiro deixando na Bahia um vácuo na liderança do PRD e do movimento em prol da reconstitucionalização do país.[10]

Deste modo, na ausência de forças maduras à frente do estado ou na incapacidade destas de representar o conjunto da população, abria-se um espaço para que surgissem novas lideranças. Foi nesse horizonte favorável à luta política, que os jovens acadêmicos da Bahia envolveram-se de forma direta com as reivindicações pela reconstitucionalização do país. Desde o final do ano de 1931 já se especulava a formação de uma Liga de Ação Política na Bahia.

Assim, no dia 27 de janeiro de 1932, reunindo-se pela primeira vez numa sessão liderada por Bulcão Junior, o acadêmico Otto Bittencourt sugere a criação de uma Liga-Pró Constituinte no estado baiano.[11] Tal como as suas congêneres paulista e carioca, e o "Clube 24 de Fevereiro", fundado também naquele mês para contrapor as ideias do "Clube 3 de Outubro" que era a favor do governo provisório e a manutenção do regime discricionário no Brasil, esses jovens se preparavam para organizar, na Bahia, o grande comício cívico que seria realizado concomitantemente em todo país, no dia 24 de fevereiro de 1932, data de aniversário da Constituição de 1891.[12] Ainda naquele

---

[10]Sobre a repressão aos jornais ver: "O Diário da Bahia e o governo do estado". *Diário da Bahia.* Salvador, 30 de janeiro de 1932. BPEB; "O tenente interventor". Reprodução do telegrama enviado por Juracy Magalhães ao Ministro da Justiça. *Diário da Bahia*, Salvador, 5 de fevereiro de 1932. BPEB. O Jornal *A Tarde* que vinha se abstendo de críticas desde a vitória da Revolução de 1930 passou a fazê-las naquele ano. No entanto, foram contidas ainda no final de janeiro de 1932. Diante da agressão ao jornalista baiano José Rabello por dois militares fardados, o *A Tarde* recuou. Na edição de 04 de fevereiro de 1932 os dirigentes do vespertino justificaram a sua posição: "A *A Tarde* passou mais de um ano, a contar da vitória da revolução até poucos dias atrás, abstendo-se inteiramente de opinar sobre assuntos da administração pública. Sem garantias de espécie alguma, não tínhamos outro caminho a seguir. Há mais ou menos um mês, o senhor ministro da justiça notificava aos jornais com solenidade, que o governo resolvera revogar a censura à imprensa, que era com este ato restituída à liberdade. Participamos da presunção de que essa resolução fosse real. Temos a experiência em contrário, com provas documentais. Neste estado a imprensa nunca atravessou uma fase mais cheia de ameaças e perigo. Aí tem o povo a razão porque suprime a *A Tarde* das suas colunas, a partir de hoje até o dia em que dispuser de garantias efetivas, qualquer comentário sobre os atos da administração do estado". "Notas Diversas". *A Tarde.* Salvador, 04 de fevereiro de 1932.

[11] A diretoria dessa agremiação ficou assim constituída: Presidente, Bulcão Júnior; Secretário, D'Almeida Victor; Oradores, Otto Bittencourt Sobrinho e João Guimarães. "Os moços baianos e a Constituinte. *Diário da Bahia*. Salvador, 27 de janeiro de 1932. BPEB.

[12] Na Bahia, o clube 3 de Outubro só foi criado, oficialmente, em março de 1932. Ver: SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República***.** 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 85; *Diário de Notícias*. Salvador, 24 de março de 1932. BPEB.

mês, Otávio Mangabeira mandou anunciar o término de seu "estágio na Europa" pelo jornal *A Tarde* que divulgou o seu retorno para 10 de março daquele ano.[13]

Na capital da Bahia, além do comício que foi marcado para acontecer no dia 24 de fevereiro, às 18 horas, no Cruzeiro do São Francisco, suspenso a poucas horas de sua realização pela polícia local, ocorreu uma sessão cívica no salão nobre da Faculdade de Medicina, na qual discursaram Fausto Penalva e Nelson de Souza Carneiro.[14] Segundo matéria do jornal *Diário da Bahia*, as pessoas começaram a reunir-se às 15 horas. Às 15:30 os dirigentes da Liga Baiana Pró-Constituinte colocaram um cartaz convidando o povo a permanecer no local e participar do debate. Em pouco tempo, o secretário de polícia chegou ao local para suspender a atividade, alegando não haver sido expedido nenhuma autorização para a realização daquela manifestação popular. A população teria recebido o aviso com indignação que, segundo a matéria, motivou pequenos discursos, logo interrompidos pelo comissário da polícia, guardas civis, investigadores e soldados da infantaria devidamente armados.[15]

Os comícios fracassaram também em São Paulo e Rio de Janeiro, ambos igualmente impedidos de serem realizados por intervenção direta ou indireta da polícia. Mas a iniciativa teve um saldo positivo, tendo em vista que naquela noite, no Palácio do Catete, Getúlio Vargas e o ministro da Justiça Maurício Cardoso, às 21 horas e sem solenidade alguma, assinavam o Decreto de nº 21.076, o Código Eleitoral.[16]

A assinatura do Código Eleitoral recrudesceu a corrida pela organização das agremiações partidárias e a luta política no estado. Os conflitos só aumentavam, inclusive, dentro do governo constituído. Juracy Magalhães investia em viagens, almoços, acordos e distribuição de cargos públicos para arregimentar os chefes locais e se fortalecer no interior do estado, abrigando a homens destituídos em 1930, mas essa postura não era bem vista por parte dos integrantes do Clube 3 de Outubro, liderado na Bahia pelo tenente Joaquim Monteiro. Por mais de uma vez foi divulgada a notícia de que 19º Batalhão poderia ser sublevado.[17]

---

[13] Carta de Otávio Mangabeira para Pimenta da Cunha. 6.2.1932; Carta de Euvaldo Pinho para Otávio Mangabeira. 13.02.1932. In: Octávio Mangabeira. *Cartas do exílio* (1930-1934).

[14] "Pela volta do país ao regime da lei". *Diário da Bahia*. Salvador, 24 de fevereiro de 1932; BPEB.

[15] "Como a Bahia comemorou o 24 de fevereiro". *Diário da Bahia*. Salvador, 25 de fevereiro de 1932. BPEB;

[16] Idem.

[17] *Diário da Bahia*. Salvador, 27 de março de 1932. BPEB; Jornal *A Tarde*, 26 de março de 1932. BPEB. Sobre a incompatibilização do tenente Joaquim Monteiro e demais companheiros do 19º Batalhão ver:

Além da instabilidade política, a situação econômica da Bahia naquele ano merecia atenção especial do governo. A seca e a crise que por mais de dois anos castigavam o estado já atingiam toda a população, até mesmo os mais abastados produtores rurais, que afastados do governo, não podiam mais contar com as benesses dos cofres públicos. O que se via era exatamente o oposto, a instabilidade política expunha ainda mais esses homens, pois o aumento de impostos de toda ordem foi uma saída encontrada pelo regime discricionário para arrecadar fundo para o erário público. Na Bahia, embora o Instituto do Cacau estivesse despontando como uma possibilidade econômica favorável ao estado, assim como a produção de laranjas, a indústria de fumo passava por uma crise aguda.

A Bahia era o maior exportador de fumo de todo o Brasil. Daqui saíam para o exterior cerca de 90% de todo o produto exportado.[18] O decreto federal de nº 20.880, do ano de 1931 e a pauta de exportação definida pelo governo provisório estavam impossibilitando a venda do produto para o exterior com a margem de lucro esperada pelos maiores produtores de fumo no estado, sobretudo o fumo em corda. Em fevereiro daquele ano, Juracy Magalhães foi alvo de críticas e apelo por parte desses produtores. Em ações coordenadas encaminharam telegramas ao interventor federal no estado pedindo providências para a situação que considerava vexatória.[19]

Freitas. *Alcance e limites do movimento tenentista na Bahia:* a conspiração revolucionária de 1930. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010, p. 115-128.

[18] A Bahia exportava para Holanda, Espanha, Uruguai, Bélgica, Itália, Argentina e, sobretudo, Alemanha. O principal centro exportador de fumo na Bahia era São Félix. *A Tarde*. Salvador. 27 de setembro de 1932.

[19] De Alagoinhas assinaram: Saturnino Ribeiro, intendente deposto em 1930, ainda naquele ano passou para as hostes do governo quando se tornou membro do Conselho Consultivo local, José Lúcio dos Santos, um dos maiores produtores de fumo da região, vulgo coronel Santinho que ingressou, a pedido de Antonio Carlos, governador de Minas Gerais, na Aliança Liberal em 1929, tendo dela se afastado no ano seguinte. Na cidade tornou-se o maior rival de Mário Cravo, prefeito nomeado em 1930. Ambos eram produtores de fumo e Mário Cravo passou a concorrer com este no que se refere à exportação para o nordeste do Brasil e para a Alemanha; Francisco Costa Baptista e José Alexandrino Santos. De Inhambupe assinaram: Antonio Vieira, Almiro Silva, Secundino Ferreira Passos e Miguel Ferreira Carvalho, todos exportadores de fumo em corda. Do Sítio do Meio assinaram o telegrama os srs. José Antonio Batista, Euclides Almeida, Raul Cavalcante Regis, José da Rocha Simões, Antonio Villanes, Manoel Querino Batista, José Cavalcante Regis, José Villanes Fillho, Divino da Costa Batista, Philadelpho Pinto Meireles, Florentino Afro e Manoel Gualberto Santana. Os telegramas foram datados respectivamente em 13,14 e 15 de fevereiro de 1932. APEB. Publicação no Jornal *A Tarde,* em 17 de fevereiro de 1932; 26 de setembro de 1932. Ver também: Ofícios e correspondências recebidas. Secretaria do Governo. Sessão Republicana. 1931 a1933. Caixas 1832, 1833 e 1868.

A questão social também era pauta de discussão tanto do governo quanto dos seus opositores. A Bahia chegou a reunir no município de Juazeiro mais de cinco mil flagelados, entre esta cidade e sua vizinha Petrolina. Em junho de 1932 registrava-se o número de 260 flagelados em Catu, 5.000 em Juazeiro/Petrolina, 400 flagelados em Jacobina e mais de 200 na cidade de Alagoinhas, abrigadas nas estações ferroviárias ou caminhando ao longo dos trilhos. No final do ano, o Jornal *A Tarde* chegou a registrar que algumas famílias se alimentavam com os próprios filhos recém-nascidos ou, na ausência destes, com os cadáveres encontrados pelas estradas. Em expedição ao norte do país, o então Ministro da Aviação, José Américo, sugeriu ao governo provisório que essas pessoas fossem empregadas em obras federais como construção de estradas e açudes, por exemplo. No mês de junho, a Bahia recebeu seiscentos contos por ordem do Ministro da Aviação e as obras começaram antes de findar o ano. Na construção da estrada que ligava a cidade de Alagoinhas a Cipó foram empregadas mais de duzentas famílias flageladas pela seca.[20]

Ainda que essa não fosse a principal preocupação dos oposicionistas a Juraci Magalhães, o "terror dos sertões" rendia boas matérias de jornal e excelentes argumentos para cobrar uma atuação mais efetiva do governo constituído, tornando-se, inclusive, alegação para a sua destituição. No entanto, as medidas adotadas por Juraci Magalhães para combater a esses grupos eram firmes e tinham o aval de Getúlio Vargas. Em abril, quando a censura voltou a ser parcialmente adotada no Brasil, o interventor notificou os jornais *Diário da Bahia* e *O Imparcial* ficando o primeiro sem circular por vários dias.[21] Em julho fechou ambas as folhas.[22] A situação parecia-lhe tão favorável que em maio daquele ano escreveu a Getúlio Vargas dizendo que:

> (...) Encontrei na Bahia uma situação francamente favorável às ideias que tive a honra de trocar com Vossa excelência: aqui a Revolução

---

[20] *Diário da Bahia*. Salvador, 22 de março de 1932; 29 de maio de 1932; 07 de junho de 1932; *A Tarde*. Salvador, 19 de abril de 1932; 29 de setembro de 1932; 28 de novembro de 1932; 14 de dezembro de 1932 e 24 de dezembro de 1932; *Diário de Notícias.* Salvador, 20 de junho de 1932.

[21] Segundo o jornal *A Tarde*, no dia 5 de abril de 1932, as redações do *Diário da Bahia* e do *O Imparcial* foram invadidas por agentes da polícia, onde se efetuou a prisão de seus redatores, Joel Presídio e Cosme de Farias, que se auto-intitulava socialista cristão, do empregado da administração Sr. Cândido Cunha e do Sr. José Presídio. Mais tarde teria sido preso também José Rabello, bem como os diretores de *O Imparcial* Mário Monteiro e Mário Simões. Joel Presídio foi posto em liberdade no dia seguinte, a pedido da Associação Baiana de Imprensa e Mário Monteiro em 28 de abril. "Notas diversas". A Tarde. Salvador, 5, 6 e 28 de abril de 1932. Nota oficial do governo do estado transcrita em *Diário de Notícias*. Salvador, 14 de julho de 1932.

[22] "A suspensão dos jornais matutinos". *A Tarde*. Salvador, 15 de julho de 1932.

> vencerá, creio até que com facilidade, mesmo no terreno eleitoral. Percorri agora 18 municípios e em apenas dois não tenho frente única ao lado da ditadura. Politicamente o quadro é o mesmo em todo o interior. Na capital, onde o problema é mais difícil, já temos também elementos de valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das ideias revolucionárias (...). [23]

Na mesma carta, Juraci Magalhães cobrou do governo provisório o Programa do Partido Nacional. Receava que se dispersassem as forças políticas locais que já havia conquistado com bastante esforço pessoal.[24] Entretanto, julgando haver organizado "a Bahia politicamente ao lado da Revolução", Juraci Magalhães afirmava fazer jus a sua aposentadoria do cargo, pois cumprido os objetivos do governo provisório,

> (...) já era tempo, portanto, de vir cogitando de um substituto pra mim. Veja bem vossa excelência que não quero "aumentar a aflição ao aflito": não lhe criarei dificuldades, pelo contrário, estou procurando afastá-las, em homenagem ao esforço que vossa excelência vem fazendo em favor do Brasil e aos laços de amizade pessoal que hoje já me ligam a vossa excelência. Neste momento de planejado assalto às posições políticas, por parte de alguns ambiciosos, convém repetir, que considerarei o meu *13 de maio*, o dia em vossa excelência houver por bem dar-me um substituto.[25]

Além da suposta organização da Bahia ao lado da Revolução, Juraci Magalhães mostrava na missiva outras razões que motivaram o seu pedido de afastamento e uma delas era o fato de que Getúlio Vargas teria dispensado atenções aos protestos de Seabra, recebendo-o, inclusive, no Catete para tratar de questões referentes à política

---

[23] Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC. Os municípios em que Juracy Magalhães não podia contar com a frente única eram provavelmente, de acordo com as fontes consultadas, Alagoinhas e Bonfim.

[24] A ideia de um Partido Nacional foi esboçada ainda no ano de 1931. O objetivo era que "a Revolução" pudesse criar partidos com uma única orientação política em todos os estados. Ver: *Diário de Notícias.* 30 de março de 1932, 12 de abril de 1932. Sobre ele, Getúlio Vargas respondia a Juraci Magalhães: "(...) com efeito, não foi ainda traçado, nem pela revolução, nem pelo governo, um programa rígido, escalonado em artigos imutáveis corolários de princípios selecionados. Não se pode, no entanto, negar que esse programa existe no pensamento comum e na ação semelhante dos homens integrados na corrente das ideias revolucionárias, na obra realizada no espírito de renovação de métodos e processos de governo e anda esparso também, em discursos, manifestos e artigos de jornais. Naturalmente, de tudo isso nascerá um corpo de doutrinas do qual será compendiado um programa de revolução, servindo de força coordenadora da atividade revolucionária (...). Resposta anexada a Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02.

[25] Carta de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC. Getúlio Vargas respondeu a Juraci Magalhães que "(...) sua tarefa não está ainda terminada: ao soldado da revolução cumpre continuar trabalhando para lhe salvar o destino. Depois, nem eu penso dispensá-lo da missão em que tão valiosos serviços está prestando, nem lhe cabe ainda o direito de querer abandoná-lo".

baiana.[26]A contenda com o Seabra, que não chegou a ser citada na carta, provavelmente se refere à polêmica que teve espaço em toda imprensa baiana e carioca entre este e Archibaldo Baleeiro, sobre contratos entre empresas privadas e o poder público na Bahia.

Como vimos Getúlio Vargas não aceitou o pedido do interventor, mas a notícia de que ele teria solicitado demissão ao governo provisório foi bastante explorada pelo *Diário da Bahia*, a ponto de fazê-lo utilizar-se da polícia para notificar o jornal, proibindo-o de veicular matéria com este conteúdo.

Naquele momento Seabra gozava de certo prestígio, pois residindo na capital do país, demandava esforços para a formação da "Frente Única" baiana. Reunindo experientes políticos, o pacto, tal como ocorria na Primeira República, deveria enfeixar em uma só agremiação o Seabra, Sodré, Simões Filho, Pedro Lago, Calmon e os irmãos Mangabeira. O objetivo era formar ao lado das frentes únicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, no combate ao governo provisório. [27]

Apesar dos esforços, a agremiação não chegou a se constituir naquele período. Pedro Lago desmentiu o ajuntamento e João Mangabeira colocava-se em situação duvidosa. Na Bahia, ainda causava sucesso a longa entrevista que o jurista havia concedido ao *Correio da Manhã* e na qual expunha as suas ideias socialistas. Por sua vez, Otávio Mangabeira adiava a sua volta da Europa por mais duas vezes, de março para abril e deste maio. Pimenta da Cunha, o elo entre os "carcomidos" da República Velha e os revolucionários de 1930 estava para sair da Prefeitura de Salvador.

Com tantas dificuldades, as frentes únicas não conseguiram coordenar os trabalhos.[28] Novos conflitos eram iminentes em todo o Brasil. A situação política do sul do país, com a demissão em massa da bancada gaúcha exigia cuidados, sobretudo nos estados em que os críticos do governo encontravam correspondência. Ao lado disso, o problema da sucessão de interventores em São Paulo agravava-se a cada dia.

---

[26] Carta de Juracy Magalhães a Getúlio Vargas. Arquivo GV c 1932.05.06/02. FGV/CPDOC.

[27] O assunto estava proibido de ser veiculado pelos jornais de oposição na Bahia, segundo o *Diário de Notícias*, "para evitar que a polícia revolucionária neutralizasse os seus efeitos". Mas, além das sucessivas publicações desse diário, as articulações podem ser investigadas, também, a partir das cartas do exílio de Otávio Mangabeira. No jornal, ver: "Está formada a frente única baiana?"; "Ainda a "frente única"; "A Frente única: ficará de fora o Sr. Pedro Lago?"; "A Frente única baiana capitaneada pelo dr. João Neves"; "A frente única baiana parece que será um fato"; A Bahia nas frentes únicas"; "E a frente única?". *Diário da Bahia*. Salvador, 16, 18, 21, 22 e 27 de junho; 8 de julho e 29 de outubro de 1932.

[28] Ver conjunto de cartas do primeiro exílio de Otávio Mangabeira, entre março e junho de 1932.

Ainda que a data para a convocação da Constituinte tivesse ficado estabelecida desde o final de abril, para o mês de maio de 1933, a sucessão do interventor João Alberto, pernambucano recusado pelas elites paulistas para o governo do estado, motivou o conflituoso desfecho de maio de 1932, com a morte de quatro estudantes e a prisão de alguns políticos depostos em 1930.[29]

A partir desse momento os conflitos apenas foram acirrados. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho daquele ano, as organizações partidárias no estado da Bahia, assim como todas as forças governamentais do país, voltaram a atenção para o estado paulista. No Rio de Janeiro a repercussão do conflito paulista foi imediata comportando, entre outras medidas, a prisão de políticos da oposição, entre eles os baianos Moniz Sodré e Simões Filho que somente em 16 de agosto de 1932 foi posto em liberdade.

A partir de então, o *Diário da Bahia* intensificou a campanha em favor da reconstitucionalização publicando quase que diariamente matérias sobre o que julgavam serem fracassos da revolução de 1930. De acordo com o jornal, embora na capital do estado da Bahia a polícia viesse impedindo as organizações em favor da campanha, no interior, ela estava forte. Para os dirigentes do matutino, a Bahia teria um papel importante para a Revolução levada a cabo pelos "irmãos do sul". A revolta armada não era defendida por eles ou ao menos essa informação era falseada em função da censura, no entanto, não mediram esforços, ao menos no campo do discurso, para combater o governo e defender os princípios constitucionais. Em pouco tempo o jornal seria fechado.

No que diz respeito aos integrantes da Liga Baiana Pró-Constituinte, durante todo o mês de julho procuraram realizar reuniões pela defesa da constitucionalização e em apoio aos estudantes de São Paulo.[30] Uma das ações mais importantes do grupo

---

[29] Ver entre outros: HERNANI, Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932.* IBRASA, São Paulo, 2002.

[30] As principais reuniões foram divulgadas pela imprensa em 16 e 26 de julho. Nessa última, realizada na Faculdade de Medicina, falou o professor Aloysio de Carvalho Filho. Foram convocados os acadêmicos das diversas escolas para fazer coro à defesa de uma multidão de alunos daquela Faculdade, que registrava em 1932 mais de mil alunos. No dia 8 de agosto os acadêmicos voltaram a reunir-se no mesmo local. A Faculdade de Direito, por sua vez, sediou uma reunião no dia 2 de agosto, na qual foi evocada a memória de Ruy Barbosa em orações proferidas por Bernardino de Souza e o professor Rogério de Farias. *Cf. Diário da Bahia***.** 01 de julho de 1932 a 8 de agosto de 1932; *A Tarde*. Salvador, 15 e 25 de julho de 1932; *Diário de Notícias*. Salvador, 16 de julho, 26 de julho, 30 de julho, 06 de agosto, 23 de agosto, 24 de agosto e 27 de agosto de 1932. BPEB

foi o pedido feito ao presidente da Rádio Sociedade, para utilizar-se das irradiações durante 15 minutos diários, com o objetivo de intensificar a propaganda pela Constituinte. O rádio era um dos mais importantes veículos de comunicação à época, tanto que como os jornais, algumas radioemissoras também foram censuradas. Durante a revolta armada de 1932, o rádio se constituiu em importante instrumento de divulgação tanto para os revoltosos paulistas quanto para o governo.[31]

Sabe-se que na Bahia, muitas notícias chegavam pela radioemissoras Record e Sociedade, embora o sistema de transmissão da época fosse bastante limitado. Em função das diferentes notícias que chegavam aos baianos, ora oficiais, ora não oficiais, confundindo a todos sobre o andamento da revolta paulista, o interventor Juraci Magalhães prontificou-se a dar entrevistas na Rádio Sociedade passando para a população baiana as informações dos boletins oficiais do governo provisório.[32] A confusão era tamanha que o *Diário da Bahia* chegou a publicar uma série de matérias contra o veículo de comunicação, afirmando que só serviam aos mexericos. O Estado, por sua vez, tratou de determinar que todos os proprietários de aparelhos radiofônicos estavam obrigados a registrá-los, sob pena de tê-los confiscado pela polícia. [33]

Nem a instalação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no final de julho de 1932- mais um exemplo de que o governo provisório estava cumprindo o calendário determinado pelo Código Eleitoral, diminuiu os ânimos dos acadêmicos baianos mais exaltados, fazendo com que o seu prestígio crescesse entre os pares das Faculdades de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e motivando no nível local, o fechamento

---

[31] Ver: ADAMI, Antonio. *80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932: uma odisséia radiofônica em São Paulo* .Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 3 a 7/9/2012.

[32] O interventor foi substituído pelo seu secretário Manuel Novais em algumas dessas transmissões. Euvaldo Pinho relatou a Otávio Mangabeira que "todas as noites ouvia São Paulo irradiar". São Paulo agia, segundo o missivista, como uma nação em estado de guerra, irradiando todas as suas ações, as quais ele ouvia da "Mangueira e da casa de Heitor". No mês de agosto volta a tratar do assunto com o cunhado: "Vocês não imaginam o estado de espírito em que nos achamos. Não se trabalha porque anda uns a procura dos outros para obterem notícias. Não se dorme porque as irradiações de São Paulo começam às 10 horas e vão até ½ noite e 1 hora". Cartas de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira, 16.07.1932 e 20.08.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit.

[33] "O protetor dos boatos"; "Rádios vagabundos". *Diário da Bahia*. Salvador, 19 e 27de julho de 1932; "O Rádio e a parte integrante da campanha". *A Tarde.* 13 de julho de 1932; "A guerra pelo rádio**",** *Diário de Notícias.* Salvador, 16 de julho de 1932. BPEB.

da Faculdade de Direito por três meses. Ao final de agosto, Aristides Novis, diretor da referida Faculdade, já havia sido afastado do cargo.[34]

A agitação por parte dos acadêmicos era tão grande que Euvaldo Pinho afirmou que se houvesse, àquela altura, um homem de confiança que coordenasse todos os descontentes na Bahia já se tinha posto Juracy Magalhães para fora. Dentro do Quartel General do 19 BC falava-se, inclusive, que os políticos baianos deveriam ser culpados por isso, por ter abandonado o estado. Juraci Magalhães, segundo relatou, começou a duvidar de que a "Bahia estivesse com ele" e para Euvaldo Pinho, se houvesse um único homem de ação tal como os acadêmicos de medicina e direito, "a Bahia já tinha se libertado, o que seria um golpe na ditadura e um auxílio formidável a São Paulo".[35]

Até o final do mês de julho havia plena convicção de que São Paulo sairia vitorioso da luta e se isso acontecesse, o governo da Bahia certamente seria entregue a Seabra. Euvaldo Pinho destacou a importância que Seabra tinha junto aos gaúchos. Conforme relatou a Otávio Mangabeira: "o Neves tem cachaça pelo velho Seabra e certamente tem empenho em entregar-lhe a Bahia", razão pela qual, em sua opinião, não havia esforço por parte dos homens públicos baianos em depor Juracy Magalhães, uma vez que todos preferiam manter o governo do estado nas mãos do tenente.[36]

Assim, em setembro de 1932, Euvaldo Pinho escreveu:

> Aqui, continuamos na mesma. O interventor organiza batalhões de desocupados, de flagelados, de jagunços, e os manda para o sul. Hoje, segue mais outro batalhão. A opinião pública, pelo menos 80% contra a ditadura, mas ninguém se manifesta. Os jornais não falam. Todos têm medo. É uma situação vergonhosa para a Bahia. Houve aquela manifestação de estudantes e depois tudo silenciou. E não faltam elementos para a ação. No sertão, vários chefes estão dispostos. Mas quase não há armas, não há dinheiro, e, principalmente, não há aqui um homem de confiança em torno do qual esses homens pudessem se reunir. Não obstante um grupo de moços ainda que confiantes esforçam-se para conseguir alguma coisa. Se houvesse possibilidade de vir aqui um homem político de prestígio e seguir para o sertão estou

---

[34] "Faculdade de Medicina sem diretor". *A Tarde.* Salvador, 27 de agosto de 1932. O incidente da Faculdade de Direito é um dos eventos mais lembrados quando se trata da violência do governo de Juracy Magalhães. Censurada, a imprensa baiana de oposição fez a cobertura do fato com ressalvas. O *Diário de Notícias* que se portava, por vezes, como porta-voz do governo provisório, em publicação de nota oficial afirma que os estudantes foram estimulados pela "velha politicagem do PRP" que tinham na mocidade acadêmica um elemento de fácil exploração. O fato foi retomado por diversas vezes nesse órgão, até que as aulas no estabelecimento fossem reiniciadas em outubro daquele ano. "Incidente na Faculdade de Direito". *Diário de Notícias*. Salvador, 23 de agosto de 1933.

[35] Ver cartas do exílio do mês de julho de 1932.

[36] Idem.

> certo de que este se levantaria. Lavras anseia a vingança da morte de Horácio. Enfim, apesar de todas as dificuldades apontadas não se dorme. E afirmo: a Bahia não se manifesta porque não tem um chefe.[37]

Uma semana depois voltou a relatar a situação baiana para Otávio Mangabeira:

> [...] posso afirmar que aqui não há indiferença. Elementos novos, principalmente os que enumerei estão a tudo dispostos. Faltam, porém, muitos recursos. Muitos. Como sabe, após a vitória de 30, os grupos revolucionários percorreram os nossos sertões desarmando-os completamente, inteiramente. Parece uma mentira, mas todas as armas de fogo foram apreendidas. Até facões tomaram dos pobres tabaréus. E fizeram mais: mataram, prenderam, tiraram posições e prestígio de todos os antigos e conhecidos chefes sertanejos. Que fazer em tal emergência? Com que elementos? Com poucos, bem poucos, que restaram. E esses poucos mesmo assim, estão prontos. Faltam-lhes apenas roupas.[38]

Do exílio, Mangabeira poderia também prestar o seu concurso para combater o governo de Getúlio Vargas. Sabendo que ele fazia encomendas de armas e munições na Itália, Suécia, Tchecoslováquia e Polônia e que o ex-ministro ainda mantinha relações com muitos estadistas desses países, Afonso Celso de Assis Junior, de Minas

---

[37] Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 17.09.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit. Euvaldo Pinho destaca os seguintes nomes: Luiz Viana, Nestor Duarte, Gilberto Valente, Aloysio de Carvalho Filho, Jayme Junqueira, Jaime Baleeiro, Inocêncio Calmon e outros que "diariamente se reúnem e discutem e se manifestam desejosos de tudo enfrentarem. Na mesma carta relatou a retaliação sofrida por Nelson Carneiro pelo seu envolvimento no movimento constitucionalista: "É uma miséria, um bacharel, advogado, jornalista, apanhando de taca e palmatória, porque tem a coragem de pela imprensa e da janela da Faculdade de Medicina atacar a Ditadura. E isso na Bahia é feito por filhos de outras terras. É muito triste". Observa-se que há uma insistência em Euvaldo em destacar a ausência de um líder na Bahia sugerindo que de algum modo o próprio Otávio Mangabeira deveria ser responsabilizado por isso, tendo em vista que já havia adiado por demais a sua volta ao Brasil. O "caso dos estudantes" ocorrido em 22 de agosto de 1932 teve relevante papel para o momento, pois, além do seu significado político legou uma marca de violência ao governo de Juracy Magalhães. Discutimos esse acontecimento com mais profundidade em nossa tese, porém, já há uma significativa produção historiográfica que aborda o episódio, entre elas conferir: MOREIRA, Patrícia Carneiro Santos. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2005; Ana Luiza Caribe de Araújo. *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1943).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, 2010; SIZILIO, Ricardo José. *"Vai, Carlos, ser Marighella na vida": outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História. UFBA, 2017. Agradeço a Sizilio pela socialização do processo analisado por ele na dissertação.

[38] Carta de Euvaldo Pinho a Otávio Mangabeira. 23.09.1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit. Observa-se que ou Euvaldo Pinho não tinha informações de que parte dos coronéis do interior já apoiava Juracy Magalhães ou havia, de pleno conhecimento dos baianos, uma divisão bem nítida entre esses chefes locais, com posições definidas de cada um. Neste caso, poderíamos considerar que desde 1932 já havia, de fato, uma oposição ao governo provisório bastante articulada dentro do estado.

Gerais, solicitava a intervenção do ex-ministro para impedir o embarque desse material.[39]

Por outro lado, de parte do governo provisório, a mobilização também foi grande. Além do embarque de 537 homens da Bahia para combater ao lado das forças governistas, foi divulgada uma Campanha Acadêmica de Guerra encampada pelo Clube 3 de Outubro para a criação de uma milícia civil. A inscrição era feita à Rua Chile, em Salvador. Com os pelotões chegados do interior da Bahia, o que permitiu a criação de dois Batalhões provisórios, o governo baiano embarcou mais mil homens para o *front* para fortalecer as tropas combatentes. Em setembro de 1932, parte desse contingente voltou à Bahia, alguns feridos, outros mutilados na guerra-civil.[40] No que diz respeito à segurança no estado constituiu-se, ainda, contingentes provisórios da força pública para garantir a segurança de municípios estratégicos numa possível invasão da Bahia: Cachoeira, Caravelas, Carinhanha, Conquista e Ilhéus. [41]

O apoio recebido do interior do estado foi fundamental para formar essa retaguarda. Em carta datada de 15 de agosto de 1932, em papel timbrado com seu nome, o coronel Franklin Lins de Albuquerque escreveu a Juarez Távora:

> Eminente Amigo e comandante Juarez Távora,
>
> Meus atenciosos cumprimentos com respeitosa visita a sua Exma. Senhora.
>
> Confirmando a minha carta anterior e os avisos expedidos ao eminente amigo, logo irrompeu o movimento em São Paulo e me comunicou o nosso prezado amigo tenente Juraci Magalhães, incontinente, me comuniquei com toda zona do S. Francisco e adjacências, pondo os amigos a par do movimento e prevenindo-lhes ficassem de sobreaviso para qualquer emergência. Escusado é dizer ao eminente amigo que sem nenhuma discrepância, a coesão foi invejável e todos ainda permanecem de sobreaviso, aguardando a voz do ilustre interventor, nosso eminente amigo Juracy. Na primeira conferência que tive com Juracy pus logo à sua disposição de oito a dez mil homens para serem mobilizados com pequena demora e dois mil prontos para marchar no primeiro momento [...]. [42]

---

[39] Carta de Afonso Celso de Assis F. Junior para Otávio Mangabeira. Minas Gerais. 26 de setembro de 1932. In: *Cartas do exílio* (1930-1934). op.cit.

[40] "Pelo vapor Siqueira Campos seguiram 537 homens da Bahia". *Diário da Bahia***.** 29 de julho de 1932; "Clube 3 de Outubro"; "O pesado imposto da Guerra". *A Tarde.* Salvador, 13 de julho de 1932 e 21 de setembro de 1932.

[41] Ver medidas adotadas pelo governo no Diário Oficial da Bahia entre agosto e outubro de 1932. APEB.

[42] Carta de Franklin Lins de Albuquerque a Juarez Távora. 15.08.1932. CPDOC. JT. dpf. 1932.07.08 (2). A situação de Franklin de Albuquerque com os revolucionários de 1930 é discutida com mais profundidade em nossa tese.

Franklin Lins lamentou que o Brasil precisasse viver aquela situação melindrosa criada por homens "derrotistas", "impatrióticos" e "gananciosos" interrompendo a obra da Revolução, e por isso, emprestava o seu "franco e decidido concurso" para combatê-los.

Em relação à segurança interna, outras medidas continuavam a ser tomadas no sentido de assegurar a ordem no estado e arregimentar mais correligionários.[43] Em função do curto espaço que teria para se realizar o alistamento eleitoral, a manutenção da reforma administrativa levada a cabo na gestão de Artur Neiva precisou ser engavetada. Não havia tempo hábil para a reorganização das novas sessões e zonas eleitorais. A medida certamente agradou a muitos munícipes, que desde o ano anterior reclamava dignidade e a manutenção de seus municípios, alguns quase centenários.[44]

Mais tarde, com o término das agitações em São Paulo, após a prisão do general Klinger, a 4 de outubro de 1932, e a garantia de que o cronograma de alistamento e convocação da constituinte seriam mantidos, as forças políticas voltaram a se concentrar na questão eleitoral.[45] O governo federal, entretanto, põe abaixo a possibilidade de qualquer político deposto em 1930 participar do pleito eleitoral de 1933. Um decreto assinado naquele final de ano impedia a volta de Otávio Mangabeira ao Brasil tal como programavam os seus correligionários políticos, inclusive o dirigente do *A Tarde*, que vinha publicando suas cartas naquele último bimestre. Além disso, Simões Filho seria deportado ao exílio mais uma vez, dificultando ainda mais a organização de uma frente oposicionista no estado baiano.[46]

Diante de tal situação, os partidários do tenente Juraci Magalhães ironizavam:

> E a frente única?
>
> Ninguém iria perguntar durante a tragédia paulista, mas passando o movimento, onde foram parar?

---

[43] Embora a censura tivesse sido suspensa, no interior da Bahia a lei era imposta pelos mandatários locais. No município de Santa Maria, o jornal "Tribuna do Povo" teve a sua redação invadida e o jornal queimado. Cf.: *A Tarde.* Salvador, 18 de outubro de 1932.

[44] SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República.* 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p.75.

[45] O alistamento foi oficialmente iniciado em 18 de setembro de 1930.

[46] Simões Filho seguiu para o exílio em 6 de novembro de 1932. Pelo texto do decreto, o baiano Pacheco de Oliveira, fundador do Partido Evolucionista na Bahia, também estaria desincompatibilizado com as eleições de 1933.

> Seja como for, estamos em véspera de novembro. Daqui a 3 de maio devem se pouco mais de seis meses bem contados... e, das duas uma: ou estes cidadãos já entregaram os pontos e vão tratar de outra coisa, ou então, parece que estão sonhando com almas de outro mundo, em segunda revolução constitucionalista.
>
> Porque alimentaram veleidades representativas na Bahia, e ficaram ninando, no Rio, os seus pimpolhos, no preparo da educação de tais herdeiros. Faz lembrar aquela história do cágado que queria ir ao céu e se fiou nas asas do urubu.
>
> Acabarão esborrachados.[47]

Ainda assim a agitação política tomou conta da Bahia. Voltava para ordem do dia o modelo da nova constituição para o Brasil e o receio de que ele incorporasse, de fato, ideias socialistas. A Comissão constituída para elaborar o anteprojeto contava com a colaboração de João Mangabeira, visto como principal representante desses ideais na Comissão.

O discurso elaborado em torno da questão social era incompatível com a maioria dos políticos baianos ao final daquele ano. Urgia combatê-lo. Assim, os representantes do comércio da capital baiana começaram a se reunir, fundando o Grêmio Político das Classes Produtoras.[48] Ainda em novembro reuniram-se os membros da Ação Integralista na Bahia, com objetivo de agregar os diversos núcleos da capital com aqueles fundados no interior baiano.[49] A 14 do mesmo mês, também se reuniram os empregados do Comércio. Um dia depois, os católicos divulgavam que estavam se organizando "com fito dá maior propagação do dever do voto". A organização católica obedeceria aos moldes do socialismo cristão, defendido no Brasil por Amoroso Lima. [50]

---

[47] "E a frente única?". *Diário de Notícias*, Salvador, 28 de outubro de 1932. BPEB.

[48] Uma mudança radical na postura, já que em maio, o presidente dessa Instituição, Almir Gordilho, afirmava em nota que mandou divulgar: "A Associação Comercial da Bahia tem uma rota traçada em linhas indeléveis pelo bem coletivo. (...) Não há, pois, como recear a Bahia de ver transformado o elegante Solar Colonial da Praça Conde dos Arcos, em Clube Político-partidário. "A Associação Comercial da Bahia". *Diário de Notícias.* Salvador, 05 de maio de 1932. BPEB.

[49] Sobre a Ação Integralista na Bahia consultar: FERREIRA. Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social:* as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2006.

[50] "Vai reunir-se a Ação Integralista". *A Tarde.* Salvador, 12 de novembro de 1932; "Reunião do Partido dos Empregados do Comércio". *A Tarde*. 14 de novembro de 1932; "Política baiana". A reunião do Clero. *A Tarde*. Salvador, 15 de novembro de 1932.

No dia 16 de novembro tinha lugar a fundação da LASP. [51]Os "homens de cor" da Bahia, por sua vez, buscaram se organizar através da Fundação da Frente Negra na Bahia, em 24 de novembro de 1932.[52] A Ação Social Feminina e o Instituto Feminino, que já vinham se reunindo periodicamente durante todo o ano, buscavam definir os seus alinhamentos políticos em reunião do dia 25. Intensificaram-se no *A Tarde*, a publicação de textos de Luiz Viana Filho, não apenas criticando os políticos experientes da Bahia, como também, mostrando-se como opção a eles. A sua crítica recaía, principalmente, sobre os homens "de todos os governos" que cercavam a Juraci Magalhães. [53]

A essa altura, Juraci Magalhães já tinha estabelecido contato com um número significativo de chefes políticos das diferentes localidades baianas. Embora o *A Tarde* tenha divulgado que os horizontes da política oficial baiana estavam turvados com "um amontoado de competições entre as suas várias facções", e o próprio interventor tenha defendido que os militares deveriam voltar às fileiras do exército, a verdade é que, também no final daquele mês, os seus correligionários dos diferentes municípios baianos, lançavam um documento definidor da política no interior do estado: o manifesto dos políticos sertanejos.[54] Uma declaração de apoio à interventoria baiana "na Constituinte ou sem Constituinte".

Apesar dos esforços, a capacidade de arregimentação dos oposicionistas baianos para o pleito eleitoral que se aproximava era infinitamente menor. Evidentemente que os fatores coerção, censura e prisões aos adversários políticos não podem ser descartados. No entanto, a importância desses coronéis em seus redutos eleitorais, liderando politicamente uma vasta quantidade de eleitores que ainda

---

[51] "Política baiana". *A Tarde*. Salvador, 16 de novembro de 1932. No dia 12 do mesmo mês, o vespertino já havia divulgado: "Estamos seguramente informado de que com a aproximação dos debates da Constituinte cogita-se, entre nós, da fundação duma agremiação partidária a cuja frente se acha elementos de maior representação de todas as classes da Bahia e que tem por escopo levar para a Constituinte, um programa de ideias norteadas pelas mais altas expressões do pensamento baiano, livre de qualquer influência estranha à Bahia. *A Tarde*. 12 de novembro de 1932.

[52] A expressão "homens de cor" é da fonte.

[53] "Quando todos se dispersam: os homens de cor formam a frente negra na Bahia". *A Tarde***.** 24 de novembro de 1932; "A ação Social Feminina". *A Tarde***.** 25 de novembro de 1932. De Luiz Viana Filho ver: "Os lírios de São Paulo"; "O salto mortal"; "Na roda da vida". *A Tarde*. 15, 19 e 30 de novembro de 1932. Do mês de dezembro ver: "Repete-se a história"; "Observações soltas"; publicados respectivamente em 19 e 20 de dezembro de 1932.

[54] A nota de Juraci Magalhães com a afirmação de que os militares deveriam voltar ao exército foi publicada no *Diário de Notícias,* Salvador, em 09 de novembro de 1932.

temiam o quesito "secreto" do voto era uma dura realidade a ser enfrentada pela oposição baiana e Juracy Magalhães saberia usar a seu favor esse contingente significativo de chefes políticos.[55]

Como se vê, o ano de 1932 encerrou-se, na Bahia, com um mosaico de agremiações políticas. Não foi sem razão que o *Diário Carioca*, jornal editado no Rio de Janeiro, afirmou que a serenidade da política baiana era falsa. Em breve ocorreriam "sensíveis modificações na vida interna do Estado".[56] Parte dessas modificações seria o alinhamento político entre Seabra e os jovens acadêmicos da LASP, por parte da oposição, e a reunião da Coligação Sertaneja com a recém-fundada Aliança Política Municipal, ASPAM, em apoio ao interventor federal no estado.

Porém, essas mudanças só seriam efetivadas no início do ano que se aproximava. Ao final de 1932 as diversas agremiações ainda buscavam fazer e desfazer alianças e entre as suas maiores preocupações estava o alistamento de todos os seus potenciais eleitores que ocorria de forma demorada e precária. Além do atraso na chegada do material, a quantidade que foi recebida pelo TRE até 21 de novembro de 1932, atendia somente às dez primeiras zonas eleitorais, sendo as quatro primeiras da capital.[57]

Era preciso agir com precaução, pois a oposição organizada àquele momento ainda era frágil, o que possibilitou a Juraci Magalhães assegurar o controle político do estado, ao menos no primeiro pleito eleitoral do ano de 1933, ao levar para o Partido Social Democrático - PSD importantes lideranças do interior, onde também se concentrava a maioria dos votos à época.

O resultado das urnas revelaria, portanto, a derrota da chapa na qual culminou todos aqueles que se bateram pela reconstitucionalização do país em 1932, reunidas em torno do lema "Pela desumilhação da Bahia", da LASP. Apesar da derrota eleitoral em 1933, as articulações que foram feitas em torno da organização dessa Liga no ano anterior e o que essas articulações representaram para o movimento de

[55] Em dezembro, com a chegada de Raul Alves, o então procurador da República, a política do interior ficava ainda mais movimentada. Chefe político de Juazeiro, Raul Alves veio reunir os amigos que "já se candidatavam a posições oficiais. "Política baiana". *A Tarde*. Salvador, 27 de dezembro de 1932.
[56] *Apud*. *A Tarde*. Salvador, 16 de novembro de 1932.
[57] "Arrastado como cágado: esboça-se o alistamento no estado". *A Tarde*. Salvador, 21 de novembro de 1932. BPEB. Um mês depois a Bahia recebe material para mais quarenta zonas eleitorais, quando já se contava com mais de 120 em todo o estado. "Serviço eleitoral vai se arrastando". *A Tarde.* Salvador, 26 de dezembro de 1932. BPEB.

reconstitucionalização do país no estado da Bahia teve um peso inegável para a conjuntura política daquele momento, não somente pelo apoio que emprestou a São Paulo, mas, principalmente, porque revelou aos baianos as novas lideranças que protagonizariam a vida política do estado nas décadas seguintes.

FONTES CONSULTADAS:
JORNAIS - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA/APEB

A Tarde, Salvador, 1932
Diário da Bahia, Salvador 1932
Diário de Notícias, 1932

JORNAIS - BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – ARQUIVO DIGITALIZADO)

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22.1.1932
Diário Carioca, Rio de Janeiro, 30.01.1932
Diário Carioca, Rio de Janeiro, 16.02.1932
Diário da Manhã, Rio de Janeiro, 9.01.1932

CPDOC/ FGV

Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1932.05.06/02
Arquivo Getúlio Vargas, GV. c 1929.11.16/1 rolo 1 fot.0896/1.
Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.05.00
Arquivo Juarez Távora, JT dpf. 1930.12.08
Arquivo Juarez Távora, JT. dpf. 1932.07.08 (2)

APEB – SESSÃO REPUBLICANA -CARTAS E OFÍCIOS RECEBIDOS

Ofícios e correspondências recebidas. Secretaria do Governo. Sessão Republicana. 1931 a1933. Caixas 1832, 1833 e 1868.

CARTAS DO EXÍLIO DE OTÁVIO MANGABEIRA

*Octávio Mangabeira. Cartas do exílio (1930-1934).*Org.: Consuelo Novais Sampaio. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012. v.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI, Antonio. *80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932: uma odisséia radiofônica em São Paulo.* Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 3 a 7/9/2012.

ARAÚJO, Ana Luiza Caribe de. *De forasteiro à unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1943).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC, 2010.

CARVALHO. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3º ed. revista. 2001. Editora Globo. Acesso a versão digitalizada por DigitalSource. Acesso em: http://groups.google.com.br/group/digitalsource. Acesso em março de 2018.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história.* 16ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREITAS, Alexandra Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentista na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930.* Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

HERNANI, Donato. *História da Revolução Constitucionalista de 1932.* IBRASA, São Paulo, 2002.

LINS, Wilson; TEIXEIRA, Cid; FALCON, Gustavo; MACHADO MELO, Maria Alba. *Coronéis e Oligarquias. Cadernos de Educação Política*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Inamá Editora. 1979.

MACHADO MELO. Maria Alba. *História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 1989.

MAGALHÃES, Juraci. *Minhas memórias provisórias.* Depoimento prestado ao CPDOC / Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MOREIRA, Patrícia Carneiro Santos. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana***.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos de 1930: as incertezas do Regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRESTES. Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SAMPAIO. Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República,* 1930-1937. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático* (Bahia, 1945). Salvador: Assembleia Legislativa. 1992.

______. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia* (1930/1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, José Calasans Brandão. *A Revolução de 1930 na Bahia.* (Documento e Estudo). Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. 1981.

SIZILIO, Ricardo José. *"Vai, Carlos, ser Marighella na vida": outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, 2017.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia.* 11ª ed. Ver. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

PROFESSORADO MUNICIPAL: RELAÇÕES E DESAVENÇAS POLÍTICAS NA SALVADOR REPUBLICANA (1912-1918)

FABIANO MOREIRA DA SILVA
Universidade Federal da Bahia

NA EDIÇÃO COMEMORATIVA do Diário Oficial da Bahia, do dia 02 de julho de 1923, referente ao Centenário da Independência do Brasil na Bahia foram agrupados diversos textos que tratavam sobre temas variados em relação à Bahia como política, economia, história, religião, cidades, urbanismos, educação entre outros. Coube ao professor Alberto de Assis a tarefa de compilar o histórico da instrução primária na Bahia desde os tempos coloniais até as primeiras décadas da República. Ao tratar sobre a educação primária nas primeiras décadas republicana o professor deixa uma frase incompleta e, ao mesmo tempo, uma sugestão ao leitor, talvez um pedido: "a questão do professorado municipal, em 1918, ainda não teve o seu historiador..." [1]. O professor lembrava-se da ocorrência da greve dos professores do ensino primário público municipal da cidade de Salvador ocorrida entre final de janeiro e o início de setembro de 1918. A greve do professorado municipal, como foi descrita nos jornais, uma situação inédita até então, foi motivada pelos atrasos no pagamento dos salários que em alguns casos chegavam a mais de dois anos.

Os destaques e repercussões do movimento grevista do professorado municipal tinham outras causas além da situação de dificuldade financeira dos docentes. A cidade vivenciava a disputa política entre aqueles que apoiavam o governo e os que se colocavam em oposição. Entre 1912 a 1924 a Bahia esteve sob o domínio político de J.J Seabra que fora eleito governador em 1912 passando o governo em 1916 para Antonio Ferrão Moniz de Aragão que integrava o grupo de

[1] ASSIS, Alberto de. *Instrução Primaria na Bahia.* Diário Oficial. Edição Especial de Centenário, 1923, p. 301-315.

apoio a Seabra e em 1920 Seabra venceu novamente as eleições tornando-se pela segunda vez governador da Bahia. Nesses anos de domínio seabrista os opositores foram críticos ferrenhos principalmente utilizando-se da imprensa para seus comentários, denúncias e dando visibilidade aos assuntos que causavam incômodos e embaraços ao governo como a situação de dificuldade enfrentada pelo ensino primário público e a greve do professorado municipal.

Os professores do ensino primário municipal eram funcionários públicos sob a responsabilidade da Intendência Municipal desde 1896 com a municipalização do ensino primário determinado pela constituição da Bahia de 1891. Levando em consideração as responsabilidades administrativas teria motivo tecer relações do professorado, funcionários municipais, com o governo do estado, porém verificando o ambiente político a partir de 1910 e o aumento da influência política de Seabra no estado e na capital essa relação se justifica e torna-se necessária.

Em 1910 Seabra apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca para presidência na disputa contra Rui Barbosa, outra força política influente no estado. A vitória de Hermes da Fonseca deu prestigio a Seabra que se tornou ministro do Viação e Obras Públicas estreitando laços com a Associação Comercial da Bahia que se tornaria um apoio importante na sua eleição para o governo do estado. Em 1911 nas eleições para o cargo de intendente da cidade de Salvador Seabra apoiou a candidatura do Engenheiro Júlio Viveiros Brandão que saiu vencedor num pleito tumultuado derrotando o candidato apoiado por Rui Barbosa. A partir de 1912, ainda com algumas resistências, Seabra manteve o domínio político no interior do estado e na capital. A partir de 1915, durante o primeiro mandato de Seabra, houve alteração na lei de organização municipal e os intendentes passaram a ser indicados pelo governador para um mandato de dois anos fortalecendo assim a influência seabrista nos municípios[2].Sendo assim tanto as abordagens positivas como as críticas referente a situação do município eram de alguma maneira relacionada ao governo estadual. A instrução primária pública municipal pelas dificuldades vivenciadas era um assunto que quando abordado envolvia as duas instâncias de governo.

---

[2] A trajetória política de Seabra, seus embates políticos com Rui Barbosa, desavenças e aproximações ver: SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011

A instrução primaria na capital baiana foi marcada pelas condições precárias em que foi ofertada durante o período em que esteve sob a responsabilidade municipal até 1925. Quando o município assumiu o ensino primário público não possuía imóveis para instalar as escolas e passou a utilizar-se de casas e prédios alugados que eram adaptados para funcionarem como escolas muitas das vezes sem atender a critérios de higiene, iluminação adequada e facilidade de acesso. As escolas não possuíam mobiliários suficientes chegando ao ponto dos professores solicitarem que as crianças trouxessem seus assentos de suas casas ou utilizavam moveis envelhecidos[3]. Os atrasos nos pagamentos de salários dos professores eram constantes implicando em dificuldade financeira e de sustento como também no pagamento dos alugueis dos imóveis. Por não possuir imóveis próprios destinados para instalar as escolas a intendência dava uma ajuda de custo aos professores para a locação de imóveis no valor de 50$000 que era tida como insuficiente para uma parte dos professores que pagavam até 100$000 por um imóvel tendo que completar o restante com o seu ordenado[4].

A repartição da Instrução Primária na capital era a que abrigava mais da metade dos funcionários municipais (SANTOS, 2001, p.34). Levantamento realizado por Santana e Costa (2014, p.44-55) informa que em 1915 havia 169 professores e 185 adjuntos num total de 354 docentes distribuídos em 174 escolas que estavam presentes em todos os distritos da cidade inclusive os suburbanos. Esses professores e professoras eram formados pela Escola Normal e pela lei estabelecida tornavam-se vitalícios após cinco anos de "bons serviços, sem nota, provados perante o conselho municipal"[5].

As mulheres formavam em torno de 80% do quadro de professores do ensino primário na cidade de Salvador. O magistério vivenciou um processo de feminização entre os anos finais do império e os primeiros anos da República na Bahia com a superação de matriculas femininas em relação às masculinas na Escola Normal. Essa situação pode ser entendida pela mentalidade que relacionava o feminino a

---

[3] Os relatos sobre o mobiliário das escolas foram obtidos através de uma série de reportagens intitulada "Um outro inquérito útil" realizadas pelo jornal *Moderno* em setembro de 1913.

[4] Conforme reportagens do jornal Moderno de setembro de 1913.

[5] Lei 219 de 20 de abril de 1896, artigo 48. Esta Lei está transcrita e pode ser consultada em: SANTANA, Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino Primário no Município de Salvador 1896-1929*.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia -EDUFBA, 2014, v. 3, p. 195-202.

possibilidade da maternidade e uma suposta docilidade, aptidão para lidar com crianças e também, não menos importante, pelo fato dos homens abandonarem o magistério em busca de uma profissão de melhor prestígio (DICK, 2008, p.2-10). Não se pode deixar de considerar que o exercício do magistério era uma das maneiras utilizadas por mulheres para se inserirem no mercado de trabalho.

A participação massiva de mulheres no magistério foi acompanhada da degradação dos vencimentos, das condições precárias de trabalho e do descaso das autoridades (SANTOS, 2001, p.50; SANTANA e COSTA ,2014, p.44-55). Isso não quer dizer, nem as fontes permitem afirmar, que as professoras foram passivas diante da situação de dificuldade no exercício do magistério, pelo contrário, as professoras tiveram participação efetiva no grupo que realizou reivindicações, produziram manifestos e estiveram a frente do movimento grevista de 1918 como será verificado adiante.

O professorado municipal vivia uma situação contraditória porque ao mesmo tempo em que exerciam as suas atividades profissionais em más condições, com recursos precários e sem receber seus salários regularmente eram tidos como essenciais na formação inicial do cidadão republicano e dotados da missão de formar uma futura geração que valorizasse a disciplina, higiene, a ciência e o trabalho ((LUZ,2008, p.234-235). Nos discursos das autoridades políticas, no preâmbulo das leis como também em declarações dos professores era possível verificar a relevância dada à instrução voltada para as crianças.

O tema da instrução publica era recorrente nas páginas dos jornais que circulavam na cidade. A maneira como o assunto era abordado dependia da orientação política do periódico. Os periódicos ligados ao governo enfatizavam os levantamentos educacionais que tratavam do número de matrículas, aprovações, as movimentações de professores entre as escolas, as festas escolares e os eventos em que autoridades, professores e alunos participavam em conjunto. Os jornais que faziam oposição ao governo exploravam as condições precárias das escolas e as dificuldades enfrentadas pelo professorado. As diferentes formas de abordagens de um mesmo tema pela imprensa produziram importantes fontes de pesquisa porque em meio às divergências políticas os noticiários traziam descrições sobre os

interiores das escolas, relatavam ações de professores fora das salas de aula inclusive apresentando nomes, imagens e manifestações.

As divergências políticas se evidenciavam por meio dos periódicos que circulavam na cidade principalmente aqueles que formavam a grande imprensa. Segundo Lucca (2008, p.1) a expressão grande imprensa designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Os jornais de maior circulação e melhor estrutura estavam ligados a correntes partidárias, alguns eram tidos como da situação como a *Gazeta do Povo* (1909-1916) e o *Democrata* (1916-1922), *Gazeta de Notícias* (1912-1914) que apoiaram J.J. Seabra e seus correligionários; outros, como o *Diário da Bahia* (1856-1957) que era propriedade do ex-governador Severino Vieira e o jornal *A Tarde* (1912-atual) de propriedade de Ernesto Simões Filho eram declaradamente oposicionistas ao seabrismo e, por isso, não poupavam críticas às suas ações servindo de espaço para denúncias e manifestações contrárias às ações governamentais. Havia outros jornais que se apresentavam como apartidários, mas sem deixar de ter assuntos políticos como seu principal corpo de noticias como o *Diário de Notícias* (1875-1980), *Moderno*, *Imparcial* que abriam espaços para situação política e econômica do estado (SARMENTO, 2011, p.21; CUNHA, 2013, p. 152). Os embates, ataques e defesas por meio das páginas dos periódicos caracterizava o jornalismo político daquele momento que na maior parte das vezes era "feroz, violento, agressivo e cheio de ataques pessoais" (RUBIM, 1979, p.41).

Ao publicar matérias e artigos sobre a situação do ensino primário na capital os periódicos também revelaram como se dava as relações entre professores e as autoridades públicas. Examinando as fontes foi possível verificar que havia, inicialmente, uma relação de proximidade entre o professorado municipal, a intendência e o governo estadual. Os momentos de proximidade acorriam em eventos festivos, cívicos ou acadêmicos tanto em espaços abertos ao público como em espaços mais reservados como os gabinetes dos chefes políticos. As formas da comunicação davam-se de maneira presencial com professores e autoridades dividindo as mesmas tribunas, nos gabinetes, prédios públicos como também ocorreram por meio de cartas, bilhetes e artigos publicados nos jornais. Alguns

encontros foram amistosos com a reciprocidade de gentilezas, em outros prevalecia a formalidade com os professores realizando pedidos e dirigindo reclamações.

Em 28 de março de 1912 o jornal *Gazeta do Povo* noticiou a chegada de Seabra para assumir o governo da Bahia sendo recebido no porto de Salvador por políticos, representantes da igreja, das forças armadas, da Associação Comercial da Bahia, da imprensa e por uma multidão que se espalhou pelo trajeto por onde passaria o carro com a comitiva que acompanhou o governador até a sua residência. O jornal *Gazeta do Povo* descrevendo a passagem do cortejo político pelas ruas da cidade relatou a presença um grupo de cerca de 860 alunos e alunas que formavam alas com a foto do governador eleito em mãos à altura do peito. Essas crianças eram alunos de 21 escolas municipais do ensino primário da capital localizadas nos diversos distritos da cidade.

Coube ao professor Severo Pessoa a organização das escolas municipais para prestar aquela homenagem ao governador J.J. Seabra. As escolas, seus professores e professoras e a quantidade de alunos e alunas de cada estabelecimento de ensino foram relacionados no texto da *Gazeta do Povo* numa espécie de lista daqueles que se fizeram presente naquele importante evento. Essa maneira de exposição pública de solidariedade poderia se reverter em ganhos políticos como a manutenção do emprego, remanejamentos, ajuda financeira, mas também era uma forma de evitar retaliações no caso de funcionários públicos (SARMENTO, 2011, p.82). Em relação ao funcionalismo público, Santos (2001, p.53) afirma que a proximidade com representantes do poder poderia assegurar atendimento a um favor e até a percepção regular dos vencimentos.

A presença de professores e alunos do ensino primário municipal em eventos e rituais promovidos tanto pelo governo do estado como pela intendência era algo recorrente. Os líderes políticos utilizavam-se da presença de alunos e professores para demonstrar a sua atenção com dois temas sensíveis à população, as crianças e a educação. Por outro lado os professores aproveitavam dessa proximidade para fazerem pedidos, obter ajuda, relatar as suas queixas e reivindicarem melhorias nas condições de trabalho.

Em 1913 uma nova recepção com a presença de professores foi relatada pela imprensa. Dessa vez foi no Paço Municipal para recepcionar a chegada do intendente

Júlio Viveiros Brandão que retornava de viagem realizada à capital federal. O intendente foi recebido por crianças, estudantes da rede municipal de ensino, que jogaram flores pelo caminho por onde passou o intendente. Julio Viveiros Brandão caminhou por duas alas de alunos, recebeu cumprimentos e ouviu um discurso de saudação proferido por uma aluna. Aproveitando o momento o intendente discursou agradecendo a recepção e ao final distribuiu bombons para a criançada. Assim como na recepção dada ao governador Seabra também foi publicada a relação das escolas e professores presentes no evento. A reportagem citou 600 alunos presentes no Paço Municipal e a presença de professores de 25 escolas dos diversos distritos da cidade. Entre os professores presentes cita-se as professoras Leonor Ferreira, Eufrosina Miranda, Maria Augusta Oliveira, Mariana Olympia dos Santos, Sydonia Gonçalves de Oliveira Alcantara entre outras. Dentre os professores presentes estavam os senhores Severo Pessoa, Cincinato Franca, Jacintho Caraúna e Alberto Correia[6].

A aproximação e relação entre professores do ensino primário e o intendente Júlio Brandão não ocorreram somente em solenidades públicas. Em outros momentos o encontro ocorreu no gabinete da intendência mantendo-se o roteiro da presença de alunos e leitura de discurso com elogios à autoridade pública. Foi assim que em 23 de agosto de 1913 uma comissão de alunos do Grupo Escolar Rio Branco que era regido pelo professor Cincinato Franca, esteve no gabinete do Intendente Júlio Brandão para solicitar uma máquina de escrever para auxiliar nos seus estudos. O grupo de estudantes foi recebido pelo Intendente e um dos alunos leu um breve discurso justificando o seu pedido lembrando a importância de preparar o homem para o futuro, para o progresso e na evolução física e moral das crianças. O intendente achou justo o pedido e prometeu ajudar[7].

O Intendente Júlio Brandão atendeu ao pedido dos alunos fornecendo-lhe a máquina de escrever e esse ato foi agradecido pelo professor Cincinato Franca por meio de um ofício dirigido a autoridade. No ofício, entre agradecimento e elogios ao intendente municipal, o professor aproveitou o momento para tratar sobre a situação da instrução pública e a importância do professor primário. Lembrou o professor Cincinato Franca sobre "o perigo do analphabetismo que amedronta e que emana todos os dissabores e desastres sociaes, dependendo tudo directamente da falta do

[6] Jornal Gazeta do Povo, 26 de julho de 1913, p.2.
[7] Jornal Moderno 23 de agosto de 1913, p.2

ensino popular.". Discorreu ainda que "um povo sem instrucção, é um povo sem sistema nervoso que coordene o solidário funccionamento dos outros órgãos" e valorizando o papel do professor afirmava que "a reforma e o progresso dependem mais dos professores do que dos programma (sic); a organização pura e professores persuadidos do seu eminente papel, a organização pública sem devaneios de popularidade enganadora [...] reorganizarão de facto o nosso ensino"[8].

As cobranças para as autoridades por vezes ocorriam em cartas enviadas aos periódicos como a publicada em novembro de 1912 pelo jornal *Gazeta de Notícias* na qual o autor se identifica pelas inicias C.F, talvez fosse o professor Cincinato Franca. A escrita sugere que o autor era alguém que vivenciava o dia a dia das escolas e conhecia a lida dos professores primários da capital. O escritor da carta enviada ao periódico implorava pela lembrança das autoridades públicas para com a instrução pública e os professores primários. Assim escreveu seu autor:

> A instrucção pública, na Bahia, é o tipo completo de uma grande mendiga, toda coberta de andrajos e faminta [...] Sem abrigo, sem forças e sem pão, abandonada e triste, Ella vae atravessando uma existência inglória, pedindo aos ceos, por misericórdia lenitivos para sua enorme desdita e para infelicidade dos seus pobres filhos, os professores primários, que, destituídos de garantias e pagos miseravelmente, vivem esquecidos, como se fossem os últimos dos cidadãos, quando, entretanto, a elle e que se acha confiada a gigantesca e sagrada missão de preparar o futuro da Pátria.(Gazeta de Notícias, 7 de novembro de 1912, p.3).

O autor da carta descrevia a instrução pública como um algo abandonado, sem recursos, vivendo em completa precariedade e abandonada pelas autoridades. Sem esperança para uma ação imediata lançava suas esperanças aos "ceos" para minimizar a sua situação de desdita, ou seja, sua infelicidade, seu infortúnio. Clamava, ainda, em favor dos professores primários, os "pobres filhos", descrevendo o abandono caracterizado pelos baixos salários recebidos tendo em vista a missão de preparar o futuro da pátria. Esse foi um discurso recorrente do professorado, muitas vezes lembrado diante das autoridades públicas ao confrontarem a sua situação com os discursos dos governantes sobre a importância de educar o povo.

[8] Moderno, 30 de agosto de 1913, p.2

Cobrança semelhante ocorreu em dezembro de 1912 na abertura da Exposição de Trabalhos Escolares. Esse era um evento em que participavam o professorado municipal juntamente com seus alunos para apresentar ao público os diversos trabalhos escolares realizados durante o ano letivo. Nesse evento estava presente o governador J.J Seabra, o Intendente Júlio Viveiros Brandão, autoridades municipais e a imprensa. No dia da abertura da exposição ocorreram discursos e entre os oradores estava o professor do ensino primário Vicente Ferreira Café que se encontrava na tribuna junto com as autoridades municipais.Na sua fala o professor Café tratou sobre as dificuldades do exercício da profissão docente tida por ele como "nobre" pelos seus objetivos, reconhecida publicamente e depositária da confiança dada pela lei e pela família. Diante dos pares, autoridades, jornalista e ouvintes o professor colocou o magistério como elemento de relevante importância[9].

O professor utilizou o seu arcabouço teórico e sua habilidade discursiva para elencar as dificuldades pelas quais passavam o ensino primário e, ao mesmo tempo, cobrava ações por parte do governo municipal. Para o Professor Vicente Ferreira Café a causa para aquela situação era a má vontade, a inércia e a falta de interesse das autoridades. Como exemplo o professor citou as condições das escolas com carência de mobiliários, móveis quebrados, toscos e, em muitos casos, emprestados para que pudessem ocorrer as aulas, além disso, reclamou do "minguado vencimento" que a muito custo atendia as primeiras necessidades de vida.

O Intendente Júlio Brandão ao se pronunciar não discordou das reclamações e críticas feitas pelo professor Vicente Ferreira Café. Primeiramente exaltou a importância da educação como o principal dever do governo mesmo reconhecendo o estado de necessidade das escolas. O Intendente elencou quatro necessidades essenciais para a instrução pública. A primeira seria um professorado bem preparado. A segunda seria a escolha de um método de ensino eficaz para a necessidade do aluno e a terceira a propriedade de prédios escolares providos de condições adequadas de higiene, iluminação e espaço ideal para comportar os alunos; e, por fim, a quarta condição seria a aquisição de material pedagógico adequado. O Intendente admitiu que somente a primeira necessidade estava atendida, ou seja, um grupo de professores competentes, quanto as outras ele reconheceu a deficiência ou

[9] A Tarde de16 de dezembro de 1912. Discurso Vicente Café, p. 4.

inexistência dos requisitos que o mesmo indicava como prioridade para uma boa instrução.

Os eventos que envolviam o professorado municipal e as autoridades públicas não era uma situação incomum já que em outros momentos professores e professoras dividiram espaços nas tribunas como nas Conferencias Pedagógicas ocorridas na cidade em 1913, 1914 e 1915. Esses encontros além de discutirem práticas pedagógicas e o cotidiano das escolas eram também um momento para compartilhar as experiências, fortalecer laços de solidariedade e explanar descontentamentos por meio das teses apresentadas pelos professores[10].

Em relação às condições das escolas do ensino primário da capital o *Jornal Moderno* publicou em 1913 uma série de reportagens intitulada "Um outro inquérito útil" que tratou sobre a visita a 18 escolas e as entrevistas realizadas com as professoras responsáveis por cada estabelecimento de ensino.As escolas visitadas pelos repórteres tinham como responsáveis professoras sendo a maioria dos estabelecimentos direcionados para alunos do sexo feminino, porém havia escolas mistas e outras que atendiam somente o sexo masculino.Nestas entrevistas as professoras deram pistas de como era a relação delas com a autoridade municipal e fizeram queixas. As professoras entrevistadas reclamavam do salário recebido chegando a chamá-lo de "ganha-pão" como no caso de Emília Lobo Vianna que também reclamou da insuficiência da ajuda de custo para o pagamento do aluguem dos imóveis onde estavam instaladas as escolas, do tamanho dos imóveis e o lugar onde estavam instaladas.

Quando perguntadas sobre a atuação do intendente as professoras evitavam a crítica e em meio a alguns elogios a maioria caracterizava o intendente como esforçado mesmo com relatos sobre atraso no pagamento dos salários. Após a publicação da quinta reportagem e com dificuldade para ouvir outras professoras os repórteres procuraram o intendente que declarou ser favorável a reportagem e solicitou que os professores recebessem os entrevistadores[11], o que de fato ocorreu.

A professora Emilia Lobo Vianna foi um exemplo de professora que não se intimidava em fazer cobranças às autoridades municipais. Quando sua escola foi

---

[10] Sobre as Conferências Pedagógicas ocorridas na cidade de Salvador nos anos de 1913,1914 e 1915 verificar em BRANDÃO, Verônica de Jesus. Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915). Salvador: UNEB, 2012.

[11] Jornal Moderno, "O intendente e o inquérito", 30 de setembro de 1913, p.2.

visitada pela equipe do jornal Moderno ela afirmou a reportagem que já tinha convidado "pessoalmente" o intendente para visitar a sua escola além de fazer diretamente pedidos para mudança dos mobiliários escolares. Em 1915 a professora escreveu para o intendente João de Azevedo Fernandes cobrando um novo prédio onde pudesse instalar a sua escola e um aumento no valor de custeio para o aluguel informando que 50$000 era insuficiente. Informava a professora ainda o recebimento de uma ordem judicial de despejo por falta de pagamento de aluguel e que o proprietário pleiteava na justiça o aumento do valor da locação de 94$000 para 350$000[12]. Não foi possível saber se a professora teve as suas solicitações atendidas, porém foi possível verificar que a professora não se intimidava em realizar pedidos e fazer cobranças em momentos de dificuldade.

Os anos entre 1910 a 1920 foram caracterizados pela carestia de alimentos e pela perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. A partir de 1915 a falta de recursos do Tesouro Municipal paralisou as obras de urbanização e impediu os repasses de recursos para as empresas contratadas pelo município provocando dispensas de trabalhadores e atrasos nos pagamentos (LEITE, 1996, p.72-74). A guerra no continente europeu provocou uma demanda por produtos primários destinados para alimentar a sua população e os exércitos. Houve um aumento nas exportações de arroz, açúcar, batata, carnes, farinha de mandioca, feijão e milho, entre outros produtos, provocando escassez no mercado interno e aumento generalizado de preços afetando diretamente a economia popular (CASTELLUCCI, 2005, p.134). A alta geral de preços acentuada a partir de 1915 não era acompanhada pelos reajustes salariais que sofreram degradação pela inflação entre 1916 a 1919 (SANTOS, 2001, p.92-95). Os funcionários municipais eram duplamente atingidos tanto pelo o não reajuste dos salários provocando perda do poder aquisitivo como pela falta do pagamento dos seus vencimentos.

Neste período as insatisfações dos trabalhadores de diversas categorias se traduziram na ocorrência de greves. Em levantamento realizado por Santos (2001, p.110) foi apontada a ocorrência de 60 greves entre os anos de 1910 a 1920 sendo que 48 destas ocorreram entre 1915 a 1920. O professorado continuava a conviver com problema antigo que era o atraso nos pagamentos de seus salários que passava

[12] Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Fundo da Intendência. Diretoria de Ensino Municipal. Caixa 07. Cartas enviadas à diretoria de ensino.

a ser agravado com a carestia dos alimentos. As relações com o governo municipal e estadual já não eram tão amistosas como nos anos inicias do governo de Seabra.

O professorado municipal diante da situação de irregularidade no pagamento dos salários organizou uma comissão e foi a presença do governador Seabra solicitar o pagamento dos salários atrasados e queixar-se que enquanto alguns professores não recebiam seus vencimentos outros eram pagos em dia. O orador do grupo foi o professor Hugo Balthazar que no ano de 1918 estaria a frente do movimento grevista daquele ano. Irritado com as críticas e com as cobranças o governador disse que o seu governo era justo e que o Tesouro Municipal não tinha dinheiro e que tudo era consequência da "crise mundial"[13].

Em 1915 o intendente Antonio Pacheco Mendes proferiu um discurso em que tratou da situação financeira do município enfatizando a gravidade das contas municipais. O relatório da intendência informava que entre os anos de 1912 a 1915 as receitas do município totalizaram 11.791:526$079 contra despesas, no mesmo período, no total de 31.935:351$341, ou seja, o município tinha um déficit financeiro de mais de vinte mil contos de réis. Entre os fatores apontados como causadores do desequilíbrio financeiro das contas municipais estavam os recursos destinados para as obras de modernização da cidade, os pagamentos de juros da dívida municipal, o pagamento de parcelas de empréstimos adquiridos em governos anteriores e o desvio de recursos financeiros. Em seu relato o intendente reconhecia a situação crítica do ensino primário e a impontualidade nos pagamento devido à falta de recursos (MENDES, 1916, p1-24).

A imprensa de oposição continuava a fazer criticas em relação às condições da instrução pública na cidade e a situação do professorado municipal. O jornal *Diário da Bahia* em setembro de 1916 apresentou um artigo em que criticava os atrasos nos pagamentos dos salários dos professores e relatava que muitos deles para sobreviver recorriam a parentes ou a agiotas[14]. Sendo a maioria do professorado municipal composta por mulheres eram elas as que mais recorriam aos agiotas ou procuradores como eram chamados aqueles que emprestavam dinheiro para os funcionários públicos que estavam sem receber os seus ordenados. Estes homens

---

[13] Esse fato foi noticiado pelo Jornal A Tarde de 26 de janeiro de 1915 e pode ser encontrado em LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013. p. 59-60

[14] Diário da Bahia," O professorado na Bahia" 26 de setembro de 1916, p.2.

com capital disponível se encarregavam de trazer o ordenado em dias certos, independente do pagamento do Tesouro Municipal descontando uma comissão, ou seja, cobrando juros altos. Quando o procurador não tinha disponível o dinheiro simulava atraso para algumas fazendo girar o dinheiro obrigando as professoras a se manterem endividadas (VIANNA, 2000, p.272).

A situação não apresentava sinais de melhoria e a mudança no governo estadual em 1916 com a eleição de Antonio Muniz não arrefeceu os ânimos. O governador Antônio Muniz não tinha a mesma habilidade de negociação de seu antecessor e assumiu o governo em meio a uma grave crise financeira. Na cidade de Salvador ocorriam os meetings, protestos contra a carestia de alimentos, aumento no preço da carne, falava-se em pessoas passando fome, ocorriam atos violentos e embates entre populares e a polícia (SANTOS, 2001, p.147-183; SARMENTO 2011, p.170; CUNHA, 2013, p. 163-170). Os professores sem salário e em situação desesperadora abandonavam as suas salas de aula iam para frente do prédio da Intendência e do Tesouro Municipal a espera de pagamento dos seus salários (COSTA e CONCEIÇÃO, 2001, p.123).

Em 1918 a situação entre o professorado municipal e a Intendência alcançou um momento crítico com a decisão dos professores em não reabrir as escolas para o início do ano letivo no mês de janeiro. O jornal A Tarde publicou em primeira página e com destaque a noticia: "A Greve da Fome. O professorado da capital não abrirá os cursos este anno. Preteriu esse alvitre a suicidar-se de cansaço e penúria."[15]. Em letras grandes e com destaque em negrito o periódico chamava à atenção do leitor para uma notícia até então inédita, a greve do professorado municipal. O periódico informava que uma comissão de professores do ensino primário da capital esteve na sede do jornal e lhe entregara um manifesto em que explicavam os motivos de não abrirem a escolas a partir daquela data.

O fato da comissão de professores escolherem o jornal *A Tarde* para publicarem o seu manifesto tinha relação com a situação política do momento uma vez que o jornal mantinha uma posição anti-seabrista. Segundo Cunha (2013, p.152) o jornal *A Tarde* era uma das principais vozes de oposição ao seabrismo desde que seu fundador, Ernesto Simões Filho, rompera politicamente com J.J. Seabra em 1913

[15] A Tarde, 30 de janeiro de 1918, p.1.

passando a exercer um papel de fiscalização das atitudes do governo e abrindo espaços para assuntos que pudessem servir de crítica aos aliados de Seabra como o atual governador Antonio Muniz e o Intendente João Propício Carneiro da Fontoura.

No manifesto publicado os representantes do professorado iniciaram o texto relatando a situação vivida pela classe marcada pelas dificuldades e exaltando o compromisso para com sua missão. No manifesto o professorado buscava o apoio da sociedade. Iniciava assim Manifesto do Professorado Público Municipal da Capital do Estado da Bahia ao Povo Brasileiro:

> Não há mais quem ignore parece, a deprimente e embaraçosa situação do professorado público primário do município da capital deste Estado. Sem lar, sem credito, faminto, nu, aviltado de há muito,entretanto se tem mantido com sacrifficios inconcebíveis, embora, porem calado no desempenho das funcções que lhes são ditadas pelo dever, com os olhos fitos na imagem sagrada da Pátria, a consciencia tranquilla pela posição assumida diante dos descalabros sociaes, a alma em preces, confiada sempre na infinita misericordia de Deus que não abandonaria jamais a Terra da Santa Cruz (*A Tarde*, 30 de janeiro de 1918, p.1).

Os professores se descrevem como pacientes, resignados, emudecidos e que de forma humilde esperaram pela resolução da situação. O professorado era tido como conformado com a sua realidade, como um grupo que não reagia diante uma situação adversa:

> Sempre emmudecido e [ilegível], paciente e resignado, na espectativa (*sic*) de melhores dias. Não lhe doía, dor voluntária, essa posição humilde, mas respeitável que,aos olhos da ignorância proterva e de pedantismo néscio, parece detestável; ao passo que o desanima hoje quando se sente opprimido pelo despotismo que tudo avassalla, pela tyrannia que a tudo destroe.
> Depois há um limite máximo para tudo quanto gira em torno do poder humano (*A Tarde*, 30 de janeiro de 1918, p.1).
> .

O jornal governista *Democrata* em editorial acusava a oposição de se aproveitar da situação de dificuldade financeira do município para explorar politicamente o assunto. Segundo esse periódico os opositores do governo:

> procuram aproveitar de tudo, especulam com o direito alheio, como se fosse com o próprio desbrio, insuflam e estimulam a grita para o desrespeito, a desordem e a anarchia, a pretenderem a implantação da bachanal dos ódios e das rixas, o enxurrar de villezas e indignidades (Jornal *Democrata*,16 de fevereiro de 1918. p.1).

O intendente João Propício Carneiro da Fontoura reagiu com uma mensagem enviada ao Conselho Municipal solicitando recursos para quitar o débito com salários atrasos que a Intendência reconhecia ser em alguns casos mais de dois anos. O intendente responsabilizava as administrações anteriores pela situação, repetindo o seu antecessor, e apelava para o senso de ordem, respeito às leis da parte do professorado para o fim da greve[16].

Nesse tempo as relações entre o professorado e a autoridade municipal tinham se transformado em desavença. A professora Emília Lobo Viana resumiu essa situação por meio de carta publicada pelo jornal *A Tarde*. A professora lembrava que até a administração do Coronel Azevedo Fernandes houve momentos de pagamentos gerais que minimizavam os atrasos e que os professores tinham acesso ao chefe do executivo municipal. As queixas eram direcionadas para os intendentes Pacheco Mendes e Propício da Fontoura que além de não realizarem os pagamentos não recebiam os professores nos gabinete chegando ao ponto de colocarem guardas nos prédios para proibir o acesso dos professores[17]. Na queixa da professora percebe-se que além de ressentir a falta do salário também lhe incomodava o desprestígio.

Não era somente o desprestígio que incomodava os professores em greve como também o tratamento desigual e vantagens obtidas por outros professores. Em 1918, após a deflagração da greve, o professor Cincinato Franca tocava nesse assunto citando o "rancho das pastorinhas" referindo-se aos que tem "parentes e amigos conselheiros e bons pistolões para o intendente, não tem atraso e recebem certinho no fim do mês."[18]. O professor queixava-se das escolas que mantinham-se em funcionamento durante a paralisação dos professores.

---

[16] Jornal Democrata "Mensagem do dr. Intendente", 17 de fevereiro de 1918, p.1.
[17] Jornal A Tarde, 14 de fevereiro de 1918, p.1
[18] Jornal A Tarde, 06 de fevereiro de 1918, p.1

O movimento não teve adesão total, mas agregou uma quantidade representativa de professores. Entre os professores que aderiram ao movimento estavam aqueles que gozavam de prestigio junto ao governo e a população como os professores Vicente Ferreira Café, Jacintho Caraúna, Severo Pessoa, o mesmo que organizou a recepção a Seabra no dia de sua posse como governador, o professor Roberto Correia, Alberto de Assis, as professoras Emilia Lobo Viana, Jovina Moreira, Ana Moreira Bahiense, Jesuina Beatriz Oliveira, Sidônia Gonçalves de Alcântara entre outros. Esses professores integravam a comissão de greve e estiveram à frente da criação do Centro de Defesa do Professorado Bahiano.

As desavenças entre o professorado e a Intendência Municipal se ampliaram devido à atitude do intendente Propício da Fontoura em suspender o professor Isauro Coelho por 15 dias devido a declarações dadas contra o governo na imprensa (LUZ, 2013, p.77). A punição do colega não foi bem recebida pelo professorado que reagiu publicamente contra a ação da intendência através de notas de repúdio e com demonstração de solidariedade ao professor punido que foram publicadas nos periódicos de oposição.

A greve aumentava a sua repercussão provocando uma reunião de representantes do professorado com o governador Antonio Muniz que tratou-se sobre a regularização dos pagamentos dos salários, a revogação da punição do professor Isauro Coelho e queixas sobre o tratamento dado aos professores pelos funcionários do Tesouro Municipal. Nesta reunião o governador prometeu o empenho em resolver a situação.

Em 30 de março de 1918 o professorado municipal reunido no Salão Nobre do Grêmio Literário discutiram a situação e o rumo da greve. A reunião foi presidida pelo professor Possidônio Dias Coelho e secretariada pelos professores Cincinato Franca e Jacintho Caraúna. Os professores se revezaram em discursos na tribuna favoráveis a continuidade do movimento. A professora Emilia Lobo Vianna fez a leitura da proposta do professorado municipal direcionada a intendência com as condições para finalizar o movimento de greve. A primeira condição era a cessação da suspensão do professor Isauro Coelho, a segunda era o pagamento dos salários atrasados e continuação dos pagamentos mensais e terceira era o respeito ao professorado.

Os professores buscaram apoio junto aos opositores de Seabra como forma de aumentar a pressão contra o governo. Telegramas foram enviados a Rui Barbosa e a Miguel Calmon solicitando apoio ao movimento e acesso à imprensa da capital federal dar visibilidade ao movimento[19]. Esta ação deu resultado com o jornal *Lanterna* publicando em primeira página a noticia sobre a greve do professorado na Bahia inclusive com pedido de apoio financeiro aos professores em greve e sem salários[20]. Em outra ação intermediada por Ernesto Simões Filho foi entregue uma carta assinada pelos representantes do professorado ao Presidente da República Wenceslau Brás Pereira relatando a situação da classe na cidade e solicitando apoio a causa.

A imprensa do lado governista reagia de forma indignada ao que chamavam de "politicagem" para um problema grave que a intendência buscava meios para solucionar. O governo acusava a oposição de manipular os professores e afirmava que os telegramas enviados a Rui Barbosa e Miguel Calmon eram falsamente atribuídos ao professorado. No Rio de Janeiro o Senador Seabra tentava amenizar a situação informando seu apoio para que a intendência conseguisse um empréstimo para sanar a situação[21]. Essa não era uma situação de fácil solução devido à situação financeira caótica do município e as dívidas contraídas em outras gestões que impedia o acesso ao crédito.

Antonio Muniz ao escrever suas memórias sobre os governadores baianos e fazendo relato sobre seu período frente à administração estadual reclamou da ação dos adversários políticos afirmando que a "opposição não descançava. Tudo lhe servia de pretexto para agredir e fazer acintes aos depositários da auctoridade publica". Lembrando-se do caso do professorado Muniz criticou a imprensa por explorar a crise, manipular o professorado atribuindo ao governo do estado o que não era da sua atribuição (ARAGÃO, 1923, p.631-634). Para o ex-governador os professores foram levados pela paixão e empolgação promovida pela politicagem esquecendo-se que a intendência reconhecia os atrasos nos pagamentos de salários e que vinha descumprindo a legislação que obrigava município a aplicar ao menos a sexta parte da renda receita bruta para o custeio da instrução primária.

---

[19] Diário da Bahia,09 de março de 1918, p.1
[20] Jornal Lanterna, 8 de junho de 1918, p.1
[21] Jornal Democrata, 22 de junho de 1918, p.1

O movimento do professorado municipal contava com apoio da população e de professores de outros estados. Vieram de São Paulo mensagens de apoio ao movimento e a iniciativa de criação do Comitê Paulista de Socorros ao Professorado Bahiano que arrecadou dinheiro para ajudar os professores em greve[22]. Na cidade do Rio de Janeiro o jornal Lanterna apelou, em nome dos professores baianos, por "collecta de auxílio para atender as afflicções da fome daquella classe perseguida" destacando os "30 mezes" sem receber salários, além disso, tecia duras críticas ao governo baiano, denunciava as dificuldades financeiras do estado e a sua falta de crédito destacando os nomes do senador J.J Seabra e do governador Antonio Moniz[23]. A população de Salvador também se manifestava a favor do professorado e leitores enviavam cartas aos jornais protestando contra o descaso do governo para com os professores e conclamando a população a contribuírem financeiramente em apoio aos professores em greve e sem salários, pois segundo o leitor, que contribuiu com 20$000, "aqueles que dão aos pobres emprestam a Deus"[24].

A pressão exercida pelos professores, a cobertura da imprensa oposicionista, a repercussão da greve do professorado e o apoio da população fez com que o Intendente Jose da Rocha Leal determina-se ao Diretor do Tesouro Municipal o uso da sexta parte da receita do município para o pagamento dos vencimentos do professorado obedecendo ao maior tempo de atraso[25]. Em setembro de 1918 foi informado pelo comitê de greve o encerramento do movimento após a cassação da suspensão do professor Isauro Coelho[26].

Nesse breve percurso verificando as relações entre o professorado municipal e as autoridades públicas foi possível perceber momentos de aproximações e situações de acirramentos. As aproximações eram mais frequentes nos anos iniciais do primeiro governo de Seabra e pode ser interpretado pela influência política do chefe do estado que se estendia para capital onde o intendente era integrante do grupo seabrista. O professorado mesmo com dificuldades no exercício de seu trabalho e até alguns atrasos em seus vencimentos procurava manter uma relação amistosa com o governo. Isso não quer dizer que o professorado ficou passivo diante das

---

[22] O Estado de São Paulo de 21 de julho de 1918, p.3
[23] Lanterna, 31 de maio de 1918, p.1
[24] O Imparcial, 20 de junho de 1918, p.1
[25] Democrata, 30 de maio de 1918, p.1
[26] Jornal A Tarde, 09 de setembro de 1918, p.2.

dificuldades. Os professores e professoras inicialmente faziam comentários sobre a sua situação, teciam críticas, faziam cobranças em meio a discursos, envio de cartas ou quando tinham a oportunidade de tecer opiniões através da imprensa.

O acirramento das disputas políticas e a crise financeira que alcançou o município após 1915 provocaram mudanças nas relações entre o professorado e Intendência. A Bahia vivia uma situação de acirramento político que se acentuava a cada período eleitoral. O governador Seabra enfrentou uma forte oposição política que se manifestava basicamente pela imprensa principalmente através do jornal Diário *da Bahia* de propriedade de Severino Vieira e *A Tarde* de Ernesto Simões Filho, dois opositores declarados de Seabra. A crise financeira do tesouro municipal ocorria concomitantemente com a carestia dos alimentos, aumento do preço dos alugueis e a perda do poder aquisitivo. Os jornais de oposição serviram como espaço para os protestos, queixas e manifestações de diversos grupos profissionais entre eles o professorado.

O governo não negava a situação crítica pela qual passava a instrução primária pública municipal e seus professores, porém não apontava ações para resolução ou melhoria da situação e, ainda, mantinha o discurso da importância do ensino primário e da missão do professorado para com as futuras gerações. Esse posicionamento do governo que envolvia certo descaso com um discurso contraditório certamente influenciou na relação entre os professores e autoridade pública e fomentou a as desavenças políticas. Podem-se apontar dois motivos que levaram a essa situação. O primeiro deles seria presença majoritariamente feminina no magistério e um consequente descaso das autoridades públicas para com esse grupo refletindo uma mentalidade que de pouca valorização do trabalho realizado pelas mulheres conforme sugere Costa e Conceição (2001, p.121). O segundo motivo estaria numa pretensa crença do governo na submissão hierárquica, respeito às autoridades e o comportamento disciplinado que era exigido do professorado através de um corpo leis.

Assim é possível afirmar que as expectativas das autoridades foram frustradas porque houve uma participação efetiva das professoras no movimento grevista estado algumas delas na liderança da greve. Em relação à crença do governo num determinado comportamento do professorado ocorreu outro revés porque os

professores municipais não limitaram a sua ação somente na paralisação das atividades, o era algo inédito até então, e tomaram outras iniciativas como aproximação com grupos de oposição, publicação de manifestos e artigos em jornais, contato com a imprensa da capital federal e com professores de outros estados. A imprensa governista acusava a oposição de manipular os professores, porém não se pode esquecer que aqueles homens e mulheres não eram trabalhadores que tinham o diferencial de possuírem formação pela Escola Normal e muitos deles exerciam influência nos distritos onde atuavam profissionalmente.

A mobilização do professorado pode ser entendida como fruto de um descontentamento que aumentava ao longo dos anos e o movimento de 1918 é uma consequência de um grupo que já vinha se estruturando. Uma vez organizado, o professorado pode pressionar o governo se favorecendo da disputa política no estado entre grupos de situação e oposição dando visibilidade ao movimento grevista.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Alberto de. *Instrução Primaria na Bahia*. In. Bahia. Diário Official do Estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia 1923. Versão digitalizada. EGBA. 2007, p. 301-315

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores na República*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1923.

BAHIA (Estado) *Constituição do Estado da Bahia promulgada em 2 de julho de 1891* Bibliotec Digital do Senado Federal Bahia: Litho-typ. Tourinho, 1891 http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224181

BRANDÃO, Verônica de Jesus. *Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915).* Salvador: UNEB, 2012. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Ana Alice A. Conceição, Hélida. Revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919*).* In. *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana.* Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

CASTELLUCCI, Aldrin A.S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História,* v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.

CUNHA, Joaci de S. O roseiral e os espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In. BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Claudio (Org.) *Política, instituições e personagens da Bahia* (1850-1930). Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p.145-177.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. *Brazilian Studies Association* (BRASA), Atlanta, Georgia, p. 27-29, 2008.

DICK, Sara Martha. Processo histórico de feminização do magistério baiano. In: *Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sergipe: SBHE. 2008. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf. Acesso em 30 mai. 2017

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912/1916*. Salvador: UFBA. 1996. (Dissertação de mestrado)

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013.

_______. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos de A. (orgs.). *História da Educação na Bahia.* Salvador: Arcádia, 2008, p.233-266.

MENDES, Antonio Pacheco. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*. Seção de obras do "O Democrata". Bahia. 1916.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação na Bahia (1917-1921). *Cadernos do CEAS.* Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1979, p. 30-43.

SANTANA, Elizabete. C**.** COSTA, Natalli Soeiro.Progressos e retrocessos da escolarização obrigatória na escola primária do município de Salvador entre 1896 e 1927. In: SANTANA,Elizabete Conceição et al. *A construção da escola primária na Bahia: O ensino Pimário no Município de Salvador 1896-1929.*Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia -EDUFBA, 2014, v. 3, p. 31-57

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930).* Salvador: EDUFBA, 2001.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim :crônicas de costumes*. Salvador: FG, 2000.

A LUTA PELA ANISTIA: DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA-BA) AO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA-BA) (1975 A 1979)[1]

FELIPE MOREIRA BARBOZA DUCCINI[2]

Universidade Federal da Bahia

AO LONGO DE 21 ANOS que a ditadura civil-militar[3] perdurou, muitos cidadãos membros do movimento estudantil, de organizações da luta armada e outros militantes acabaram sendo perseguidos ao se oporem à ditadura, muitos outros acabaram mortos ou fugiram do país, alguns presos políticos conseguiram partir para o exílio, sendo eles trocados por embaixadores sequestrados, os opositores foram condenados em sua grande maioria por "subversão" e "terrorismo" baseados na Lei de Segurança Nacional.[4] Essa longevidade possibilitou que o regime autoritário que se instalou no país em 1964, produzisse uma repressão política e uma perseguição policial-militar abrangente, atingindo não só o governo constitucional

---

[1] Este artigo é uma versão alterada e resumida do terceiro capítulo da dissertação de mestrado que analisa a parte final da luta pela anistia (1978-1979).

[2] Mestre em História Social, pela Universidade Federal da Bahia. Contato do autor: felipeduccini@yahoo.com.

[3] René Dreifuss ao analisar que o golpe de Estado, havia sido um movimento civil e militar no livro *1964: A Conquista do Estado.* Inicia uma discussão sobre a participação da sociedade civil na ditadura, parte da historiografia numa leitura reduzida de sua obra afirma que sua análise trata apenas do golpe, mas no capítulo IX de sua tese ele analisa como membros civis do complexo IPES/IBAD, mantiveram sua predominância até o governo Geisel, então Dreifuss permite identificar os elementos civis envolvidos tanto no golpe como na ditadura. Em vista da melhor compreensão desses elementos civis parte da historiografia atual, cunhou o termo "ditadura civil-militar" que não só vai ser utilizar para descrever o golpe de 1964, como para descrever o regime vivido entre 1964 e 1985, como uma ditadura civil-militar, resultado de um conluio das Forças Armadas, com setores civis: Igreja, grupos de empresários e meios de comunicação.

[4] A LSN era o suporte da Doutrina de Segurança Nacional, nela há uma preocupação acentuada em proteger o Estado contra um "inimigo interno", no recorte da pesquisa, vigorou o Decreto-Lei 898 de (1969 -1978) e a Lei 6.620 entre (1978-1983). Saliento que em dezembro de 1983 o presidente general João Figueiredo sancionou a LSN nº 7,170, em vigor até a presente data. (publicado no D.O.U. de 15.12.1983).

deposto e as forças políticas de esquerda, como uma ampla parcela da sociedade civil e até mesmo as fileiras das Forças Armadas.

Os perseguidos que se exilavam não podiam voltar para sua pátria, para retornarem e conseguirem usufruir da liberdade e direitos políticos novamente, isso só seria possível através da anistia, tendo a mesma aplicabilidade para os presos políticos. Para evidenciarmos a dimensão da repressão que se abateu sobre o Brasil nesse período; cerca de 50.000 mil pessoas foram presas; 7.367 indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4.862 foram cassadas; 130 banidas; milhares de exilados e 434 mortos e desaparecidos políticos.[5] As famílias destes mortos, desaparecidos, presos, exilados e perseguidos políticos, começaram a levantar suas vozes em conjunto ainda na década de 1970, contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura, antes mesmo de se estabelecerem como um grupo atuante da causa percorriam tribunais, delegacias e quartéis na tentativa de encontrarem seus parentes, buscavam ajuda na ala progressista da Igreja Católica, nos escritórios de advocacia, começaram a reunir-se com outras famílias de presos políticos, mortos ou desaparecidos, e a partir de 1975 começaram a se mobilizar em torno primeiro do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e depois no Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA), fundado em fevereiro de 1978, esses movimentos se espalharam por quase todos os estados brasileiros, vindo a ser fundados oficialmente na Bahia, em 17 de março de 1977 e em 18 de abril de 1978 respectivamente.

O MOVIMENTO EM AÇÃO ATÉ A LEI DA ANISTIA

Quando chega o fim do governo de Ernesto Geisel que considerava a anistia inviável, esse mantém o completo controle da sua sucessão, escolhendo para dar continuidade ao processo de distensão lenta, gradual e segura nada menos que o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general João Baptista Figueiredo que se compromete em continuar com esse lento processo. Esse ainda quando era candidato a Presidência da República, mostra qual era sua concepção de anistia:

---

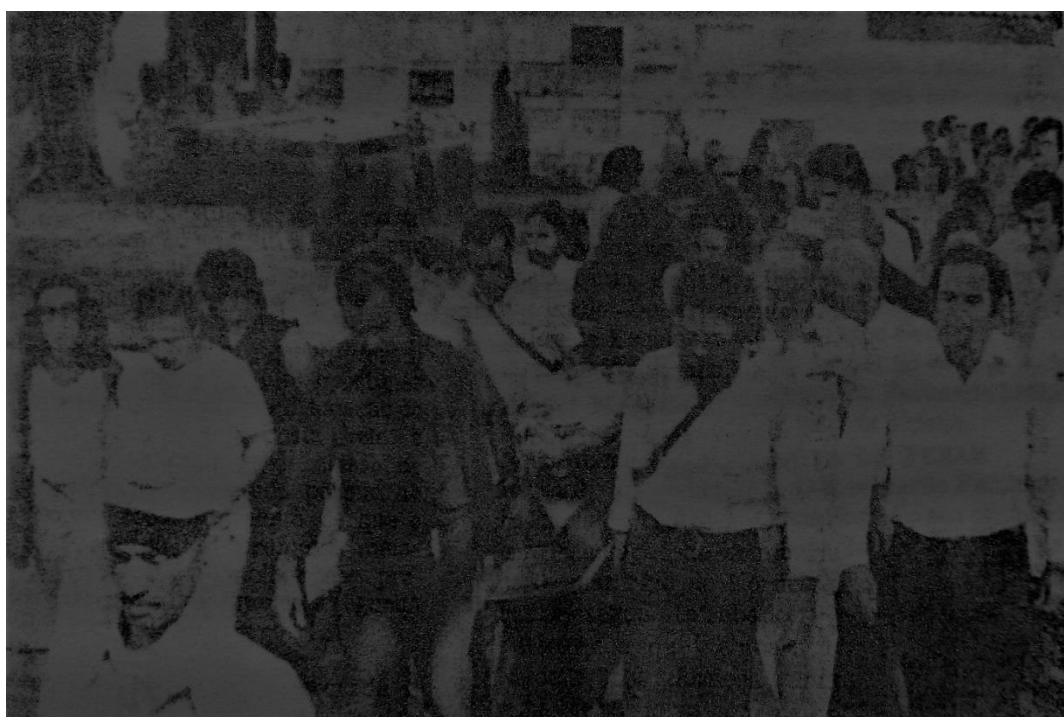
[5] SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume 1, 2009, p 152. Foi utilizado o número de mortos e desaparecidos que aparece no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; v. 3, 2014.

> Anistia é esquecimento. E não é possível esquecer os crimes dos que assaltaram bancos, assassinaram e sequestraram. Estes são crimes comuns. E não cabe a alegação de que a motivação foi política. Esses crimes não são possíveis esquecer. O alegado motivo político não justifica nada. [...] **não se deve confundir anistia com revisão. No processo de definição das reformas, é possível que se chegue à revisão das punições**. Então, se poderia buscar fórmulas para verificar realmente se houve injustiça – e corrigir os casos em que a injustiça foi cometida. Mas há um problema: na revisão também se pode cometer injustiça [...]. (Veja, 10/03/1978. "Anistia em Julgamento", p. 35.)

Então para Figueiredo ao final do processo de reformas seria possível chegar a uma revisão das punições o que não poderia ser confundido com anistia. Esse discurso rígido contra a anistia, favorável apenas a revisões de processos que deveriam ser analisadas caso a caso, vai sofrer mudanças ao longo do tempo, para evitar as discussões a respeito da anistia, que segundo o governo avançavam rápidas demais, Figueiredo afirmava que essa discussão seria uma ameaça as próprias reformas políticas "é um prejuízo para o próprio andamento das reformas políticas nos termos em que a anistia vem sendo colocada. Tenta-se avançar demais, o que é um erro."[6] Quando João Figueiredo toma posse, em 15 de março de 1979, parte dessas chamadas reformas políticas já estavam em andamento, o AI-5 já havia sido extinto, a censura à imprensa estava diminuindo, preparava-se uma reforma partidária para extinguir o bipartidarismo e as propostas de anistia eram debatidas abertamente. Ao novo governo não havia outra escolha a não ser minimizar os danos e lançar um projeto de anistia que agradasse os militares. Não havendo mais meios de contornar a situação, o governo adota uma nova postura, colocando em prática uma estratégia de esvaziamento, regulação e apropriação da bandeira da anistia.

No contexto baiano o início do ano de 1979, é marcado pelo luto, devido à morte aos 62 anos de Isabel Veiga Santana presidente do MFPA-BA, seu sepultamento realizado às 15 horas no Campo Santo, reuniu cerca de 500 pessoas, grande parte dos que lutavam pela anistia em Salvador compareceram, estavam presentes membros do CBA-BA e do MFPA-BA, do DCE, do MDB, Joviniano Neto, Paulo Martins, Benvindo Sequeira (ator), Adelmo Oliveira, Domingos Leonelli, Marcelo Cordeiro, Florisvaldo Matos (Jornal do Brasil), Jaime Guimarães (advogado dos presos

[6] Ibid, p. 35.

políticos), Dom Timóteo, Celso Dourado e Terezinha Zerbine que não puderam comparecer, enviaram flores e cartões. A missa foi realizada pelo padre Renzo Rossi da Paroquia da Capelinha de São Caetano, também membro do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e que ficou internacionalmente conhecido como fiel defensor dos presos político, tendo visitado cadeias no Brasil inteiro e viajado boa parte da Europa em defesa dos presos políticos e da anistia. Depois das orações, Renzo falou algumas palavras sobre Isabel dizendo que "ela era uma mulher cheia de serenidade, esperança e amor. Nunca a vi desesperada lutou na vida para que houvesse no Brasil e na Bahia fraternidade, justiça e liberdade".[7]

(Enterro de Isabel, Jornal da Bahia, 07/01/1979, p.3)

As mobilizações dos Movimentos Pela Anistia cresciam vertiginosamente em todo o país, no dia 18 de abril chamado de Dia Nacional da Anistia em comemoração ao trigésimo quarto aniversário da anistia de 1945 e o primeiro aniversário de fundação do CBA-BA. Em Salvador, o Dia Nacional da Anistia, começou às 17 horas com um ato público na sede do MDB, promovido pelo MFPA-BA, seguido de passeata do Campo Grande até o Colégio 2 de Julho, onde membros do MFPA-BA e representantes da Igreja Católica e Presbiteriana realizaram um culto ecumênico. Pela noite se realizou no Teatro Vila Velha a "Noite da Anistia" promovido pelo CBA-BA,

[7] Jornal da Bahia, 07/01/1979, "Lagrimas e esperança, no enterro da líder da luta pela anistia".

tendo como oradora de abertura Diana Mendonça a nova presidente do MFPA baiano, que discursou dizendo que "a democracia não se constrói com vagos slogans com palavras magicas. O governo precisa provar na prática suas boas intenções declaradas em discursos, e o nosso papel é pressionar as autoridades para que elas cumpram a sua parte."[8] Logo em seguida falou o presidente do CBA-BA, Joviniano Neto enfatizando que a:

> Anistia para todos os atingidos pelos atos de exceção após 1964 é uma exigência nacional é parte da luta do nosso povo para tomar seus destinos nas mãos, transformar o poder em instrumento para a solução dos seus reais e aflitivos problemas, negar a anistia é manter a divisão nacional entre os vencidos e vencedores; é a lógica dos que tentam eternizar o presente para evitar a chegada do futuro. (Jornal da Bahia, 19/04/1979, p.3).

Após a fala do presidente do CBA-BA, teve início uma série de depoimentos de antigos presos políticos, parlamentares, líderes sindicais e familiares de militantes políticos mortos e desaparecidos. Foi homenageado, padre Renzo Rossi que na fala de José Crisóstomo de Souza, dirigente da sucursal baiana do jornal *Movimento* lhe fez referência dizendo que era "um padre que tem sido extraordinariamente solidário com os presos políticos brasileiros e que leva alegria a todos os lugares que chega"[9]. Renzo que estava na plateia levou efusivos aplausos, mais a grande homenageada da noite era Dilma Alves, viúva de Mário Alves um dos fundadores do PCBR, morto em 1970 no DOI-CODI do Rio de Janeiro, em seu depoimento ela relatou as torturas sofridas por seu marido "espancado barbaramente e empalado com um cassetete dentado, tendo o corpo todo esfolado por escova de arame"[10] por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1° Exército e do DOPS, conforme lhe havia sido contado por outros presos que havia testemunhado o ocorrido e disse que continuava na luta para localizar seu paradeiro, visto que as autoridades militares negavam que haviam o prendido e o classificavam como desaparecido e explicou que estava sendo ameaçada de ser processada sob alegação de difamar o Exército, pois havia entregue pessoalmente uma carta ao comandante do I Exército, Siseno Sarmento perguntando o destino do marido e ao voltar para saber a resposta foi

---

[8] Jornal da Bahia, 19/04/1979, p.3.
[9] JOSÉ, Emiliano. *As asas invisíveis do padre Renzo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002, p.333.
[10] Ibid.

submetida a interrogatório e ameaçada por caluniar o exército sem testemunhas.[11] Só anos mais tarde[12] Dilma Alves conseguiria respostas, seu depoimento foi um dos mais emocionantes da "Noite da Anistia" e o mais reproduzido pelos jornais.

(A "Noite da Anistia" no Teatro Vila Velha, Jornal da Bahia, 19/04/1979, p.3)

O crescimento da Campanha Pela Anistia junto com o acirramento da crise política social e econômica vivida pelo país obriga o general Figueiredo no dia 28 de maio, a autorizar o Ministro da Justiça a elaborar um projeto de anistia que agradasse o governo e não provocasse os militares, para isso deveriam levar-se em consideração os pontos da proposta de anistia da oposição que já haviam sido rechaçados pelos militares, esses pontos deveriam ficar de fora da proposta do governo. Em nota oficial o governo informou que:

[11] Sobre esse caso ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. 2014, p. 173.
[12] Só em 1987, que a União reconheceu a responsabilidade civil por sua prisão e morte. Foi o primeiro caso em que a União reconheceu sua responsabilidade por um desaparecimento político. Em 2013 o Ministério Público Federal denunciou cinco agentes do regime militar acusados pelo sequestro qualificado, tortura e morte de Mario Alves. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-da-ditadura-sao-acusados-por-matar-mario-alves-em-1970,1032552. Acesso: 16/02/2017.

> O Presidente João Batista Figueiredo, em despacho de hoje, autorizou o Ministro Petrônio Portella a prepara o projeto de anistia aos que sofreram sanções revolucionarias. O Ministro da Justiça concluíra os trabalhos relativos à elaboração da matéria para, proximamente, leva-la a consideração do Presidente da República. O projeto deverá ser entregue ao Congresso Nacional na segunda quinzena de junho. (Jornal da Bahia, 29/05/1979, p.5 "Nota oficial do Planalto").

Ainda segundo a reportagem o despacho de Petrônio com Figueiredo para autorizar o início do processo durou 40 min, mas "em seguida, o Ministro da Justiça trancou-se por duas horas com o general Golbery do Couto e Silva, em seu gabinete no Planalto."[13] Logo que as primeiras medidas foram autorizadas o governo iniciou a articulação no Congresso, o Ministro da Justiça se reuniu com o presidente de ARENA, José Sarney, com o senador Jarbas Passarinho e com o líder do governo na Câmara o deputado Nelson Marchezan, que lhes garantiram que o projeto de anistia que o governo elaborasse seria aprovado. O governo também procurou o apoio de associações de classes, representantes do meio social, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, menos os Movimentos Pela Anistia que tanto lutaram pela causa ou o partido de oposição como informa o Ministro da Justiça:

> Seria uma descortesia da minha parte levar a oposição os termos do nosso projeto, pois ela já possui a sua alternativa, até apresentada formalmente ao Congresso. Como poderia ser deselegante, promover um encontro com a cúpula emedebista para mostrar o que a maioria pretende. (Jornal da Bahia, 29/05/1979, p.5).

Para além da ironia do ministro, o objetivo do governo não era aprovar uma proposta de anistia na calada da noite, com vergonha ou receio, pelo contrário à ideia era desvincular completamente o MDB da bandeira da anistia, se apropriar da mesma e divulgar todos os atos em solenidades com muita pomba e propaganda, utilizando-se da anistia para galvanizar a política da "mão estendida" de Figueiredo, como um ato de "benevolência e concessão".

Após um mês de deliberações, o general presidente João Figueiredo assina o projeto de anistia elaborado pelo Ministro da Justiça e pelo Chefe da Casa Civil, em

[13] Jornal da Bahia, 29/05/1979, p.5 "Nota oficial do Planalto".

solenidade que durou 45 minutos, realizada no salão leste do segundo andar do Palácio do Planalto, na presença de todos os ministros do governo, governadores e parlamentares da ARENA, durante seu discurso que durou cerca de 10 minutos "Por três vezes a voz do Presidente Figueiredo embargou e ele foi abrigado a repetir o texto, diante de uma plateia também tensa e emocionada"[14] ainda segundo a reportagem ao final do discurso, Figueiredo e seu irmão Guilherme Figueiredo "se abraçaram demoradamente e chegaram as lágrimas. Ali, segundo confidenciou depois um assessor, lembrara o pai, Euclides Figueiredo, que foi anistiado três vezes"[15], então com essa estratégia e gestos políticos o governo isolava a oposição e procurava retirar-lhes a prerrogativa de qualquer vitória pela anistia.

Em seguida o projeto foi enviado junto com uma mensagem presidencial para a deliberação do Congresso Nacional, na mensagem presidencial lida na sessão do Congresso Nacional em 28 de junho, é possível compreender todo o sentido histórico que os militares atribuíam a "concessão" da anistia, não se negavam ali os ideais da "revolução de 1964" não se vislumbrava descaminhos, excessos ou erros cometidos pelos militares, pelo contrário o texto presidencial é uma glorificação do regime, é um marco histórico para a permanente guerra da memória desse período, servindo para louvar seu ideal "Incorpora-se, assim, a Revolução à história como um acontecimento irreversível que, transformou qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projeta sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações."[16] Como uma profecia, a carta projeta que mesmo com o fim da ditadura civil-militar, seu ideário há de perdurar nas futuras gerações, nesse sentido a carta de apresentação do projeto de anistia pode ser visto com uma defesa do regime para a posterioridade. Ainda segundo a carta consta que:

> [...] Em quinze anos, promoveram reformas institucionais profundas; atingiu-se o alto patamar de desenvolvimento econômico; a Nação, na plenitude da ordem constitucional, toma consciência de que é necessária a mobilização geral no sentido de que se aperfeiçoem as estruturas sociais para torna-las mais democráticas. Constrói-se o regime em que, ao contrário do passado, a liberdade de todos tenham a garantia nos direitos e deveres de cada um; em que a lei seja a expressão de uma realidade e não produto de alienações

[14] Jornal da Bahia, 28/06/1979, p.4, "Melhor projeto para a época atual".
[15] Ibid, p. 4.
[16] CONGRESSO NACIONAL, Anistia, 1982, V 1, p 21.

> deformadoras. [...]. As ideais e os caminhos separam, mas é preciso que a realidade registre e comprove que as causas da Nação são fatores de união dos brasileiros. **Assim será mais fácil a superação das dificuldades emergenciais opostas à aceleração do nosso desenvolvimento. A anistia é um ato unilateral de Poder**, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade [...]. Retroage a período anterior a 1964 e contempla quantos tenham sido afastados da atividade política por sentença da Justiça ou por ato revolucionário. **O projeto, examinado em cotejo com os antecedentes históricos, ganha em dimensão, ao atingir extensa área com pleno esquecimento**. Não é abrangido quem foi condenado pela Justiça por crime que não é estritamente político: assim o terrorista, pois ele não se volta contra o Governo, o regime, ou mesmo contra o Estado. Sua ação é contra a humanidade e por isso, repelida pela comunidade universal, que sanciona, como indispensáveis, leis repressivas de que se valem países da mais alta formação democrática. [...]. Mas o projeto, ainda sim, paralisa os processos em cursos até dos que, a rigor, não estão a merecer o benefício de uma medida de sentido marcadamente político. **Ao fazê-lo, o Governo tem em vista evitar que se prolonguem processos que, com certeza por muito tempo irão traumatizar a sociedade com o conhecimento de eventos que devem ser sepultados em nome da Paz**. [...] Este, senhores Congressistas o projeto de anistia, que com fundamento no art. 57, item VI, combinado com o parágrafo 2º do art. 51 da Constituição Federal, envio à consideração de Vossas Excelências, na convicção de que pratico um ato de significativo e profundo, o ato histórico de anistia, com a mesma serena confiança com que, na informalidade da vida cotidiana, estendo a mão a todos os brasileiros. (Brasília, 27 de junho de 1979, João B Figueiredo, CONGRESSO NACIONAL, Anistia, 1982, p 21-23, grifo nosso).

Para o governo a anistia seria um "ato unilateral de Poder", necessário para a superação das "dificuldades emergências" que atrapalhavam o desenvolvimento brasileiro, o projeto visava o "pleno esquecimento" necessário segundo o governo para que não "se prolongue processos", que "irão traumatizar a sociedade com o conhecimento de eventos que devem ser sepultados em nome da Paz".

A proposta governamental defende a concepção da anistia como esquecimento, julga que a sociedade brasileira é imatura para ter conhecimento dos eventos, retirando dela a oportunidade do processo natural do trauma perante as atrocidades ocorridas para o posterior julgamento dos fatos e amadurecimento político. O projeto de anistia do governo previa a concessão de anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos ou conexos, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações

vinculadas ao poder público, aos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com base nos Atos Institucionais e Complementares, durante o período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, excluindo assim os condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Concomitante ao processo de discussão do projeto de anistia do governo no Congresso Nacional, os Movimentos Pela Anistia se posicionam contrários ao projeto de anistia parcial e restrita apresentada pelo governo e procuraram dissuadir os parlamentares a aprovarem o projeto no original, então as últimas mobilizações do movimento visava a denúncia do projeto. A reação dos Movimentos Pela Anistia frente esse novo desafio é analisado durante o III Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia, nos dias 15 a 17 de junho no Rio de Janeiro, com o objetivo de manter os movimentos unidos pela defesa da anistia ampla, geral e irrestrita em vista a nova conjuntura nacional, no documento do encontro é feito a leitura do novo cenário político e apontam-se três fatores para o avanço da anistia do governo:

> Precariedade e falta de organicidade das entidades representativas da sociedade civil cujas lideranças não conseguem mobilizar suas bases para lutas de caráter mais amplo e político; capitulação de alguns setores da oposição frente ao acirramento do confronto com o projeto de anistia da ditadura, lentidão dos próprios CBAs na implantação da linha de popularização. (III Encontro Nacional Pela Anistia, 17 de junho de 1979).

Essa autocritica leva os Movimentos Pela Anistia à intensificação das mobilizações, busca-se também ganhar à imprensa para que denunciem a incompletude do projeto. Segundo Diana Mendonça presidente do MFPA-BA, o projeto de anistia era acanhando e sem sustentação jurídica, pois:

> “Não existe crime de sangue. Existe crime político ou comum e isto é uma discriminação ideológica, não chega a ser nem política e nem jurídica. A realidade é que todos foram opositores ao regime e por isso todos devem entrar na anistia.” (Jorna da Bahia, 29/06/1979, p. 3 “MFA: Uma medida acanhada”).

E afirma que “a luta continua, [...] contra toda forma de opressão, contra toda a legislação e demais instrumentos ainda existentes de cerceamento [...]. Nossa luta só

terminara quando a anistia for ampla, geral e irrestrita."[17] A mesma postura é adotada pelo presidente do CBA-BA, Jovianiano Neto que reitera as limitações do projeto e diz que "[...] a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, como um momento do processo de redemocratização do país, envolve outras medidas e mudanças"[18] por isso ele enfatiza a necessidade da "revogação das leis de exceção, da Lei da Segurança Nacional e o desmantelamento do aparato de repressão política existente."[19] Joviniano crítica à saída encontrada pelo governo por meio de uma anistia de caráter procrastinador, segundo ele:

> Na medida que o projeto do governo não atinge nenhuma destas reinvindicações embora represente um avanço na luta popular, porque há um ano atrás era proibido falar-se em anistia, e tem um caráter procrastinador, restritivo, a luta continuara, com toda a força, em todo seu potencial. O CBA vai até agosto concentra-se na denúncia das limitações do projeto e no conteúdo de um projeto que seja de anistia ampla, geral e irrestrita, difundindo-o para todo o povo. (Jornal da Bahia, 26/06/1979).

Então o governo consegue seu primeiro intento, que é a divisão da bandeira da anistia, os Movimentos Pela Anistia passam a ter que explicar os motivos de serem contra o projeto, mesmo sendo favoráveis à anistia, os moderados mais cautelosos apoiam o projeto com a expectativa de que outras medidas a complemente, os setores conservadores por sua vez ganham uma bandeira de luta e acusam quem crítica o projeto de serem contra a 'pacificação da nação" ou simplesmente "revanchistas". O governador do Bahia, Antônio Carlos Magalhaes sai em defesa do projeto dizendo que "tudo indica que a partir da anistia, o presidente João Batista Figueiredo partira para o indulto, estudando cada caso individualmente"[20] para incentivar a aprovação do projeto no original o governo sinaliza com um possível indulto aos presos políticos que não seriam beneficiados pela anistia, esse anacronismo é comentado pelo ex-governador da Bahia, Roberto Santos que defendia o projeto, ao ser questionado sobre o fato de que se esse mesmo projeto fosse enviado ao Congresso em 1932, o senhor Euclides Figueiredo pai de Figueiredo que como vimos foi beneficiado por mais de uma anistia, simplesmente não seria

---

[17] Ibid, p. 3.
[18] Jorna da Bahia, 29/06/1979, p. 3 "CBA quer o fim da LSN".
[19] Ibid, p. 3.
[20] Jorna da Bahia, 29/06/1979, p. 3 "Agora virá o indulto".

beneficiado, ao qual respondeu que "as circunstâncias históricas eram diferentes. Não vejo motivo para comparar o problema".[21]

Após quase dois meses de deliberações no Congresso Nacional com a apresentação de 9 substitutivos e 305 emendas de 134 parlamentares, com a oposição procurando ampliar o caráter da anistia. O MDB chegou a apresentar um substitutivo contra o benefício da anistia aos torturadores que incluía ao parágrafo 2º do artigo 1º do projeto a seguinte modificação da redação para "excetuam-se dos benefícios da anistia, por crimes comuns, os atos de sevícia ou de tortura, de quem tenham ou não resultado na morte, praticados contra presos políticos"[22], cumprindo assim uma parte das reivindicações dos Movimentos Pela Anistia, mas por 209 votos contra e 194 a favor, os deputados rejeitaram a proposta. O relator do processo Ernani Sátyro (ARENA-PB) acrescentou apenas cinco artigos e dois parágrafos ao projeto de anistia do governo, além de modificar um artigo e um parágrafo, de modo a ampliar a anistia em alguns pontos. Os condenados por terrorismo permaneceram excluídos da proposta, por sua vez, os servidores que pretendessem voltar ao serviço ativo continuariam dependendo da apreciação de comissões criadas para tal fim. Enquanto a proposta original previa uma anistia para os crimes cometidos até 31 de dezembro de 1978, o Congresso ampliou a medida para até a data de sua publicação. Então apesar dos esforços de parte do MDB e dos Movimentos Pela Anistia, no dia 28 de agosto de 1979, é aprovado por 206 a favor e 201 contra, a Lei da Anistia, em seguida sancionada pelo presidente Figueiredo, recebendo a numeração 6.683, com veto parcial ao caput do artigo 1º, retirando a expressão "e outros diplomas legais", que segundo o governo poderia ser responsável por uma excessiva ampliação da proposta, na medida em que acrescentaria fontes de punição não circunscritas aos atos institucionais e complementares.

Essa foi a fase de maior disputa "O período entendido entre o envio do projeto da anistia ao Congresso, no dia 27 de junho de 1979, até a sua aprovação, no dia 28 de agosto do mesmo ano, representou a fase mais intensa da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita".[23] Segundo Bernado Kucinski, um dos objetivos dessa anistia parcial era implodir a oposição:

---

[21] Jorna da Bahia, 29/06/1979, p. 3 "Um avanço histórico".
[22] CONGRESSO NACIONAL, Anistia, 1982, V 1, p 60.
[23] RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul, UDUNISC, 2011, p. 193.

> Os propósitos do governo de permitir o retorno aos Brasil de antigos líderes políticos visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem necessariamente anistiados antigos integrantes da luta armada, ou permitida a volta à política de todo parlamentar cassado. (KUCINSKI, 1982, p. 134-135).

Isso foi possível, pois a anistia parcial manteve a inelegibilidade dos cassados por Atos Institucionais, demitidos de sindicatos e processados pela Lei de Segurança Nacional, com isso inúmeras figuras políticas e de movimento sociais continuaram impedidas de participarem de eleições. Uma publicação do CBA-BA ilustra bem, essa crítica ao "roubo" da bandeira da anistia pelo governo, mais sem levar também a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita, que continha o resto das demandas do movimento:

(Publicação do CBA-BA, arquivo GTNM-BA, caixa 16, pasta1)

Segundo Daniel Arão Reis essa anistia recíproca, duramente criticada pelos CBAs, foi aceita e festejada por muitos, pois também anistiava a própria sociedade que estava cansada do conflito político e só queria esquecer:

> Entretanto, a chamada sociedade civil – no caso do Brasil, a sociedade que conta, ou seja, a situada nos estratos superiores da pirâmide social, e que acompanhava o debate – não pareceu incomodada com os deslocamentos de sentido e com os resultados obtidos com a Lei da Anistia, afinal aprovada em fins de agosto de 1979. Ao contrário: houve júbilo, o que é próprio das grandes reconciliações. Todos os crimes seriam absolvidos. De todos os lados. A sociedade, soberana e indulgente, concedia sua absolvição geral aos criminosos de uma guerra de que ela, a sociedade, não havia, a rigor, sequer participado. De um lado, os terroristas. De outro, os torturadores. A ambos a sociedade estendeu seu manto generoso, e com ele cobriu os malfeitos daquelas extremadas gentes. Além disso, e melhor ainda, no mesmo movimento, a sociedade, reconhecendo-se essencialmente comprometida com os valores democráticos, se auto absolvia de qualquer transação com a ditadura. [...] O interessante é que a grande maioria dos exilados e de ex-presos compartilhou estas tendências – ativa ou passivamente, pouco importa. Só uma minoria, acusada de sectarismo e de revanchismo, permaneceu insatisfeita, mas se encontrou totalmente isolada. A sociedade virou-lhe as costas. E assim, mesmo que muito pouca gente o soubesse, reatualizou-se no Brasil contemporâneo a figura de Ernest Renan, o grande pensador francês de fins do século passado. Ele dizia, com agudo senso prático e sem nenhum cinismo, que, frequentemente, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória. (REIS FILHO, 2001, p. 136-137).

Assim, podemos afirmar que a Lei de Anistia foi pouco ampla, nada geral e muito restrita, integrando "a agenda de micro transformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: (como) ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva"[24] a luta pela anistia foi marcada por intensas negociações entre "as pressões oposicionistas e as preferências dos setores militares de linha-dura"[25] atribuindo lhe um caráter transacional. Ainda em busca da conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, contra a anistia restrita e parcial do governo, os Movimentos Pela Anistia vão organizar o II Congresso Nacional Pela Anistia, realizado em Salvador em novembro de 1979, que veremos a seguir.

O II CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA

A abertura do II Congresso Nacional Pela Anistia foi realizada às 21 horas, de uma quinta-feira, 15 de novembro, no auditório do Colégio 2 de Julho, no bairro do

---

[24] LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Topoi, 2002, p. 293.
[25]ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 268.

Garcia, contou com a participação de mais de 2 mil pessoas. Compondo a mesa de abertura estavam Joviniano Neto, presidente do CBA-BA que abriu os trabalhos, Paulo Pontes representando os ex-presos políticos não anistiados, Milton Coelho representando os mutilados e torturados e o senador Teotônio Vilela[26] representando os parlamentares. Como destaca reportagem do *Jornal da Bahia*, a presidente de honra do congresso seria Ana Maria Da Silva:

> O Congresso será aberto ao público e contará com a presença de vários exilados que retornaram recentemente ao País, além de outras personalidades brasileiras e estrangeiras ligadas a movimentos de anistia e de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e o Tribunal Bertrand Russel, entre outros. A presidente de honra do Congresso será Ana Maria Da Silva, mulher de Santo da Silva, o operário morto na semana retrasada, durante a última greve dos metalúrgicos de São Paulo. (Jornal do Bahia, 13 de novembro de 1979, p.3).

Em outra reportagem do *Jornal da Bahia*[27] é informada a presença na abertura de Gerald Thomas, como representante da Liga dos Povos, um representante cujo nome não é divulgado da Frente Sandinista de Libertação, além dos convidados especiais Luís Carlos Prestes, líder do PCB, Miguel Arraes ex-governador de Pernambuco, Apolônio Carvalho ex-exílado político e Dilma Alves, viúva de Mário Alves membro assassinato do PCBR.

---

[26] Teotônio Brandão Vilela (1917-1983), irmão do Cardeal D. Avelar, iniciou-se na carreira política em 1948, na UDN, indo para a ARENA em 1965, vai abandona o governo e filia-se ao MDB em julho de 1979, no senado vai ganhar destaque, por exercer a presidência da comissão mista que estudava o projeto sobre o tema, vai passar a visitar os presos políticos e a viajar pelo Brasil defendendo a anistia.
[27] Jornal da Bahia, 15/11/1979, p. 2, "Anistia instala hoje seu II Congresso com mais de mil pessoas".

(Abertura do II Congresso Nacional pela Anistia, In: GUEDES e MENDONÇA, 2006, p 72).

Na foto de abertura do II Congresso Nacional Pela Anistia podemos notar a grande aglomeração de pessoas em um espaço que acabou não comportando adequadamente tantas pessoas, é visível que parte do público se monstra agitado, estão de pé, com os punhos do braço direito em riste, provavelmente gritando palavras de ordem, fica evidente então que mesmo após a Lei da Anistia ainda havia grande mobilização em prol de uma verdadeira anistia ampla, geral e irrestrita. O Auditório Baker do Colégio 2 de Julho, se encontrava lotado para a abertura do evento, em recente visita ao mesmo local pude notar que o auditório não foi modificado e o mesmo conjunto de cadeiras de madeira, fixadas desde a época da inauguração do auditório em 1949[28] continuam lá, este conjunto possibilita no máximo umas 600 pessoas sentadas, mas podemos ver na foto que o espaço de passagem existente tanto no meio, como nas laterais do auditório estão lotados, à frente parece que um grupo de pessoas está no chão até a região do púlpito, sem

[28] ALMEIDA, Bianca Doébs Seixas. *2 de Julho: 80 anos construindo o saber*. p.23.

falar ao fundo onde há um longo corredor que poderia abrigar mais gente, e que não é possível a visualização através da imagem, isso nos leva a crer que realmente entre 1500 e 2000 pessoas estiverem na abertura do evento como afirma Joviniano Neto.

Este evento ainda se encontra na memória histórica e simbólica da instituição, alguns dos funcionários com quem conversei ouviram falar sobre ele, como obra do diretor do colégio na época o pastor presbiteriano Celso Dourado[29]. A realização do evento no Colégio 2 de Julho, está diretamente ligada à figura do seu diretor Celso Dourado, pois mesmo com as mudanças internas sobre a filosofia de ensino da instituição, iniciadas pelo também pastor presbiteriano Jaime Wright[30] e continuadas por Celso Dourado, se tratava de um instituição criada por missionários presbiterianos norte-americanos de ensino religioso tradicional. Ao contrário do que acorreu com outros lugares que voltaram atrás em ceder o espaço após pressões políticas, Celso Dourado vai ser manter firme na postura que adotou ao ceder o espaço do colégio, mesmo enfrentando semanas antes do evento uma dura campanha de boicote por parte do que aparentemente parece ser protesto de pais dos alunos, para impedir que as instalações sagradas do colégio presbiteriano fossem

---

[29] Celso Loula Dourado (1932-), formado em teologia em 1957, vereador de Campo Formoso (BA) em 1961, pelo PTB. Tomou posse no ano seguinte, cumprindo o mandato até 1966. Com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, de outubro de 1965, participou ativamente da organização do MDB. Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reorganização do quadro partidário, foi um dos fundadores do Partido Popular (PP), agremiação liderada nacionalmente por Tancredo Neves. Com a incorporação do PP ao PMDB, agremiação sucessora do MDB, em fevereiro de 1982, filiou-se a esta legenda. Nas eleições de novembro desse ano, apoiou a candidatura de Waldir Pires ao governo da Bahia, a quem era ligado politicamente desde a década de 1960. Foi diretor do colégio por dois mandatos 1976-1985 e 2004-2008 e Deputado Federal (1987-1991). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-loula-dourado. Acesso: 17/03/2017.

[30] Jaime Nelson Wright (1927-1999), filho de pastores norte-americanos, estuda teologia e faz pós-graduação na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos em 1950. Volta ao Brasil e se muda para Ponte Nova, atual Wagner, na Bahia, para dirigir o Instituto de Educação Presbiteriano Ponte Nova. Em 1964 vai para Caetité, em 1968 assume a direção da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo. Em 1976 funda a Fundação 2 de Julho que passou a ser proprietário do colégio. Em 1973 seu irmão, Paulo Wright, deputado estadual cassado por Santa Catarina e militante da AP, desaparece nos porões da ditadura. Jaime parte, então, para uma luta que o fez reunir uma farta documentação sobre a tortura e assassinatos praticados pelo Estado, em 1975 participa do culto em memória a Wladimir Herzog, com Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel. A partir de 1979, trabalha pela causa dos direitos humanos na Arquidiocese de São Paulo e coordena o projeto Brasil Nunca Mais. Sabemos que Jaime Wright participou do I Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo, mais não pode participar do II Congresso, em Salvador. Parte dessa memória é revivida anualmente pela instituição durante a cerimônia do Prêmio Jaime Wright de Promotores da Paz e Direitos Humanos. Essas informações são fruto de pesquisa realizada na Fundação 2 de Julho, contendo 4 caixas de materiais, seria necessário um novo projeto de pesquisa para detalhamos a atuação de Jaime Wright com os direitos humanos e a anistia.

profanadas por comunistas, essa campanha foi marcada pela distribuição do seguinte panfleto:

> Leia e mostre aos seus Pais.
> Os jornais estão noticiando a realização de um Congresso de comunistas no Colégio 2 de Julho, cuja abertura será no dia 15 de novembro às 20 horas, contando com a presença do indesejável / Luiz Carlos Prestes e outros notórios agitadores.
> Nós, que já fomos alunos do Colégio 2 de Julho e que atualmente temos filhos estudando no referido Colégio, estamos revoltados com a decisão da Diretoria que, sem consultar previamente os pais dos alunos, comete esse ato de violência / contra a formação dos nossos filhos, entregando as instalações desse venerável estabelecimento de ensino para uma reunião de agitadores profissionais. Sabemos que outros colégios de Salvador negaram suas instalações para o mesmo fim, tais como-: Instituto Social, Antônio Vieira, Marista, Salete, Sacramentinas, etc... Resguardando dessa forma seus alunos da influência negativa dos comunistas.
> Então perguntamos, porque o Colégio 2 de Julho não fez o mesmo? Porque a Associação dos Pais e Mestres não protestou? Só nos resta uma alternativa como pais preocupados: COMPARECEMOS EM MASSA NO DIA DA ABERTURA, ÀS 20 HORAS DO DIA 15 DE NOVEMBRO, PARA PROTESTAMOS CONTRA ESSA VIOLÊNCIA CONTRA NOSSOS FILHOS. (Arquivo GTNM-BA, Caixa 20, pasta 2).

O panfleto não possui identificações ou assinaturas então só podemos aferir aquilo que a sua própria escrita informa, que se trata de um ex-aluno(a), que possui filho no colégio, que alertado pelos jornais de que o evento era um "congresso de comunistas" e "agitadores profissionais" que já havia sido negado por outros colégios de igual tradição, que dessa forma resguardaram seus alunos da "influência negativa dos comunistas", reclama que os pais dos alunos não foram previamente consultados e conclama em letras garrafais para que todos os pais preocupados compareçam em massa no dia do evento para protestar contra essa violência aos seus filhos. Não podemos afirmar que essa pressão realmente teve sua origem nos pais dos alunos, como poderia ter sido também uma tentativa estimulada por terceiros, escrevendo como se pai de aluno fosse e interessado em jogar os pais dos alunos contra a direção do colégio e assim tumultuar e impedir o evento, de toda forma o panfleto ilustra bem os diversos meios utilizados com fins de pressão, a qualquer coisa que fosse ligada à esquerda e a utilização do anticomunismo como forma de legitimar a repressão e a censura. Apesar desse clima de tensão a abertura do evento ocorreu pacificamente, contrariando as expectativas alimentadas através desses panfletos.

Após a abertura os delegados participantes do evento foram divididos entre 8 a 12 comissões[31], os quase 800 delegados nada mais eram que membros previamente cadastrados, representando as diversas entidades pela anistia e direitos humanos nacionais e internacionais, movimentos sociais e estudantis, categoria de profissionais, cada uma dessas comissões deveria promover o debate e ao final produzir um relatório relativo à sua temática, para a inclusão na carta de princípios geral. Entre as propostas elaboradas está uma moção que pedia a apuração e a responsabilização pela morte do operário Santo da Silva[32], ocorrida durante a greve dos metalúrgicos do ABC. As moções elaboradas pelas diversas comissões vão ser apresentadas e aprovadas no dia 17 de novembro, em sessões realizadas no salão do Clube de Engenharia, na Avenida Carlos Gomes, espaço conhecido dos soteropolitanos por abrigar reuniões da oposição à ditadura civil-militar.

Na noite do dia 16, foi realizada a missa pelos mortos e desaparecidos políticos, no Mosteiro de São Bento, sob a direção do Abade D. Timóteo Anastácio, espaço também muito conhecido por abrigar reuniões do CBA-BA, Trabalho Conjunto[33], movimento estudantil e outros movimentos sociais e de oposição. Favoreceu para conseguir a autorização para a realização da missa, o pedido feito pelo presidente do CBA-BA, Joviniano Neto antigo militante católico e sua articulação pessoal com o Cardeal D. Avelar Vilela, visto que pouco tempo antes do II Congresso, uma missa similar pelos mortos e desaparecidos promovido pelo CBA de Pernambuco, havia sido proibida pela Diocese de Recife, sob a alegação de uso político da missa, como esclarece D. Helder Câmara:

> Quando as coisas estiveram pretas, a Igreja assumiu posições e em um determinado momento chegou a ser a única voz a ser ouvida. Mas agora, já podermos ficar numa situação mais discreta, ainda mais quando sabemos que muitos estão querendo radicalizar. Não vamos, portanto, contribuir para o endurecimento do regime. E depois, missa é uma coisa muito sagrada e eu não quero ver a Igreja manipulada por um lado ou por outro. (CARVALHO NETO, 2009, p. 273).

---

[31] O Jornal da Bahia, 13/11/1979. "Congresso Nacional da Anistia debaterá temas da repressão" fala em 12 comissões. Já CARVALHO NETO, 2009, p. 265, fala em 8 comissões.

[32] Santo Dias da Silva era operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária de São Paulo. Foi morto pela Polícia Militar quando comandava um piquete de greve, no dia 30 de outubro de 1979.

[33] Criado em 1976, o chamado Trabalho Conjunto de Salvador, era uma união de diversas entidades de profissionais liberais, membros da Igreja Católica, do CEAS, CBA-BA, associações de bairros, Movimento Contra a Carestia, que defendiam a anistia Ampla, Geral e Irrestrita, melhores condições de vida, fim da Ditadura.

O Cardeal D. Avelar Vilela autorizou a realização da missa[34], como parte do II Congresso, mas também demonstrou preocupação similar à de D. Helder Câmara, e pediu que a celebração "se revista da maior grandeza litúrgica, dentro das normas de recolhimento, piedade e, consequentemente, espírito religioso".[35] No dia seguinte a realização da missa pelos mortos e desaparecidos, foram realizadas as cessões plenárias de votação das moções elaboradas pelas comissões.

(Tribuna da Bahia, 20 de novembro de 1979, p. 9, "Em Salvador, o II Congresso da Anistia decide lutar até soltar o último preso")

O encerramento do II Congresso Nacional Pela Anistia ocorreu na noite do dia 18, no auditório da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia. O

[34] Folha de São Paulo, 28/ 10/1979, p. 30, "D. Avelar Vilela autoriza a missa por desaparecidos".
[35] CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: *Ditadura militar na Bahia; novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 274.

espaço da Associação foi cedido pelo seu presidente Archimedes Pedreira Franco, que também era deputado federal pelo MDB. Compondo a mesa de encerramento estavam a presidente de honra do Congresso, Ana Maria do Carmo Silva, viúva do operário Santo Dias, o senador Teotônio Vilela (MDB) e o Presidente do CBA-BA, Joviniano Neto, o encerramento do evento contou com a participação de entre mil e duas mil pessoas, segundo o presidente do CBA-BA:

> Entre 1000 e 2000 pessoas, quando foi aprovado, por aclamação, extenso documento com as posições tornadas consensuais em torno da rejeição da anistia parcial e prosseguimento da luta, campanhas a serem empreendidas, estrutura organizativa do movimento, reformulação partidária e lutas sociais. (CARVALHO NETO, 2009, p. 266).

O extenso documento aprovado é a "Carta Manifesto" nela o II Congresso Nacional Pela Anistia aponta a anistia aprovada, como sendo parcial e restrita e que, portanto, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita deveria continuar:

> O caráter parcial e discriminatório do projeto de anistia da Ditadura aponta, de forma insofismável, a necessidade de prosseguimento e ampliação da luta: os cárceres políticos do País ainda retêm presos, os nossos companheiros; muitos brasileiros, ainda exilados ou na clandestinidade, não podem retornar ao Brasil ou reintegrar-se plenamente na vida social e política; perduram, ainda, sem esclarecimentos nem punições, as mortes, os desaparecimentos e as sequelas dos incontáveis crimes cometidos em quinze anos de Ditadura, e permanecem intactos todos os aparatos jurídicos e materiais da repressão. Enquanto perdurar o arbítrio, deve continuar a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; sem vacilações nem esmorecimentos. (Carta Manifesto, 18 de novembro de 1979, p. 1).

A "Carta Manifesto" mostra que alguns objetivos da luta pela anistia, como o esclarecimento dos mortos e desaparecidos, a punição aos incontáveis crimes cometidos pela ditadura civil-militar, entre outros, que ainda não haviam sido conquistados e que por esses motivos, seria necessário continuar a mobilização e até mesmo ampliar a luta, até o fim do arbítrio. Evidenciando assim as sequelas impostas pela ditadura civil-militar, que naquele momento já durava 15 anos e que conseguiria se prolongar por mais seis anos, essas sequelas não seriam viradas como uma página em um livro de história.

O jornal *Tribuna da Bahia*, destaca as falas do senador Teotônio Vilela e do presidente do CBA-BA, e termina a reportagem apontando para uma das resoluções do II Congresso, que era a formação do um Tribunal segundo a matéria similar ao Tribunal Bertrand Russel para julgar os crimes cometidos:

> [...] [Teotônio] "É indispensável culpar o governo pelo desaparecimento e pelas mortes do nosso povo ocorrido por atos do arbítrio. Temos que tirar os nossos presos das cadeias e exigir que o governo dê conta dos desaparecidos e que devolva os cadáveres aos seus familiares. Tenho recebido mais de 300 cartas do exterior pedindo explicações sobre as pessoas que continuam presas e sobre a reintegração dos que foram libertados".
> A seguir, Joviniano Neto agradeceu as palavras do senador e tratou-o como o "D. Quixote da liberdade e do futuro", explicando que "ele conta com o apoio popular". Ao mesmo tempo, o Presidente do CBA da Bahia denunciou também os boicotes que 'a direita' tentou fazer contra a realização do Congresso, dificultando o processo para se conseguir um local. 'Houve ainda pregação de panfletos no Colégio Dois de Julho, querendo jogar os pais dos alunos contra nós, cartas ameaçadoras a Ronilda Noblat e outros participantes do Congresso'.
> Uma das propostas do Congresso, enfatizada por Joviniano, refere-se a um levantamento sobre documentos em escritura, para a responsabilidade judicial dos autores de crimes e torturas perante a sociedade nacional e internacional. 'No futuro, inclusive, poderá transformar-se num Tribunal Bertrand Russel, a depender das decisões do povo. (Tribuna da Bahia, 19/11/1979, p. 6).

Esta resolução do II Congresso, sobre a responsabilização e julgamento dos torturadores faz parte da "Carta Manifesto", e está no tópico oito das resoluções políticas que pede a; "Responsabilização judicial dos agentes da repressão política e da União, que praticaram tortura, mutilações e/ou mortes de opositores do regime", além disso, define essa como uma das campanhas prioritárias do movimento e no tópico "Por Um Novo Instrumento de Denúncia", pede a criação de um tribunal especial para realizar o esclarecimento dos crimes cometidos:

> Aprovou-se a seguinte resolução: "Trabalhar para a criação das condições necessárias para a instauração de um tribunal para denunciar os crimes da Ditadura":
> - Colhendo depoimentos de todos os que foram atingidos pela violência das torturas e dos casos de mutilação para apuração das mortes, responsabilizando politicamente perante o povo brasileiro e a opinião pública mundial os responsáveis diretos e indiretos por estres crimes. (Carta Manifesto, Por Um Novo Instrumento de Denúncia, p. 7).

O periódico semanário *Em Tempo*[36] pública em sua capa manchete sobre a criação do "Tribunal Popular para julgar Torturadores", enfatizando que essa era a resposta para aqueles que apostavam no esvaziamento da luta pela anistia. Então o último dia do II Congresso foi utilizado para reafirmar a continuação da luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita, como pregado na fala final de encerramento do evento pelo presidente do CBA-SP, Luiz Eduardo Greenhalgh:

> Na sessão de encerramento, consideramos ainda necessário destacar a divulgação da carta enviada por Theodomiro ao Congresso, o Manifesto dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia e duas falas emblemáticas – a da presidente de honra, Ana Silva, denunciando a repressão contra os operários, e a de encerramento, feita por Luiz Eduardo Greenhalgh, Presidente do CBA-SP que, em nome de todos os movimentos de anistia, reafirmou a disposição de continuar a luta. (CARVALHO NETO, 2009, p. 283).

O fato do II Congresso Nacional Pela Anistia ter rejeitado a anistia do governo, era visto como um empecilho ao discurso de conciliação e pacificação nacional, portanto ele foi encarado pelo governo, setores conservadores e até mesmo setores moderados como revanchismo, era comum nos discursos políticos, o uso da expressão "cutucar a onça com vara curta", então as exigências feitas pelo II Congresso foi visto como algo que poderia dificultar o processo de redemocratização, sempre que pressionado o governo fazia questão de lembrar que uma maior ruptura dos seus limites, poderia desencadear a reação da "linha dura" e a questão do julgamento dos torturadores, pedido na Carta Manifesto lançada, era um dos principais limites impostos. As resoluções apontadas pelo II Congresso aumentaram o leque de luta do movimento, numa tentativa de conseguir uma sobrevida ao movimento, os caminhos indicados pelo congresso para isso foram, de união com a luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Das vinte e oito moções aprovadas mais da metade é em apoio à luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Após o II Congresso Nacional Pela Anistia, em novembro de 1979, o processo de luta ainda continuou, mas sua capacidade de atração não era mais a mesma do

[36] Em Tempo, 22 a 28 de novembro de 1979, p. 1, "O II Congresso Nacional da Anistia decide: Tribunal Popular para julgar Torturadores".

período anterior à aprovação da Lei de Anistia. Houve um esvaziamento de participação nos CBAs e MFPAs, alguns irão simplesmente acabar outros irão agregar novas demandas de luta às antigas, os Movimentos Pela Anistia em todo o Brasil vão passar por uma nova configuração, e vão tentando se adaptar à nova realidade da conjuntura nacional, em alguns casos como o do CBA-BA, o grupo vai conseguir seguir com seus trabalhos regularmente, mesmo assim o abandono dos setores moderados satisfeitos com a anistia parcial de agosto, junto com isso soma-se a postura adotada pelo II Congresso de apoiar amplamente as greves dos movimentos operários e populares, articulando com essas lutas sua pauta do julgamento dos torturadores, elucidação das mortes e desaparecidos com destaque para a situação dos mortos na Guerrilha do Araguaia, tema ainda considerado tabu pelos militares, segundo o manifesto elaborado pelos familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia e lançado durante o II Congresso:

> A nós os familiares, através dos Comitês Brasileiros Pela Anistia, cabemos o dever sagrado de esclarecer aos presentes de forma concisa e clara o que foi a Guerra do Araguaia, essa guerra que o regime militar faz absoluta questão de manter em segredo e procurar a todo o custo impedir que qualquer informação a esse respeito chegue ao conhecimento do povo brasileiro. (Manifesto dos familiares e desaparecidos na guerra do Araguaia, II Congresso Nacional Pela Anistia).

O manifesto continha uma lista com os nomes de sessenta e nove guerrilheiros mortos no Araguaia, mas que ainda eram considerados desaparecidos, esse novo eixo político assumido pelos grupos restantes acarreta a nível nacional a um quase desligamento da até então ampla inserção que o movimento tinha na grande mídia, além disso, seus discursos passam a sofrer um novo tratamento jornalístico, se antes as reportagens procuravam enfatizar o lado da defesa dos Direitos Humanos ignorando as falas mais radicais, agora as reportagens colocam à posição dos CBAs e seus representantes, quase sempre como uma posição radical e de esquerda, sua inserção passa a ser majoritariamente a chamada imprensa alternativa e os veículos dos próprios partidos de esquerda. O processo de desmobilização e esvaziamento do movimento pela anistia pode ser evidenciado, pelo relatório da CEN da reunião realizada em São Paulo, nos dias 22 e 23 de agosto de 1981, que contou com a presença de apenas quatro entidades pela anistia e do senador Teotônio Vilela, claro

sinal de esgotamento do movimento e da sua desarticulação a nível nacional, a partir de então, os CBAs mais aguerridos que conseguem continuar em funcionamento vão focar sua atuação cada vez mais nos problemas regionais de cada estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha Pela Anistia foi um movimento que extrapolou partidos políticos, era um movimento social amplo e heterogêneo. A anistia havia sido pretendida pelos diversos movimentos de oposição (MFPA, CBA, PCB, PCdoB, PCBR, por setores do MDB e da OAB, da Igreja Católica, entre outros) e nos anos finais, também pretendida e planejada por alguns militares, com o objetivo de controlar o processo de anistia. Os diversos setores que exigiam informações e esclarecimentos sobre os mortos e desaparecidos da ditadura e que pediam a punição dos torturadores, não foram atendidos pela Lei da Anistia. A inclusão dos chamados crimes "conexos" livrava os agentes dos órgãos de repressão de qualquer julgamento. A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 anistiou todos os cidadãos que entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a esses, com restrição aos condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Heloisa Greco afirma que a Lei da Anistia refletiu a matriz na qual foi gerada a Doutrina de Segurança Nacional e está marcada pela lógica do esquecimento.[37] As limitações da anistia de 1979, fizeram com que a lei se destacasse como uma medida baseada na lógica do esquecimento, suscitando inúmeros problemas que são questionados até hoje.

Esses questionamentos se enquadram no processo de justiça de transição, que têm como caraterísticas o direito à memória, justiça e reparações, reivindicadas pelos parentes dos presos políticos, torturados, mortos e desaparecidos e por vários daqueles que integraram os Movimentos Pela Anistia, muitos permanecem mobilizados até os dias atuais. Várias categorias como; marinheiros, fuzileiros navais, cabos, operários navais do Arsenal da Marinha[38], familiares dos mortos e desaparecidos, se sentiram excluídos ou as margens da anistia, pois tiveram ou ainda

[37] GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte, UFMG, 2003, p. 297.

[38] Em 2010 foi criada a Associação dos Anistiados do Arsenal da Marinha (AARM), que congrega os trabalhadores do arsenal demitidos em função do movimento grevista de 1984/1985. In: *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, p. 90.

têm dificuldades em obtê-la, e/ou informações sobre a verdadeira causa das mortes, restos mortais, local dos sepultamentos, indenizações, recolocações.

Por mais bem-sucedida que foi a política de escamoteação dos conflitos gerados pela Lei 6.683, pejorativamente chamada pelos grupos que continuaram na luta de "lei do esquecimento" ou "lei da amnésia", a anistia procurou dar continuidade a tradicional política das elites brasileiras para neutralizar tensões e conflitos que ameaçassem a ordem política e social desejada pela classe dominante. A continuação da mobilização em torno das pautas oriundas desde a época dos Movimentos Pela Anistia possibilitou o afloramento de uma contra memória, que num momento oportuno de correlação de forças conseguiu transformarem-se em políticas públicas em torno da preservação da memória, contrários a lógica da anistia enquanto esquecimento, isso não significa dizer que a questão foi superada, pelo contrário do conjunto de dezessete medidas institucionais e de oito iniciativas de reformulação normativa, de âmbito constitucional ou legal, além de quatro medidas de seguimento das ações recomendadas pela Comissão Nacional da Verdade, num total de 29 recomendações, quantas saíram do papel e foram realmente executadas? Qual foi a participação da sociedade nesse processo? Esses fatores demonstram que o projeto da transição pactuada entre o governo e os setores moderados da oposição se perpetuou em torno da preservação da nova ordem política, econômica e social, engendradas com o fim da ditadura civil-militar e o início da Nova República.

A sociedade brasileira ainda tenta dar significado ao processo da anistia de 1979, alguns trabalhos, principalmente os memorialísticos da geração que viveu esse passado tanto de militares como da oposição, serviu para legitimar a construção de alguns discursos ainda em voga em torno da defesa da anistia enquanto esquecimento, a difusão da ideia de que a anistia foi um pacto, negociado entre o governo e a oposição para a pacificação nacional e redemocratização do Brasil, um perdão a todos, tese inclusive aceita pelo Supremo Tribunal Federal (STM), em julgamento da matéria realizado em 2010, cuja parte da argumentação destacou justamente o caráter da negociação aceita, um acordo entre duas partes em litígio, que mesmo tendo ignorando normas jurídicas, tratados e convenções internacionais, deveria continuar em voga, pois na época ambas as partes teriam concordado em ignorar essas regras para realizarem tal acordo, e a visão da anistia enquanto memória, como uma oportunidade de trazer o passado à tona, de realizar justiça e

reparação, dessa forma a sociedade brasileira ainda tenta encontrar formas para lidar com as feridas mal cicatrizadas deixadas pela herança da ditadura civil-militar.

A anistia de 1979 foi durante muito tempo tratado como uma etapa vencida, uma página virada da história, principalmente durante o fim dos anos 1980 e em toda década de 1990, poucos trabalhos exclusivos sobre o tema faram lançados, já no século XXI, vai haver uma grande retomada do assunto, com a sua consolidação como um campo de estudo e pesquisa. O processo da anistia vai ser estudado em seus vários aspectos, de forma própria e ampla, e não será mais sujeita há algumas poucas páginas ao final dos livros sobre a ditadura brasileira.

Diferentes discursos foram sendo construídos ao longo da discussão do projeto de Lei da Anistia na sociedade brasileira, que volta e meia retoma as mesas de discussões e debates, as sombras desse passado recente ainda constituem uma problemática que precisa ser estudada a partir de novos acervos e questões do presente. A questão mal resolvida pela Lei da Anistia, voltou à tona na mídia e na sociedade aos poucos com a Lei nº 9.140 de 1995, conhecida como Lei dos Desaparecidos, com a Lei nº 10.559 de 2002, que regulamentou a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e principalmente pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528 de 2011 que apresentou seu relatório final em dezembro de 2014 e por diversas Comissões da Verdade, estaduais, municipais e inclusive, Comissões da Verdade de universidades públicas que foram criadas para subsidiar os trabalhos de âmbito nacional, o trabalho realizado por essas comissões proporcionaram a disponibilidade de novas fontes e debates sobre o tema que devem ser aproveitadas para novas pesquisas. O processo histórico da anistia é uma importante página ainda não superada da história do Brasil, um conjunto de ações e omissões mal resolvidas. Portanto a anistia é uma questão política e simbólica chave que nos permite compreender as lutas políticas e sociais da época e as disputas em torno da memória deste período, cujos desdobramentos servem para entendermos o tipo de justiça de transição que o Brasil ainda vivência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. *II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições.* In: *Ditadura militar na Bahia; novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*: *Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. (Tese de Doutorado).

GASPARI, Elio*. A Ditadura Escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

JOSÉ, Emiliano. *As asas invisíveis do padre Renzo*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LEMOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964.* Rio de Janeiro: Topoi, 2002.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Anistia Ontem e Hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone, "*A anistia entre a memória e o esquecimento*". In: História Unisinos, vol 13, n° 2, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: História de uma luta inconclusa.* Santa Cruz do Sul, UDUNISC, 2011..

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História.* In: *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONTES

Arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais, composto por 37 caixas, com uma média de 5-6 pastas por caixa, que recortam o período de 1975 até a atualidade.

ANISTIA-CONGRESSO NACIONAL, Comissão mista sobre a anistia, documentário organizado por determinação do Presidente da Comissão Mista do Congresso, Senador Teotônio Vilela, volume 1, Brasília, 1982.

ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio & RODEGHERO, Carla. (Organizadores). *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil.* Recife, Editora da UFPE, 2012.

Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade; volumes 1, 2 e 3. Brasília: CNV, 2014.

GUEDES, Ana. MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). *Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia.* Salvador, 2006. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS BAHIA.

NEGÓCIOS NA BAHIA COLONIAL: OS NEGOCIANTES LOJISTAS, SUAS FAZENDAS, SEU COTIDIANO E AS TRANSAÇÕES COMERCIAIS NA SEGUNDA METADE SETECENTISTA (1750-1808)

GABRIEL SILVA DE JESUS[1]

Universidade Federal da Bahia

O PRESENTE TEXTO pretende realizar uma análise acerca dos negociantes que atuaram na Bahia no período colonial, especialmente entre os anos de 1750-1808. Examinaremos, com base na documentação dos inventários *post-mortem*[2], a circulação mercantil presente nas lojas da Bahia, as Praças comerciais que os negociantes lojistas atuavam dentro do comércio colonial e também aspectos do cotidiano vivido pelos lojistas. Partindo de dois casos de negociantes lojistas, o negociante de secos, José da Costa Sampaio e a vendedora de molhados, Maria Jozefa, pretendemos entender a dinâmica da circulação mercantil na Bahia colonial, o fluxo de transações comerciais e mercadorias executadas pelos negociantes lojistas e perceber ainda, as articulações entre os negociantes de Salvador, seu entorno, além de outras capitanias.

Deve-se, em todo caso, considerar que no Brasil colonial, tomando a situação da Bahia em particular, atuaram diversos tipos de comerciantes. Os negociantes tratados neste estudo são conhecidos na historiografia como negociantes de médio e pequeno porte, não pertencendo ao grupo dos altos negociantes. Portanto, verificaremos ao longo do texto se eles exerciam outras atividades econômicas, averiguando também a participação deles nas instâncias

[1]Agradecemos ao auxílio da bolsa CAPES para realizar o presente texto. Agradecemos também a professora Maria José Rapassi Mascarenhas pelas sugestões.

[2]Os inventários estudados ao longo deste texto estão presentes na seção judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

de prestígio social, para assim poder classificá-los na complexa hierarquia socioeconômica existente naquela cidade.

As Categorias de Negociantes Atuantes na Bahia Colonial

O conceito de "homens de negócios" diz respeito aos que exerciam o comércio atlântico e também parcelas dos prósperos mercadores atacadistas, abastecedores de mercadorias no território colonial. Assim, operando suas atividades na Bahia setecentista, ampla parte desses homens de negócios detinham como patrimônios comerciais trapiches e armazéns no cais. Procuravam investir na compra de embarcações e bens imobiliários. Muitos participavam da arrematação de contratos-régios, podendo ser eles do tabaco, azeite doce, do sal, do vinho, de aguardentes, dos dízimos, da pesca das baleias, dos contratos envolvidos com os negócios da escravidão, dentre outros. Nos anos prósperos, certamente aqueles que se arriscavam nos negócios dos contratos ganhariam lucros abundantes (MATTOSO, 1983; FLORY,1978).

Era comum os grandes negociantes emprestarem mediante juros, munindo de créditos os artesãos, os lavradores, os pequenos comerciantes e os senhores de engenhos. Alguns possuíam lojas de varejo, entregando aos seus caixeiros a administração das lojas, recorrendo-se da mesma forma aos balconistas nos trabalhos dentro delas, eram eles os responsáveis pelas vendas das mercadorias ao público. Possuidores de notável poder naquela sociedade, os homens de negócios desempenharam o papel de porta-vozes do grupo mercantil frente ao aparelho administrativo monárquico e tentaram equipara-se aos senhores de engenho. Com o objetivo de manter os laços de poder e riqueza, naturalmente ocorreram casamentos entre os homens de negócios junto às filhas, irmãs ou viúvas dos senhores de engenho. Por fim, não viam com bons olhos a participação dos lojistas no cenário comercial, pois poderiam alcançar a riqueza e opulência adquiridas por eles (MATTOSO,1983; FLORY,1978).

Alguns fracassaram a ponto de perderem seus bens de ouro e prata, de raiz e móveis, que seriam penhorados, sendo obrigados pela justiça a venderem eles no pregão em praça pública. Nessa situação, estava o homem de negócios André Marques Gomes, acusado de descaminhos em diversos contratos-régios,

onde participou na função de administrador, caixeiro e sócio. Acabou tendo seus bens sequestrados por ordem do provedor-mor. Sua embarcação do tipo Galera, denominada de Nossa Senhora da Barroquinha e Santa Rita, que fazia parte das vinte e quatro embarcações autorizadas a realizarem o tráfico de escravos atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina, foi adquirida em pregão público pelo homem de negócio Antônio Cardoso dos Santos, no valor de treze mil cruzados (JESUS, 2017)[3].

Os homens de negócios adquiriam uma distinção sem tamanho dentro da sua hierarquia ao ingressar na proeminente irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Nessa instituição, os homens de negócios e os senhores de engenho ganhavam o suntuoso título de "irmãos de maior condição", ou nobre. Esses irmãos enobrecidos desempenhavam funções específicas, podendo ser pelo ofício de tesoureiro, provedor e escrivão. O século XVIII marcaria o pleno florescimento dos homens de negócios aceitos nas irmandades mais prósperas da Bahia colonial, confirmando a importância que o comércio alcançava em toda a colônia nesse período, mitigando o preconceito e as perseguições seculares estabelecidas contra tal atividade (RUSSELL-WOOD,1981).

No ano de 1720, as barreiras que impediam os negociantes de participarem da Câmara de Salvador, foram paulatinamente ruídas, pois aumentou a quantidade de negociantes entre seus componentes e também tornou-se mais aceita a presença deles nos altos cargos milicianos. Entre os anos de 1700-1750, continuando na segunda metade da centúria, pode-se dizer que a colônia fervilhava de negociantes, tendo uma presença enorme de portugueses chegando nos trópicos numa circunstância de aventura, interessados em enriquecesse, muitos solteiros, onde posteriormente poderiam desposar as filhas de lavradores tradicionais ou de certos negociantes. Não é de admirar, portanto, que os homens de negócios antes de subirem ao topo da elite mercantil colonial, passasse antes pela função de humildes caixeiros, enriquecendo através das atividades mercantis (MATTOSO, 1983).

---

[3]A documentação em que podemos ver essa embarcação sendo adquirida pelo citado negociante, dentre outras, pode ser vista no seguinte requerimento: REQUERIMENTO de José de Sousa Reis ao rei D. José solicitando certidão a fim de poder deferir seu requerimento. Anexo: 3 documentos. Cx.105 Doc. 8271 19/01/1751.

É interessante salientar que esse conceito de "homens de negócios" surge com limitações. Para elucidar essa questão, merece destaque o respeitado estudo de Júnia Furtado, *Homens de Negócio*, voltado para a região de Minas Gerais na primeira metade do setecentos, embora a autora prossiga sua análise, muitas vezes, para a segunda metade do dezoito. Para autora, a divisão entre o comércio volante e fixo, comerciantes eventuais e permanentes, grandes negociantes e pequenos, estaria diante de uma linha imperceptível, já que estes homens atuavam em uma complexa série de atividades, por exemplo, alguns comerciantes encontrados nas análises da autora eram típicos comerciantes volantes se dizendo homens de negócios, o que forçaria classificá-los como homens da elite do comércio (FURTADO, 1999).

Na Bahia colonial também havia outros tipos de homens e mulheres envolvidos com o comércio, esses são conhecidos pela historiografia como comerciantes médios e menores, sendo eles os lojistas, com suas lojas de secos e molhados, os taverneiros e os armazenistas, os vendedores ambulantes, os caixeiros, os mercadores ditos volantes[4], dentre outros.

Os negociantes ocupados no varejo realizavam seus trabalhos de acordo com uma dada especialização comercial, muitos em suas lojas abertas na urbe soteropolitana setecentista. Aos lojistas, categoria social intermediária entre os grandes negociantes e os pequenos comerciantes, conforme Rae Flory, coube um desempenho na sociedade com algum tipo de poder, sobretudo amparado nos abundantes lucros derivados do dinâmico e pujante mercado consumidor colonial baiano, mas mesmo com a riqueza obtida nas variadas mercadorias vendidas nos balcões das lojas abertas, nunca conseguiriam angariar o status social de um homem de negócios. Charles Boxer, aludindo aos comerciantes menores residentes em Recife na primeira metade do setecentos, afirmaria que os comerciantes mesmo sendo ricos estavam excluídos da câmara municipal. Um dos fatores ao empecilho, incidia na definição do que vinha a ser um mercador

[4] Essa categoria de mercadores ditos volantes é variada e ampla dentro da colônia americana nos trópicos, agregando os agentes comerciais que vendiam os produtos ao longo das estradas, transportando suas mercadorias para as cidades, feiras e vilas na colônia. Nesse tipo de comércio, em Minas Gerais, atuavam boiadeiros, comboieiros, mascates, atravessadores, tropeiro e negras carregadoras de tabuleiro. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*: mercadores das minas setecentista. São Paulo: Ed. Annablume, 1999. p.47-61

para as autoridades reais em 1705, aplicava somente aos indivíduos cujo ofício se referia às lojas abertas, operando em medir, pesar e vender ao povo (FLORY, 1978; BOXER, 2000).

Ao contrário do que acontecia com seus colegas classificados como medianos, os pequenos comerciantes inseridos na labuta das lojas conseguiam obter minúsculas tavernas, vendiam nas miúdas quitandas, nas pequenas vendas etc. Salienta Rae Flory, de um modo meio anacrônico, que essa categoria praticamente era vista como verdadeiros donos de mercearias, de armazéns, sem contar os já mencionados taverneiros. De fato, tais comerciantes administravam na Salvador colonial alguns modestos estabelecimentos de cunho varejista. Deve-se, em todo caso, considerar a importância deles na distribuição de diversos produtos para alimentação, na condição de vendedores de algumas bebidas alcoólicas, particularmente as bebidas consumidas na colônia, exemplo da aguardente, produzida no reino ou na própria colônia, dos vinhos importados e das vendas de quinquilharias (FLORY, 1978). Seja como for, para Russell-Wood estaria no comércio a única oportunidade aos homens de cor livre, eram pouquíssimos os sujeitos de cor participantes do comércio de importação e exportação atlântico, não existiam igualmente muitas chances para eles ingressarem no comércio interno da colônia. Assim, a eles somente restaria a aquisição de uma mercearia, transformando-as, em alguns casos, numa taverna. Isso seria o máximo das ambições conquistadas pelos negros libertos naquela complexa sociedade (RUSSELL-WOOD, 2005).

Para esses comerciantes de médio e pequeno porte, houve espaço na Santa Casa de Misericórdia, obtinham os cargos e os títulos destinados aos irmãos de menor condição. Russell-Wood foi categórico em seu esclarecimento dizendo que os irmãos de menor condição, eram aqueles ligados às artes mecânicas. No século XVIII, existiu uma aceitação maior aos irmãos menores, tolerando a presença de carpinteiros, vendedores de quitanda, etc (RUSSELL-WOOD, 1983). Por outro lado, as oportunidades que poderiam surgir quanto aos casamentos, não foram tão abertas e fluidas em comparação aos homens de negócio. Segundo Rae Flory, as promoções sociais advindas dos casamentos só surgiriam quando já estavam numa situação desagregada da labuta diária no

varejo, sendo aceitos então num ideário de ascensão mercantil, passando a serem homens do capital, ou seja, ampliando seus interesses sociais e econômicos (FLORY, 1978).

Em todo caso, é relevante a este estudo, a elucidação dada por Kátia Mattoso quanto aos comerciantes retalhistas do século XIX, estabelecidos em Salvador, sugerindo que os donos de lojas, tabernas, quitandas, já desfrutavam de algum prestígio e status social naquela sociedade (MATTOSO, 1978). Acreditamos através de nossas pesquisas, existir essa realidade na segunda metade setecentista. Richard Graham assinala também que os lojistas, em sua grande maioria, tinham a capacidade de interação com diversos tipos de camadas sociais. Os comerciantes lojistas, tinham um papel financeiro destacado na sociedade, efetivamente na maneira habilidosa de adquirir empréstimos junto aos grandes homens de negócios, tendo-se em conta ainda sua atuação como emprestadores de dinheiro frente aos vendedores de rua. Conforme o autor, os donos de lojas detinham um papel central nas transações de crédito, neste caso, seriam eles mesmos os que emprestavam e tomavam empréstimos na Bahia colonial (GRAHAM, 2013).

Como foi dito anteriormente, na Bahia colonial existiram outras duas categorias de homens atuantes dentro do comércio, os caixeiros e os comissários. Os caixeiros, muitas vezes chamado de agentes, seriam uma espécie de assistentes de loja. Poderia ser também indivíduos contratados por um determinado comerciante a fim de empregá-los no ofício de contador, a esses caberiam, mediante confiança do patrão, tomar conta efetivamente de uma loja. As funções dos caixeiros nas lojas se davam pela boa gerencia nas contas. Enfim, nesse ofício muitos se encontravam na sua primeira experiência mercantil. Quanto aos comissários, vendiam mercadorias em consignação, levando-as nos portos atlântico da África e do Reino, mas também comerciavam nos inóspitos rincões sertanistas do Brasil colonial (FLORY, 1978)

Por sua vez, havia também uma quantidade de indivíduos que atuavam no comércio como mascates, canastreiros[5]e regateiros[6]. Rae Flory, não conseguiu entender ao certo os termos dessas categorias mercantis menores advindas da documentação setecentista, uma vez que as denominações dadas a eles variam de acordo com o elemento pejorativo, estando sendo aplicado definitivamente aos vendedores ambulantes. Portanto, nos dizeres da autora, mais de uma vez seriam mencionados pelos contemporâneos simplesmente de volantes, subtendendo-se itinerantes (FLORY, 1978). Existia também na sociedade colonial baiana a presença dos pilotos de navios e dos artesãos que abriam suas tendas trabalhando nelas nos ofícios de sapateiros, marceneiros, alfaiates, ourives etc. Kátia Mattoso advertiu sobre a falta de estudos existentes na historiografia baiana diante desses sujeitos conectados nestas práticas mercantis. Com efeito, o comércio pequeno, incluído o trabalho artesanal, em finais do século XVIII, possibilitava participar no cenário político-administrativo através dos cargos menores dentro da Câmara municipal, exercendo funções de inspetor das ruas da cidade, fiscalizador da limpeza etc. Enfim, agiam nas milícias através dos cargos de suboficiais (MATTOSO, 1983).

De todo modo, a existência e hierarquia entre os negociantes, também esteve presente nas observações do historiador Fernand Braudel, ao problematizar e definir a hierarquia mercantil no mundo europeu, incluí na economia mundo. Desenvolveu a ideia de haver uma especialização somente na *base econômica* e nos níveis inferiores, denominado por ele de proletariado mercantil, composto pelos pequenos comerciantes donos de lojas, revendedores, donos de armarinhos, caixeiros, comerciantes intermediários, pilotos, comissionistas, armazenistas etc. De fato, os impulsos das trocas mercantis iam determinando uma elevada especialização das lojas, surgindo diversas profissões específicas no amplo setor dos ajudantes do comércio. O grande negociante não atua através da especialização, de modo que a regra comercial o conduz a participar do jogo mercantil dentro da destreza de ser polivalente, não ficando

[5]Era uma alcunha dada aos mascates. Nesse caso, eram os vendedores que saíam vendendo suas mercadorias e fazendas, podendo ser nas ruas urbanas da cidade, mas também no interior, onde realizavam suas vendas em tabuleiros ou canastras, podendo ser montada nos lombos dos burros. Daí surge a alcunha canastreiro.

[6]O comerciante regateiro era aquele que tinha a capacidade de comprar e vender por miúdo.

somente no grupo dos grandes negociantes a busca da diversidade econômica, existindo possibilidades de haver a diversificação de investimentos também nos pequenos e médios comerciantes. Assim, o autor observa que um lojista quando consegue construir uma fortuna passa a ser um negociante, modificando sua maneira de agir no comércio, passando da especialização para não-especialização, pois realiza seus negócios agora através de diversos produtos. Em suma, para Braudel, ser negociante é ter a obrigação de atuar com diversas atividades comerciais, tendo a capacidade de ser polivalente, não ficando somente dentro de um ramo comercial, buscando a habilidade de se adaptar a qualquer tipo de comércio (BRAUDEL, 1996).

Negociantes Lojistas e sua Atuação na Bahia Colonial

O negociante José da Costa Sampaio, atuou no comércio baiano durante a segunda metade do setecentos, faleceu no último ano dessa centúria, em 12 de fevereiro de 1799. Deixou cinco filhos no ano de sua morte, a saber: Joana Leonor de Sampaio, José da Costa Sampaio, Maria Francisca do Nascimento, Francisca Teodora dos Anjos, Manoel da Costa Sampaio e teve outro filho que veio a falecer no ano de 1800, chamado Joaquim, tinha um ano de idade. Em Salvador, habitou na rua direita do bairro da Praia. No ano de sua morte era casado com D. Ana Maria da Encarnação. Em busca de status social, ocupou a função de secretário, como irmão da Ordem Terceira de São Domingo, bem como o cargo de tenente dos regimentos dos úteis[7]. Esse negociante atuou na praça comercial baiana através da atividade de lojista, sendo um importante varejista da cidade de Salvador na segunda metade do século XVIII[8].

Dentre os bens deixados pelo lojista havia três casas. Duas casas localizavam-se no bairro de Nossa Senhora da Soledade, constando elas juridicamente em estado de foro. Sendo um sobrado, avaliado em 600$000. A outra morada era uma casa térrea, valendo 200$000. A terceira era uma casa térrea, localizada no largo de Nossa Senhora da Palma, calculado o valor total em

[7]AHU, Col. Castro e Almeida. REQUERIMENTO do tenente José da Costa Sampaio, no qual pede a confirmação regia da sua nomeação, Carta patente pela qual o Governador D. Fernando José de Portugal nomeou José da Costa Sampaio tenente do Regimento dos Uteis datada de 30 de janeiro de 1789. CX.:73- DOC.: 14.160- 14.161.

[8] APEB, Judiciário, Inventário de José da Costa Sampaio, 1799,04/1762/2232/01.

550$000. As duas casas térreas foram alugadas e, enquanto o Sobrado, não temos informações. Havia também, cinco escravos, cujo valor total somavam 550$000. Os escravos operavam nos ofícios de carregador de cadeira, serviço de casa e rendeira[9].

No seu inventário *post-mortem*, arrolado no ano de 1799, podemos observar as ditas fazendas[10] que foram listadas, o tipo de mercadoria, seus valores e os locais de fabricação. Dessa forma, na análise de suas fazendas constatamos que esse negociante atuava no chamado comércio fixo, representado por sua loja aberta na urbe soteropolitana, especificamente naquelas habitualmente denominadas de secas, com mercadorias de luxo e manufaturadas. No que a documentação deixa transparecer, José da Costa Sampaio só tinha uma loja aberta[11].

Nesse sentido, no início do seiscentos, já sinalizava Ambrósio Brandão, no *Dialogo das Grandezas do Brasil*, que as lojas dos negociantes, também ganhavam destaque devido a diversidade de mercadorias existentes dentro delas, sendo caracterizadas pelo cronista como luxuosas. Nesse caso, afirmava o cronista que os negociantes no desempenho da atividade de lojista ganhariam lucros elevados, fator que possibilitava os lojistas conseguirem posteriormente adquirir engenhos e terras de lavoura na colônia (BRANDÃO, 2010). No entanto, não há no inventário deste negociante aquisições de engenhos, fator que indica ele como apenas um comerciante movimentando suas inúmeras fazendas no negócio varejista da cidade, ou mesmo atuando como uma espécie de atacadista, fornecendo mercadorias e créditos para localidades do entorno da Bahia e outras capitanias na colônia.

A variedade de mercadorias que circularam no mercado baiano setecentista, pode ser notada nas importações feitas pelo negociante, passando posteriormente a circular a partir de sua loja na vida material dos baianos, sobretudo no consumo dos vestuários. As importações mais importantes para o estudo, procediam de várias Praças comerciais. Eram elas notadamente, os

[9] Idem.
[10] São as mercadorias que servem para o comércio.
[11] Ibidem.

tecidos, os tafetás[12] de Castela, o brum[13]de Hamburgo, as meias de sedas inglesas, as peças de riscados escuros da Índia, três peças de linho de bengala[14], peças de gangas[15], meia de flores de caça inglesa, os milheiros de agulhas inglesas, tesouras de Guimarães[16], chapéus de sol da Holanda, fitas de cetim e peças de caivos inglesas, fitas de cinco largas do Porto, varias de fitas inglesas, copos do Porto, etc. Existem ainda dezenas de fazendas que não podem ser citadas seu local de fabricação, dentre elas a variedade de tecidos, sedas, veludos, cetins, chamelotes[17], linhos, pares de meia de algodão de fustão[18], lenços azuis, cambraias[19], etc.

Ao arrolar as fazendas presentes na loja de José da Costa Sampaio, chama atenção as fazendas provenientes do Oriente. Louis- François de Tollenare, o viajante francês que residiu no nordeste brasileiro por volta de 1817, descreveu as lojas sortidas de mercadorias provenientes da Índia (TOLLENARE, 1905). Pode dizer-se que a presença dessas mercadorias nas lojas baianas setecentista evidencia a situação apresentada por Amaral Lapa, segundo a qual "as mercadorias orientais que entravam no Brasil, principalmente através do porto de Salvador, apresentavam considerável variedade e atingiam cifras respeitáveis na balança comercial da Colônia" (LAPA,2000: 272-274). Acrescente-se ainda, as afirmações feitas pelo historiador Jobson Andrade Arruda relativas ao comércio da Bahia colonial, "o comércio da Ásia tem um peso considerável; representa, em 1796, 16,5%, e, em 1797, 27,3%" (ARRUDA,1980:191). De fato, são frequentes nas

[12] Segundo o dicionário escrito pelo padre Dr. Rafael Bluteau, Tafetá é uma "droga ligeira de seda para forros, cortinas etc." (BLUTEAU, 1789: vol.1)
[13] No dicionário escrito pelo padre Dr. Rafael Bluteau, Debrum é uma "fita, com que se debrua, e guarnece a borda do vestido. " (BLUTEAU, 1789: vol.1) Talvez aqui seja isso, tendo o escrivão abreviado ou mesmo errado.
[14] Ao que tudo indica, Linho de Bengala tem sua procedência nos mercados asiáticos. (ORTA, 1891)
[15] Para o Dr. Rafael Bluteau, ganga significa "tecido de algodão loiro, azul, ou preto que se traz da Ásia". (BLUTEAU, 1789: vol.1). O tecido Ganga fazia parte das importações da Bahia no ano de 1809, vindo essa espécie de tecido da região de Goa. (MOURA, 2009)
[16]Essas tesouras Guimarães, são tesouras usadas por alfaiates.
[17]No dicionário escrito pelo padre Dr. Rafael Bluteau, Chamalote é "seda, com águas ou tecido de lã de camelo. " (BLUTEAU, 1789: vol.1)
[18] Padre o Dr. Rafael Bluteau, fustão ganha o significado de: " lençaria de linho, ou algodão fina, tecida de cordão. " (BLUTEAU, 1789: vol.1)
[19] O dicionário escrito pelo padre Dr. Rafael Bluteau, Cambraia significa uma "lençaria muito fina de linho, inventada, e fabricada em Cambray" (BLUTEAU, 1789: vol.1). Parece que se refere a França.

lojas as fazendas provenientes do Oriente, notamos, em outras lojas, como a do comerciante Francisco José Freire[20], diversas fazendas de origem oriental, por exemplo, gingão roxo da Índia[21], retalho de damasco amarelo de Macau[22], retalhos de cetim lavrado azul e cor de rosa de Macau[23], lenços de cercadura da Índia, lenços brancos de xadrez da Índia, Cambraia lisa da Índia, etc. Em outro inventário, da lojista Antônia Maria de Jesus[24], notamos outras peças, damasco carmezim de Macau e chita da Índia[25].

Devemos atribuir a presença das fazendas asiáticas nas lojas baianas na conjuntura comercial do Império Ultramarino Português dos finais do setecentos. Isso é explicado em um Alvará do ano de 1783, decretando medidas de flexibilizar os pagamentos dos direitos nos portos. A Rainha D. Maria I, procurando incentivar e animar o comércio da Carreira da Índia e a navegação para os portos da Ásia, tomou atitude de estabelecer que os "gêneros, efeitos, e fazendas nacionais, ou estrangeiras, embarcadas nos portos de Lisboa, ilhas (Africanas), e Brasil em Navios de Viagem da Carreira da Índia, ou em outras quaisquer embarcações portuguesas", que fossem "transportadas aos portos de Goa, Macau, da Ásia, e China, que se embarcarem nos referidos dois portos para o de Lisboa, gozem do benefício da baldeação".[26]

Grosso modo, o benefício da baldeação ocorreu mediante os entrecruzamentos dos caminhos marítimos dos portos comerciais pertencentes ao Império Ultramarino português, funcionando na prática, nos pagamentos de quatro por cento de direito na entrada de alguma embarcação nos portos citados no alvará. Amaral lapa, vislumbrou uma possibilidade de o direito da baldeação ter influenciado nas possíveis navegações diretas das Carreiras das Índias ao

---

[20] APEB, Judiciário, Inventário de Francisco José da Silva Freire, 1800/1803, 08/3465/01

[21] Sobre o gingão da Índia, que nos inventários coloniais baianos aparecem como guingãos, significa"' certo panno, que se lavra nas terras do Mogol'". O padre Rafael Bluteau, escrevia como aparece nos inventários baianos, ou seja, guingão (CAMPOS, 2010).

[22] Damasco é um tecido de seda ornado, em alto-relevo, com fios para cetim e tafetá, originário da cidade de Damasco (síria) " (CAMPOS, 2010).

[23] Cetim significa um "tecido de seda lustroso e macio cujo a trama não aparece no lado avesso" (CAMPOS, 2010). Destacamos que o cetim tem sua origem na China.

[24] APEB, Judiciário, Inventário de Antonia Maria de Jesus, 1784, 03/1088/1557/03.

[25] Chita significa uma "lençaria pintada de flores, aves, em imprensa da Ásia, ou feita na Europa" (BLUTEAU, 1789: vol.1).

[26]APEB, Alvarás, leis, decreto 1713-1797. Doc.454-1.

porto baiano. Chamou do "trajeto Oriente-Brasil-Oriente", não indo as embarcações a Lisboa (LAPA,2000).

Outra atitude tomada pelo Conselho Ultramarino de D. Maria I, tinha como pretensão incentivar a exportação de tecidos do porto de Goa aos portos brasileiros e, consequentemente, ao porto da Bahia. A propósito de tal questão, outro alvará foi decretado em 27 de maio de 1789. Em muitos aspectos, seria uma revisão do alvará anterior. Procurou-se então dar saídas às fazendas paradas na Casa da Índia, pois as atitudes tomadas no alvará de 1783, não conseguiu fazer com que a Coroa revertesse o excessivo quadro de pagamentos de direitos, ocorrendo um desequilíbrio, passando a importar demasiadamente e ficando com dificuldades de exportar as fazendas. Essas condições representaram, o principal objetivo do alvará aqui exposto, revelando o interesse e a estratégia do Conselho Ultramarino em exportar as fazendas saídas dos portos de Goa e demais áreas da costa do Malabar pelo porto de Lisboa, para os portos do Brasil e da Costa da África. Os efeitos práticos das medidas propostas pelo governo de D. Maria I, funcionou através das isenções nos portos brasílicos e africanos das pesadas taxações dos direitos a serem cobrados nas entradas das embarcações[27].

Outra explicação para as importações dessas manufaturas orientais pelo porto baiano ou metropolitano[28], em finais do setecentos, pode ser visto também no Alvará de 5 de janeiro de 1785, não é à toa coincidir em curto tempo as datas destes três alvarás. Este alvará tinha como objetivo extinguir qualquer tipo de fomentação das indústrias e artes dedicadas a manufatura de vestuário de luxo na colônia. Expressamente proibia a fabricação dos seguintes produtos: "tecidos de veludos, brilhantes, cetins, tafetás ou outras quaisquer qualidades de seda; belbutes, chitas, bombazinas, fustões", bem como "quaisquer fazendas de algodão ou linho branco e de cores; baetas, droguetes, saetas, durantes ou

---

[27]SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portugueza***.** Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. Volume de 1775 a 1790.

[28]Nas carreiras da Índia, as embarcações saídas de Lisboa deveriam ir ao porto de Goa e retornar a metrópole, onde descarregariam as importações adquiridas nos portos asiáticos. Porém, devido aos problemas encontrados nas viagens marítimas, como ventos contrários, correntes marítimas não favoráveis, problemas com as embarcações, etc., algumas embarcações acabariam fazendo arribadas no porto baiano para se recomporem. Em algumas dessas paradas, acabaria acontecendo transações mercantis ilegais, entrando no porto baiano, desta maneira, diversos tecidos, sedas, louças, etc.

quaisquer outras qualidades de tecidos de lã". O alvará em foco permitia a fabricação de alguns tecidos grosseiros na Colônia, servindo a vestimenta dos índios, escravos e das famílias indigentes (NOVAIS, 1966).

O profundo contato desde tempos remotos entre o Brasil colonial ante ao mundo oriental não passou despercebido no pensamento de Gilberto Freyre. Numa visão do triunfo ocidental industrial, racional e burguês; particularmente da Inglaterra e da França, frente ao oriental artesão e irracional, Freyre possibilita algumas reflexões voltadas a influência social e econômica do mundo oriental na América portuguesa. Para o autor, devido a utilização em terras tropicais brasílicas de certos instrumentos e alguns conhecimentos advindos do oriente, o Brasil colonial se transformaria em diversos pontos acerca de sua estrutura social, bem como da sua organização, num espaço multiétnico atrelado às influências orientais e ocidentais. Donde, apresentava-se tal área numa "espécie de Goa portuguesa". Não obstante, o assunto de contrabando apareceria demasiadamente nas relações comerciais existentes no Brasil colonial junto a navegação oriental, de modo que na dinâmica das variadas ligações surgidas nas ações ilegais, surge alguns dos sujeitos transplantadores da influência cultural asiática nas terras portuguesas americanas:

> Apresentava-se sedutor o comércio irregular de brasileiros com o Oriente, cujos artigos eram altamente estimados por uma população, como a colonial, do Brasil, não só marcada pela presença do Oriente, desde os dias já remotos de sua formação portuguesa como reavivada, em alguns dos seus traços ou hábitos orientais, pela constante transferência do Oriente para o Brasil de funcionários, militares e religiosos portugueses e pela também constante importação de escravos impregnados da mesma influência (FREYRE, 1961:439).

Ao longo da análise do inventário de José da Costa Sampaio, cabe abordar as praças comerciais onde ele realizava suas transações mercantis, seja ela por créditos, ou mesmo vendas de mercadorias. Na dinâmica dos seus negócios, possíveis de serem apreendidos nas diversas dívidas encontradas, notamos os locais onde foram executadas as conexões mercantis, destacadamente vilas do Sertão da capitania da Bahia, como Inhambupe, Tucano, Ouriçangas, como também o Recôncavo; na vila de Cachoeira e nos povoados de Iguape e de

Itaparica. Esteve ligado ao Sul da Bahia, nas Vilas de Camamu, Santa Cruz e no povoado de Una. O fluxo mercantil do lojista atingia regiões fora da Capitania da Bahia, no caso, a comarca nordestina de Alagoas e o sertão do Piauí. É mais do que provável, a venda de suas mercadorias na comarca de Alagoas, deixando uma dívida, o desconhecido morador da comarca Caetano Alvares da Silva, no valor de 166$940. Nos sertões do Piauí, existe um crédito passado para José António Gomes, no alto valor de 1:674$300. Existe uma hipótese de ter sido aqui transações de mercadorias, isso por conta do alto valor da dívida. Todavia, na cidade de Salvador, aparece uma dívida com um mestre alfaiate, certamente poderia José da Costa Sampaio ter vendido algumas fazendas presentes em sua loja, por exemplo, algum tecido, ou mesmo outros tipos de materiais específicos deste oficio: tesouras, alfinetes, pregos, dentre outros[29].

Outro inventário *post-mortem*, analisado diz respeito a vendedora Maria Josefa, que obteve uma importante participação na praça comercial da urbe soteropolitana, na centúria setecentista. Natural da Vila do Conde, bispado do Porto, atravessou o atlântico juntamente com seus pais, Antonio da Costa Vila e Maria Fernandes, os dois já defuntos. Ao que parece, os pais dela eram assistentes da Freguesia de São Pedro Velho, talvez inspetores de alguma rua desta Freguesia. Sua morte aconteceria em junho de 1752. Na Bahia, contraiu dois matrimônios, o seu primeiro marido era José da Silva Sardinha, após o falecimento desse, veio posteriormente a se casar com Duarte de Almeida. No primeiro casamento, teve um filho, Bonifácio da Silva, na época de sua morte estava com dezoito anos, sendo estudante do seminário de Belém, enquanto que, junto ao seu segundo marido, teve uma filha, chamada Ana, com idade de quatro anos. Morava com seu segundo marido na rua direita de São Pedro. Declarou ainda no leito de morte, que pertenceu a venerável ordem Terceira de São Domingos. Possuía cinco braças de terras situadas fora dos muros da cidade, nas Pedreiras, no bairro de São Bento. Provavelmente pertenceu à Santa Casa da Misericórdia, uma vez que pediu para ser enterrada numa das tumbas dessa ordem[30].

[29] APEB, Judiciário, Inventário de José da Costa Sampaio, 1799,04/1762/2232/01.
[30] APEB, Judiciário, Inventário de Maria Jozefa, 1752,04/1598/2067/07.

Uma parte das suas riquezas residia nos vinte e sete escravos existentes na documentação, calculamos o valor total deles em 1:226$000. Constava escravos labutando nos ofícios de pescador, serviços de casa, ganhadeiras, carpinteiros, etc. As variedades dos seus escravos chamam atenção devido as inúmeras doenças apresentadas por eles, a maior parte era cega, parcialmente ou totalmente. Um tinha erisipela, outro perdeu as duas pernas, havia um doente da barriga, mais um com queixa de tosses, outros com problemas de varizes nas pernas e tuberculose. Obviamente, os valores desses escravos eram baixos, numa média de 40$000, e outros sem valor algum[31].

As três casas detalhadas no inventário, compunha mais um elemento de seus bens, sendo: uma casa de sobrado, em chãos foreiros aos religiosos de São Bento, avaliada no alto valor de 2:600$000. Localizava-se na "rua direita que vai de São Pedro a de João Pereira". As outras casas, eram: uma casa de taipa velha, situada na "rua de João Pereira de frente da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos", em chãos foreiros aos religiosos de São Bento, e uma morada de pedra e barro, endereçada "na rua no fim da ladeira dos pedreiros", novamente em chãos foreiros, dessa vez ao guarda-mor, Francisco de Brito de Vasconcelos, cuja avaliação estava no valor de 120$000[32].

A propósito de alguns móveis registrados nos inventários de Maria Josefa e do lojista José da Costa Sampaio, encontramos escritos os palanquins e cadeiras de arruar. O lojista conseguiu obter "uma cadeira de arruar com cortinas de meio carmesim pintada e dourada", ao final de sua vida estaria ela ainda em bom estado, avaliada em 40$000. Enquanto a vendedora adquiriu "um palanque com cortinas de carmesim azul pintados e de todos forrados de tafetás carmesim", mas também "um palanque com cortinas de camelão escuro forrados de brim". O primeiro palanque estava com suas bordas em bom uso, sendo seu valor 30$000, porém, o segundo estava envelhecido, valendo somente 5$000.

Ao abordar a persistência da influência oriental, Gilberto Freyre atestara que na Salvador colonial existia "os palanquins mais orientalmente sobrecarregados de ouro e prata. Revestiam-se pesadas cortinas, algumas de

---

31 Idem.

32 Ibidem.

sedas, decoravam-nos figuras de cupidos, de anjos, de dragões" (FREYRE, 1961:450). Enfatizando haver neles carregamentos de pessoas ricas, esqueceu de mencionar os indivíduos medianos e pobres desfrutando igualmente do luxo valorizado por essa sociedade, ou seja, os palanquins. Entretanto, os palanquins dos comerciantes não eram tão luxuosos, em comparação aos mencionados pelo sociólogo pernambucano, inclusive existindo um já arruinado, exemplo de um dos pertencidos a vendedora Maria Josefa.

De acordo com Freyre, os palanquins também serviram como transporte de "certas mercadorias ou fardos, conduzidos pelos 'puxadores de carretas' que aparecem em estampas da época: quatro adiante e dois atrás empurrando, à 'moda japonesa'. Isto sem falarmos nos carretos a cabeça e nos banguês". (FREYRE, 1961: 451). Dessa forma, o autor apresentou a possibilidade de uma questão, se os palanquins eram utilizados pelos lojistas para carregamentos ou simplesmente na locomoção dentro das tortuosas ladeiras e estreitas ruas da velha Bahia, uma resposta exata não poderemos dizer. No maior ou menor entendimento, é fato consumado da importância cultural e simbólica dos palanquins e das cadeiras de arruar a respeito do costume oriental presente na pitoresca Bahia colonial. Nas palavras conclusivas de Gilberto Freyre: "foram os palanquins uma expressão de cultura oriental no Brasil que as peculiaridades da situação física e social de Salvador permitiram que resistisse mais vigorosamente lá do que noutras cidades". (FREYRE, 1961:451)

Richard Graham considerou os lojistas de Salvador dotados do saber educacional, precisamente em saber ler e escrever numa sociedade majoritariamente analfabeta (GRAHAM, 2013). O lojista José da Costa Sampaio, sabia perfeitamente ler e escrever, afinal, em sua participação como secretário da Ordem Terceira de São Domingos, o negociante desempenhou com grande habilidade tal função. Essa competência foi vista por nós no inventário do piloto de embarcações para o resgate de escravos na Costa da Mina, José de Almeida, a dita Ordem católica foi testamenteira do inventário do piloto navegante[33], recaiu justamente para José da Costa Sampaio exercer as inúmeras funções

[33]APEB, Judiciário, Inventário de José de Almeida, 1795,04/1593/2062/08.

presentes na feitura de um inventário, trabalho que demanda conhecimentos de escritas e leituras.

Verifica-se, em contraste, que a vendedora portuguesa Maria Josefa, não tinha muita destreza na escrita, aparecendo em seu inventário uma assinatura sem precisão e torta no traçar seu nome, a qual dizia “ e eu me assinei com o meu nome e sinal costumado”. Não conseguindo fazer seu inventário, justificou que “por não poder escrever, pedi, e roguei ao Bacharel formado Martinho Joseph de Souza Boaventura, que este por mim fizesse”. Acreditamos com base nas leituras realizadas nos inúmeros inventários, que a vendedora Maria Josefa poderia ser analfabeta. Júnia Furtado mencionou que no caso de um determinado negociante soubesse assinar seu nome, ele não seria necessariamente alfabetizado, uma vez que aprendeu somente a desenhar seu nome. Em Minas Gerais no século XVIII, a mesma autora afirmava haver um alto índice de alfabetização entre os homens de negócios (FURTADO, 1999). Certamente os grandes negociantes tinham domínio de leitura e escrita, mas os pequenos não demonstravam conhecer essa competência. Era inevitável não passar despercebido os conhecimentos dos lojistas pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil colonial, esclarecia a respeito das habilidades dos lojistas o inglês e comerciante John Luccock. Em uma de suas notas sobre o Rio de Janeiro no ano de 1808, anotava ironicamente:

> Houve mercadores respeitabilíssimos na sua profissão que muito nos espantaram perguntando-nos em que parte de Londres ficava a Inglaterra, qual o maior, a Madeira ou a Grã-Bretanha, ou qual a mais distante do Rio. A ignorância deles não se limitava à geografia; pouco dentre eles conheciam algo mais que os primeiros princípios da aritmética; ao lerem, soletravam as palavras, e escrever era para eles uma tremenda tarefa (LUCCOCK, 1951:71).

Maria Josefa participava na praça comercial da Salvador setecentista, com suas três lojas de molhados alugadas, “as quais ocupava com fazendas de comestivo e bebidas”, uma localizava-se, na Conceição da Praia, a segunda na rua de João Pereira e a terceira na rua de São Bento. Essa última, chamada de Loja de molhados ou Venda Cita na Quitanda Velha de São Bento, constatamos

haver nela uma relativa diversidade de mercadorias, notadamente carne seca do sertão, livros de toucinho, pimenta do reino, queijos, aguardente das ilhas e do Reino, azeite de peixe e vinagre. Na loja do bairro da Conceição da praia, as mercadorias achadas foram a aguardente da terra, vinho, vinagre. Quanto a loja da rua de João Pereira, constou arrobas de fumo, farinha do Norte, azeite doce, manteiga liquidas, toucinhos do reino, carne do sertão, vinagre, água ardente do reino e da terra, além da dita aguardente de cabeça, várias bebidas e pimentas[34].

Visto isso, coube a seu marido Duarte de Almeida, o testamenteiro de seu inventário, a responsabilidade de arcar com os pagamentos pendentes em nome de Maria Josefa. Neste ponto, são manifestadas a situação creditícia e o fluxo mercantil percorrido pela vendedora. O senhor capitão Manoel de Andrade, que morava na ilha de Maria Guarda, situada na freguesia de Nossa Senhora de Madre de Deus dos boqueirões, estava cobrando uma dívida de dois créditos, uma na quantia de duzentos mil e trezentos reis, resultado de dinheiro emprestado, constando no livro a segunda dívida diante de duas pipas de água ardente de cabeça, compradas ambas as pipas por cento e vinte e três canadas[35].

Outro sujeito com sua companhia cobrou dívidas de Maria Josefa, nesse caso, Manoel Coelho e companhia cobrava uma dívida quanto a um crédito no valor de cento e doze mil reis, derivada da compra de três pipas de vinagre. Seu marido Duarte de Almeida comprometeu-se a pagar o valor desse endividamento através de dinheiro contado. E mais ainda, ao lado dessas dívidas, notamos através de duas dívidas que ela recorria aos homens de negócios da praça comercial de Salvador, ficando devendo uma ao importante negociante Luiz Coelho Ferreira, no valor de vinte e sete mil e cento e vinte reis, de resto de maior quantia de crédito passado e outra no valor de trinta e oito mil e quatrocentos reis procedidos do resto e ajustamento de contas dos créditos adquiridos ao homem de negócio Joaquim Ignácio da Cruz[36].

Maria Jozefa participava da dinâmica comercial na Bahia colonial agindo nas áreas em torno da Baía de Todos os Santos, obtendo empréstimos de dinheiro e de mercadorias, extraindo daí os recursos necessários para a

[34]APEB, Judiciário, Inventário de Maria Jozefa, 1752,04/1598/2067/07.
[35] Idem.
[36] Ibidem.

manutenção de suas lojas, da mesma forma sustentava as suas lojas abertas mediante empréstimos financeiros dos poderosos homens de negócios da cidade. Essa situação foi verificada por Kátia Mattoso, ao dizer que era comum os empréstimos a juros dos homens de negócios na Praça comercial baiana (MATTOSO, 1983). Richard Graham, também assinala que os donos de lojas eram negociantes capacitados de tomar dinheiro emprestado aos grandes homens de negócios da cidade (GRAHAM, 2013).

Considerações Finais

Por fim, é importante notar que Maria Josefa, em seu inventário, não seria chamada pelas autoridades administrativas coloniais, nem por seus amigos e familiares, de negociante, fato passível de entender, pois suas atividades comerciais se operavam apenas nas simples vendas das mercadorias de molhados no cenário urbano da Salvador colonial, sem conseguir alcançar o topo da elite comercial baiana naquela época. Porém, o fato dela adquirir terras, é um indício de querer buscar status e distinção social, já que a terra, como mencionou a historiadora Maria Rapassi, seria um dos elementos que possibilitava aos indivíduos dos setecentos serem considerados ricos (MASCARENHAS, 1998). Por outro lado, José da Costa Sampaio, era chamado de negociante pelos administradores coloniais, por seus amigos e familiares, símbolo de alguma espécie de distinção socioeconômica naquela complexa sociedade baiana. Esse negociante, embora não conseguisse se tornar um comerciante de grosso trato, um homem de negócios, conseguiu executar algumas ações que poderíamos classificá-las como de destaque, a exemplo de sua atuação mercantil fora da capitania baiana, indo negociar nas capitanias de Alagoas e Piauí. Maria Josefa, não conseguiu sair do cenário comercial baiano.

Consideramos a presença dos donos de lojas e vendas na Bahia colonial com uma dinâmica comercial limitada, sujeitos pouco capacitados financeiramente para diversificar suas atividades mercantis, pois os valores de seus montemores[37] eram baixos, haja vista que o lojista José da Costa Sampaio,

[37] Montemor seria o somatório dos diversos valores encontrados nos bens e nas dívidas ativas de um determinado inventário.

teve como total do seu montemor o somatório de 12:383$456[38], enquanto a vendedora Maria Josefa teve no total bruto de seu montemor um valor de 7:838$224[39]. Utilizando as considerações de níveis de riquezas baseadas nos inventários baianos da segunda metade setecentista, realizadas pela historiadora Maria Rapassi, os lojistas e vendedores, grupos existentes em função do movimento do jogo comercial, dotados de reduzidos poderios de riquezas, são alocados dentro de uma camada social intermediária (MASCARENHAS,1998).

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas:

BLUTEAU, D. Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa*: Tomo Primeiro, A-K. Lisboa, Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

ORTA, Garcia. Colóquios dos Simples e Drogas da Índia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portugueza.* Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. Volume de 1775 a 1790.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicaes* Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

Fontes Manuscritas:

Projeto Resgate-Arquivo Ultramarino (AHU-BA)

REQUERIMENTO de José de Sousa Reis ao rei D. José solicitando certidão a fim de poder deferir seu requerimento. Anexo: 3 documentos. CX.:105-DOC.: 8271.

Projeto Resgate- Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807)

REQUERIMENTO do tenente José da Costa Sampaio, no qual pede a confirmação regia da sua nomeação, Carta patente pela qual o Governador D. Fernando José

[38] APEB, Judiciário, Inventário de José da Costa Sampaio, 1799,04/1762/2232/01.
[39] APEB, Judiciário, Inventário de Maria Jozefa, 1752,04/1598/2067/07.

de Portugal nomeou José da Costa Sampaio tenente do Regimento dos Uteis datada de 30 de janeiro de 1789. CX.: 73- DOC.: 14.160- 14.161.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção Colonial:

Alvarás, leis, decreto 1713-1797. Doc.454-1.

Inventários Post-mortem:

Judiciário, Inventário de Maria Jozefa, 1752,04/1598/2067/07.

Judiciário, Inventário de Antonia Maria de Jesus, 1784, 03/1088/1557/03.

Judiciário, Inventário de José de Almeida, 1795,04/1593/2062/08.

Judiciário, Inventário de José da Costa Sampaio, 1799,04/1762/2232/01.

Judiciário, Inventário de Francisco José da Silva Freire, 1800/1803, 08/3465/01.

Bibliografia:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial.* São Paulo: Ática, 1980. p.189-192

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de uma sociedade colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAMPOS, Eudes. *Pequena contribuição para o estudo da indumentária dos primeiros paulistanos.* INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 5 (27): out.2010. Disponível em: http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Acesso: 27/09/2016, 11:33.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentista.* São Paulo: Ed. Annablume, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentista.* São Paulo: Hucitec, 1999.

FLORY, R.J.D. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. The University of Texas at Austin, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 3º ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a Cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JESUS, Gabriel Silva de. "Contratos-régios e os descaminhos: o caso das dívidas do negociante André Marques Gomes (1743-1751) ". In: *Anais Eletrônicos [do] 6. Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades.* – Salvador: EDUNEB, 2017.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Ed. Fac-Similada. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Colonias: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808.* Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX.* São Paulo: HUCITEC; Salvador: Sec. Municipal de Educação e Cultura,1978.

_______. Bahia Opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763), *Revista de História*, São Paulo: USP, Nº 114, jan/jun, 1983. p.15-16.

MOURA, Denise A. Soares de. "O Comércio Colonial e Suas Relações Complementares: Santos, Bahia e Pernambuco, 1765-1822. In: OLIVEIRA, Carla Maria S., MENEZES, Mozart Vergetti de, GONÇALVES, Regina Célia. *Ensaios Sobre a América Portuguesa,* João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

NOVAIS, Fernando Antônio, "A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII", In: Revista de História (SP), nº 67, 1966.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, 1981.

_______. *Escravos e libertos no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GÊNERO E MEDIEVALIDADES EM "AS CRÔNICAS DE ARTUR": REPRESENTAÇÕES DO MEDIEVO NOS ROMANCES HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS

GUSTAVO OGANDO INSUELA CAMARGO
Universidade Federal da Bahia

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar os pressupostos desta pesquisa intitulada "Gênero e Medievalidades em As Crônicas de Artur: representações do medievo nos romances históricos contemporâneos" que está sendo desenvolvida com financiamento da UFBA (através da bolsa PIBIC) e está também vinculada ao grupo LETHAM (Laboratório de Estudos sobre a Transmissão Textual na Antiguidade e no Medievo). A orientação é proporcionada pelo professor Dr. Marcelo Pereira Lima, que coordena o projeto coletivo "A Idade Média em múltiplos suportes historiográficos e documentais: (re)pensando a aplicação dos Estudos Feministas, da História Social das Mulheres, da História das Masculinidades e dos Estudos de Gênero para períodos "não-modernos", projeto este que engloba as pesquisas de mais cinco orientandos.

Inicialmente apresentarei a obra literária que é objeto desta pesquisa bem como seu autor, em seguida tentarei sintetizar as principais bases teóricas e metodológicas do trabalho e por último abordarei algumas discussões específicas do *corpus* documental, neste caso, a análise das representações da personagem Guinevere, tanto na obra de Bernard Cornwell quando na de Chretien de Troyes

Apresentação do objeto

A obra enfocada nesta pesquisa é a trilogia "As Crônicas de Artur" do autor britânico Bernard Cornwell. Nascido em Londres em 1944, filho de um pai canadense e de uma mãe inglesa Cornwell foi adotado tempo depois pela família Wiggins, que fazia parte de um grupo chamado Peculiar People, um movimento cristão pacifista e extremamente rígido. Posteriormente, trabalhou durante muito tempo como professor e eventualmente migrou para o ramo do jornalismo televisivo na BBC e na *Thames Television*. Cornwell começou a escrever romances, pois, depois de se mudar para os

Estados Unidos, não conseguiu obter um *green card* para trabalhar, voltando-se assim para a literatura, pois esta não exigia uma permissão oficial para ser exercida profissionalmente.

Durante sua infância, Cornwell era apaixonado pela obra de C.S. Forester, um autor britânico de romances históricos, conhecido por suas obras que narravam as aventuras do personagem Horatio Hornblower, um oficial marinho fictício que lutava nas guerras napoleônicas. Cornwell achava surpreendente que não existissem romances semelhantes que abordassem as campanhas de Lorde Wellington na terra e, então, resolveu preencher essa lacuna criando a sua saga sobre o soldado Richard Sharpe, um personagem que participava das principais batalhas da Guerra Peninsular. Essas obras estabeleceriam o tom e o estilo que definiria o resto da sua carreira: romances históricos que narram pequenas histórias ficcionais com personagens inventados pelo autor, intercaladas com um pano de fundo mais verossimilmente realista do período ou fato histórico abordado.

Dentre suas obras mais populares, estão a já citada serie "Sharpe" (22 romances), que foi adaptada em uma serie televisiva pela ITV Network; "A Busca do Graal" e que se passa durante a Guerra dos Cem Anos, e "As Crônicas Saxônicas", também adaptadas para a televisão pela BBC.

A trilogia "As Crônicas de Artur" foi publicada entre 1995 e 1997 e traz uma narrativa da mitologia arturiana sob o prisma de um romance histórico. O autor apresenta a Grã-Bretanha do século V, posterior ao domínio do Império Romano, e a retrata como um local de conflitos constantes dos bretões com os saxões do leste e os irlandeses do oeste. Tratar-se-ia de grupos submersos em disputas internas entre os vários pequenos reinos nativos. Além disto, o conflito religioso entre o Cristianismo e as religiões tradicionais druidas são ressaltados como parte importantíssima da narrativa.

A tentativa de imergir o leitor no contexto histórico é evidenciada através das descrições detalhadas de costumes, tecnologias, alimentação e outras práticas socioculturais. Em termos de enredo, por outro lado, Cornwell é mais permissivo, utilizando personagens e narrando acontecimentos que não tem plausibilidade histórica dentro do período em que a narrativa se desenrola. No final de cada livro, porém, ele dedica uma sessão especial chamada "Notas do Autor" para discutir essas liberdades criativas e explicitar todas as suas decisões no processo de conciliar a

criação artística com a verossimilhança histórica. Este trecho exemplifica bem o tom destas notas e o papel que elas cumprem no diálogo do autor com os leitores.

> Quando comecei a escrever o livro estava determinado a excluir todo e qualquer anacronismo, incluindo os enfeites de Chrétien de Troyes, mas tais puritanismos teriam excluído Lancelot, Galaad, a Excalibur e Camelot, e muito outras figuras, tais como Merlim, Morgana e Nimue. Terá Merlim existido? As provas da sua vida são ainda menos convincentes do que as de Artur e é muito pouco provável que os dois tenham coexistido. Todavia são personagens inseparáveis e me pareceu impossível deixar Merlim de fora. Felizmente, muitos anacronismos puderam, no entanto, ter sido abandonados e, como tal, o Artur do século V não usa armadura nem uma lança medieval. Não tem nenhuma mesa redonda, se bem que os seus guerreiros (e não cavaleiros) tivessem, à maneira céltica, festejado muitas vezes formando um círculo no chão. Os seus castelos teriam sido feitos de terra e madeira e não de pedra atorreada e altaneira e, infelizmente, duvido que algum braço vestido com samito branco, místico e maravilhoso, tenha surgido do nevoeiro para agarrar a sua espada para toda a eternidade, apesar de ser quase certo que os tesouros pessoais de um grande chefe fossem, por ocasião da sua morte, lançados ao lago como uma oferenda aos deuses (CORNWELL, 2003, p. 542-543).

É possível analisar a postura do Cornwell em relação à dinâmica entre a História e a Literatura bem como sua possível perspectiva historiográfica a partir destas notas. O autor inicialmente parece considerar a História e a Literatura como campos totalmente separados e antitéticos, evidenciando esta perspectiva através da sua preocupação com a eliminação dos anacronismos ou "enfeites" das obras literárias arturianas clássicas. Sua visão da História aparece carregada de um positivismo mais tradicionalista, entendendo o passado como um dado concreto, com uma existência autônoma, como um "real" a ser desvendado através de pesquisas minuciosas. Essa ambiguidade entre os símbolos e conceitos da literatura arturiana clássica (a távola redonda, os grandes castelos, a dama do lago, etc.) e os seus correspondentes históricos e imaginários medievais perpassa todo o trecho e evidencia esta preocupação do autor em delimitar com clareza os limites entre a lenda e o "real". Apesar disso, Cornwell admite quase que relutantemente as concessões que teve que fazer para manter a obra com algumas características icônicas da mitologia arturiana, embora buscando sempre justificar essas decisões como um método de "legitimação" da narrativa como um romance histórico.

Com isso, fica claro como "As Crônicas de Artur" é uma trilogia que por si só reclama uma análise da relação entre História e Literatura e que possui um lugar destacado dentro do cânone literário arturiano.

Aspectos teórico-metodológicos

O quadro teórico e metodológico desta pesquisa se apoia em alguns eixos particulares que atravessam de diversas formas o objeto estudado. Em termos teóricos, podemos definir três aspectos específicos: a relação entre Literatura e História, as medievalidades e os estudos de gênero. Já em termos metodológicos a principal base da pesquisa é a análise de discurso, com a possibilidade de diálogos com a História Comparada. O recorte temático do objeto também requer algumas considerações teóricas especificas sobre e as noções de poder, sexualidade (corpo, desejo etc.) e parentesco. Porém, devido à natureza breve do presente texto, o foco será dado aos três campos mais "gerais" citados anteriormente, uma vez que eles abarcam toda a análise da obra, sendo as outras variáveis mais específicas e passíveis de modificação durante o desenrolar da pesquisa.

A História e a Literatura mantêm uma relação ambígua e conturbada dentro do ambiente acadêmico, ora distanciadas como quase antagonistas, ora aproximadas como disciplinas irmãs. Autores diversos como Hayden White, Sidney Chalhoub, Roger Chartier e Terry Eagleton, apresentam diferentes visões sobre a relação entre esses dois campos. Alguns tendem para uma perspectiva mais "social", realista ou materialista da literatura, atentando para os contextos de produção/consumo e para as implicações sociopolíticas de determinada obra. Já outros a enxergam de forma mais independente e subjetiva, enfocando a construção retórica e metafórica do texto como fonte de significados diversos. Em um espaço intermediário entre essas duas perspectivas extremas, encontra-se a compreensão de como é superficial considerar tanto História um gênero puramente literário – ignorando assim seus métodos, suas abordagens, áreas, domínios e rigores próprios – como a Literatura como apenas uma fantasia, cujo papel é puramente deleitar e entreter.

Estudos teóricos nesse campo nos apontam cada vez mais para o quão tênue é esta linha que separa a História da Literatura, e para todas as sutilezas e nuances que aproximam e separam estas áreas da produção humana. Um dos argumentos que mais chama atenção é a constatação de que tanto a produção histórica quanto a produção

literária são narrativas, ou seja, ambas são uma representação da realidade, produzida através de uma assimilação de dados que são elaborados em uma sequencia linear coerente através de conexões lógicas e então apresentados através de uso de uma retórica que busca convencer o leitor da legitimidade daquele texto.

Logo, se, por um lado, a História se distinguiria pela sua necessidade de se ater aos documentos e fontes históricas, às suas metodologias especificas e às notas de rodapé em busca de uma plausibilidade cientifica comprovável, por outro, a Literatura possui mais autonomia para imergir as suas narrativas no subjetivo e no abstrato, ignorando muitas vezes a preocupação com a plausibilidade dos fatos apresentados, porém revelando diversas outras "verdades" sobre as sensibilidades do seu tempo.

Sandra Pesavento sintetiza bem a nossa perspectiva acerca dessa suposta distinção entre a História e a Literatura:

> A recorrência do "uso" de um campo pelo outro é, pois, possível, a partir de uma postura epistemológica que confronta as tais narrativas, aproximando-as num mesmo patamar, mas que leva em conta a existência de um diferencial. Historiadores trabalham com as tais **marcas de historicidade** e desejam chegar lá. Logo, **frequentam arquivos e arrecadam fontes, se valem de um método de análise e pesquisa, na busca de proximidade com o real acontecido**. Escritores de literatura não tem este compromisso com o resgate das marcas de veracidade que funcionam como provas de que algo deva ter existido. Mas, em princípio, **o texto literário precisa, ele também, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando impressão de verdade. Escritores de ficção também contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que recebam aval do público leitor.** (Grifos meus, PESAVENTO, 2006)

Neste seu texto, intitulado *História e Literatura: uma nova-velha história*, a autora apresenta o potencial da Literatura como fonte histórica, enfocando sua capacidade de desvelar as sensibilidades e mentalidades de uma época.

> Já o texto de ficção literária é enriquecido pela propriedade de ser o campo por excelência da metáfora. Esta figura de linguagem, pela qual se fala de coisas que apontam para outras coisas, é uma forma da interpretação do mundo que se revela cifrada. Mas talvez aí esteja a forma mais desafiadora de expressão das sensibilidades diante do real, porque encerra aquelas coisas "não-tangíveis" que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopia, pelos medos e angústias, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro. Neste sentido, o texto literário atinge a dimensão da "verdade do simbólico", que se expressa de

> forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa. (PESAVENTO, 2006)

Dentro do objeto desta pesquisa, esta "verdade do simbólico" proposta por Pesavento pode ser conectada diretamente ao conceito de medievalidades. Este conceito pode ser definido como o conjunto de estereótipos, representações e concepções do medievo perpetradas no "senso comum" (aqui entendido como o meio não acadêmico). Estas representações geralmente envolvem visões ora romantizadas ora negativas e preconceituosas sobre a Idade Média. As medievalidades são (re)produzidas constantemente através de discursos midiáticos, artísticos entre outros suportes, e expõem as concepções do imaginário contemporâneo acerca do medievo. Vejamos a definição de José Rivair Macedo para este conceito:

> Esta conceitualização nos é apresentada como: "...diferentemente das 'reminiscências [medievais]', que de alguma forma preservam algo da realidade histórica da Europa medieval (...) [na] 'medievalidade' (...) a Idade Média aparece apenas como uma referência, e por vezes uma referência fugidia, estereotipada. Assim, certos índices de historicidade estarão presentes em manifestações lúdicas, obras artísticas ou técnicas de recriação histórica (...), mas a Idade Média poderá vir a ser uma realidade muito mais imprecisa na inspiração de temas (magos, feiticeiros, dragões, monstros, guerreiros, assaltos a fortalezas) produzidos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural." (MACEDO, 2009, apud PADILHA, 2009, p.6)

Estas definições evidenciam um aspecto importante que é a relevância das "manifestações lúdicas, obras artísticas ou técnicas de recriação histórica" – ou seja, dos discursos midiáticos e artísticos diversos como foi citado anteriormente – na (re)produção e veiculação destes estereótipos acerca do medievo. Isto nos conecta diretamente com o alargamento da noção de fonte histórica que ocorreu principalmente no decorrer do século XX (apesar de se processar até hoje). A História positivista do século XIX é comumente caracterizada pela sua ênfase nos "documentos oficiais", nesta perspectiva, era essencial que determinado texto fosse considerado "real", no sentido de que seria um documento redigido legitimamente pelas autoridades políticas da época e não uma cópia ou um texto forjado. A partir disto buscava-se alcançar uma verdade concreta sobre o passado a partir desses documentos e elucubra-la para o público do presente.

A desconstrução desta perspectiva se da principalmente através da Escola dos Annales, um movimento historiográfico francês do começo do século XX que dentre

as suas inúmeras inovações trazia a possibilidade de se encarar outros textos e outros tipos de suportes/produtos culturais como fontes legítimas da História. Mudando-se o prisma cientifico-positivista e empírico da História do século XIX para outro mais interpretativo e analítico, novos horizontes se abriram tanto no que se tangia ao tipo de fonte como na maneira de aborda-las.

A partir dessas inovações, a Literatura começou a receber cada vez mais atenção dos historiadores como uma possível fonte, e novas discussões teóricas e metodológicas se desenvolveram nas décadas seguintes. O conceito de medievalidades encontra-se fortemente inserido neste processo de alargamento da noção de fonte histórica e no cerne das discussões intelectuais contemporâneas sobre as complexas relações entre História e Literatura, e Passado e Presente.

Contrapondo-se a este conceito, temos a medievalística, que é entendida como o conjunto de saberes acerca do período medieval construídos cientificamente no meio acadêmico. Como foi explicitado nas citações anteriores de Sandra Pesavento, a medievalistica seria o tipo de conhecimento construído sob os alicerces do método historiográfico, com todas suas técnicas e bases teóricas especificas, definidas e legitimadas através do consenso de uma comunidade acadêmica. Apesar da grande miríade de perspectivas e abordagens que podem existir dentro do campo da História, certos procedimentos, linguagens e convenções são compartilhados pela grande maioria dos pesquisadores da área, e isto distingue as obras produzidas neste meio dos outros tipos de texto produzidos sobre a Idade Média em outros contextos.

Os estudos sobre essas medievalidades vêm se popularizando cada vez mais dentro da academia, principalmente através da ação de jovens pesquisadores que, tendo crescido nas últimas décadas, consomem e lidam constantemente com produtos e obras que trazem em si numerosas representações da Idade Média e aspectos do imaginário associado a este período histórico. A grande demanda comercial por este tipo de produção demonstra como este é um universo cultural que precisa ser mais bem explorado pela academia. O desenvolvimento de análises e trabalhos científicos acerca da "cultura pop" é importante para a apuração da leitura crítica da mesma, uma vez que um contingente cada vez maior de pessoas interage com esses produtos.

Partindo desses conceitos e dessas considerações, fica clara a relevância das "Crônicas de Artur" como uma fonte privilegiada para perscrutar essas verdades simbólicas. A obra, sendo considerada um romance histórico, pode ser encaixada em

um ponto intermediário entre as medievalísticas e as medievalidades, uma vez que apresenta certas preocupações científicas ou um discurso histórico com a verossimilhança das narrativas literárias (especialmente no que tange à ambientação). Isso corre sem que se abra mão da liberdade criativa, estética e artística de uma ficção produzida no seu tempo. Deste modo, as representações que traz sobre a Idade Média se tornam mais complexas e nuançadas, permitindo, além disto, analisar também a própria concepção formal do texto através da relação da História com a Literatura.

Portanto, compreende-se que esta pesquisa acaba lidando com múltiplas temporalidades e pode ser enquadrada como uma "História do Tempo Presente" combinada com preocupações ligadas aos Estudos Medievais, uma vez que se debruça sobre algumas das relações que a sociedade contemporânea ocidental mantém com a Idade Média.

Ligada a estas discussões sobre História e Literatura, Medievalidades e Medievalísticas, outra variável que atravessa a pesquisa é o gênero. Para contemplar o recorte temático do objeto – as representações das relações afetivas, atentando aqui especificamente para aspectos tais como: relações de poder, relações de parentesco, sexualidades e representações do tempo –, a perspectiva considerada mais proveitosa do ponto de vista teórico e metodológico foi a de Joan Scott. Joan Scott está inserida no paradigma "pós-moderno" ou "pós-estruturalista", visão desenvolvida principalmente a partir dos anos 70 e 80 e da chamada "virada linguística" nas ciências humanas. Esta visão de teor desconstrutivista e relativista, por vezes, foucaultiana, tem mudado o foco excessivo, antes dado às relações econômicas e materiais de certas visões clássicas (como o marxismo ortodoxo), para as relações de linguagem, discurso e dos símbolos, sem que se deixe de conectar essas dimensões com a vida material. O conceito de gênero cunhado por Scott está voltado para a tentativa de explicar as relações de poder e a construção das diferenças sociais percebidas entre os sexos. Vejamos a definição de gênero dada pela autora:

> O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1995, p.86)

Esta preocupação com as diferenças percebidas entre os sexos buscava desconstruir a polarização estanque historicamente construída entre feminino e masculino, expondo as diversas nuances e vicissitudes que atuavam na concepção dessas noções para muito além do espectro puramente biológico, enfatizando o aspecto relacional e cultural na elaboração do que era entendido como "homem" e "mulher". Do mesmo modo, a preocupação com as relações de poder tem como objetivo analisar como o gênero é um significante das relações de poder, ou seja, uma diretriz através da qual a sociedade se organiza hierarquicamente em diferentes contextos históricos e geográficos. Com isso, sua perspectiva auxilia significativamente os escopos centrais da pesquisa, pois fundamenta a análise voltada para o campo do discurso e do imaginário (novamente a "verdade do simbólico"), além de proporcionar discussões interessantes sobre como e por que as relações de poder são (re)construídas através do gênero (tanto na contemporaneidade quanto no contexto histórico da narrativa literária).

Para abordar o *corpus* documental e extrair análises proveitosas, considerou-se o uso da Análise de Discurso como uma metodologia principal. Este campo teórico despontou durante a década de 60 do século XX e é considerado como sendo constituído pela relação entre três outros campos teóricos: a linguística, o marxismo e a psicanalise (ORLANDI, 1999). Sintetizando de forma preliminar a perspectiva da Análise de Discurso, considera-se que ela foi responsável por deslocar o foco de observação da frase (objeto de estudo típico da linguística) para o texto e a textualidade, juntamente com seus contextos de produção e "recepção". Ou seja, passou a entender-se a linguagem não apenas como um conjunto de signos abstratos, mas como um meio pelo qual se constroem sentidos e através do qual os sujeitos históricos se constituem e constituem o mundo simbolicamente.

A Análise de Discurso compreende que as palavras não têm um sentido único e que o discurso – a palavra em movimento – é atravessado por diversas ideologias e relações sócio-históricas. Além disto, há uma preocupação com a materialidade do texto (o que era ignorado pela linguística), uma vez que a análise do discurso considera a língua não só como um sistema fechado e autônomo, mas como um acontecimento. Como nos mostra Eni P. Orlandi: "Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como um acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma

material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela História" (ORLANDI, 1999, p.19).

Deste modo, as preocupações sobre o lugar de fala do autor, o contexto de produção da obra, o contexto de "recepção" e as relações intertextuais e culturais possíveis, aliados à analises formais e estéticas, possibilitam uma exploração do texto para muito além do limitado campo do conteúdo narrativo.

A Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? Há aí um deslocamento, já prenunciado pelos formalistas russos, cuja questão a ser respondida não é "o quê" mas "como" e, acrescentaria, o por quê? Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documentos informativos de algo factual, que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ORLANDI, 1999, p.18).

É fácil perceber como a perspectiva da Análise de Discurso se harmoniza com os outros conceitos e concepções articuladas na base teórica desta pesquisa, tanto a relação História versus Literatura quanto as medievalidades, representações e o gênero como categoria de análise histórica.

Considerações Finais

Como vimos no decorrer desta discussão, este objeto tem um potencial expressivo de fomentar análises interessantes e profícuas. Como exemplo das possibilidades de analise deste tema, gostaria de tecer alguns comentários iniciais acerca da personagem Guinevere, figura central nas narrativas arturianas. Perscrutar a representação desta personagem na trilogia do Bernard Cornwell em contraponto com a sua representação na literatura medieval (neste caso no romance "Lancelot o cavaleiro da charrete" de Chretien de Troyes), com base nos fundamentos teóricos e metodológicos expostos anteriormente no texto, permite demonstrar um pouco do viés desta pesquisa e espreitar os possíveis desdobramentos futuros deste objeto.

Guinevere é, na maioria das obras, uma das personagens mais importantes do ciclo arturiano. Geralmente representada como esposa de Artur, sua traição com o

cavaleiro Lancelot costuma ser um dos acontecimentos mais marcantes e emblemáticos destas narrativas, comumente marcando o começo da tragédia que culmina com a decadência de Artur e seus cavaleiros.

Em "Lancelot o cavaleiro da charrete", texto de Chretien de Troyes, publicado provavelmente entre 1175 e 1181, é consenso entre os especialistas que temos não só a primeira aparição de Lancelot como a primeira menção do romance entre ele e a rainha na literatura arturiana. Aqui, a rainha não aparece como uma personagem central e atuante, servindo mais como uma premissa e um objetivo para as aventuras de Lancelot e dos outros cavaleiros. Guinevere é enviada a contragosto junto como o senescal Kai para procurar o cavaleiro Meleagant que havia desafiado o rei Artur, e acaba sendo raptada pelo mesmo. Durante boa parte do texto a rainha não aparece, voltando a ter participação ativa somente em alguns momentos pontuais na segunda metade da obra.

A Guinevere de Cornwell, por outro lado, se coloca desde o princípio como uma personagem ambiciosa e atuante. Filha de um nobre empobrecido, ela conquista o amor de Artur a primeira vista, e rapidamente se coloca como uma das principais articuladoras do jogo politico da Bretanha. Não só ela é uma mulher plenamente consciente da sua sexualidade (e sensualidade), como usa estes atributos como dispositivos estratégicos de convivência social e como métodos de conquista de suas ambições. Além disso, a Guinevere de Cornwell é uma das poucas personagens capazes de manipular o próprio Artur, utilizando-se do amor do seu marido como forma de atingir seus objetivos pessoais.

O amor para Guinevere não parece estar ligado a uma noção de sentimento por outras pessoas. Em nenhum momento da narrativa ela demonstra algum carinho por sua família antiga (seu pai Leodegan e sua irmã Gwenhwyvach) e embora claramente tenha carinho e admiração por Artur, esses sentimentos não se concretizam em um tipo de amor pessoal e romântico como entendemos tradicionalmente. Este diálogo entre o narrador Derfel e sua interlocutora, a rainha Igraine, resume bem o sentimento da Guinevere de Cornwell por Artur

> - Guinevere amava Artur? - perguntou.
> - Ela amava a idéia que tinha dele. Ela amava a idéia dele ser o campeão de Dumnónia e amava-o como ele estava na primeira vez que o viu. Usava a sua armadura, era o grande Artur, o notável Artur, o senhor da

> guerra, a espada mais temida em toda a Grã-Bretanha e em toda a Armórica (CORNWELL, 2004, p. 240)

Fica claro que o amor para Guinevere está diretamente ligado à sua ambição. Artur é o seu escolhido não por uma compatibilidade pessoal ou por alguma paixão profunda, mas sim por ser um líder poderoso e competente através do qual ela poderia articular e potencializar suas próprias aspirações. Os atributos associados a Artur e valorizados por Guinevere são principalmente de nível político e militar, ele era reconhecido como um grande líder e, naquele momento da narrativa, era um dos homens mais poderosos da Grã-Bretanha.

No texto de Chretien de Troyes, o relacionamento entre Guinevere e Lancelot se encaixa no modelo do chamado "amor cortês", um tipo especifico de relação afetiva que se tornou bastante popular no conteúdo estético e literário do século XII, Michel Pastoreau, em sua obra "No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda", resume bem as características deste tipo de amor.

> O amante, totalmente submisso à sua dama, deve-lhe um longo e total serviço amoroso sem esperar recompensa. Deve consagrar suas forças a viver dessa incerteza, progredindo moralmente em função da temperança que se impõe e dos obstáculos que enfrenta (...) o amante perde toda a vontade, toda a personalidade, e não é mais que uma criança a quem a mulher amada pode fazer o que bem quiser (PASTOUREAU, 1989, p. 144-145).

Na obra de Troyes, o relacionamento entre Guinevere e Lancelot se desenrola basicamente nestes moldes do amor cortês, como evidenciado no trecho abaixo: uma passagem onde Guinevere, ao receber a notícia (falsa) de que Lancelot havia morrido, se arrepende da maneira fria com que o havia tratado anteriormente.

> -Ai de mim! O que me veio à mente quando meu amigo chegou à minha frente, e o deveria festejar e com júbilo acolher? Quando lhe recusei minha palavra, meu olhar, não fui louca? Louca apenas? Que Deus me ajude se não fui perjura e cruel! Pensava fazer aquilo para me divertir, mas ele não viu assim e não me perdoou! Pelo que penso, não foi outrem que lhe deu o golpe mortal. Quando ele surgiu à minha frente antecipando o júbilo e o prazer que sentiria em o rever, foi golpe mortal recusar-lhe o favor de um olhar. Quando há pouco uma palavra não lhe quis dizer, arranquei-lhe o coração junto com a vida, posso crer. (TROYES, 1991, p. 171).

Nas Crônicas de Artur, a Guinevere desconsidera essa forma de amor de uma maneira quase metalinguística. "- Sabe quão enfastiante pode ser o amor, Derfel? Eu não quero ser venerada. Não quero que me sejam satisfeitos todos os caprichos. Quero sentir que sou contrariada em alguma coisa - falou com veemência" (CORNWELL, 2004, p. 282).

Além disso, nada tornam mais claras as distinções simbólicas entre essas duas representações da Guinevere do que a consumação da traição a Artur. Enquanto no texto medieval esta traição está ligada ao amor cortês e a realização da comunhão carnal, como demonstrado no seguinte trecho: "A rainha estende-lhe os braços e o abraça. Contra o seio estreitamente o enlaça. Atrai-o para junto de si no leito e faz-lhe a mais bela acolhida possível, segundo lhe ditam o amor e o seu coração. É o amor que a impele a essas boas vindas." (TROYES, 1991, p. 174). Na versão do Cornwell a traição é muito mais política, com Guinevere agindo pelas costas de Artur com o intuito de tornar Lancelot rei, como é evidenciado neste trecho, no qual a personagem Nimue conversa com o narrador Derfel sobre as atitudes de Guinevere:

> - Ela quebrou os votos de casamento, e depois? - disse Nimue. - Acha que é a primeira a fazê-lo? Ou acha que isso faz dela uma meretriz? Seja como for, a Bretanha está saturada de meretrizes. Ela não é uma meretriz, Derfel. É uma mulher forte, que nasceu com um espírito arguto e boa aparência, e Artur gostou da aparência, mas não quis fazer uso da sua mente. Não deixou que ela fizesse dele rei e por isso se virou para aquela religião ridícula. E tudo o que Artur fez foi dizer-lhe quão feliz ela seria quando ele pudesse pendurar a Excalibur e começar a criar gado! - Riu perante aquela idéia. - E uma vez que Artur nunca pensaria em ser infiel, nunca suspeitou que Guinevere fosse. Nós, sim, mas Artur não. Insistia em afirmar para si próprio que o casamento era perfeito e durante todo aquele tempo em que ele permanecia a quilômetros de distância, a beleza de Guinevere atraía homens como o mel atrai as moscas. E eram homens formosos, inteligentes, espirituosos, homens que desejavam o poder. Um deles era um homem formoso que desejava todo o poder que pudesse conseguir, e então Guinevere decidiu ajudá-lo. Artur queria um estábulo, mas Lancelot quer ser Rei Supremo da Bretanha e para Guinevere esse é um desafio mais interessante do que criar vacas ou limpar a porcaria feita pelas crianças. E aquela religião idiota encorajou-a. O soberano dos tronos! - cuspiu. - Ela não se deitava com Lancelot por ser uma meretriz, meu estúpido, ela deitava-se com ele para fazer com que o seu homem se tornasse Rei Supremo. (CORNWELL, 2014)

Para completar, a Guinevere de Cornwell também não se enquadra no estereotipo da maternidade, demonstrando total insatisfação ao engravidar de Artur e não nutrindo qualquer tipo de amor especial pelo seu filho Gwydre. Não é cristã, cultuando a deusa egípcia Isis, e participa ativamente de batalhas no terceiro livro da

saga (Excalibur) tanto combatendo diretamente com seu arco e flecha quanto bolando táticas bem-sucedidas que surpreendem os outros soldados e líderes militares.

Todos estes fatores demonstram como as sensibilidades de cada período histórico transbordam nas narrativas. A obra de Chretien de Troyes não pode ser considerada uma fonte absoluta para reconhecer a realidade social daquela época, porém, por ter sido produzida no período, está carregada de verdades simbólicas e anseios culturais latentes. A obra de Cornwell, por outro lado, é uma produção contemporânea que busca certo grau de verossimilhança histórica e se apoia em alguns pressupostos científicos para a elaboração da ambientação. Mas fica claro como a construção psicológica dos personagens e seus relacionamentos traz muito mais do nosso tempo do que do período medieval. A Guinevere do Cornwell traz em sua composição psicológica elementos totalmente contemporâneos, como a repulsa total à certos valores tradicionais e conservadores medievais e a sua ambição individualista pelo poder. Apesar disto, ela ainda se vê inserida em um cenário que ainda sim é carregado de noções culturais supostamente medievais, e sua caminhada por essa ambiguidade acaba sendo um dos elementos relevantes na construção da narrativa do romance. Esse jogo de temporalidades, discursos, símbolos e imaginários acaba nos fornecendo material riquíssimo para se entender tanto o período medieval como a percepção histórica que temos do mesmo.

Referências

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Literatura: uma velha-nova história*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], Debates, Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/1560; DOI: 10.4000/nuevomundo.1560. Acesso em 2014.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, Lisboa, PT: Difel, 1990. 239p.

MELO, José Roberto. *O Cotidiano do Imaginário Medieval*. São Paulo: Contexto, 1992. – (Caminhos da História).

BACZKO, Bronislaw. *"A imaginação social"* In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ / : Vozes, 1997. P.14-57.

ANDRÉ, Willian; TOFALINI, Luzia Aparecida Berloffa. *Lancelot: Herói da literatura medieval ou mera caricatura do amor cortês*. VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais – Trabalhos Completos. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2007/trabalhos/005.pdf. Acesso em 2015

MINGO, Carlos A. Sanz. *Dark Ages Religious Conflicts and their Literary Representations:*

The Winter King, by Bernard Cornwell. Acta Universitatis Danubius. Communicatio, Vol 6, No 2 Disponível em http://journals.univ-danubius.ro/index.php/communicatio/article/view/1067/854. Acesso em 2015

MINGO, Carlos A. Sanz.. *In This Tale of Arthur the Women Do Shine*. Acta Universitatis Danubius. Communicatio, Vol 6, No 2. (2012). Disponível em http://journals.univ-danubius.ro/index.php/communicatio/article/view/1585/1394. Acesso em 2015.

BERNARD CORNWELL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bernard_Cornwell&oldid=46162891>. Acesso em: 2016.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XI.* Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORNWELL, Bernard. *As Crônicas de Arthur*. Rio de Janeiro: Record, 2003. 3v.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

ORLANDI, EP. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes; 1999.

ENTRE O PRESTÍGIO, A TRAMA E A REPRESENTAÇÃO: ENCENAÇÕES POLÍTICAS E PRÁTICAS OLIGÁRQUICAS NA PARAÍBA (1900-1949)

IORDAN QUEIROZ GOMES[1]
Universidade Federal da Bahia

O PREDOMÍNIO POLÍTICO de Epitácio Pessoa enquanto chefe oligarca na Paraíba se deu efetivamente entre os anos de 1912 e 1930. Para Lewin, nesse período, a força política de Epitácio estendeu-se de maneira irrestrita a um grupo de correligionários e amigos que envolvia a própria família, numa rede muito bem articulada de laços parentescos.[2] Em sua análise, o sucesso político de Epitácio Pessoa é visto sob dois aspectos. De um lado, pelos "esforços do senador Epitácio Pessoa para expandir uma base familiar de poder oligárquico em seu estado natal". De outro, graças a *família política* de Epitácio Pessoa, referindo-se as relações políticas existentes entre os ramos e laços familiares dos Pessoa, Lucena e Neiva. Esse último aspecto, o mais importante do ponto de vista da *antropologia do parentesco*, foi resultante da

---

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), na linha de Pesquisa Sociedade, relações de poder e região. E-mail: iordangomes@yahoo.com.br.
[2] Definindo a oligarquia a partir da relação entre a política e a parentela, Lewin (1993, p. 22-23) recorre a dois conceitos fundamentais - ambos relacionados ao que intitula "escalão de liderança" -, sendo eles: o de "grupo de base familiar" e o de "rede de base familiar". Trata-se, no primeiro caso, de um grupo de parentesco cujo "escalão de liderança" fica adstrito ao âmbito estadual. Uma de suas características básicas é ser composto pelos "parentes mais próximos de seu chefe político: seus irmãos, os maridos de suas irmãs, os irmãos de sua mulher, seu pai, seus tios e seus sobrinhos", isto para não falar dos "amigos políticos, desde cedo muito leais ao líder, o que lhes conferia um status de quase parente". Adstrito ao nível estadual, tal "escalão de liderança" se vale de vários "grupos de base familiar", aos quais está ligado por parentesco ou "amizade" política. A "rede de base familiar", por sua vez, forma uma unidade mais complexa" que o grupo, pois está assentado em um "escalão de liderança" que extrapola o nível estadual, "estendendo-se por vários níveis de governo", revelando-se "ilimitadas", ligando os "níveis local, estadual e federal de governo num campo social comum".

"influência dos vínculos de sangue e casamento" que "sobreviveu com particular vigor na vida política deste estado" no período em tela. [3]

Distanciando o foco de análise da ação pessoal de Epitácio Pessoa e da influência exercida pela parentela, é possível perceber que a ascensão política do chefe oligarca e do seu grupo familiar esteve associada a outros aspectos, dentre eles, os que se relacionam aos esforços de criar uma *tradição familiar e política* como um instrumento de manipulação do imaginário para legitimação do poder. Isto é, uma tradição que assumiu a forma de uma *escola cívica,* criada por Antônio e Epitácio – assim representada pelos descentes da família Pessoa na década de 1930 –, o que permite investigar como se formou e de que maneira ela foi usada para justificar determinadas posições políticas e sociais, de modo a legitimá-las. Dito de outro modo, trata-se de pensar como a liderança política de Epitácio e da família Pessoa na Paraíba esteve associada a identificação de uma *tradição inventada,*[4] cuja representação revela traços de uma fabricação mítica afeita a composição de um *imaginário político*.[5]

Os traços mais singulares dessa tradição, que na ótica de seus defensores remetia a certa *herança política* pautada em valores e normas de comportamentos, podem ser identificados primeiramente no relato biográfico de Epitácio Pessoa, escrito na década de 1940 por sua filha, Laurita Pessoa Raja Gabaglia, e publicada em 1951 pela Coleção Documentos Brasileiros. A obra contempla uma reunião de memórias partilhadas por Epitácio no ambiente familiar, bem como em redes de sociabilidades afetivas e de ação política mais ampla, além de trazer ao conhecimento do público um conjunto de documentos referentes a sua atuação profissional e política. Trata-se de um relato seleto apoiado em memórias que já eram seletas quando acessadas pelas lembranças do seu interlocutor. É uma *memória enquadrada*, propensa a produzir

[3] Sobre a família política de Epitácio, ver diagrama B.1 - sobre a genealogia das famílias Lucena, Neiva e Pessoa (Idem, p. 282).

[4] O conceito designa um *trabalho de enquadramento*, isto é, a criação de "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado". Cf. Hobsbawn, (2012, p. 8)

[5] O imaginário corresponde "as formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade". Pesavento (2007, p. 14). Os mitos e mitologias constituem-se como um caminho privilegiado de se explorar uma certa forma de imaginário, no caso, o imaginário político, se se considerar que "o mito conta como uma realidade chegou a existência, quer seja a realidade total [...] ou apenas um fragmento [...]" ou ainda, uma tradição, um determinado costume, uma determinada forma de governo. Girardet, (1987, p. 13)

certas *ilusões*[6], personificar personagens e inculcar valores, práticas e normas de comportamentos que supostamente ligaram as gerações da família no curso do tempo.

Um dos colaboradores para composição e seletividade do relato foi Antônio Pessoa Filho, sobrinho de Epitácio e filho de Antônio Pessoa, a quem Gabaglia dedicou a obra. Segundo Gabaglia Pessoa, o primo Antônio Pessoa Filho, conhecia "como poucos a vida de Epitácio Pessoa".[7] Fato que revela certa aproximação afetiva entre Epitácio a descendência familiar de Umbuzeiro, especialmente com os filhos de Antônio Pessoa, aspecto facilitador para reunião das informações que compuseram os dados biográficos do chefe oligarca. O reconhecimento por parte dos descendentes de Antônio da trajetória pessoal e política de Epitácio Pessoa, como assegurou Gabaglia Pessoa, foi essencial para que essa geração de sobrinhos ancorassem seus discursos em uma narrativa coesa que identificava as origens do que chamaram de *escola cívica,* isto é*,* da tradição familiar Pessoa.

Desse modo, o relato biográfico pode ser analisado como um instrumento usado para legitimar e conservar o poder da família ao longo do tempo, criado mediante certa *dramaturgia política*, uma vez que o drama comumente revisita o passado coletivo, elaborado em uma tradição, para legitimar a origem do poder e da

---

[6] Para Bourdieur, (1996, p. 75), a narrativa biográfica, ou mesmo a autobiografia, "inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessários". Essa inclinação para ordenar os eventos implica na escolha de certos acontecimentos significativos que passam a estabelecer conexões entre si de modo a poder justifica-los, atribuir-lhes coerência. A narrativa biográfica apresenta-se, assim, como uma *apresentação oficial de si,* propensa a produzir ilusões, certas limitações e censuras. Do ponto de vista da análise crítica de uma "história de vida", isto é, do relato biográfico, o cientista social deve levar em consideração a noção de *trajetória* que leva a construção de uma leitura onde sujeito é imerso em uma "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes".

[7] A documentação pessoal de Epitácio revela fatos importantes da relação com Antônio Pessoa Filho, principalmente a partir de 1916 e durante a década de 1930. Ao longo da vida de Epitácio, Antônio Pessoa Filho tornou-se o seu ajudante pessoal, auxiliando e estabelecendo conexão entre o tio e a política na Paraíba. Pessoa Filho, como era chamado, foi ainda responsável pela revisão e publicação de outras obras que trataram da vida de Epitácio na década de 1950 e 1960, a exemplo do conjunto de *Obras Completas de Epitácio Pessoa*, publicada pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional do Livro na década de 1960. A publicação das *Obras Completas de Epitácio Pessoa* foi resultante da apresentação do projeto de Lei nº 2071 na Câmara pelo deputado Adroaldo Costa em 1952, que objetivava comemorar o centenário de nascimento do político paraibano. O projeto autorizava o Poder Executivo a mandar coligir e reunir em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio da Silva Pessoa, e ordenava sua publicação no Departamento de Imprensa Nacional. Antônio Pessoa Filho foi responsável por organizar a cronologia, os documentos e os fatos e acontecimentos importantes da vida pública de Epitácio Pessoa que vieram a público compondo as obras.

liderança política. Importando lembrar que para criação do mito político, o passado funciona "como uma reserva de imagens, símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviços do poder presente". Este, por sua vez, "gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança".[8]

Na visão de Gabaglia Pessoa, a *escola cívica* da família origina-se na ação política do patriarca, José Pessoa – pai de Epitácio – junto as fileiras do Partido Liberal em Pernambuco. Segundo esse relato, José da Silva Pessoa nasceu em 1837. José era senhor de engenho em Pernambuco, onde cuidava dos negócios da família com o seu pai, o coronel Antônio da Silva Pessoa, avô de Epitácio. Casou-se pela primeira vez aos 16 anos de idade com uma "filha de Henrique Pereira de Lucena, Ubaldina" – falecida um ano após o casamento – com quem teve uma filha chamada Prudência que faleceu em 1857. Pouco depois do falecimento de Ubaldina, José Pessoa casou-se então com uma irmã de sua primeira esposa, "Henriqueta, que lhe deu cinco filhos: Maria em 1857; Mirandolina em 1859; José em 1861; Antônio em 63 e Epitácio em 65", fortalecendo de vez a composição do ramo familiar Pessoa de Lucena.[9]

1.1 José da Silva Pessoa e a descendência pernambucana

Os filhos de José e Henriqueta, quer do lado paterno, quer do lado materno, descendiam de pernambucanos. Do lado paterno, descendiam de Antônio da Silva Pessoa e Izabel Pessoa, senhores de engenho em Cotunguba em Nazaré no Estado de Pernambuco. Já do lado materno, descendiam de uma tradicional família em Pernambuco, os Pereira de Lucena, cujo principal nome foi o de Henrique Pereira de Lucena, grande proprietário "de terras em Bom Jardim (Pernambuco) e Umbuzeiro (Paraíba). O pai dêsse Henrique, o comandante Anselmo Pereira de Lucena", teve "13 filhos, dos quais dois exerceram influência social e política em Pernambuco, um era o próprio Henrique; o outro Anselmo, seguiu a carreira eclesiástica e foi grandemente conceituado por seus méritos intelectuais e suas virtudes de sacerdote". Henrique de Lucena, por sua vez, teve um único filho varão, também chamado Henrique, "futuro Barão de Lucena, que lhe herdou muitas das virtudes cívicas".[10]

---

[8] Balandier (1982, p. 7). A "dramaturgia política" é um aspecto chave da "teatrocracia" em que o poder revela sua face teatral.
[9] Gabaglia Pessoa (1951, p. 23).
[10] *Idem*, p. 24.

Nas memórias de Epitácio esses chefes compunham "uma raça de proprietários rurais com tendências políticas". Uma "raça viril, a um tempo conservador e progressista, amante da continuidade e destemerosa do risco". Chefes que "cultivavam suas terras, regiam o seu 'povo' – como se chamavam então a família e os servos dêsses patriarcas – e serviam a causa pública, com a mesma capacidade de dedicação e o mesmo pulso de ferro. Gente rija e destemida, arrebatada e terna". [11] Características que, de modo geral, repousam na recorrência ao passado histórico da nação brasileira cuja representação de poder remete a estrutura do universo patriarcal.

1.1.2 A posse da Fazenda Marcos de Castro e a chegada em Umbuzeiro

José e Henriqueta casaram-se por volta de 1856. Após o matrimônio passaram um tempo morando na casa de Henrique – pai de Henriqueta – em Pernambuco, antes de irem para a Paraíba por volta de 1861. A ida de José para Umbuzeiro foi motivada pela morte do sogro, tendo o objetivo de assumir a posse da fazenda Marcos de Castro, advinda do dote de casamento com Henriqueta.[12] Há quem especule que José Pessoa já tinha posse na fazenda por ser ele o único herdeiro de Prudência, sua primeira filha fruto do casamento com Ubaldina.[13] De um modo ou de outro, a partir da posse da fazenda, José e Henriqueta passaram a residir na Paraíba criando fortes laços econômicos, sociais e políticos na região. Foi na fazenda Marcos de Castro que nasceram os dois filhos menores, Antônio e Epitácio.

Quando chegaram em Umbuzeiro, a localidade pertencia ao município de Ingá, a quem esteve ligado até 1890. O município foi criado nesse mesmo ano pelo Decreto Estadual nº 15 de dois de maio. Na ocasião, a sede do Município, cidade de Umbuzeiro, teve o seu território demarcado em um local de passagem entre os dois estados, Paraíba e Pernambuco. A localização figurou como um importante local para encontro e repouso dos tropeiros que ligavam o comércio entre as principais praças da região,

[11] *Ibidem.*

[12] A posse da fazenda se deu em 08 de outubro de 1713, quando Marcos de Castro Rocha "obteve com mais três parentes seus, três léguas de comprimento por uma de largo para cada um, em cuja sesmaria está edificada a cidade de Umbuzeiro e adjacências e toda propriedade da Família Pessoa, até poucas décadas atrás denominada Fazenda Marcos de Castro de Matinadas, hoje Fazenda Prosperidade de Umbuzeiro". Os registros apontam que em fins do século XVIII, a propriedade pertencia a "Anselmo Pereira de Lucena e passou a seu filho Coronel Henrique Pereira de Lucena, e seguida a seu genro Tenente-Coronel José da Silva Pessoa e seus descendentes diretos em linha reta". Sobre A Conquista de Umbuzeiro, ver Gomes (1995, p. 7-8).

[13] Cf. Lewin (1992, p 145).

especialmente entre o sertão, passando pela Borborema em direção ao Recife e no caminho inverso. Desse deslocamento surgiram, ainda no século XIX, as primeiras estradas carroçáveis que ligavam Campina Grande a Umbuzeiro e Limoeiro. Dessa última cidade, já no estado de Pernambuco, a região ligava-se ao Recife.[14]

1.1.3 O princípio da vida agrícola e o patrimônio material da família

A Fazenda Marcos de Castro estava situada às margens do Rio Paraíba, mais precisamente povoado de Barra de Natuba. No séc. XIX, o povoado de Barra de Natuba era um dos mais prósperos de Umbuzeiro, possuindo cemitério, uma capela católica, alguns prédios públicos e uma pequena vila urbana.[15] A região conservava um clima ameno, encravada no pé do Planalto da Borborema em meio a uma região montanhosa. Tratava-se de um local de terras férteis, propícia à agricultura e à pecuária, atividades que logo foram implementadas por José quando fixou moradia na região. Na época em que José e Henriqueta chegaram a Umbuzeiro, o município de Ingá apresentava inclinação industrial voltada para produção de açúcar, azeite de mamona, aguardentes e farináceas, além da criação e o comércio de gado, apresentada como a sua principal atividade econômica.[16]

Aproveitando as características peculiares da sua propriedade, José aproximou-se do potencial econômico da região, tornando-se em pouco tempo um conhecido proprietário de terras e comerciante de gados na região. A sua vida agrícola, concentrada na agricultura e na pecuária, colaborou para composição de uma primeira imagem memorável de sua *persona* na década de 1860. Nessa representação, o patriarca é descrito como um exímio proprietário de terras que levava uma "vida simples, rude e por vezes arriscada".[17] Em 1868 José Pessoa construiu a Casa Grande, ou Casa Amarelinha em Umbuzeiro que posteriormente foi nomeada de fazenda Prosperidade.

---

[14] Ver Gomes (1995, p. 4-5).

[15] Em 1892, ou seja, dois anos após a criação do Município de Umbuzeiro, Álvaro Machado decreta a transferência da sede do município de Umbuzeiro para Barra de Natuba, passando a denominar-se Comarca de Natuba. O decreto perdurou até 1904, quando Umbuzeiro retoma a condição de sede do município depois que Barra de Natuba foi praticamente destruída por uma inundação de grandes proporções ocorrida naquele ano. Sobre a *Ocupação e Surgimento do Povoado,* ver Gomes (1995, p. 16-17).

[16] Conferir Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, Araújo de Lima enviado à Câmara em 1862. In. LEAL, José. (1954, p. 180).

[17] Gabaglia Pessoa (1951, p. 25).

Tratava-se de uma residência localizada na sede da futura cidade de Umbuzeiro, em uma área de clima mais frio, posto estar situada em uma das partes mais altas do Planalto da Borborema, 550 metros acima do nível do mar. Ali passava com a família o verão, recolhendo-se à fazenda Marcos de Castro no inverno. A residência trazia os traços arquitetônicos característicos das fazendas do Norte, com varanda, várias janelas, com sala, quartos e cozinha. De acordo com Lewin, "a casa amarelinha, onde Epitácio passou a infância em Umbuzeiro, construída por seu pai em 1868", para ser sede da propriedade apresentava um modo de construção modesto. Em suas palavras "mesmo as casas dos proprietários rurais mais prósperos dos sertões tendiam a ser de projeto modesto e construção simples".[18]

Na época em que construiu a casa Amarelinha, José já desfrutava de uma posição de reconhecimento, um respeitado proprietário de terras e comerciante de gado. Começava a ser visto como um homem de "relações e grande influência política"[19] entre os moradores locais da região. Tal influência deveu-se, em parte, a sua nomeação de Tenente "Coronel Comandante do Batalhão de Infantaria da Província da Paraíba" ocorrida em 25 de outubro de 1867, mediante título expedido pela corte em papel timbrado e assinado pelo Imperador.[20] O título realçou ainda mais prestígio que já recaía sobre imagem do jovem proprietário na região. Aliás, a emissão da patente é indiciária ao fato de que seu prestígio era anterior, estando ligada às atividades agrícolas.

1.1.4 A *imagem-lembrança* do coronel José Pessoa nas *memórias* de Epitácio

Além de passar a exercer uma posição efetiva na esfera de mando do município, a patente de Coronel permitiu que se acrescentassem algumas características à representação de José da Silva Pessoa a partir daquela época. Tal representação ficou registrada em uma das paredes da fazenda em Umbuzeiro, onde a família Pessoa preservou por décadas um dos poucos retratos do patriarca que se tem conhecimento. Apesar de não se saber onde ele se encontra nos dias de hoje, Gabaglia Pessoa nos oferta um relato fecundo em indícios sobre a imagem captada e o que ela representava para os familiares de Umbuzeiro. Segundo ela, no retrato destacava-se o varão

[18] Lewin, (1993, p. 146).
[19] Gabaglia Pessoa (1951, p. 25).
[20] Conferir patente do Coronel José da Silva Pessoa, disponível nos "Documentos Particular (DP)" de Antônio Pessoa, IHGP. AP: DP – A5G4P1/4.

"arvorado no uniforme da Guarda Nacional – donde o título de Coronel – mostra um homem de traços regulares e feição serena, mas respirando força. [...] era um forte".[21]

Trata-se de uma *imagem-lembrança* em que os membros da família se encarregaram de guardar para reforçar o elo com a tradição no curso do tempo. Traduzida em linguagem verbal, a preservação dessa imagem representa um esforço de manter coeso o sentimento de pertença àquela *comunidade afetiva* a que denominamos de família.[22] Nisso reside o seu *valor de culto* uma vez que a imagem parecia estar revestida de uma aura mística, preservando um forte investimento emocional e afetivo para os seus familiares. Desse modo, a recorrência a imagem do varão arvorado em uniforme da Guarda Nacional, cumpria um papel importantíssimo na produção de determinada mensagem, a saber, aquela que associava José Pessoa a liderança política e ao status social que assumiu em sua época.

No âmbito da representação pública, tal imagem condensava na *persona* de José os traços reais e imaginários com os quais certa literatura especializada traçou a composição da imagem do coronel. Dentre os aspectos reais característicos dessa imagem, a patente expedida pela Corte lhe rendia uma condição *de jure,* outorgando-lhe funções judiciais para atuar na estrutura do poder local. Nesse caso, a farda era um elemento de distinção, posto destacar o simbolismo no qual o personagem estava investido. Esse aspecto era traduzido no prestígio, na tradição e na honra que aparecem como elementos chave à representação do coronel e do poderio que exercia no âmbito local.

Nas memórias de Epitácio essa representação foi reforçada na medida em que José Pessoa aparece portando um "tipo social sertanejo", um homem que "cedo começou a sua vida responsável, cultivando a terra e pastoreando no engenho natal de Cotunguba". Sendo ele "inteligente, ativo, intrépido e irrequieto, temível em suas

---

[21] Ver descrição em Gabaglia Pessoa (1951, p. 24).

[22] O conceito é de Maurice Habwachs e usado por Shaponick (1998, p. 457), para falar da relação afetiva com que os sujeitos estabelecem com as imagens fotográficas e os álbuns de famílias, tidos como redutos representativos da memória/história familiar. O valor simbólico que reveste determinados objetos que remetem a memória/história da família me faz lembrar de dois itens em particular guardados por Antônio Pessoa em seu arquivo pessoal. Foram eles, a patente do Coronel José Pessoa em que cuja parte superior escreveu: "patente do meu pai"; e um conjunto de cartas escritos por José Pessoa na década de 1870, com o amigo e compadre Manuel de Assunção Santiago. É de se imaginar que tais itens foram guardados com cuidado, mantendo-se esse *valor de culto* haja vista que representavam o elo com a memória/história familiar revestindo-os de forte relação emocional e afetiva. Certamente itens valiosos para os filhos, sobretudo, os dois filhos mais novos, Antônio e Epitácio.

cóleras, generoso com seus escravos", um "chefe de família extremíssimo" que acumulou, ao longo de sua vida, as funções de "agricultor, criador, homem de negócios, médico e mestre", além de legitimo "defensor do clã" e da região "contra ameaça de possíveis bandidos". José foi o "amigo lendário" de Epitácio Pessoa que "encheu sua primeira infância", com recordações que se avolumaram "nas longas viagens pelo interior da província" da Paraíba.[23]

1.1.4.1 A tradição liberal e a atuação política do jovem José Pessoa

Apesar da relação de José Pessoa com o governo imperial, nas memórias de Epitácio avulta-se a imagem do patriarca como a de "um liberal extremado" na juventude, atuante na política da região de Nazareth, interior da Província de Pernambuco, quando tinha entre 15 e 16 anos de idade. Por esse tempo, início da década de 1850, contavam que José "andava então metido em lutas eleitorais renhidas e perigosas". Dessas lutas registrou-se que, certa vez:

> [...] a situação local mandou-o prender por uma tropa de linha, em seu engenho de Nazaré. Comandava a tropa o capitão Camisão, herói da retirada da Laguna. Grande amigo de José Pessôa, mostrou-se tão moroso em cumprir a incumbência de prendê-lo que José, prevenido, pôde escapar-se a tempo. Fê-lo montado a cavalo, em companhia de suas duas irmãs, disfarçado em mulher. A tropa de linha cruzou em caminho as três amazonas, mas nem desconfiou que uma delas era o jovem senhor de engenho.[24]

A despeito de seu conteúdo jocoso, o relato situa a ação de José Pessoa em tempo de agitações políticas vivenciadas no Estado de Pernambuco, logo após os episódios da Revolução Praieira cujos ecos ainda se faziam presentes no início da década de 1850. A menção ao episódio justifica-se pela relação que, antes de José Pessoa, Henrique e Antônio estabeleciam com o Partido Liberal em Pernambuco e na fronteira com a Paraíba. A propósito dessa filiação política, sabe-se primeiramente que Henrique, sogro de José Pessoa, foi (re)conhecido como um atuante chefe político no interior – na Região de Bom Jardim, na fronteira com a Paraíba – e na capital pernambucana. Seus dados biográficos, apontam-no primeiramente como herói da Cabanada em 1832, onde lutou para retomada da ordem no comando de um batalhão

---

[23] Gabaglia Pessoa (1951, p. 24).
[24] *Ibidem*.

da Guarda Nacional. Esta referência associa Henrique às fileiras do exército imperial, ou seja, a um dos importantes pilares da composição da elite política nacional nas décadas seguintes. [25]

Posteriormente, Pereira de Lucena aparece como um herói liberal, "uma figura proeminente na revolução praieira de 1848", tendo atuado em um levante de armas contra as tropas do Governo em Recife, o que lhe rendeu o reconhecimento de "bravura naquele movimento".[26] Embora não se possa precisar o momento da adesão de Pereira de Lucena ao Partido Liberal, o fato é que sua participação nesse movimento se deu em um período áureo de difusão das ideias liberais nos dois estados, Paraíba e Pernambuco.[27] Esse último aspecto, certamente ligou Henrique a Antônio como contemporâneos que partilharam de ideais políticas em comum traduzidos na luta liberal no interior de Pernambuco e, por extensão territorial de suas propriedades, no território paraibano. Antônio, por sua vez, fizera sua ação política a nível local entre Nazaré e o vizinho estado da Paraíba.[28]

No ordenamento de personagens e fatos que deram forma a biografia oficial de Epitácio Pessoa, a referência a filiação de ambos patriarcas às fileiras do partido liberal exerceu um lugar importante na memória/história familiar, posto que colocou José Pessoa como um jovem que cresceu em meio a um ambiente familiar de um tempo conservador e progressista. Visto por esse ângulo de análise, José era herdeiro da "'ardência natural dos pernambucanos' de que nos fala o padre Dias Martins ou 'o maligno vapor Pernambucano' do anônimo autor das *Revoluções do Brasil",* cujas ações eram inspiradas em ideias *separatistas e liberais* que agitara, a Província em 1817, 1824, estando presentes ainda em 1848, à época da revolta da praia.[29]

---

[25] Conferir Gabaglia Pessoa, (1951, p. 23-24).

[26] As referências sobre a atuação de Henrique Pereira de Lucena no levante da praieira foram extraídas da "Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco" nº 57, p. 441, segundo informa Gabaglia Pessoa. *Ibidem*.

[27] Sobre o avanço das ideias liberais na Paraíba e sua relação com a província de Pernambuco ver Mariano (2013, p. 73-114).

[28] Lewin (1993, p. 144/145).

[29] Quintas (1950, p. 132). Sobre a chegada das ideias liberais na Paraíba e sua participação nos movimentos de 1817 e 1824 Mariano (2013, p. 77).

2. O herdeiro direto da tradição política

Ao que sugere a narrativa biográfica, essa tradição política foi transferida diretamente para os seus filhos, sendo um deles o coronel Antônio da Silva Pessoa. Antônio da Silva Pessoa foi o quarto filho de José da Silva Pessoa e de sua segunda mulher, Henriqueta Lucena Barbosa Pessoa. Nasceu na Vila de Umbuzeiro em 17 de março de 1863, na fazenda Marcos de Castro, mesma residência em que, cerca de dois anos mais tarde, nasceu o seu irmão Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, quinto e último filho do casal. Antônio, batizado aos dois anos de idade em "oratório privado" no sítio Barros, recebeu o nome do seu avô paterno, o sr. Antônio da Silva Pessoa, patriarca da família Pessoa e proprietário "do Engenho Cotunguba em Nazaré, Estado de Pernambuco". [30]

Fato importante de se notar uma vez que o nome próprio funciona como um elemento unificador do eu, um *designador rígido* a instituir a fixação da identidade do sujeito em qualquer universo possível.[31] No interior da memória/história familiar, a trajetória de *Toinho*, como era chamado, guardava os traços indenitários do proprietário rural e senhor de engenho do seu avô paterno e do seu pai, José Pessoa. Essa identificação reforçava o elo com a descendência pernambucana e, provavelmente, estava associado ao fato de Antônio Pessoa ter preservado em Umbuzeiro, tal como o pai, o sobrenome Silva Pessoa.

Gabaglia Pessoa conta que dos cinco filhos que José teve com Henriqueta, Epitácio foi o que esteve mais próximo do pai. Com Epitácio, José fez várias viagens pelo interior da Província. Já Antônio, teve sua infância muito ligada à de Epitácio. Era dois anos mais velho e muito do que sabemos dos seus anos iniciais é filtrado pelas memórias do irmão caçula, onde o pequeno Toinho aparece como o irmão inseparável, "o companheiro de folguedos", o irmão "preferido entre todos", dada a distância que ambos tinham das suas irmãs adolescentes e do irmão mais velho José que, na época

[30] Os dados biográficos de Antônio Pessoa foram extraídos da biografia oficial de Epitácio Pessoa (1865-1942) Tomo I, p. 24/25. Os dados de batismo de Antônio Pessoa constam em seus "Documentos Particular (DP)", disponíveis no IHGP com datas Limites: 1867-1915. AP: DP – A5G4P1/4.

[31] Para Pierre Bourdieu (1996, p. 76) o nome próprio figura como um dos elementos da constância do *agente* e sua *trajetória* entendida na relação que a pessoa estabelece com "uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes". Ele indica ao mesmo tempo a constância da pessoa em "estados diferentes do mesmo campo social (constância diacrônica) ou em campos diferentes no mesmo momento (unidade sincrônica, para além da multiplicidade das posições ocupadas)".

em que nascera Epitácio, já cursava o colégio. Contudo, em meados de 1873, a família Pessoa deixou Umbuzeiro em direção ao Recife para cuidar da saúde da matriarca (Henriqueta), que "andava queixando-se dos olhos". O Coronel José Pessoa, "desejoso por submetê-la aos cuidados de um especialista", decidiu ir até a capital pernambucana, certamente aproveitando a viagem para visitar os parentes que ali residiam. Saíram a cavalo pelo interior levando consigo a família numa viagem que demorou dias entre um repouso e outro nas residências de amigos em direção à capital.

Em Recife, "José Pessoa e a família instalaram-se numa casa da Rua do Livramento". Ali, dias depois, "Henriqueta adoece de varíola e vem a falecer a 21 de Setembro". O marido, "seu dedicado enfermeiro, contagia-se e, quarenta dias depois dela, a 1° de novembro", morre na "casa de um parente, Felinto do Rêgo Barros Pessôa". José e Henriqueta morreram, ambos, com 36 anos de idade deixando os cinco filhos sob a responsabilidade dos seus familiares na capital pernambucana. A princípio, os filhos do casal ficaram sob os cuidados dos familiares paternos, antes de se dispersarem e ocuparem lugares específicos na estrutura social daquele contexto. As filhas casaram-se sob os "arranjos" de Alexandrina Cavalcanti – a Tia "Marocas" – com quem Epitácio passaria a morar nos anos ginasiais em Recife.[32]

José Pessoa, o irmão mais velho, ficou sob os cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena) então presidente da província de Pernambuco. De Recife foi logo enviado à Corte para fazer carreira militar. Antônio e Epitácio também ficaram sob os cuidados de Henrique de Lucena em Recife. Contudo, contam que "Henrique de Lucena não podia exercer diretamente a tutela dos sobrinhos, nem toma-los em sua casa, por ser então presidente da Província de Pernambuco". Daí, "confiou-os a um parente a quem nomeou, na ocasião, para um cargo público que o melhor habilitasse para o desempenho da tutela". Para Epitácio, revelam os registros, o tio materno consegue uma bolsa de interno no prestigiado

[32] Maria, a filha mais velha, casou-se com Cândido Cavalcanti Albuquerque, um funcionário público originário da região do Brejo Paraibano. Mirandolina fez matrimônio com o proprietário rural e conferente da Alfândega em Pernambuco, José Queirós, filho de um fazendeiro proprietário de terras vizinho a Umbuzeiro, na fronteira entre os dois estados. As duas irmãs formariam o primeiro ramo colateral da família Pessoa, dando origem aos dois primeiros conjuntos de sobrinhos de Epitácio, os Pessoa Cavalcante e os Pessoa de Queiroz que se instalaram, respectivamente, na Paraíba e em Pernambuco, apesar dos Pessoa de Queiroz – José e Mirandolina – possuírem propriedade na fronteira com Umbuzeiro. Cf. Lewin, (1993, p. 147).

Ginásio Pernambucano onde terminou os estudos da primeira fase e saiu para ingressar na Faculdade de Direito do Recife em 1882.[33]

Já Antônio, de saúde delicada – fator apontado como impedimento para que pudesse seguir os estudos no Recife – demora-se um tempo na casa do tutor e retorna para o interior da Paraíba por volta de 1874 com a incumbência de tocar os negócios da família. Distanciando-se da narrativa de Gabaglia Pessoa, desses anos iniciais de Antônio nas terras da família na Paraíba pouco se sabe. Contudo, embora não se tenha evidências concretas, é provável que o seu retorno tenha sido acompanhado de perto por sua irmã Maria que passou a residir em Umbuzeiro após casar-se, antes de residir na cidade de Parahyba, capital paraibana. Certo é que Antônio Pessoa tinha entre 11 e 12 anos de idade quando retornou a Umbuzeiro para ocupar o lugar do pai no trato com a terra e das criações da família na propriedade do sítio Barros.

Além da herança material, o retorno a Umbuzeiro revestiu Antônio de um *simbolismo ritual*, propenso a qualificá-lo como herdeiro direto da tradição familiar criada pelo patriarca da família, José Pessoa. Muitos aspectos da imagem que se criou de José ao longo das décadas de 1860 e início de 1870 foram transferidos para Antônio na ocasião do seu retorno a Umbuzeiro como o filho homem destinado a tocar o patrimônio familiar. O primeiro deles estava associado a posse da fazenda Marcos de Castro, sede da propriedade originária onde a família foi instalada em meados da década de 1850. A propriedade conservava todo referencial simbólico que envolveu a criação do prestígio de José Pessoa na região.

Em toda a sua trajetória pessoal, Antônio Pessoa preservou estadas na fazenda do sítio Barros, guardando em seu interior muitos dos itens que remetiam memória/história da família. Nessa propriedade, Antônio plantou, colheu e comercializou cana-de-açucar e algodão, criou gado e administrou o patrimônio da família à medida que ia criando o seu próprio patrimônio. Tratavam-se de atividades econômicas iniciadas por José Pessoa e que foram por ele retomadas permanecendo inalteradas até a década de 1880, quando apresentou uma diversificação. Prova disso está na imagem que dele se criou como sendo o irmão que "cedo começou a trabalhar" para aumentar o seu capital material e prestígio na região.[34]

[33] Gabaglia Pessoa (1951, p. 27).
[34] *Ibidem.*

Desse modo, na representação criada para legitimar o poder e a tradição, Antônio Pessoa assumiu um lugar importante na hierarquia familiar, uma espécie de intermediário e conselheiro, sobretudo para os parentes que passaram a residir fora de Umbuzeiro. Tal representação foi primeiramente extraída das memórias de Epitácio e amplia-se em uma série de fatos históricos ancorados em evidências advindas da leitura de conjunto de documentos datados das décadas de 1880 e 1900 e que revelam aspectos importantes da sua trajetória pessoal/coletiva. Exercendo atividades agrícolas e funções públicas na Paraíba e em Pernambuco, Antônio Pessoa tornou-se um importante personagem político, atuando diretamente na político local e regional entre 1900 e 1916, ano da sua morte.

2.1 O capital político de Antônio Pessoa

Antônio Pessoa foi responsável, por exemplo, por aproximar Epitácio Pessoa a importantes lideranças políticas na Paraíba. Antônio foi eleito segundo vice-presidente do estado em 1912, assumindo o cargo de presidente do Estado em 1915. É bem verdade que o governo de Antônio Pessoa foi curto, iniciado em julho de 1915, tendo se licenciado do cargo no dia 24 de julho de 1916 para resolver problemas ligados a saúde. Apesar disso, a imprensa paraibana mostrou-se confiante na expectativa de que o governo de Antônio Pessoa representaria "uma phase nova na administração pública" do Estado.[35] Nessa representação, Antônio foi descrito como um governante de ideias modernas, progressista cuja coragem havia de levar a Paraíba a um patamar de desenvolvimento jamais vislumbrado.

É certo que o período de atuação de Antônio Pessoa na política da Paraíba, isto é, entre 1900 e 1912, coincidiu com certo distanciamento de Epitácio Pessoa da política estadual. De acordo com Antônio Pessoa Filho (1962, p. 7-10), foi um período de dez anos, - de 1902 a 1912 -, aquele que separa as duas fases em que Epitácio Pessoa interveio nas coisas da política e da administração da Paraíba". A primeira fase de intervenção direta faz referência ao momento em que Epitácio retorna à Paraíba vindo de Recife em 1889 para ocupar o cargo de Secretário do Governo Provisório do Estado sob o comando de Venâncio Neiva, e de sua atuação como deputado federal entre 1891 e 1893 no Congresso Constituite[36]. Em 1902, contudo, Epitácio foi nomeado

[35] Conferir A Imprensa, Jornal, João Pessoa, Segunda feira, 26 de Julho de 1915.
[36] Ver a leitura Linda Lewin (1993, p. 3-4) sobre a trajetória pessoal-política de Epitácio entre 1889 e

Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo, em 07 de Julho do mesmo ano "investido na função de Procurador Geral da República, exercendo-a até 19 de Outubro de 1905". Retornado as funções de Ministro, Epitácio "atuou exclusivamente no Tribunal[37]" até 1912, quando foi aposentado por força de "decreto de 17 de agôsto". Apenas a partir de 1912 em diante, Epitácio teria voltado a intervir, em uma segunda fase, diretamente nas cousas políticas paraibanas, notadamente quando candidatou-se a uma vaga no senado[38].

3. A ação política de Epitácio Pessoa na Paraíba e a (re)afirmação da tradição familiar

Na ausência de Epitácio Pessoa na política da Paraíba, o seu irmão Antônio trabalhou incansavelmente para criar, defender e legitimar a *tradição familiar* a que pertenciam. Quanto a ação de Epitácio Pessoa nesse interim, cabe nota a atividade política exercida durante o governo de Venâncio Neiva (1889-1901). Ocorre que entre fins de1889 e 1890, Epitácio assumiu o cargo de Secretário Geral do Estado antes de ser eleito deputado federal para representar a Paraíba na constituinte de 1891. No cargo de Secretário Geral fundou o jornal Estado da Parahyba, como o objetivo restrito de difundir o expediente do governo e de maneira mais ampla, legitimá-lo no meio dos paraibanos. [39] O jornal circulou pela primeira vez em 8 de julho de 1890, sob a orientação de Epitácio Pessoa que se tornou o seu principal redator e polemista político. A sua atuação nas páginas do jornal reforça a ideia de que o jovem bacharel havia desembarcado no seu estado natal em dezembro de 1890 para promover entre os paraibanos os valores e práticas da recém instaurada república[40], fazendo do

1992. Sobre a trajetória política de Epitácio na relação com Umbuzeiro ver ainda Carlos Pessoa Filho (1998, p. 5).

[37] Lewin (Op. Cit. p. 5).

[38] Ver, Pessoa Filho (1962, p.7).

[39] O jornal *Estado do Parahyba* tornou-se o principal órgão do Governo, contornando a fracassada tentativa de aproximar o Barão do Abiai, símbolo maior da monarquia na Paraíba e proprietário do *Jornal da Parahyba* – órgão oficial do Partido Conservador – e o governo de Venâncio Neiva. Em sua primeira Edição, o jornal *Estado do Paraíba* assim intitulou-se, isto é, com a forma masculina. "Epitácio oralmente antepunha ao nome do Estado o artigo feminino, mas escrevendo muitas vezes usou o masculino". Ver Nota explicativa In: PESSOA, Epitácio. Primeiros Tempos, (1965a, p. 68). O Jornal surgiu como um "Orgão Republicano" epiteto estampado em sua primeira página, seguido da orientação redatora: "Periódico Político, Social e Noticioso". Estampava ainda em sua página inicial o lema "*An indestructible union of indestructible States"*, cuja tradução, aproxima *Uma indestrutível união de Estados Indestrutíveis,* que revela a adesão da folha ao ideal republicano, representante dos interesses do Estado da Parahyba enquanto unidade federativa da República dos Estados Unidos do Brazil.

[40] Sobre as intenções de Epitácio Pessoa nesse aspecto ver Nóbrega (1950, p. 50).

periódico um importante instrumento de difusão da *cultura política republicana* em voga no Brasil e em construção na Paraíba daquele contexto.[41]

Através das páginas do jornal, o desconhecido Epitácio começou a dar os primeiros sobrevoos altaneiros de condor, ave que voava alto, de excelente visão centrada no horizonte, imagem amplamente usada durante as eleições de 1915 quando galgou o cargo de senador pela Paraíba. Foi incorporando esses símbolos, por meio de palavras e gestos, que Epitácio mostrou-se publicamente como um personagem ávido a ser reconhecido por suas qualidades progressistas, pelas ideias e posturas republicanas. Esses valores podem ser facilmente percebidos durante as eleições de 1890, quando Epitácio Pessoa disputou pela primeira vez um cargo eletivo, isto é, disputou uma vaga como deputado federal para representar a Paraíba na Constituinte de 1891. Naquela eleição, a apresentação pública de Epitácio Pessoa pelas páginas do jornal *Estado da Parahyba* tendeu a recuperar a tradição progressista e liberal a que estava ligado José Pessoa, acrescendo sobre ela a marca do republicanismo.

No esforço de criar uma auto-representação de si, por exemplo, Epitácio convocou diretamente os eleitores paraibanos para sufragar votos em seu nome. O fez dias antes do pleito, em 27 de Agosto, em um "Manifesto" endereçado "Ao Eleitorado Paraibano". No Manifesto, diz Epitácio, "aspiro a honra de ser deputado por êste Estado ao futuro Congresso Nacional. Não tenho títulos de família nem de vida política que me recomendem (se na época atual isto pode ser uma recomendação) perante os eleitores dêste Estado". Mas, "por isto mesmo não tenho laços que tolham o livre exercício de minha atividade em prol dos interêsses da minha Pátria nem compromisso que arremessam o meu esforço na defesa das ideias ou reformas que julgue mais consoantes à constituição liberal e definitiva da República". E conclui, "se ao corpo eleitoral do Estado da Paraíba não posso desde já oferecer garantias do cabal desempenho de seu honroso mandato, caso me seja conferido, posso contudo dar-lhe

[41] Importantes trabalhos têm se dedicado a estudar a crítica dos republicanos à tradição monárquica apoiados no conceito de "cultura política". Um bom exemplo disso é o trabalho de Flores (2016, p. 49) o qual pretendeu analisar "não somente o processo histórico que se desenrolou na difícil conjuntura política entre 1889 e 1895, mas também a crítica dos republicanos às tradições monárquicas e a forma como foi se sedimentando a invenção de uma tradição republicana". Para ele, essa "cultura política" pautada nos valores e princípios republicanos vai brotando dos próprios fatos, das falas, palavras, gestos, dos comportamentos, dos símbolos e alegorias que foram criados para defender o regime logo nas primeiras horas após sua instauração.

a certeza de que meu ânimo jamais se entibiará no empenho de tornar-me digno dele". É, "animado dêste desejo sincero de ser útil à minha Pátria que solicito os sufrágios do dos meus concidadãos".[42]

Não há dúvidas que o sucesso eleitoral de Epitácio Pessoa naquela eleição também esteve diretamente ligado aos embates que travou pela imprensa através dos jornal do *Estado da Parahyba*. Cabendo lembrar que naqueles idos Epitácio colocou-se, juntamente com os legítimos representantes da ordem democrática, do lado da *novidade republicana*. Eram, os legítimos defensores do "interesse público", movidos pelo "desejo de arredar pérfidos tropeços a uma administração que se procura deprimir sob a capa esburacada de falso patriotismo e nunca provada lealdade". Vestindo *a capa esburacada da tradição política conservadora* estavam os adeptos da monarquia, um regime que em sua visão, não havia mais razão de ser. O embate travado pela imprensa deu visibilidade à Epitácio que começava a figurar como um político atuante na Paraíba, defensor da *causa*, valores e instituições do *novo regime*, na medida em que ia colaborando para criar, na província, uma cultura política republicana[43].

Pela imprensa Epitácio assumiu o papel de um autêntico *polemista político,* afeito ao embate nas páginas dos jornais em defesa da situação dominante. Além da capacidade retórica, sendo ela experimentada através da escrita nos jornais, Epitácio

---

[42] A chapa governista logrou êxito naquele pleito de 15 de setembro de 1890. Para Câmara dos Deputados, "o oposicionista mais votado, Apolônio Zenaide, obteve 2.730 votos contra 9.975 alcançados por Epitácio Pessoa, o governista de maior sucesso eleitoral". A vitória da chapa de Venâncio, em conjunto, "se refletia o êxito dos esforços, no sentido de conciliar chefes políticos interiores", numa intensa disputa por apoio em que colaborou o jogo de imagens e discursos que se veiculou pela imprensa. Já, no caso do sucesso de Epitácio, é possível acrescer, que além da intensa campanha feito pelo Jornal *Estado da Paraíba* – em que aparecia como o mais combatente de seus redatores –, tenha ainda se dado pela junção de dois outros elementos: primeiro pela posição que exerceu junto ao governo. Cf. PESSOA, Epitácio. Primeiros Tempos (1965, p. 84).

[43] Ainda na década de 1890, ocupando um lugar de porta voz do governo e contundente combatente das críticas sobre ele lançada, Epitácio embrenhou-se ainda numa disputa pela imprensa paraibana e nacional com Coelho Lisboa, ex-chefe de Polícia da Paraíba, nomeado após um acordo feito no Rio de Janeiro e que objetivava compensar a não nomeação de Albino Meira para presidente do Estado. Ocorre que a chegada de Coelho Lisboa à Paraíba, nomeado em dezembro de 1890, não fora recebida com agrado pelo próprio Venâncio que, "na maioria das vezes, não endossava seus atos". Por isso, "já em janeiro de 1891 entrava em atrito com o Governo Estadual, a quem não poupava críticas, a despeito do cargo de confiança que exercia. Foi, por fim demitido". Coelho Lisboa, fora do governo, intensificou as críticas a Venâncio através de jornais do Rio de Janeiro. O governo, por sua vez, rebatia as acusações, através de Epitácio Pessoa, com igual cadência. Sobre isso ver, Rodrigues (1989, p. 26). Ver ainda o rebate as acusações feitas pelo jornal *BRASIL* à Venâncio Neiva entre junho e julho de 1891 veiculadas pelo *JORNAL DO COMÉRCIO*, e assinadas por um verdadeiro paraibano. PESSOA, Epitácio. *Primeiros Tempos. (*p. 107-134).

começava a perceber a importância de se apresentar publicamente como defensor de tais ideias. Momentos que se projetava como verdadeiras *encenações públicas*. Cabe mencionar uma dessas aparições públicas em que a imagem de Epitácio começava a figurar como propensa a angariar apoio no meio do povo. Sobre ela, em sua primeira edição, *O Estado do Parahyba* noticiou "uma passeata promovida nesta cidade em regozijo à decretação da Constituição" e comenta: "dispensou-se a passeata no quartel, onde terminou a festa do dia por um certâmen oratório em que tomaram parte os mesmos oradores, salientando-se o Dr. Epitácio por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia". Tratavam-se dos dois representantes do governo na ocasião, cujas posições, revela a matéria, figuravam como elementos de distinção, acrescidas de suas qualidades pessoais.

O gesto de Epitácio em comentário na mesma matéria é indiciária sobre a forma como o então Secretário Geral do Estado estava atento à promoção e *negociação* de sua imagem pública pela imprensa paraibana. Ocorre que a mesma notícia publicada pelo *Estado do Paraíba* virou alvo de críticas de seus opositores do *Gazeta da Paraíba* que começava a assumir uma postura de distanciamento do governo. Prova disso é que o jornal *Gazeta* ironizou o certâmen, afirmando, dentre outras coisas, que "não sabíamos dessa corrida oratória em que foram jóqueis vencedores os Drs. Epitácio e Cunha Lima", desqualificando a imagem de distinção que recaiam sobre os oradores, em especial, sobre Epitácio. Para os redatores da *Gazeta*, tratava-se de uma *imagem montada*, leia-se, uma *peça retórica fabricada* pelos redatores do *Estado* para promover a imagem pública dos *distintos e prestigiados* oradores.

Rebatendo a crítica pelas páginas do *Estado*, de forma não menos irônica, Epitácio afirmou que não sentia-se ressentido com a tentativa de desprestigio de suas qualidades e imagem pública levada a efeito pelos redatores da *Gazeta*, embora, tenha achado um "pouco delicada a figura [referindo-se a nota de jornal que questionava sua imagem de *jóquei vencedor do certâmen*]". Para tanto, descreveu que na noite em que a matéria veio à tona havia tido "amistosa palestra com êles [os redatores da Gazeta]", e "emiti a mesma opinião quando, chamado ao assunto, discutimos a propriedade ou impropriedade da imagem. Isto reproduziu-se à noite. Separamo-nos como bons amigos que somos".[44]

[44] Ibidem.

Vista pelo ângulo da negociação da propriedade ou impropriedade da imagem, o comportamento político de Epitácio na noite em que a matéria veio à tona revela, nos bastidores, uma *silenciosa luta por prestígio e por posição*, disputada conscientemente na imprensa paraibana. O gesto de Epitácio nos sugere imaginar que a defesa de sua imagem figurava como necessária à medida em que cabia controlar o "imaginário político" que o coloca como um dos atores centrais da cena. Estava Epitácio figurando como ator numa cena que lhe aproximava ao "centro do poder" da Paraíba republicana, cuja apreensão, lhe condicionava o exercício de uma dramaturgia política. Como resultado, seguia-se as primeiras representações de um líder, cuja face, assentava-se a imagem do líder *carismático*. Na manhã do dia seguinte, contudo, a *Gazeta* suspendia sua publicação e responsabilizava o então Secretário Geral de não respeitar a liberdade de imprensa e ter *censurado* o comentário que punha em cheque a sua capacidade retórica. Epitácio, contudo, mostra-se surpreso com a revelação, aludindo o encontro na noite anterior com seus redatores em que discutiram, *amistosamente,* a referência da imagem. Neste interim, não esquece de lembrar ao público que era um defensor da liberdade de imprensa, para ele "a mais respeitável de tôdas as liberdades[45]".

Aquele foi um momento importante da carreira política de Epitácio Pessoa, posto que passava a ser reconhecido como um dos homens que havia desembarcado na Paraíba, vindo do Rio de Janeiro, para compor o governo de *legítima ordem democrática.*[46] Dessa maneira, atuando de forma conjunta, Antônio e Epitácio criaram na Paraíba um ambiente propenso para o reconhecimento de uma *tradição familiar*, em que cuja ação política poderia ser transmitida aos descendentes, mais especificamente aos filhos de Antônio e sobrinhos de Epitácio. Uma tradição inventada*,* apropriada pelos herdeiros da família em Umbuzeiro e usada para legitimar determinadas posições de poder.

A *tradição familiar Pessoa* foi amplamente mencionada entre as décadas de 1920, 1930 e 1940 para manter aceso o prestígio e perene a memória dos feitos políticos da família. Nesse momento defendo a hipótese de que, mesmo com o epitacismo saindo de "moda" a partir de 1930, sendo substituído pela liderança de

---

[45] Ibidem.
[46] *Verdade*, Jornal, Areia, 10 de dezembro de 1889.

José Américo de Almeida – americismo –, o prestígio político e a tradição familiar Pessoa, criada e defendia em tempos de outrora tendeu a permanecer, diante da recorrência a um estratégico trabalho de *enquadramento de memória* empreendido pelos herdeiros dessa tradição familiar em Umbuzeiro. Neste ponto, a análise circunda em torno da atuação dos descendentes diretos de Antônio Pessoa - seus filhos -, Antônio Pessoa Filho e Carlos da Silva Pessoa - em Umbuzeiro.

Ocorre que a atuação desses sobrinhos de Epitácio ficou circunscrita a pequenas citações e/ou notas de rodapé notabilizando suas participações a partir da efetiva ação política de João Pessoa, entre 1920 e 1930.[47] Além do mais, quando fala-se do declínio do epitacismo a partir da década de 1930, não se tem dado a devida atenção a luta empreendida pela família para se manter aceso o prestígio e a tradição familiar.[48] Em Umbuzeiro, esse trabalho foi levado a efeito principalmente por Carlos Pessoa[49] - para citar o sobrinho de Epitácio e filho de Antônio que permaneceu diretamente na cena política em Umbuzeiro após 1930 - através do jornal *Imprensa* em suas notas do interior.[50] Pelas páginas do jornal é possível detectar a luta empreendida contra a queda do prestígio político e do não reconhecimento da tradição familiar.

Fato que evidencia um esforço em lutar contra a perda da "herança" de símbolos, leia-se, da "herança imaterial" - para além da base material - criada e

---

[47] Vide Aires (2006) sobre a participação política de Antônio Pessoa Filho e Carlos da Silva Pessoa.

[48] Em uma análise em torno da negociação entre memória e história, enfatizando a leitura dos festejos do centenário da dependência em 1922, Sandes (2011, p. 230-232), nos mostra como, na medida em que no movimento de 1930 os militares alinhavam-se com Vargas e na memória nacional os primeiros começavam a figurar como heróis nacionais - dentre eles muitos que haviam participando do levante do Forte de Copacabana em julho de 1922, em um dos momentos mais críticos do governo de Epitácio - o ex-presidente se "recusa a tributar aos tenentes a direção do movimento revolucionário, chegando a criticar o presidente Vargas pela adesão precoce à farda e pelo consequente abandono ao ideário liberal", alertando, a forma como a memória do movimento de 1930 estava sendo construída. Foi nesse momento que Epitácio promoveu um verdadeiro combate "aos novos mitos", por meio do apego a antigos mitos, dentre eles, a morte do sobrinho João Pessoa, "cuja imagem de herói nacional incorporou-se à nova mitologia política que se formara", requisitando, "para o trágico assassinato de João Pessoa o impulso fundador do movimento revolucionário".

[49] Ver leitura sobre o trabalho de enquadramento de memória feito pelo Jornal *Imprensa* no governo de Carlos da Silva Pessoa em Umbuzeiro (1936-1939) em Gomes e Santos (2012).

[50] A título de exemplo, sobre o trabalho de enquadramento de memória empreendido por Carlos Pessoa em Umbuzeiro, conferir matérias sobre a posse de Carlos Pessoa em: *A Imprensa*, João Pessoa, quinta – feira 16 de Janeiro de 1936. Sobre a atuação de Carlos Pessoa frente ao executivo municipal ver: *A Imprensa*, Jornal, Domingo, 31 de junho de 1936, p. 3. Sobre a inauguração da luz elétrica no povoado de Aroeiras: *A Imprensa*, Jornal. João Pessoa, 1º ago. 1936, p. 04-05 e *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, Dom. 18 de Abril de 1937; Sobre o retorno de Carlos Pessoa ao Executivo local; Sobre as construções e inaugurações em Umbuzeiro: *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, 25 de Fev. de 1938; Sobre o "balanço" das realizações administrativas do 4° ano de governo de Carlos Pessoa conferir: *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, terça-feira 31 de Janeiro de 1939.

transmita pelos seus antepassados políticos - tio, pai, irmão, primo -, mediante os créditos pelos serviços prestados a sua cidade - Umbuzeiro - e região, sem falar na extensão da esfera nacional. "Imaterial", porém, não menos "real", que teria igualmente lhe assegurado um status social legitimado por uma fidelidade reconhecida, por um respeito e pelos laços de dependência dos correligionários, em suma, pelo simbolismo do poder que traduz a sua eficácia em termos de configuração de uma dada realidade social.

Considerações finais

Pensar como se formou na Paraíba uma *tradição familiar e política,* a que se chamou de *escola cívica* de Antônio e Epitácio é o objetivo maior do presente trabalho. No curso do tempo, a criação, defesa, consolidação e manutenção da *tradição familiar Pessoa* foi usada pelas principais lideranças do epitacismo, sendo eles, Epitácio e Antônio Pessoa como um instrumento de legitimação de suas posições e poderio político. Nesse trabalho de composição e defesa, tais personagem negociaram suas respectivas representações na política do estado. Representações que foram ganhando formas especificas entre a monarquia e a primeira república no Brasil. Fato que revela uma predisposição desses personagens em manipular o imaginário político, justificando com isso a origem de um poder familiar.

Ao longo da análise, é possível perceber que a *invenção da tradição familiar Pessoa* era uma estratégia de manutenção do poder, criada na medida em que se percebia que o tempo, as instituições, as relações de poder, os mecanismos de ascensão e de obtenção de riquezas estavam em constante processo de mudança. Na base da estratégia detectada, encontrava-se à procura de segurança quanto a sobrevivência do grupo onde muito valia a manutenção e preservação do *status quo* transmitido de geração à geração. Uma tradição que aparece diluída em meio a simbólica dos gestos, das aparições e encenações, em suma, em meio a um conjunto de valores, de práticas e de representações que acabou por dar forma a uma "herança imaterial[51]", defendida e transmitida de geração à geração pelos Silva Pessoa em Umbuzeiro.

---

[51] Não sendo a presente tese um trabalho de micro-história ao trato dos micro-historiadores italianos, recorre-se aqui ao conceito "herança imaterial", extraído de um importante exercício de micro-história que trata sobre o estudo das transações de terra no Piemonte - notadamente na pequena comunidade

Fato que me leva a crer que a acumulação do capital material-econômico da família Pessoa articulando uma forte rede de correligionários e parentes, por si só, não explica o seu poderio político, merecendo-se acrescer toda uma análise em torno da dimensão simbólica assegurada por um estratégico trabalho de personificação e defesa de um prestígio político e de uma tradição familiar previamente definido e que visava o mesmo objetivo: o de criar, de aumentar, de assegurar e manter o poderio econômico, simbólico, social e político da família na região.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. *Inventando Tradições, Construindo Memórias: A "Revolução de 30" na Paraíba.* Dissertação (Mestrado em História - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2006.

BALANDIER, Georg. *O poder em cena.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BOURDIEUR, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. *Epitácio Pessoa (1865-1942).* Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editôra, 1951.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWN, Eric. TERENCE, Ranger. (Orgs.). *A Invenção das Tradições.* 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

FLORES, Hélio Chaves. A consolidação da República**:** rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república a Revolução de 1930.* 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 45-88.

GOMES, Iordan Queiroz; SANTOS, Luiz Carlos. A memória, as tramas e teatralizações do político em umbuzeiro e região. In. *Anais Eletrônicos do XV Encontro Estadual de História – ANPUH-PB.* Vol. 2, Cajazeiras, 2012, p. 16-31. ISSN: 9788589674676.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro História. In. BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

________. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

---

de Santena no Séc. XVII - e que objetivou "descobrir as regras sociais do intercâmbio comercial que operam em um mercado". Trata-se de um conceito chave aos nossos propósitos e que atravessa toda a tese, usado para entender como uma família, em nosso caso a família Pessoa e seus descendentes diretos, irão verdadeiramente lutar contra as incertezas de sua relação com o tempo, pela defesa e manutenção de uma tradição familiar, do prestígio político, pela sobrevivência do status social de um grupo, em suma, da "herança imaterial transmitida de uma geração para outra. Cf. Levi (1992, p. 140). Sobre a Micro História ver Levi (1992) e Giznburg (2007).

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
MISCELÂNEA: Obras completas de Epitácio Pessoa. Vol. XX. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965.

NÓBREGA, Apolônio. História Republicana da Paraíba. João Pessoa: Departamento de publicidade e divisão de imprensa oficial, 1950.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História,* v.27, número 53, jan-jun 2007a, p.11-23.

PESSOA FILHO, Antônio. *Na política da Paraíba: 2ª fase (1912-1930).* Obras completas de Epitácio Pessoa. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1962.
POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos. Memória 3.* Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa.* Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2009.
RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Gangorra do Poder: Paraíba 1889/1930*. João Pessoa: EDUFPB, 1989.

SANDS, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. 2. ed. Goiâna: Editora UFG, 2011.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. *O Estado Espetáculo*. São Paulo: Difel, 1978.

RERUM NOVUS NASCITUR ORDO: A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO AGOSTINHO GOMES (1769-1842)

MAIARA ALVES DO CARMO[1]
Universidade Federal da Bahia

RERUM NOVUS nascitur ordo: foi com essa epígrafe que Francisco Agostinho Gomes imprimiu em 26 julho de 1823, em Recife, o jornal *Escudo da Liberdade do Brazil*, defendendo o estabelecimento no Império de um governo constitucional, do liberalismo econômico e da liberdade de imprensa. Seis meses após chegar de Falmouth, Inglaterra, Gomes publicou o referido periódico com o objetivo de refutar o despotismo dos Andradas. Estes, de acordo com o publicista, pretendiam "estender os limites da autoridade do monarcha além dos que lhe prescreve a mesma Ordem Constitucional adoptada".[2]

Francisco Agostinho Gomes, à época em que divulgou o *Escudo da Liberdade*, já era reconhecido por seus contemporâneos por sua atuação política. Apesar disso, permaneceu como uma personalidade obscura e pouco conhecida na historiografia do Brasil e da Bahia. Atuando nos bastidores políticos, econômicos e intelectuais na capitania e, posteriormente, do Império do Brasil (até a sua morte, em fevereiro 1842). Esteve presente e influente em notáveis movimentos políticos desde o ensaio de sedição de 1798 até a Independência; por isso, Luís Henrique Dias Tavares lhe atribuiu o epíteto de "o desconhecido Agostinho Gomes". Deste modo, cabe a pergunta: quem foi Francisco Agostinho Gomes?

---

[1] Graduada em Licenciatura em História pela Unijorge, especialista em História da Bahia pela Faculdade São Bento da Bahia e mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia. O texto trata-se de uma pesquisa que se encontra em andamento, com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] O Escudo da Liberdade do Brazil, n.1, Recife, 26 de julho de 1823, p. 1.

Nascido na Bahia, em 4 de julho de 1769, Francisco Agostinho Gomes descendia de famílias de ricos comerciantes, por parte de ambos progenitores. Filho de Agostinho Gomes, irmão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, e D. Isabel Maria Maciel Teixeira, que faleceu ao lhe dar à luz[3]. De acordo com Tavares (2003, p. 127), Gomes foi enviado para Lisboa pelo seu pai para tornar-se padre e, após o falecimento deste e da licença proferida pela Santa Sé, retornou ao Brasil assumindo os negócios da família. Há diversas lacunas documentais acerca da juventude e sua formação acadêmica, porém, diversos autores como Nuno Gomes Oliveira (OLIVEIRA, 2015, p. 77) e Olivério Pinto (PINTO, 1979, p. 117) afirmaram que, após a morte de seu pai, Agostinho Gomes, herdando opulenta fortuna, deixou os estudos eclesiásticos e teria se matriculado no curso de Leis e Filosofia, dedicando-se aos estudos de história natural, ciências naturais, política, economia, literatura, entre outros.[4]

Francisco Agostinho Gomes foi um dos sujeitos que atuou no Império português e no nascente Império do Brasil, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, fazendo emergir uma nova ordem. Juntamente com outros indivíduos, tais como Cipriano José Barata de Almeida, José Lino Coutinho, José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Silva Lisboa, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá, etc., formados sob as luzes do Reformismo Ilustrado português. Esse grupo heterogêneo trabalhou para a Coroa e esteve, concomitantemente, buscando brechas para dissipar o Antigo Regime lusitano.

O período de atuação desses sujeitos foi marcado por profundas transformações em todo o mundo, sobretudo na América e em suas metrópoles. As ideias que levaram à Independência das Treze Colônias Inglesas (1776), a Revolução Francesa (1789-1799) e a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, juntamente com a Revolução Haitiana (1791-1804), influíram, definitivamente, na atuação dessa rede de indivíduos no Império português e no Império brasileiro.

---

[3]Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Livro 4° de Termos de Irmãos, n° 4, (1733-1772).
[4]BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. II, p. 479.

Para vislumbrar esse período, faz-se necessário traçar a trajetória desses indivíduos e, em especial, a de Francisco Agostinho Gomes, pois ocupou posição social estratégica nessa conjuntura. Francisco Agostinho Gomes é o Fio de Ariadne que irá conduzir a análise desses processos históricos, inserido nesse grupo diversificado de indivíduos (que envolvia intelectuais, ricos comerciantes e políticos), estreitamente conectados. Através dos seus 73 anos de existência (1769-1842), é possível, como ressaltou Jacques Le Goff, ter acesso às estruturas e compreender se, e de quais formas, atuou e interferiu no contexto social, político e econômico em que viveu[5].

Relacionou-se ilicitamente com a viúva D. Maria Luísa Viana, residente em Salvador com quem teve sete filhos. Em 1814, solicitou a legitimação e foi atendido em 21 de fevereiro de 1829. Henriqueta, Sofia, Francisco, Antônio, Agostinho, Bento e Elisa foram legalmente reconhecidos e, assim como Gomes, também permaneceram ocultos na historiografia[6]. Devido às práticas sociais do período e sua posição de destaque na sociedade baiana, por que Gomes solicitou o reconhecimento legal dos filhos, frutos de uma relação ilegítima? O processo de legitimação durou quinze anos para ser concluído e também deve ser investigado. Foi encontrada também, a notícia de uma possível filha adotiva de Gomes, chamada Ricarda Maria da Encarnação.[7]

Há uma lacuna na sua juventude até a década de 1790, quando manteve relações comerciais com o desconhecido Norbona[8] e, em 1798, quando foi acusado, indiretamente, de participar de jantares de carne em Quinta e Sexta-Feira Santa. Foi acusado, também, pelo desembargador Francisco da Costa Pinto de estar envolvido no movimento sedicioso de 1798. Na Devassa, um dos

---

[5]O historiador francês se opõe a Fernand Braudel e à Segunda Geração dos Annales quanto ao indivíduo na análise histórica. A história qualitativa e totalizante excluía os indivíduos da análise histórica em detrimento de uma análise macro, das massas; para Jacques Le Goff a vida de um indivíduo possui tempo suficiente para se acessar as estruturas.
[6] Arquivo Nacional. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 124, PAC. 3, doc. 6.
[7]Publicações do Arquivo Nacional - Tutelas e curatelas. RJ: 1965, Vol. 57; p. 1 e 9. Ricarda Maria da Encarnação, filha adotiva de Francisco Agostinho Gomes (Padre). Tutora: sua tia Joaquina Cândida (1818). Cx. 98-II-71.
[8]A figura do português João da Silva Norbona continua uma incógnita. O desembargador Berbedo instalou uma devassa para identificá-lo, mas, após ouvir 12 testemunhas, pouco conseguiu. Supõe-se que era mascate e cirurgião. Luís Gonzaga das Virgens afirmou que o "tinha amizade" com Francisco Agostinho Gomes e Jacinto Dias Damásio "e outros muitos homens da [freguesia da Conceição da Praia". O desembargador Berbedo, contudo, não levou adiante a devassa e não interrogou Gomes.

depoentes, Luís Pires de Carvalho e Albuquerque, menciona-o, juntamente com Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, por traduzir o censurado "As Ruínas" com o objetivo de "desabuzar os rapazes religiosos" (TAVARES, 1975, p. 64).

Entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do XIX, a Capitania e, posteriormente, Província da Bahia, foi cenário de diversas agitações políticas que promoveram mudanças na América portuguesa. Diversas personagens foram influenciadas por ideais revolucionários, liberais e constitucionais. Além de Francisco Agostinho Gomes, estavam nesse conjunto outros ilustrados, tais como Cipriano José Barata de Almeida - amigos até o fim das suas vidas -, Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, Manoel de Carvalho Paes de Andrade e José Borges de Barros. Uma das cartas emitidas pelo ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho afirma que

> Entre as pessoas de que faz menção como mais afeiçoadas aos principios Francezes, he o padre Francisco Agostinho Gomes, Homem rico, e senhor do bergatim Amizade, que agora se vendeo aqui, e de quem se diz que em Sexta-feira da Paixão, dera hum banquete de Carne, a que forão convidadas varias pessoas, sectarias dos mesmos principios. Sua Magestade ordena que V. S.a examine logo este ultimo facto, e achando o verdadeiro os faça logo julgar com toda a severidade das leys para que os castigos de tais reos seja verdadeiramente exemplar.(...) Repito novamente a V. S.a de ordem de Sua Magestade que premio, e castigo são os dois Polos sobre que se estriba toda a Maquina Politica.[9]

O ministro português mudou de ideia alguns meses após esta Carta Régia: de acusado na participação no movimento sedicioso (1798) e simpatia pelos princípios franceses, Francisco Agostinho Gomes embarcou para Portugal e retornou à colônia com privilégios concedidos pelo próprio D. Rodrigo de Souza Coutinho. Em fevereiro de 1799 foi absolvido das acusações - diferentemente de, entre outros, Hermógenes Pantoja, Cipriano Barata e os quatro condenados à pena capital naquele mesmo ano: João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira e Luiz Gonzaga das Virgens Veiga.

[9]Arquivo Público do Estado da Bahia. Colonial/Provincial. Coleção de Cartas Régias. Vol 86, doc. 59. Queluz, 4 de outubro de 1798.

Naquele ínterim, o arcebispo D. Antonio Correa relatou a D. Rodrigo de Souza Coutinho que

> Passo a dizer que a agora vai para Lisboa o Diacono Francisco Agostinho Gomes, ainda que só irá em Fevereiro, concedi-lhe a licença, que segundo a Ordem Regia era obrigado a pedir-me. Julgo não vai com o intento de ser Presbítero, ou Pároco. Pela morte do Pai, um dos grandes comerciantes nesta Bahia, ficou com toda a casa e alcançou do Papa Breve para continuar no negócio pelos anos que eu determinasse. Entre todos os Eclesiásticos é aquele de que ouça falar menos bem a respeito dos perniciosos sentimentos modernos.Não o sei com certeza, nem se me fez queixa contra elle, que me obrigasse a proceder.[10]

Além do arcebispo, o governador dom Fernando José de Portugal também saiu em defesa do ilustrado baiano, relegando os ocorridos como obras "de alguns indivíduos, quase todos de classe ordinária"[11]. Kenneth Maxwell (2004, p. 21) observou que "as investigações sobre as atividades do Padre Agostinho Gomes, [...] nada revelou além do fato de que ela era um homem erudito e bem informado, e leitor de gazetas inglesas e francesas". Gomes é bem mais do que aparentou aos olhos das autoridades coloniais. Sua discrição deve-se, em grande medida, ao *modus operandi* comum aos franco-maçons. Um manuscrito que apresenta uma lista de nomes, conservado na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, elenca um grupo de notáveis baianos possivelmente ligados e denunciados à monarquia como pertencentes aos quadros da maçonaria da Bahia. Dentre estes nomes está o de José Lino Coutinho, Domingos Borges de Barros, Luís Paulino da França e Francisco Agostinho Gomes.[12] Talvez esta seja a resposta para o questionamento de Luís Henrique Dias Tavares (1975, p. 69): "por que iriam acusar um homem de consideração?".

Após ser inocentado das acusações, Gomes viajou para Lisboa possivelmente com o objetivo de diminuir as suspeitas de participação no movimento e a fim de buscar novidades intelectuais (BASTOS; NEVES, 2004, p. 16). Retornou para Salvador no início do século XIX, em data incerta, trazendo

---

[10]Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia - Catálogo Eduardo Castro. Caixa 97, doc. 19.064. Bahia, 19 de janeiro de 1799.
[11]Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, doc. 20.807.
[12]AHI. Lata 195, maço 6, pasta 13.

356 títulos de livros no período em que o comércio de livros era proibido e a entrada deles na colônia controlada pela Real Mesa Censória. Este vultoso conjunto de livros estava em diversos idiomas (francês, inglês, latim e italiano, além de português) e sobre história, artes, ciências, botânica, literatura, filosofia, medicina, retórica, teologia, jurisprudência, economia, dicionários, gramáticas, entre outros (NEVES; BASTOS, 2004, p. 19).

Havia também obras banidas pela Real Mesa Censória, de autores como Rabelais, Milton, Hume e Rousseau. As formas pela qual Francisco Agostinho Gomes entrou com esses livros, muitos deles defesos, pela Alfândega da Bahia, exige algumas considerações que somente uma pesquisa mais aprofundada permitirá elucidar. O historiador Carlos Villalta afirmou que alguns indivíduos obtinham o privilégio de ler e trazer para a colônia, através de autorização das autoridades régias, obras proibidas de circularem e serem lidas em Portugal e domínios ultramarinos (VILLALTA, 2015, p. 269).

A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes era uma das maiores e mais importantes bibliotecas privadas do período colonial. De acordo com Borba de Moraes, "a melhor e maior livraria particular existente no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX" (1979, p. 29). Borba desconhecia o arrolamento dos livros de Gomes, limitando-se apenas a dizer que foram doados para a Biblioteca Pública da Bahia, no início do séc. XIX – de fato o foi e, além de benfeitor, participou de sua criação, fundação (1811), tornou-se secretário (1811) e diretor da primeira Biblioteca Pública do Brasil, entre 1814 e 1821[13]. A relação de Gomes com os livros é, aparentemente, intrínseca à sua natureza e vislumbra aspectos intelectuais, políticos e sociais da trajetória desse ilustrado.

Por volta de 1811, como dito anteriormente, Agostinho Gomes doou parte de seu acervo para a fundação da Livraria Pública da Bahia, porém não se sabe quais livros especificamente foram doados; a completa identificação dessas obras é de supra importância para a compreensão de suas ideias e da história da Biblioteca Pública da Bahia. Ao longo de sua vida, anunciava em periódicos livros extraviados de seu acervo particular, solicitando que o restituíssem ou

[13] Arquivo Público do Estado da Bahia. Maço 4061. Presidência da Província; Instrução Pública; Instituições Culturais; Biblioteca Pública (1824-1887).

vendessem-lhe (Correio Mercantil, 1838, p. 4). Está sendo realizada investigação nos periódicos baianos com o intento de identificar a produção bibliográfica de Gomes, bem como seus livros e artigos, inclusive os escritos anônimos.

Em 1801, já na Capitania, entrou com um processo judiciário a fim de reaver sua casa comercial que ficou sob o comando de Manuel José de Melo (TAVARES, 2003, p. 132). Neste mesmo período, seus negócios galgaram notável expansão, possivelmente pelas alianças políticas estabelecidas ao tempo em que viveu na Corte. Neste período, sua fama extrapolou as fronteiras brasílicas, registrado através dos viajantes ingleses que travaram contato com o intelectual baiano e se mostraram admirados com seu acervo bibliográfico e erudição. Em 1802, o inglês Thomas Lindley destaca a excepcionalidade de Gomes quanto aos estudos, sua inclinação para a botânica e filosofia, bem como o conhecimento do francês e inglês.[14]

Com o desembarque da Família Real portuguesa em Salvador (1808), em sua breve passagem, um dos oficiais britânicos que faziam parte da esquadra que a protegia, o tenente Thomas O'Neill, conheceu Gomes e relatou um dos jantares oferecidos em sua casa. Juntamente com o capelão e demais oficiais do *London*, o tenente britânico descreveu a casa – localizada, à época, no Beco das Môroas, n. 8, possivelmente na atual praça Almeida Couto, em Nazaré -, o cardápio, hábitos e destaca sua admiração pelas ideias, erudição e por sua biblioteca "com milhares de volumes dos melhores autores" (TAVARES, 2003, 133).[15]

Luis Henrique Dias Tavares já havia sinalizado o encontro de Gomes com Thomas Lindley e Thomas O'Neill, mas esses não foram os únicos cronistas a estabelecer contato com a personagem[16]. Agostinho Gomes teve correspondência com outras figuras importantes na primeira metade do século

---

[14] LINDLEY, Thomas. Narrative of a voyage to Brasil: terminating in the seizure of a british vessel, and the imprisonment of the author and the shipªs crew, by the portuguese: with general sketches of the country, itas natural productions, colonial inhabitants, &c. and a description of the city and provinces of St. Salvadore and Porto Seguro. London: printed for J. Johnson, 1805, p. 66-68.
[15]Almanaque para a Cidade da Bahia em 1812. Bahia: Typ. de M. A. da Silva Serva, 1811, p. 236.
[16] O'NEILL, Thomas. A concise and accurate account of the proceedings of the squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K. S. &c. in effecting the escape of the royal family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807, by Lieut. Count Thomas OªNeil. - London : printed by J. Barfield, 1810.

XIX, não referenciados em nenhum dos estudos anteriores, indicando o quanto ainda está por se revelar sobre esse singular baiano.

Gomes conheceu, por exemplo, o naturalista Adelbert von Chamisso[17], famoso por acompanhar o comandante Otto von Kotzebue[18] (1787-1846), que a serviço do Império Russo, circunavegou o globo por três vezes. Nos *Remarks* anexos ao livro, na seção sobre o Brasil (p. 5-14) Chamisso assinala que *nós mencionamos aqui com gratidão o Padre Franscisco Agostinho Gomez na Bahia*. O motivo da gratidão do naturalista alemão consiste no fato de Gomes ter remetido informações por via de Johann Centurius Hoffmann Graf von Hoffmannsegg[19], que visitou Portugal, juntamente com Friedrich Link[20], entre os anos de 1797 a 1801, período em que Gomes também se encontrava em Lisboa.

As informações apresentadas por Gomes complementariam as que foram divulgadas por Georg Marcgraf e William Piso sobre a história natural do Brasil, recolhidas ainda no governo de João Maurício de Nassau (1637-1645) e publicadas na *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) e no *De India Utriusque Re Naturali et Medica* (1658). É bem possível que Francisco Agostinho Gomes tenha se correspondido com outros botânicos e naturalistas luso-brasílicos, como frei José Mariano da Conceição Veloso (primo de Tiradentes) e Domingos Vandelli, da Universidade de Coimbra, que também foi preso sob suspeitas de auxiliar os franceses, na ocasião em que as tropas de Junot invadiram Portugal em 1807.

Em setembro de 1821, Gomes foi eleito, juntamente com Cipriano Barata, José Lino Coutinho e outros baianos, para as Cortes de Lisboa. Naquele mesmo ano, em Portugal, passou a viver na Rua Ivens. Dos 94 deputados eleitos pelo Brasil apenas 46, menos da metade, participaram dos debates políticos na capital portuguesa. Ao longo do mês de setembro de 1821, esses deputados se

---

[17] Adelbert von Chamisso (1781-1838) foi um naturalista e literato franco-alemão. Estudou a flora nativa da América, contribuindo para os estudos e descrição dessas espécimes. Entre 1815 e 1818 participou de uma expedição científica ao redor do mundo juntamente com Kotzebue.

[18] Otto von Kotzebue (1787-1846) foi um navegador russo, de origem alemã, oficial da marinha russa e capitão da fragata "Rurik".

[19] Johann Centurius Hoffmannsegg (1766-1849) foi um colecionador, botânico, entomologista e ornitologista nascido na Prússia, atual Alemanha. Participou de expedições científicas em diversos países e, em Portugal, entre 1795-1796 e 1797-1801. Interessava-se também pela flora da América portuguesa.

[20]Idem. Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851) estudou medicina, dedicou-se às ciências naturais. Participou da expedição de Hoffmannsegg à Portugal. Foi também professor da Faculdade de Medicina de Berlim, onde também dirigiu o jardim Botânico da cidade.

opuseram ao envio de contingentes militares para a Bahia e contra o projeto de retirar do Rio de Janeiro o príncipe regente, D. Pedro. Francisco Agostinho Gomes e Cipriano Barata requisitaram, sem sucesso, que fossem anuladas as disposições relativas ao Brasil em razão da ausência da maioria dos seus deputados. Em março de 1822 se encontravam em Lisboa apenas 30 deputados brasileiros, sendo que àquela data já estavam óbvias as intenções das Cortes para com o Brasil.

As Cortes de Portugal deliberaram pela extinção das Academias de Marinha e de Belas-Artes do Rio de Janeiro, ordenando que os professores se recolhessem à Lisboa e aprovou-se ainda um projeto pelo qual o Brasil retornaria à condição econômica anterior ao decreto de abertura dos portos de 1808. Acuados, os deputados brasílicos Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho e Diogo Antonio Feijó se viram obrigados a fugir para a Inglaterra. Em Falmouth, publicaram a carta manifesto do dia 22 de outubro de 1822, que circulou na Europa, sendo publicada também em alemão.[21]

> Sessão. 12 de Outubro. O Ministro de Justiça remetteo ao Congresso uma participação do Intendente da Policia, de que no paquete Inglez Malborough tinham partido para Inglaterra sem licença, os Deputados de Cortes, Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada; Joze Ricardo da Costa Aguiar; Francisco Antonio Bueno; e o Padre Feijo, Deputados por S. Paulo. Joze Lino Couttinho: Cypriano Jozé Barata de Almeida; o Padre Francisco Agostinho Gomes, Deputados pela Bahia.[22]

A partir de 1823, há outra lacuna documental na sua trajetória, voltando a aparecer apenas na década seguinte, quando seus textos políticos e filosóficos foram impressos. De fato, Gomes era respeitado pelos seus pares desde os fins do século XVIII e primeira década do XIX. Esse reconhecimento, contudo, foi exponencialmente ampliado após 1830, como bem demonstra sua atuação na Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia. O *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Província da Bahia*, impresso na Typografia da Viúva Serva, passou a ser editado no início de 1835

[21]Correio Braziliense, n. 174, novembro de 1822, Londres, pp. 532-533; Der Oesterreichische Beobachter, n.324, Quarta-feira, 20 de novembro de 1822, p.1389.
[22]Correio Braziliense, n. 174, novembro de 1822, Londres, p. 489.

por Francisco Agostinho Gomes. Na edição de 15 de fevereiro do mesmo ano, foi feita a nomeação:

> Mandou-se suspender a publicação do nosso Jornal por não estar em bem estado a sua redacção, e Impressão; e foi convidado (...) o Sr. Padre Francisco Agostinho Gomes, para a da redacção, do que, sem duvida, muito se pode colher, pelas luzes, e instrucção de tão digno Collega que acceitou esta importante Commisão.[23]

Gomes atuou política e intelectualmente até seus últimos anos de vida, já quando estava perceptivelmente debilitado por uma doença degenerativa. No ano de 1839, foi implicado por crime contra a Lei de Abuso de Liberdade de Imprensa, em vigor desde 18 de julho de 1822 e estabelecida, ironicamente, pelo seu antigo rival em debates políticos na imprensa, José Bonifácio de Andrada. Em meio às incertezas das guerras no período regencial, Gomes publicou anonimamente um artigo, na *Gazeta Commercial da Bahia*, a 07 de setembro de 1839, emitindo suas observações acerca das comemorações da Independência do Brasil, temendo que o país seguisse o destino que *tem devastado republicas visinhas*. Segundo o autor "Mil vezes mais venturoso seria o Brasil, se em vez de memorarmos o anniversario deste dia, houvéssemos de celebrar o de 17 de dezembro de 1815."[24]

Escreveu, talvez, em resposta aos movimentos ocorridos no Brasil e nas nações vizinhas. Ou, ainda, mantinha as convicções políticas de 1822, quando defendia a instauração de um governo constitucional e não a emancipação do Brasil de Portugal.

> Em quanto a soberania do povo, ella he dês truidora de toda a obediência, porque se a parte, que deve obedecer tiver o direito de julgar da que deve mandar, e tirar-lhe a authoridade, pode se reputar hum tal poder como ruína de qualquer Estado. Daqui tem se seguido todos os motins e rebeliões, que tem assolado em grande parte o Imperio, já no Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, e outrás Provincias, cujos males vão tomando hum Aspecto tão medonho, que obrigou a nossa Provincia, assustada de hum porvir tão temeroso, a romper em huma Representação a Assembléa Geral Legislativa, que a crise

[23]Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio, e Industria, da Província da Bahia. Bahia, Typ. De Moreira, 1834, n. 17, p. 2.

[24] Em 16 de dezembro de 1815, o Príncipe Regente promulgou uma Carta Lei elevando o Estado do Brasil à categoria de Reino Unido juntamente com Portugal e Algarves. A intenção do Príncipe Regente era criar uma atmosfera de autonomia para a América portuguesa, mediante as insatisfações dos reinóis e colonos do além mar.

> actual muito a Justifica, inda que para alguns tenha parecido menos respeitosa, porque quando se trata da salvação publica, não há providencia, que, inda que contraria seja ás Leis, julgando-se indispensavel, não se torne licita. Agora o que resta he, que a Assembléa Legislativa tome nesta crise toda a actividade para com Leis muito apropriadas poder se obstar a torrente de males, que ameação o Brasil de huma anarchia, que, a não se evitar, poderemos cahirn'huma dictadura.[25]

O processo, conservado no Arquivo Público do Estado da Bahia, foi esquecido pelos historiadores. Movido pelo promotor Jozé Antonio de Magalhães Castro, que denunciava o artigo de Gomes como inconstitucional e ofensivo. Gomes se posicionou contra a separação entre Brasil e Portugal, defendendo o Reino Unido e uma unidade constitucional. O que, possivelmente, o impeliu a redigir o artigo foi a sua preocupação com a unidade e a ordem no Império, temendo que o Brasil se tornasse uma ditadura ou fosse assolado pela "anarquia". Naquele ano, a saúde de Gomes estava tão fragilizada que somente pôde assinar uma procuração pela qual o Dr. Luiz Maria passou a lhe representar no processo. O promotor Jozé Antonio de Magalhães Castro não citou Francisco Agostinho Gomes no processo, porém este assume tê-lo escrito através de seu procurador.

É notável que Agostinho Gomes tenha publicado, na primeira página do periódico *O Sete de Setembro*, artigo ofensivo à Ordem Imperial. Por quais razões José Antonio da Silva Serva, filho do primeiro tipógrafo da Bahia, permitiu a publicação do referido artigo? A saúde de Gomes, àquela época, estava bastante debilitada e, ainda assim, assumiu a autoria do artigo. A confissão de autoria feita publicamente teria sido a pedido do editor, sob quem recairia o ônus da denúncia?

Gomes faleceu aos 22 de fevereiro de 1842. Passados mais de um século e meio, sua vida e escritos permanecem ignorados. Sua obra política, jornalística e filosófica merece ser recuperada, antes que seja perdida em definitivo.[26] Antes,

[25] Gazeta Commercial da Bahia, 07/09/1838. A Gazeta Commercial da Bahia circulou em Salvador entre as décadas de 1830 e 1840, editada por J. A. da Silva Serva e impressa pela tipografia da Viuva Serva & Filhos. Suas publicações estavam, supostamente, alinhadas ao Império do Brasil - mesmo durante período regencial e no conflito da Sabinada (1838), quando mudaram a tipografia de Salvador para Itaparica.

[26]Staatsbibliothek-Berlin. Kalliope-Nummer: 02226807. Chamisso, Adelbert von: Manuskript zu "Bemerkungen und Ansichten", Kapitel "Brasilien", f. 5.

porém, é necessário restabelecer sua História. Esteve inserido em uma rede heterogênea que permanece pouco estudada pelos historiadores: a maçonaria. Os sujeitos com os quais Gomes se envolveu, direta e indiretamente, citados anteriormente, estiveram sob suspeita de participação em sociedades iniciáticas ao longo de suas vidas. Cipriano José Barata de Almeida, José Lino Coutinho, José Bonifácio de Andrada e Silva, Diogo Soares da Silva e Bivar, Alexandre José de Mello Moraes, Lúcio José de Matos, Manoel Antônio da Silva Serva, entre outros.

Ao longo de sua trajetória, Francisco Agostinho Gomes esteve estreitamente relacionado com o grupo de intelectuais que gravitavam em torno da Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva e dos seus herdeiros (1811-1846). A Biblioteca Pública da Bahia, que Gomes fundou juntamente com Pedro Gomes Ferrão e D. Marcos de Noronha e Britto, foi idealizada e fundada em sincronia com a Tipografia Serva na Bahia, em 1811, que imprimiu os estatutos daquela instituição.

A família Serva estava envolvida em projetos constitucionais nos dois lados do Atlântico e até mesmo em Macau, onde Bento José Gonçalves Serva, que fora funcionário da tipografia na Bahia até 1815, se aliou ao baiano Paulino da Silva Barbosa, líder da Revolução Constitucional (1822-23) naquele entreposto português na Ásia, para criar o jornal anti-absolutista *A Abelha da China*. Em Lisboa, estava estabelecido Manoel José da Silva Serva, tesoureiro do Grande Oriente Lusitano e possivelmente irmão do Manoel Antonio da Silva Serva, dono da tipografia na Bahia. Manoel José da Silva Serva era um discreto agitador político, que cuidava dos negócios da referida obediência maçônica portuguesa, escapando à punição aos conspiradores aliados ao pedreiro-livre Gomes Freire de Andrade (1817), mas sendo preso durante o governo absolutista de D. Miguel.

O historiador Pablo Iglesias Magalhães afirmou que "o grupo que circulava em torno da Tipografia de Serva era composto por pedreiros-livres ou franco-mações, num momento em que as sociedades iniciáticas se alinhavam ao projeto de implantar um sistema constitucional e liberal" (IGLESIAS MAGALHÃES, 2016, p. 334). Magalhães indica alguns dos intelectuais envolvidos "Ignácio José de Macedo, Diogo Soares da Silva e Bivar, José Francisco Cardoso de Moraes, José Eloy Ottoni, Paulo José de Mello Azevedo e Brito, José da Silva Lisboa, Francisco

Agostinho Gomes, entre outros". Além dos já citados artigos nos Jornais, Gomes imprimiu pela Serva seu tratado de comercio (1837) e foi o editor do Jornal da Sociedade de Agricultura.[27] É possível que ainda existam textos de Agostinho Gomes impressos na Bahia e em Pernambuco, mas que preservara seu nome por meio do anonimato.

É possível confirmar a existência de três lojas maçônicas na Bahia entre 1802 e 1813, sendo que elas se organizaram sob a obediência do Grande Oriente Brasileiro (1813-1817), que foi extinto na sequência da Revolução Pernambucana. Não é possível afirmar que Agostinho Gomes estava associado a alguma dessas três lojas, mas há indícios significativos da sua participação. Entre outros, a tradução que fez de "As Ruínas" de Volney, por exemplo, livro que servia como uma especial de manual de práticas dos iniciados. Os privilégios que Gomes alcançou ao longo de sua vida: não apenas por deter uma posição social e econômica de destaque, mas, principalmente, por integrar este círculo. Em 1821 há outro indício: como dito anteriormente, deixou a direção da Biblioteca Pública da Bahia ao ser eleito, com o maior número de votos, deputado para representar a Província da Bahia nas Cortes de Lisboa.[28] José da Silva Lisboa, em 1827, afirmou que

> Tendo as Praças do Porto e Lisboa activo Commercio com a da Bahia, as noticias de Revolução de Portugal chegarão em breve a esta Cidade, com as Proclamações e papelladas incendiarias do Douro e Téjo. Já os espiritos de seus habitantes se achavão exasperados com a nova do Despacho que ElRei havia feito em fim de Dezembro de 1820, nomeando o Conde de Villa-Flor para Governador da Capitania. **A Cabala Maçonica se precipitou a fazer (quanto antes) a explosão da Cratéra Revolucionaria da predominante sociedade correspondente do Grande Oriente**. Os Emissarios da antiga Metropole não perderão tempo em pôr no seu partido a Tropa do Paiz. [...] esta Praça, sendo quasi huma Colonia do Minho, tomou vivo interesse na Revolução do Porto; [...]. **Os naturaes da Bahia seguirão o impulso dado pelos emissarios da Cabala Maçonica de Lisboa. Poserão-se em movimento os membros mais activos das Sociedades Secretas, assaz notorios na chronica escandalosa do Paiz, cujos nomes ora he desnecessario individuar, por honra de suas pessoas**(...)".[29]

[27]Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio, e Industria, da Província da Bahia. Bahia, Typ. De Moreira, 1834, n. 17, p. 2.

[28]*Semanário Cívico*, nº 29, 13/09/1821.

[29]LISBOA, José da Silva*. Historia das principaes successos politicos do imperio do Brasil.* - Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1827, pp. 43-46. Capítulo VIII.

A análise de sua trajetória, bem como a dessa rede de indivíduos, possibilitará uma nova compreensão acerca dos processos históricos ocorridos entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Francisco Agostinho Gomes foi um dos grandes agitadores políticos, intelectuais e culturais deste período, atuando juntamente com esse grupo diversificado de agentes históricos para fazer emergir uma nova ordem na Capitania e, posteriormente, Província da Bahia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: transição conservadora e construção da nação (1838-1850).* Salvador: Edufba, 2009.

BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Elogio Histórico de Francisco Agostinho Gomes, membro correspondente do Instituto. R*evista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, suplemento ao t. 4, nº 16, p. 28-35, janeiro de 1843.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

IGLESIAS MAGALHÃES, P. A.. Ignacio José de Macedo: da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834). *Revista do Instituto Geográphico e Histórico da Bahia,* v. 108, p. 221-262, 2013.

_____. A Parafraze dos Proverbios de Salomão: O código moral dos pedreiros livres impresso na Bahia em 1815. *Revista Portuguesa de História do Livro*, v. 35-36, p. 369-419, 2015.

_____. Paulino da Silva Barbosa: o baiano que liderou a Revolução Constitucional em Macau e criou o jornal Abelha da China (1822-1823). *Afro-Ásia (UFBA. Impresso),* 2016.

_____. *Adendo ao Catálogo de Livros Impressos na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva (1811-1819): Complemento ao livro A Primeira Imprensa na Bahia e suas publicações de Renato Berbert de Castro (1969).* Livro, v. 6, p. 253-280, 2016.

LE GOFF, Jacques.Saint Louis. In: PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *TOPOI: Revista de História,* v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16.

LISBOA, José da Silva. *Historia das principaes successos politicos do imperio do Brasil.* - Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1827, pp. 43-46. Capítulo VIII.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, idéias, cultura e poder nos primeiros anos do oitocentos. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro,* v. 451, p. 231-256, 2011.

_____. Luzes nas bibliotecas de Francisco A. Gomes e Daniel P. Muller, dois intelectuais luso-brasileiros. In: Congresso Internacional: o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2008, Lisboa. *Actas do Congresso*

Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, 2008. v. 1. p. 1-15.

_____. ; PEREIRA, Neves Guilherme. A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v. 165, n.425, p. 11-28, 2004.

OLIVEIRA, Nuno Gomes. *A Flore Portugaise e as viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801), Retrato de Portugal Setecentista.* Portugal: Chiado Editora, 2015, p. 492.

PINTO, Olivério Mário de. *A Ornitologia do Brasil através das Idades (século XVI ao século XIX).* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979, p. 117.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798: A Conspiração dos Alfaiates.* São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1975.

_____. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia.* Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *A Independência do Brasil na Bahia.* Salvador: EDUFBA, 2005.

_____. *O Desconhecido Francisco Agostinho Gomes. Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2003.

VILLALTA, L. C. *Usos do Livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações.* 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. v. 1. 556p .

WEHLING, A.; WEHLING, Maria José C M. Soberania sem independência: aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido. Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF,* v. 16, p. 89-116, 2011.

A BAHIA COLONIAL – ANÁLISE DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO SESMARIAL DAS TERRAS CONCEDIDAS À INDÍGENAS – NOTAS DE PESQUISA

MARIA CLARA PORTO LIMA[1]
Universidade Federal da Bahia

OS DOCUMENTOS QUE ANALISO, são referentes às doações de propriedade de terra presentes na Capitania da Bahia, desde o período colonial até o início do Império brasileiro. Através dessas doações, procuro entender as relações de posse/propriedade e usos dessas terras dentro da colônia portuguesa.

O recorte temporal do projeto de pesquisa do orientador é de 1750-1808, todavia, as doações de Sesmarias precedem a este período, começando em 1550 e ultrapassando o ano de 1808, podendo ir até 1821. Como um dos objetivos do plano de trabalho é conhecer o processo de ocupação da terra na Capitania da Bahia e suas vinculações com a formação dos grupos de poder na região, deu-se a necessidade de acrescentar mais 213 anos ao período original, para assim, obter uma visão geral do que acontecia com a doação das terras na Capitania, sobretudo, no que diz respeito à distribuição e administração desses espaços.

Em um primeiro momento a concessão de terras foi um importante meio de povoamento e colonização do Brasil, modelo já utilizado com sucesso pelos portugueses na Península desde o século XIV. Porém, diferente como ocorrera na época de Dom Fernando, rei sob o qual se promulgou a lei de sesmarias em 1375, a simples doação da terra em um território além-mar não foi o suficiente para atrair a elite portuguesa para a colônia. Para trazer um contingente de pessoas interessadas em auxiliar no processo de colonização, a Coroa se viu obrigada a oferecer títulos e mercês para estes homens para, assim, vê-los

[1] Graduanda em História pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista UFBA de Iniciação Cientifica.

zarpar rumo ao novo continente. A mobilidade social que veio através destes títulos, ofícios e do reconhecimento público, somado aos benefícios econômicos traduzidos no controle da terra e dos grupos subalternos, além da isenção de algumas taxas e tributos, tornou-se a principal moeda de troca da Coroa com os seus súditos que, apesar de não serem donos dessas terras, possuíam total liberdade de uso, podendo até, reproduzir internamente, os mecanismos de exploração (FERLINI, 2010).

Um dos principais motivos das doações de terra por parte do Rei, era porque a coroa não podia arcar com as despesas de produção, de exploração, e, sobretudo, de defesa precisando, então, de gente com recursos suficientes para patrocinar as despesas de instalação e manutenção da colônia. E a medida que a colônia ia se tornando a principal fonte de renda da Metrópole, as estruturas de poder local iam se consolidando e aos poucos construindo a base social de um Estado patrimonialista e estamental, gerando proeminentes elites locais que estavam fortemente enraizadas nos setores do governo colonial e que foram se fortalecendo política e economicamente com o passar do tempo. (RICUPERO, 2009).

A questão indígena

O vislumbre quanto à "inocência" e a aparente "docilidade" dos povos nativos, fez com que os portugueses acreditassem de que seriam povos de fácil trato. Para os recém-chegados os grupos que ali viviam não possuíam nenhum tipo de organização social e política, pelo menos não nos mesmos moldes europeus e, principalmente, não possuíam habilidades, nem o interesse, de cuidar das suas terras. Justificativa esta que os colonos usaram para usurpar a terra, uma vez que, sob seus olhos para fazer a terra produzir era necessária uma intervenção direta por parte deles.

Iniciam-se, assim, as divisões de terras entre os donatários e seus arrendadores. A medida que a coroa ia adentrando a mata, mais índios eram mortos nas Guerras Justas ou amontoados em aldeamentos sob a curadoria de grupos religiosos, que estavam ali com a intenção de disseminar a palavra do seu Deus e, principalmente, auxiliar no projeto colonizador. A Terra não mais lhes pertencia, cabia agora a Coroa Portuguesa decidir seu destino.

Os espaços que foram deixadas para os indígenas eram legados para a administração dos aldeamentos, que por sua vez, era o método de dissociação e agrupamento usado pela Companhia de Jesus na época, que reunia índios de diferentes etnias em um mesmo espaço, com o intuito de facilitar a inserção destes povos na sociedade civil e nos costumes da

cristandade. Os aldeamentos serviam, também, como uma forma de organizar o trabalho indígena e garantir mão de obra para os colonos.

Essa aliança entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus, constante já no Regimento do primeiro governador geral, Tomé de Sousa, de 1548, foi de extrema importância para o sucesso do projeto colonizador, uma vez que, se tornou a forma mais rápida e eficaz de desocupar terras úteis para o desenvolvimento da economia colonial, como mostra Marcelo Henrique Dias, em seu texto *Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus*. O autor ainda coloca que, muitas aldeias ainda serviam de barreira protetora de cidades e vilas contra aqueles que ainda não faziam parte dos "civilizados", chamados diversas vezes "selvagens" e que podiam ser desfeitas quando era conveniente para a coroa. (DIAS, 2013). Além disso, nos aldeamentos, os indígenas também eram educados para o trabalho nos moldes portugueses, auxiliando no fornecimento da mão de obra necessária para que a Coroa e os primeiros colonos tocassem seus projetos de colonização.

Durante a leitura de algumas cartas é possível perceber o desconforto e a insegurança desses homens pela presença persistente de algumas famílias, ao redor das suas terras. Há cartas de testemunhas que mencionam, de forma temerária, a presença de índios, - etnia muitas vezes ignorada - aldeados ou não, próximo de terras que estão para serem ocupadas ou que estão para receber o Alvará de Posse. Por exemplo na carta de petição feita por Manuel dos Santos Ribeiro, é referida a preocupação com a presença de gentios próximo as terras e o suplicante, assim como suas testemunhas, pedem proteção contra possíveis invasões e, sobretudo, contra o saque[2].

Nos cem primeiros anos, a depender da região, o recurso à mão de obra indígena foi fundamental no processo de colonização. A medida que os portugueses iam avançando para as matas e sertões, víamos nativos como obstáculos para o seu empreendimento e, assim, deveriam ser removidos para o desenvolvimento da civilização (CUNHA,1992). Muitas vezes a migração forçada para os aldeamentos não era o suficiente para saciar os colonizadores, muitos povos indígenas não se deixaram dominar pelos estrangeiros e muitas das vezes a resposta era violenta e genocida. Um exemplo disso é a "Zona Tampão" apresentada por Maira Hilda Baqueiro na introdução do seu livro *O Tempo da Dor e do Trabalho*. A autora aponta que a zona tampão correspondia as áreas localizadas "entre os rios Contas, ao norte, e Doce, ao sul, tendo a zona de mineração em Minas Gerais ao leste, espaços extremamente férteis que servia de refúgio para alguns grupos indígenas, longe

---

[2] Sesmarias. Data de 09/03/1770. APEB. Códice 598. Pg. 269v-275r.

dos colonos. Mas, que por sua vez, era também uma região interessante para os portugueses[3].

O uso do termo "zona tampão" decorre "da necessidade de configurar um espaço que, em decorrência de um conjunto de medidas político-administrativas adotadas pela Coroa portuguesa, permaneceu interditado por aproximadamente cem anos", período que vai de 1701 até 1808. (BAQUEIRO, 2014; Pag.21). A ideia era proteger aqueles espaços da mineração ilegal e os grupos étnicos que ali viviam, serviam como uma forma de "barreira natural", funcionando como um elemento a mais para o controle exercido pelo Estado sobre o acesso às minas. Por isso, parece, em um primeiro momento que as políticas estavam sendo voltadas para o bem-estar dos índios, mas na verdade era uma forma de preservar a região rica em minerais.

Observamos melhor esse comportamento por parte do governo, quando as minas de metais preciosos na Capitania de Minas Gerais não produzem mais como antes e o governo autoriza a expansão territorial para dentro da "zona tampão" e, por ser habitada por grupos étnicos[4] tidos como arredios, é iniciada uma Guerra Justa, visando expulsar os índios remanescentes. Como a intervenção do Estado está sempre calcada na reação dos índios, tudo que destoa dos costumes políticos dos europeus, é interpretado como atos de selvageria, barbaridade e ferocidade, atitudes consideradas como inerentes à natureza da sociedade indígena e à índole dos seus membros e não como defesa dos seus direitos, justificando, por fim, em ações violentas por parte dos colonizadores sobre estes povos.

No fim, os que não morreram tiveram sua ancestralidade apagada. O projeto de "conquistar, dominar, colonizar e civilizar" que, por mais que se apresentassem em diferentes ordens, ainda faziam parte de um processo de dominação e tentativa de controle absoluto de um grupo sobre outro. Os nativos foram agrupados e educados segundo o método europeu de organização social e muito de sua história individual foi perdida nesse processo e o resultado foi a homogeneização de grande parte das comunidades indígenas no Brasil.

[3] O recorte temporal usado por Maria Hilda Baqueiro, corresponde à 1701 até 1808. No entanto, fiz uso do exemplo da "zona tampão" para criar uma imagem da tríplice interação: colonizador-indígena-terra. A autora coloca o quanto a Coroa portuguesa lançava mão do comportamento arredio de alguns grupos étnicos para impedir a exploração ilegal de regiões ricas em minerais. As justificativas de selvageria surgiam quando, chegava-se o momento de explorar tais áreas e os nativos ainda estavam ali acampados.

[4]Tupis, Kamakã-Mongoió e Botocudos. Para mais informações, ver: CARVALHO, DANTAS & SAMPAIO (1992).

Os tipos de resistências

Até alguns anos não se falava de fato na condição de agentes por parte dos índios brasileiros. Durante muito tempo foram tratados como vítimas de um processo fundado em atividades extrativistas e de um uma formação de uma elite fundiária que tomava para si o papel de protagonistas na construção da história.

Todavia, temos autores como Manuela Carneiro da Cunha, Beatriz Dantas, José Augusto Sampaio e Maria Rosário Carvalho, que apresentam um outro lado dessa história. Estes últimos três nomes citados, são autores de um capitulo presente na coletânea História do Índio no Brasil, chamado *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro*, no qual apresenta uma espécie de resumo da convivência entre os índios e os portugueses, indo até ao fim só século XX.

Os autores discutem a marginalidade dos índios do Nordeste e a sua constante vitimização, mostrando que existiam grupos que sabiam lidar muito bem com os anseios dos colonizadores, a ponto de manipulá-los para que matassem seus inimigos. Os Tupis, são um exemplo disso. Os portugueses quando aqui chegaram, seu primeiro contato foi com os Tupis da Costa, que logo trataram de fornecer informações sobre os índios do interior. Pois bem, além da diversidade linguística e de algumas coisas que chamassem a atenção dos europeus, de nada fez com que estes questionassem tais informações, iniciando uma chacina no interior. Os que restaram foram aldeados e reeducados nos princípios cristãos.

Mas mesmo assim esses grupos indígenas não se colocaram na posição de vítimas. Apesar das discussões sobre a presença de inteligência ou não nos nativos da colônia, muitos sabiam usar dos mesmos mecanismos burocráticos usados pelos brancos quando lhes era conveniente. Algumas das cartas que analiso constam petições dos índios, a maioria aldeados, para diferentes tipos de problemas. Uma carta, se refere aos índios da aldeia de Nova Abrantes que que pedem à Câmara de Salvador a concessão de rendimentos na passagem de barcas pelo Rio Joanes. O pedido é apresentado já com uma carta de recusa, mas é importante para saber até que ponto esses povos participam desses processos[5].

Outro momento que mostra a noção do entendimento dos índios quanto ao ritual político, são os diversos pedidos por doação de terras que vão surgindo, sobretudo no fim do século XVIII. A maioria dos pedidos são negados, uma vez que a política indigenista os infantilizava e os obrigavam a viver sob a tutela do estado ou de algum órgão religioso. Fato que não muda com o passar dos anos. Mesmo depois da lei de Terras de 1850, que

[5] Carta de recusa aos Índios de Nova Abrantes. Data de 1758. APEB. Códice 602. Caderno 6, Pg. 1v-3v.

regulamentava a posse de terras no Brasil, ainda ficaria difícil ver índios vistos como donos legítimos de algum espaço[6].

Considerações Finais

Pois bem, durante as minhas leituras das cartas de sesmarias, até agora me deparei com um lado da história: a de que os índios aparecem somente como parte do ambiente hostil a ser conquistado. Depois das terras tomadas e devidamente legitimadas pela Coroa, seus rastros somem e fica um buraco na narrativa.

As terras são sempre apresentadas como vazias e nada se fala da quantidade de homens, mulheres e crianças que foram expulsas dali ou até mesmo mortas naquele lugar. Para responder algumas das minhas curiosidades sei que a leitura das cartas de sesmarias e dos registros de terras não é suficiente para entender esses processos sociais que resultaram na marginalização dos índios na historiografia brasileira. Muitos trabalhos lançados nos últimos anos, tem colocado os povos indígenas como agentes de sua história, mas a maioria trata dos períodos entre o século XVIII e XIX. Ponto que eu entendo ser principalmente, pela falta de documentos que preencham essas lacunas.

A autora Vera Ferlini em seu livro *Açúcar e Colonização*, atribui a promulgação da Lei de Terras nº 601 em 1850, em parte pela mobilização dos trabalhadores livres que, desde o fim do século XVIII vinham emergindo no cenário político, sobretudo, por gerar conflitos referentes às demandas de terra e a falta de preocupação das autoridades em protege-los das ações repressivas dos grandes fazendeiros (FERLINI, 2010). Comportamento que não muda com a nova lei criada por D. Pedro II, uma vez que, grandes parcelas de terras não deixaram de se concentrar nas mãos de um único indivíduo. O que se iniciou foi um maior controle sobre a compra e venda dessas terras e, sobretudo na abolição definitiva do sistema das sesmarias.

Pretendo me aprofundar mais nessas questões, principalmente, sob a ótica dos homens livres[7] usados pelas autoras Maria Sylvia de Carvalho e Denise Moura, para tentar entender onde fica o índio e seus descendentes desenraizados em uma sociedade voltada

---

[6] Nos dossiês sobre os aldeamentos indígenas presentes dentro dos códices referentes a doações de sesmaria, podemos ver pedidos de doações feitas por índios em diversas partes da Capitania da Bahia. Porém, todas as solicitações são apresentadas com uma recusa, ou seja, a petição era negada antes mesmo de chegar a Coroa. Caderno de Terras e Dossiê sobre aldeamentos indígenas e Terras. APEB. Códices: 602-603.

[7] Homens livres: conceito que contrapõe o trabalho escravo. São homens que oferecem sua mão-de-obra em troca de algum tipo de pagamento. O homem livre pobre do campo, fosse ele agregado, parceiro, meeiro, morador, pequeno sitiante, arrendatário, foreiro, etc., precisava submeter-se aos caprichos e interesses do grande proprietário de terra que monopolizava o acesso à terra. (CARVALHO, 1983).

para a exportação de cana e o uso de mão-de-obra escrava. Ferlini, por exemplo, coloca que, embora a produção escravista fosse o padrão econômico da época, ainda assim existiam outras formas de trabalho e inserções, como podemos ver no trecho abaixo:

> [...] entre os séculos XVII e XVIII, a grande exploração escravista articulou-se num amplo quadro de relações com pequenos proprietários, arrendatários e posseiros que garantiam a elasticidade do sistema, o fornecimento de matéria-prima (no caso dos engenhos), o aprovisionamento de víveres e a defesa local ou colonial (FERLINI, 2009, p. 214).

Estes eram os pequenos produtores que plantavam o necessário para subsistência local e que, para a autora, torna o entendimento da economia colonial mais complexa do que uma simples perpetuação do latifúndio escravocrata.

Dentro desse espaço podemos observar que, após a expulsão dos Jesuítas em meados do século XVIII e a vinda da família real para o Brasil, a política indigenista toma outra natureza e aquela, que uma vez "protegia" as terras indígenas e lhes davam um proposito social (a regulamentação do trabalho e a catequização), agora não impedia a sua escravização e a tomada de suas terras, desde que feitas por meio de "guerras justas" aprovadas pelo Estado. A partir de então a proposta era esquecer que tais índividuos existiam e promover formas mais eficientes de inseri-los na "sociedade civilizada" ou deixá-los de uma vez por todas as margens de qualquer desenvolvimento humano e político.

Por fim, o projeto tem por objetivo conhecer os processos de posse e controle das terras na Capitania da Bahia e, ao mesmo tempo, preparar um catálogo de pesquisa para o auxílio de outros historiadores interessados no assunto. Nestes dois anos de pesquisa foi possível levantar toda a documentação sesmarial - um volume de mais ou menos 300 cartas organizadas em 10 códices - presente no Arquivo Público do Estado da Bahia. Continuarei trabalhando nas cartas e me aprofundando na leitura da historiografia especializada nas questões indígenas, assim como também, preparando os catálogos que listarão toda a documentação levantada durante os dois anos de desenvolvimento do projeto de Iniciação científica.

REFERÊNCIAS

a) Originais manuscritos

APEB – Seção Colonial/ Provincial. Maço nº 264. Provisões (petições, alvarás, carta-fiança, requerimentos, cartas de sesmaria, etc.). 1625-1642.

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 597. Sesmarias – Autos relativos às terras do Poço da Pedra, Rio do Peixe, Anitanja e Pimentel. 1770-1792.

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 598. Sesmarias. 1552-1821.

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 599. Sesmarias.

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 600-600/1. Sesmarias. 1810-1815

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 602-602/1. Sesmarias – Dossiês sobre os aldeamentos e missões indígenas. 1657-1813.

APEB – Seção Colonial/Provincial. Maço nº 603-603/1. Sesmarias – Dossiê sobre aldeamentos e missões indígenas. 1758-1807.

b) Impressos

CARAVALHO, M.R.; DANTAS, B. & SAMPAIO, J.A. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro*. In.: CUNHA, M.C. (org.). História dos índios no Brasil**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pag. 431-456.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In:____. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP. 1992. Pag. 09-24.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política indigenista no séc*. XIX. In:____. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP. 1992. Pag. 133-154.

FRANCO, MARIA S. de C. *Homens Livres na ordem escravocrata*. Kayrós. São Paulo. 1983.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. 1. ed. Cruz das Almas - BA: Editora UFRB, 2014.

FERLINI, Vera Lúcia A. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010

MOURA, Denise. *Saindo das Sombras – Homens livres no declínio do escravismo (1850-1888)*. UNICAMP. São Paulo. 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões leste*. Salvador: EDUFBA. 2014.

PORTO, Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Editora: Universidade de Brasília. 1979.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c.1530-c.1630*. São Paulo: Alameda. 2009. Pag. 13-29.

FRANCISCO DIAS, SENHOR DA TORRE DE TATUAPARA: A TOMADA DOS SERTÕES E A CULTURA POLÍTICA IMPERIAL PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

MICHELLE DE FARIAS SANTOS[1]
Universidade Federal da Bahia

Francisco Dias d'Ávila II, família e trajetória.

ERA UM HOMEM "realmente muito pequeno" o coronel Francisco Dias d'Ávila, contou o Padre capuchinho Martin de Nantes em sua *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Mesmo com o corpo tão pequeno, que precisaria de tão "pouca fazenda para se vestir e tão pouca comida para se alimentar", pretendia, a despeito de toda a riqueza que já possuía, usurpar "o pouco que resta aos índios de todas estas terras que lhes pertence pelo direito das gentes!" (NANTES, 1979, p. 60). A disputa com o capuchinho não foi a única em que se envolveu o dito coronel contra missionários em sua trajetória de sertanista, tampouco foi a primeira em sua família. Essas contendas eram frequentes entre os religiosos catequizadores e os colonizadores a serviço do Império, como foram os Ávilas, desde a chegada do primeiro em terras americanas, em meados do século XVI.

Foi Garcia d'Ávila quem primeiro chegou ao Brasil, em março de 1549, com apenas vinte e um anos, na caravana que veio comandada pelo governador-geral Tomé de Souza, de quem era protegido[2] (MONIZ BANDEIRA, 2000, p.79). Aos vinte e quatro já seria um dos homens mais ricos e poderosos da Bahia, possuindo dezenas

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia.
[2] Pedro Calmon e outros autores supõem ser ele filho bastardo de Tomé de Souza. Diversos indícios corroboram essa teoria, como o fato de que para ele foram deixadas em testamento várias das terras do governador, além do nome Garcia ser muito comum na família de Tomé de Souza. Há também o depoimento do padre Manoel da Nóbrega a respeito de Garcia d'Ávila, em que ele diz que vê-lo "é como ainda estar Tomé de Souza nesta Terra".

de léguas de terras, quase duas centenas de cabeças de gado e uma tropa particular composta de índios pacificados. Pouco tempo depois de instalado nessas terras, fundou a uma distância de 13 ou 14 léguas ao norte de Salvador a fortificação que viria a se tornar a Casa da Torre de Tatuapara - ou de Garcia d'Ávila - cujas ruínas podem ser visitadas na Praia do Forte, no município de Mata de São João, no Estado da Bahia. Sua família se uniu a do português Diogo Álvares (conhecido também como Caramuru) - que vivia entre os indígenas e sobre eles exercia grande influência desde pelo menos 1509, quando supostamente sua caravela naufragara no litoral da Baía de Todos os Santos (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 37). Essa união aconteceu no consórcio entre sua filha Isabel d'Ávila, nascida de uma mulher tupinambá batizada com o nome de Francisca Roiz (Garcia d'Ávila não teve filhos legítimos com sua esposa Mécia Roiz), e o neto de Álvares e de sua esposa também nativa, Catarina Paraguaçu, Diogo Dias. Deste casamento nasceu Francisco Dias d'Ávila Caramuru, neto que viria a ser o herdeiro de Garcia d'Ávila, a quem ele legaria o morgado[3] da Casa da Torre.

O Francisco Dias d'Ávila (o segundo com esse nome) do qual tratamos era, portanto, neto do primeiro Francisco. Ele nasceu provavelmente em 1648, mesmo ano em que foi batizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Torre de Garcia d'Ávila, como supõe Moniz Bandeira (2000, p. 157), levando em consideração que não era comum naquela época deixar uma criança pagã por muito tempo. Seus pais eram Leonor Pereira e Garcia d'Ávila (o segundo) e teve como irmãos Bernardo Pereira Gago e Catarina Fogaça (ela batizada em 1643). Aos onze anos de idade já acompanhava seu pai nas empreitadas pelos sertões, inclusive é possível que estivesse na expedição às margens do rio Salitre, da qual seu pai saíra ferido, no combate com os índios Cariris. Assim ele foi educado, "na escola dos desertos insondáveis" (BARROS, 1920, p. 61), para prear índios ou extirpá-los, na busca incansável por jazidas de minerais preciosos e no exercício de ampliação das propriedades da Casa da Torre e consequentemente, do domínio português. Isso não quer dizer que havia em Francisco Dias d'Ávila uma predestinação e que ele estaria então, desde a infância, fadado a ser o sujeito que se

[3] Segundo Raphael Bluteau (1728), em seu Vocabulário português e latino, morgado (ou bens de morgado) define-se como "bens vinculados de sorte, que nem se podem alienar, nem dividir, o sucessor justamente o possua na mesma forma e ordem que o instituidor tem declarado [...]". Eram bens transmitidos pela linhagem primogênita masculina, quando esta não havia, a filha mais velha poderia herdar o morgado.

tornou quando adulto. Afirmar isso seria cair no ardil da "ilusão biográfica" da qual trata Bourdieu (1996, p. 184-191), sobre a qual discorreremos mais profundamente nas considerações teórico-metodológicas, e ignorar toda a influência que exerce o contexto e os demais agentes sobre as escolhas e direções tomadas pelo sujeito em sua trajetória de vida.

Em sua vida adulta, Francisco Dias d'Ávila foi coronel e, por diversas vezes, capitão-mor de entradas por todo o sertão nordestino. Para Basílio de Magalhães, ele foi "protagonista dos acontecimentos mais notáveis do *hinterland* setentrional brasileiro na segunda metade do século XVII" (MAGALHÃES, 1919, p. 293). Já em agosto de 1671, o governador Afonso Furtado de Mendonça mandou que o capitão João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco transmitissem a ordem de fornecer toda a ajuda a Francisco Dias d'Ávila e a seu tio, o Padre Antônio Pereira, à expedição que eles fariam à Serra de Picarará, em busca das minas de prata e a outras serras onde houvessem notícias da existência de pedras preciosas: "[...] e convém ao serviço de Sua Alteza que por todas as partes e caminhos, por onde fizerem a jornada, se lhes dê todo o favor e ajuda, mantimentos, índios, cavalgaduras, escravos e tudo o mais que lhe for necessário."[4]

Estava no imaginário da população e das autoridades daquela época a existência de minas de prata em alguma localidade nas proximidades do Rio Salitre, afluente do Rio São Francisco, desde que Belchior Dias Moreira, neto de Caramuru e irmão do supracitado Diogo Dias, dera notícias dela sem, no entanto, revelar sua localização, vindo a falecer com esse segredo, no ano de 1622.

No ano de 1672, então com 24 anos, Francisco Dias d'Ávila recebeu do governador a patente de capitão da ordenança do distrito da Torre, que lhe dava poderes sobre os "oficiais maiores e menores, milícia deste Estado"[5], em retribuição aos serviços prestados a Sua Alteza não apenas por ele, mas também por seu pai e seu avô. Mais tarde participou de uma grande expedição que percorreu o Vale do Cariri no Ceará, devastando aldeias, combateu tapuias e também enfrentou os guesgues no Riacho Piauí que se recusaram a aderir à fé católica e a prestar vassalagem ao rei de

[4] Documentos Históricos, volume IV, p. 204 a 205.
[5] Id., volume XII, p. 240 e 241.

Portugal. Mais tarde enfrentou nove aldeias de diversas tribos no Sento Sé, aprisionando 624 índios.

Em 1674 recebeu outra patente, de capitão-mor da entrada que a Coroa mandou fazer às aldeias dos guarguaes nas margens do São Francisco. Em 1675, mesmo ano em que faleceu seu pai, recebeu patente de coronel por ter vencido índios nas margens do São Francisco. Por seus serviços prestados à Coroa, o agora coronel Francisco Dias d'Ávila adquiriu mais léguas de terras e aumentou os domínios da Casa da Torre. Começou a ocupar o baixo Piauí, avançou por território dos atuais estados de Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. Em 1678, mesmo ano em que foi aceito como irmão na confraria da Santa Casa de Misericórdia[6] (de onde viria a ser provedor em 1689), o General Roque da Costa Barreto, recentemente investido no posto de vice-rei do Brasil, encaminhou carta-patente a Francisco Dias d'Ávila para travar guerra contra os anaiós e quesques nas margens do Pajeú. Cada nova conquista significava mais terras de sesmarias para os domínios da Casa da torre.

Em meio às expedições ocorreu o episódio do "rapto" de sua sobrinha Isabel d'Ávila, de 15 anos, filha de sua irmã Catarina Fogaça que, viúva, vivia com ele em Tatuapara. Isabel fora levada por Manuel Pais, rapaz de origem pobre - que frequentava a casa, pois era amigo de Francisco Dias d'Ávila -, juntamente com duas escravas, um cavalo, roupas e joias de valor. Esse sequestro assumiu caráter político, já que contou com a conivência de personalidades proeminentes da Bahia, como o capitão Manoel de Barros da França, vereador mais velho da Câmara da Bahia, que hospedou o casal em sua casa.

Aos 31 anos Francisco Dias d'Ávila já tinha três filhas ilegítimas, Francisca, Clemência e Albina, nascidas provavelmente de mulheres nativas pelos sertões por onde passara ou de suas escravas índias. Somente em 1681 Francisco Dias d'Ávila decide tomar para esposa sua outra sobrinha, Leonor Pereira, irmã de Isabel. Mas não abandonou a campanha contra os índios e como seu pai e avô, desentendeu-se com missionários. Um deles foi o frei francês Martin de Nantes, que administrava os cariris situados em Pambu e Uracapá, ilhas do São Francisco, em sesmarias pertencentes à Casa da Torre. Nantes acusou o coronel de tomar as ilhas sob a justificativa de que lhe foram dadas pelo rei, alocar nelas cavalos, que nem eram seus, que acabaram com as

[6] Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Livro dos Irmãos.

plantações. Francisco Dias d'Ávila então viajou a Salvador e acusou ao Governador Roque da Costa Barreto que o capuchinho aliciava os índios quiriris em favor do rei da França. Toda a contenda foi narrada com detalhes pelo frei em sua "Relação de uma missão no Rio São Francisco" (NANTES, 1979).

Em 1684 nasceu seu filho, o Garcia d'Ávila Pereira e, em 1686, foi nomeado para suceder a Pedro Camelo de Aragão no posto de Coronel das Ordenanças da Bahia. Em 1688 a chamada "Guerra dos Bárbaros"[7] continuava. Francisco Dias d'Ávila recebe então do governador provisório frei Manuel da Ressurreição, a patente de capitão mor dos Tamaquins, para que fosse resguardar a capitania do Rio Grande, o que alcança, não sem a ajuda de Domingos Jorge Velho. Em 1691 o então governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho passou a ele a patente de mestre de campo para desempenhar missão de reprimir os tapuias que fugiram para a serra da Goabapa, no Maranhão.

Mais tarde, entre outras expedições ele viajou novamente em campanha ao Maranhão, de onde retornou bastante debilitado. Moniz Bandeira (2000, p.194) supõe que ele veio a falecer no fim de 1693 ou começo de 1694, com 45 ou 46 anos e que foi sepultado na capela da Torre. O livro primeiro da tumba da Santa Casa de Misericórdia aponta a morte de um Francisco Dias na data de vinte e três de junho de 1693, contudo não há outra fonte que confirme que seja esta a data de sua morte nem que seja este o mesmo Francisco Dias, o d'Ávila.

O presente texto é um conjunto de excertos do projeto de pesquisa no qual nos propomos a fazer uma análise da trajetória do segundo Francisco Dias d'Ávila, sem nos furtar de inseri-lo em sua superfície social, atentando às variáveis que o influenciaram - sem, no entanto, lhe tirarem a faculdade de guiar sua própria vida - e para o modo como o seu percurso ilustra os métodos de conquista dos sertões e a cultura política do império português da época moderna.

Em 1919 Francisco Borges de Barros publicou *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*, obra em que dedica algumas páginas aos Garcias e Franciscos d'Ávila e às tramas da Casa da Torre. Em 1935 foi a vez de Urbino Viana dedicar um capítulo aos Ávilas e outro especialmente ao Francisco Dias d'Ávila (o segundo) em sua obra

---

[7] Puntoni (2002) define a Guerra dos Bárbaros como uma série de conflitos heterogêneos que ocorreram ao longo da segunda metade do século XVII, na região do sertão norte e que envolveram índios, missionários, soldados e agentes da coroa portuguesa.

Bandeiras e Sertanistas Bahianos. Mas foi Pedro Calmon, em 1939, o primeiro a se dedicar mais profundamente à trajetória dos Ávilas, em sua *obra A História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, também com um capítulo todo dedicado ao segundo Francisco. Não é à toa que Viana e Calmon deram especial atenção ao Coronel Francisco Dias, sobre seus caminhos e ações é possível encontrar extensa documentação em arquivos baianos, cariocas e portugueses.

Há, contudo, nessas primeiras publicações, o revés da datação, o fetiche das fontes e a tentativa de invenção de heróis. Calmon fala de um "Francisco Dias: O Grande", tal qual um Alexandre. Essa historiografia, não fugindo da regra de seu tempo, tenta exaltar grandes homens, dando espaço menor para o exame crítico das fontes. Seis décadas mais tarde, na onda de comemorações (ou anticomemorações) dos quinhentos anos da chegada de Cabral que marcaram a virada do milênio e impulsionaram uma renovação no interesse pela história colonial (SCHWARTZ , 2009), Moniz Bandeira publica *O feudo*. O mais completo estudo sobre A Casa da Torre, a obra de Bandeira atravessa com primor três séculos de atividades do morgado dos Ávilas, da conquista dos sertões à independência do Brasil. Em sua ambiciosa empreitada, Bandeira não se ateve aos pormenores, até porque não era essa a sua proposta, mas nos deixa pistas de fontes e vazios a preencher. Uma análise mais profunda, ampliando a lente histórica através da biografia desse sertanista em particular, dando atenção às minúcias que o estudo da trajetória individual permite enxergar, acreditamos que se tornaria possível observar, por um diferente ângulo, as características da cultura política portuguesa na Época Moderna em sua vertente colonial, as entradas nos sertões nordestinos, a gênese da nobreza da terra e as disputas entre senhores, indígenas e religiosos que ocorreram com intensidade no período considerado.

É certo que uma das barreiras para os estudos inseridos no seiscentos é o estado de conservação das fontes, mas estas podem ser contornadas pelos serviços de microfilmagem dos arquivos, pelos projetos de digitalização de documentos, e também graças às transcrições que podem ser encontradas em periódicos de revistas especializadas, anais e compilações diversas.

Considerações sobre o gênero biográfico

"A vida é uma história contada por um idiota. Uma história cheia de som e de fúria, mas desprovida de significação." (MACHBETH) O sociólogo Pierre Bourdieu cita esta definição shakespeariana em seu ensaio "A ilusão biográfica" (1998) para ilustrar seu argumento de que produzir uma história de vida conformando-se com a tradição literária que trata uma trajetória individual como um encadeamento de fatos munido desde o início de sentido, direção, lógica e coerência é cair em uma ilusão retórica. O real é fora de propósito, aleatório. Mesmo adotando, por exemplo, o nome próprio como um "designador rígido" (nas palavras de Bourdieu, uma identidade social constante e durável), como uma linha guia para a investigação da trajetória de vida de um sujeito, é possível que se sucumba ao erro, como ocorreu, por exemplo, com Pedro Calmon (1939, p. 89) - e que bem observou Moniz Bandeira (2000) - ao afirmar que o Senhor da Torre de Tatuapara, Francisco Dias d'Ávila, recebera uma patente em dezembro de 1660 autorizando-o a "dar num mocambo de negros" e outra patente em fevereiro de 1662 para castigar nativos rebeldes. Calmon levou em consideração apenas o nome citado nas fontes, Francisco Dias, que certamente era outro, já que o Francisco Dias d'Ávila deveria ter em 1660 e 1662, 12 e 14 anos de idade, respectivamente, sendo, portanto muito jovem para receber qualquer espécie de patente do governo.

Bourdieu avança em seus argumentos e apresenta uma segunda ilustração. Ele diz que tentar compreender uma vida como uma série de eventos contínuos que têm como única conexão um sujeito e como constante apenas o nome próprio é tão equivocado quanto "tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações" (p. 189). A solução consiste em, inicialmente - antes de qualquer tentativa de compreender o "envelhecimento social" ou até mesmo de avaliar a "superfície social" (1989, p. 190) de um indivíduo -, construir a paisagem social na qual o sujeito biografado está inserido, assim como perceber o conjunto de relações que o vinculam aos outros agentes deste mesmo cenário.

Giovanni Levi, escrevendo sobre o tema três anos após Bourdieu, concorda com ele quanto à necessidade da construção do contexto e acrescenta que "A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as

técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia" (2006, p. 168)[8]. E, indo além, propõe uma tipologia das abordagens. São quatro as categorias sugeridas por ele: A prosopografia (ou biografia modal), que se preocupa com a trajetória individual apenas quando esta representa uma tendência estatisticamente frequente e usa dados biográficos para construir a história de uma época ou de uma classe, como uma espécie de biografia coletiva. A biografia dos casos extremos, que lança luz sobre as margens da sociedade, mostrando o quanto podem ser representativas também as exceções. A biografia relacionada à hermenêutica, que foi salientada pela antropologia e que encara a biografia como um campo "perigosamente relativista", onde não se pode alcançar a verdade, apenas a interpretação - os antropólogos inclusive rejeitam o termo biografia, preferindo falar em "trajetórias", afirma Vavy Pacheco (2005, p. 203-233), enquanto os historiadores falam em biografia, sem maiores problemas. E, finalmente, a biografia relacionada ao contexto, ele diz que nessa categoria se encaixam as biografias tradicionais, que valorizam mais o meio e a ambiência, para que se possam interpretar os reveses biográficos à luz da conjuntura, podendo o biógrafo inclusive completar lacunas na trajetória fazendo analogias a outras biografias de indivíduos que compartilharam o mesmo meio.

Corroborando os pensamentos de Bourdieu e de Levi, Pacheco (2005), afirma que a biografia científica - aquela de caráter histórico, que se fundamenta em fontes e tem metodologia bem definida -, não pode ser construída sem que se preste a devida atenção "aos condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia". Acrescenta ainda que para escrever a história de uma vida, é necessário um impulso e é preciso aceitar o desafio, e que as melhores biografias são aquelas em que o autor está presente, que a narração é construída acompanhando seu percurso de pesquisa. O historiador terá sucesso na produção de biografias se ele for um bom narrador. A pesquisa e a compreensão serão os passos iniciais, a boa narrativa, envolvente, é - segundo ela - o final.

Seguindo essa linha, as historiadoras Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos, em seu artigo "Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais

---

[8]O ensaio de Levi, assim como o de Bourdieu, não foi publicado originalmente no mesmo ano da referida obra. Ambos foram publicados anteriormente, o de Bourdieu em 1986 e o de Levi em 1989.

portuguesas, séculos XVII e XVIII" (2007), utilizaram a trajetória de um militar, burocrata e mercador que viveu na segunda metade do século XVII, para observar os principais elementos da cultura política[9] do Império ultramarino português da época. Importante conceito para o desenvolvimento da nova História Política, cultura política pode ser entendida como uma "leitura comum do passado" e uma "projeção no futuro vivida em conjunto por determinado grupo social" (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92). A cultura política permite, entre outras coisas, "explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades" (GOMES, 2005, p. 30.).

Através da reflexão de Foucault a respeito dos chamados micropoderes (FOUCAULT, 1977) (locais, descontínuos e dispersos), Gouvêa e Santos perceberam e evidenciaram como a fragmentação do poder que mantinha de pé o Estado estava exemplificada na vida daquele sujeito. "O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado", afirmou Foucault (1977, p. 221). Entre as ocasiões em que Francisco Dias d'Ávila se desentendeu com missionários, o caso relatado pelo padre Martin de Nantes - em relação já citada-, que ele demonstra que, a despeito de suas denúncias e das ordens de governadores, este não freou seus avanços sobre terras indígenas, demonstra a dimensão desses micropoderes. E também evidencia como o braço da administração do Império não era suficientemente grande para alcançar de forma direta a imensidão de seus territórios.

Os documentos identificados nos arquivos visitados nos fornecem indícios da relevância, desde muito jovem, de Francisco Dias d'Ávila perante os governantes, além da dinâmica da administração colonial, do funcionamento do sistema de mercês e da formação da chamada nobreza da terra, a elite que formava-se no Brasil (que incluía senhores terras e de escravos) e que aderia a valores e práticas de Antigo Regime. Para Bicalho (2005), a formação dessa nobreza da terra foi possível devido ao novo campo de possibilidades de prestação de serviços à coroa em troca de retribuições diversas, incluindo terras, patentes ou títulos diversos, que cresceu com as conquistas ultramarinas.

[9] Elas indicam a definição de cultura política como uma "leitura comum do passado" e uma "projeção no futuro vivida em conjunto por determinado grupo social" (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92).

As cartas, reais ou não, as patentes concedidas, as petições e mercês, nos mostram, além da reiterada participação de Francisco Dias nas entradas pelos sertões do Norte, como ele estava inserido num sistema de trocas em que serviços prestados à Coroa rendiam patentes e favores que, no âmbito da administração portuguesa, resultavam em cadeias de nomeações intermináveis. Além disso, a partir das cartas e petições referentes ao episódio do rapto de sua sobrinha Isabel, em que sua irmã Catarina Fogaça esteve no centro das altercações, é possível observar os poderes relacionais presentes na colônia, no momento em que o rapto se torna uma contenda política de caráter público. O estudo da trajetória de Francisco Dias d'Ávila pode nos dar, entre outras coisas, uma visão mais acurada das relações de poder no Império Ultramarino Português dos seiscentos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercês e Poder Local a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime" *Almanack Brasiliense,* São Paulo, 2, nov, 2005, p. 21-34.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: Uma dinastia de Pioneiros.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

DORIA, Francisco Antonio. Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOUVEA e SANTOS. "Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais portuguesas". In: *Cultura política e leituras do passado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII).* São Paulo: USP, 2014. (Dissertação de mestrado)

HOLANDA, Gastão de; GONDIM, Adenor. *A Casa da Torre de Garcia D'Ávila.* Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Fgv, 2006.

LEVILAIN, PHILIPPE. "Os protagonistas: da biografia". In: REMOND, René. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MAGALHÃES, Basílio de. A conquista do Nordeste no século XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v. 139, p.287-308, jan. 1919.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: Família e Poder no Nordeste Colonial.* São Paulo: USP, 2003. (Doutorado)

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. "História e biografia". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B.. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno.: Tendências e desafios das duas últimas décadas. *História: Questões e Debates.,* Curitiba, v. 50, p.175-216, jun. 2009.

STUDART, Barão de - "O padre Martin de Nantes e o Coronel Francisco Dias d'Ávila", In *Revista Trimestral do Instituto do Ceará,* Fortaleza, Tomo XLV, 1931, p. 37-57.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos.* São Paulo: Nacional, 1935.

EDUCAÇÃO E CULTURA NA APROXIMAÇÃO ENTRE A BAHIA E OS ESTADOS UNIDOS NA IMPRENSA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

RAQUEL OLIVEIRA SILVA[1]
Universidade Federal da Bahia

ESTE ARTIGO TEM como objetivo apresentar um levantamento parcial de fontes a respeito do discurso da imprensa baiana sobre a aproximação entre a Bahia e os Estados Unidos, do ponto de vista cultural e intelectual, no contexto de adesão do Brasil aos Aliados, durante os últimos três anos da Segunda Guerra Mundial.

Professores e pesquisadores norte-americanos na Bahia

Na primeira metade da década de 1940, os jornais baianos disseminaram um discurso favorável às instituições políticas, modelo econômico e padrão de vida dos Estados Unidos, disseminado nas páginas dos jornais baianos na primeira metade da década de 1940. As apreciações e os argumentos da imprensa da Bahia assumiram um caráter marcadamente americanista na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, que se desenvolvia à época. O americanismo é entendido aqui como uma ideologia programática, cujos elementos mais importantes tomaram corpo nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e passaram por um processo de implantação na América Latina (TOTA, 2000: 18). A conjuntura mundial de 1940 fortaleceu a importância do Brasil como parceiro no hemisfério e, assim, tornou-se imperativo à política externa norte-americana americanizar o vizinho latino por vias pacíficas, a fim de quebrar possíveis resistências à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos (TOTA, 2000: 19). Nesse sentido,

---

[1] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

a imprensa baiana também conferiu publicidade à chegada de professores e pesquisadores norte-americanos à Bahia. Em 1942, por intermédio da Associação Cultural Brasil – Estados Unidos[2], o sanitarista americano dr. H. Hanson, inspetor da Oficina Sanitária Pan-Americana, esteve em contato com um grupo de jovens médicos baianos, interessados em cursos de aperfeiçoamento em hospitais e universidades "da grande nação amiga". (*Estado da Bahia*, 01 de abril de 1942).

Em setembro do mesmo ano, os jornais propagaram a vinda do professor William Berrien, diretor-assistente da Seção de Humanidades de Rockefeller Fundation. Em suas memórias, Érico Veríssimo conta que o conheceu numa conferência que realizou na sede da União Pan-americana sobre a situação do intelectual no Brasil, comparada com a de colegas norte-americanos e ingleses. O romancista descreveu o professor como um "americano amigo do Brasil, que conhece admiravelmente a nossa língua, ama o nosso povo e ensina literatura numa universidade de Washington" (VERÍSSIMO, 1961, p. 52). Segundo *A Tarde*, Berrien era "um campeão da língua portuguesa", pela sua divulgação do idioma entre os universitários americanos, através de cursos de férias (*A Tarde*, 22 de setembro de 1942, p. 8). Desse modo, dizia o vespertino que o professor empreendia uma "cruzada em favor da difusão da nossa língua, num esforço que lhe assegura a gratidão de quantos a usam como meio de expressão". William Berrien ficaria sete dias na Bahia, a fim de visitar museus, bibliotecas, estabelecimentos de ensino, inteirando-se das atividades culturais e buscando informações mais completas sobre as características sociais e intelectuais do estado. Além disso, o periódico endossou a aparente receptividade do pesquisador estrangeiro para com a Bahia, comunicando ser a data corrente o dia do aniversário do visitante, que declarou: "por coincidência, começo a viver na Bahia, esta terra tão linda e onde já conto com bons amigos" (*A Tarde*, 22 de setembro de 1942, p. 8).

O *Estado da Bahia* noticiou a chegada de William Berrien relacionando-a com a visita de outros intelectuais norte-americanos, que estiveram recentemente

---

[2] Segundo consta, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos foi fundada em 1 de agosto de 1941 e ainda se encontra em funcionamento, na cidade de Salvador. http://www.ablaonline.org/bnc/89. Acessado em 24 de setembro de 2016.

em Salvador (*Estado da Bahia*, 23 de setembro de 1942, p. 2). O jornal considerava que a atenção, manifestada pelos Estados Unidos, pelas possibilidades da economia brasileira, não era em nada superior ao interesse ianque pelos problemas de ordem cultural do vizinho do Sul. Dessa forma, os norte-americanos que vinham visitando a Bahia não eram, de acordo com o jornal, simples turistas ou homens que "vinham conhecer coisas exóticas". O que existia de fato era "muita simpatia, muita compreensão pelo que se chama hoje a literatura brasileira". Como a capital baiana era "um dos centros espirituais de maior relevo do país, e pela sua privilegiada posição de uma das mais encantadoras e mais originais cidades do continente", nada mais compreensível que tivesse a "oportunidade de conhecer estes irmãos de boa vontade". Havia pouco tempo, estivera na Bahia o antropólogo social Melville Herltovits, cuja visita foi valorizada pela folha, ressaltando que sua importância era devida às "pesquisas e material abundante recolhidos por aquele eminente professor". Na semana anterior, foi a vez do escritor novaiorquino Waldo Frank, a quem *Estado da Bahia* imputou expressões de encantamento pela cidade e a promessa de um dos mais importantes capítulos do livro que estava escrevendo sobre o Brasil, o Peru e a Argentina. Desta vez, era a época de acolher William Berrien, cujo nome, segundo o periódico, era obrigatório quando se falava em relações culturais pan-americanas. É óbvio o empenho do jornal em mostrar toda a disposição do professor para com as nossas peculiaridades:

> Todo este último período de mestre das novas gerações yankees têm sido todo ele dedicado a fazer conhecida e amada a nossa literatura e o nosso país. É mais do que um apaixonado pelos nossos problemas culturais. É um profundo conhecedor dos nossos artistas, nossos poetas, nossos romancistas, nossos historiadores e sociólogos. Não há segredo na nossa língua e na nossa literatura para esta magnífica personalidade de mestre. E a sua forte simpatia humana é um elo permanente de aproximação entre as culturas brasileira e americana. Está presente o professor William Berrien desde ontem, na Bahia, e já integrado com os nossos escritores, com a nossa história, o nosso passado. E folgamos de vê-lo tão amigo nosso, inteirando-se cada vez mais dos nossos problemas culturais ". (*Estado da Bahia*, 23 de setembro de 1942, p. 2).

A Tarde e *Estado da Bahia* publicaram no mesmo dia, 23 de setembro, a entrevista que fizeram com o professor Berrien. O vespertino de Simões Filho introduziu a entrevista feita pelo periódico ao pesquisador em tom de crônica:

> O homem é corado e cheio de corpo. Levanta-se solícito, pondo o jornal de lado, mal o visitante lhe pronuncia o nome. Confirma ser o professor Berrien. E um caloroso aperto de mão convida o jornalista a se sentir como defronte de um amigo (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2).

Já *Estado da Bahia* inicia a reportagem mostrando toda a simpatia do professor estrangeiro para com os brasileiros, publicando a sua afirmação: "Tenho amigos em todas as classes sociais e dos meus melhores amigos posso lhe dizer que estão os do Brasil". O jornal acrescenta que Berrien era "uma das mais fortes personalidades e uma perfeita organização de humanista, espontaneamente, a serviço de melhores relações culturais brasileiro-norte-americanas" (*Estado da Bahia*, 23 de setembro de 1942, p.3)

A matéria de *A Tard*e também ressalta a simplicidade do entrevistado, assegurando ser Berrien "um brasileiro 100%", por falar fluentemente o português, apesar de ter aprendido a língua há apenas alguns anos e só ter estado no Brasil quatro vezes. Além disso, há elogios aos trejeitos do norte-americano, por serem, segundo o vespertino, semelhantes aos dos brasileiros:

> [...] jovial, expansivo não guarda reservas para ninguém. Confia logo e logo transborda em camaradagem, sorrindo, pilheriando. Parece querer tornar sempre maior o seu número de amigos, em amigos transformando quantos dele se aproximem. Mesmo como um brasileiro (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2).

O *Estado da Bahia* reforça que a naturalidade com que o pesquisador se comportava:

> [...] apesar de ser um dos homens mais cultos de sua terra, não tem "poses", nem afeta ares de pedanteria. A "prima dona" que vamos encontrar em tantos medalhões e tantas figuras internacionais que passam nos olhando com ares simples curiosos, ou muitas vezes simpáticos e atraentes, para agradar, não existe no professor da Califórnia. A sua extraordinária simpatia pessoal torna-o imediatamente amigo e dos mais íntimos daqueles que os procuram. E o repórter vai tomando conhecimento pessoal daquela extraordinária organização intelectual, através de uma prosa magnífica, espontânea, onde as perguntas e as respostas se

> sucedem, num ambiente de mais ampla camaradagem *Estado da Bahia*, (23 de setembro de 1942, p.3).

A Tarde e o *Estado da Bahia* reproduziram a entrevista com William Berrien sem muitas diferenças na abordagem. Dizia o jornal *A Tarde* que Berrien declarou ter aprendido português depois de visitar o Brasil em 1935, despertando aí seu interesse pela literatura nacional (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2). Não teria tido grande dificuldade, pois o fato de ter sido professor de literatura espanhola na Universidade da Califórnia o deixara familiarizado às letras latinas. Adquirira fluência no português com o escritor Gilberto Freyre, professor de história geral do Brasil na Universidade de Michigan, onde Berrien organizou um curso de literatura brasileira, como fizera em outros estabelecimentos de ensino, sendo cerca de cinquenta os que ministravam cursos de literatura brasileira (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2).

O *Estado da Bahia* publicou que, de acordo com Berrien, tratavam-se de cursos intensivos, nos quais os alunos aprendiam simultaneamente a língua e a literatura brasileiras, analisando e interpretando os autores e despertando grande interesse entre os universitários norte-americanos (*Estado da Bahia*, 23 de setembro de 1942, p.3). Questionado sobre os livros brasileiros mais lidos pelos estudantes norte-americanos, o professor respondeu que os favoritos eram Machado de Assis e Aluísio Azevedo (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2.)

Apreciavam também Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos e outros romancistas da corrente regionalista. Segundo o jornal *A Tarde*, William Berrien declarou que a poesia brasileira tinha grande aceitação entre a juventude norte-americana que sabia ler o português. Porém, o professor acreditava que, na literatura brasileira, a poesia havia se adiantado em relação à prosa, embora o romance também fosse muito bom, sobretudo os do século XX, quando, para ele, houve uma afirmação das características da inteligência do nosso país. Por fim, o pesquisador disse admirar as letras baianas:

> Cita os nossos principais poetas, a começar de Castro Alves, por ele considerado um dos maiores vates da América. Cita Ruy Barbosa, autor de uma obra de tamanha importância que ocupa um vasto capítulo no ideário do continente. Distingue, referindo-

> se aos estudos históricos, Pedro Calmon e Luiz Viana Filho, cuja biografia de Ruy comenta com agrado (*A Tarde*, 23 de setembro de 1942, p. 2).

Nota-se que os jornais procuraram destacar a espontaneidade do professor como uma maneira de atribuir aos norte-americanos uma considerável receptividade pelos brasileiros, além de mostrar que a literatura nacional despertava grande interesse entre os estadunidenses. Assim, ficava sugerido que os vizinhos do Norte levavam a sério a ideia de amizade e solidariedade continental, ao manifestarem um real interesse por tudo que dizia respeito ao Brasil.

Em setembro de 1942, esteve em visita à Secretaria de Educação e Saúde o pedagogo Carleton Washburne, diretor de ensino em Winnetka, Illinois, Estados Unidos. De acordo com o jornal *Diário da Bahia*, ciceroneado pelo titular do departamento, Isaías Alves, Washburne observou os serviços da Secretaria, demorando-se na Seção de Programas e Classificação de Alunos, onde pôde ver o serviço de testes e os resultados obtidos nas escolas de 1941 e 1942 comparativamente, "tendo, ainda, ocasião de observar a colocação de várias escolas da capital em relação à porcentagem dos alunos promovidos". Carleton Washburne também apresentou uma palestra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com o título "Que é Educação Nova?". Além disso, teve a oportunidade de percorrer diversos estabelecimentos de ensino em Salvador (*Diário da Bahia*, 01 de setembro de 1942, p.3).

A Associação Cultural Brasil – Estados Unidos recebeu uma série de pesquisadores norte-americanos e brasileiros para palestras que envolviam a interação entre os dois países. Em agosto de 1943, a instituição convidou o escritor e jornalista norte-americano Lewis Freeman para uma conferência (*O Imparcial*, 13 de agosto de 1943).

O presidente interino da ACBEU, o professor Leonard Ross Klein, abriu a sessão, presidida pelo professor Barros Barreto. Para uma plateia formada por autoridades federais, estaduais e municipais, o Mr. Lewis Freeman realizou uma palestra sobre as possibilidades econômicas do Brasil. De fato, era um assunto que interessava bastante aos norte-americanos, pois um representante estadunidense sabia tanto a respeito das riquezas do Brasil a ponto de sentir-se apto a falar para

espectadores brasileiros. Como era de praxe, enalteceu as figuras dos líderes norte-americanos Franklin Roosevelt e Cordell Hull e dos brasileiros Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Por fim, o professor Barros Barreto saudou, em inglês, o conferencista, "fazendo ressaltar a satisfação de todos os presentes, reafirmando, naquela oportunidade, o grau de amizade que liga as duas grandes nações americanas" (*O Imparcial*, 13 de agosto de 1943).

Também em 1944, a convite da Associação Cultural Brasil – Estados Unidos, veio à Bahia o historiador norte-americano Charles Lyon Chandler. Segundo *O Imparcial*, ele era membro do Comitê de Coordenação Americana no Brasil e especialista em história da América. Afirmava o jornal que "o Sr. Charles Lyon Chandler é um dos mais entendidos da União Pan-americana e em história brasileira." (*O Imparcial*, 30 de maio de 1944). Grande conhecedor da língua portuguesa, fora estimulado por sua tia a estudar Camões e Gonçalves Dias, desenvolvendo aí um interesse pelo idioma dos dois poetas. Depois de se graduar em Harvard, passou a servir à embaixada de seu país em Lisboa. Começou a visitar o Brasil na década de 1910, desempenhando a função de agente sul-americano da Southern Railways System dos Estados Unidos. Em 1944, estava atuando como consultor dos escritórios do Coordenador dos Assuntos Inter-americanos, já tendo percorrido todo o sul do país para fazer conferências, semelhante àquela que faria em Salvador e era anunciada por *O Imparcial*. "(*O Imparcial*, 30 de maio de 1944).

O *Estado da Bahia* noticiou, em junho de 1944, a conferência do Sr. Oto Luiz Hiltner sobre a vida militar norte-americana, na Associação Cultural Bahia – Estados Unidos (*Estado da Bahia*, 02 de junho de 1944). Segundo o jornal, o Sr. Hiltner estivera nos Estados Unidos por três meses. Contudo, como não fora enviado pelo governo brasileiro e não estava ali apenas para estudar, foi convocado para servir no Exército ianque, na qualidade de residente naquele país. Em resultado disso, ele acabara de

> [...] observar de perto a vida militar naquela grande Democracia, justamente quando todas as forças do país estão empenhadas na luta contra a opressão e o obscurantismo pela vitória dos mais altos princípios de Liberdade, de Justiça, de Direito, terá por certo, interessantes revelações que trarão, por força das circunstâncias, a marca de evolução, de grandeza, de heroísmo que caracteriza

> todas as realizações da grande nação americana. ". (*Estado da Bahia*, 02 de junho de 1944).

Assim, notamos que era frequente que, na Associação Cultural Brasil – Estados Unidos, norte-americanos falassem sobre o Brasil e brasileiros discorressem sobre os Estados Unidos. Intencional ou não, também era uma forma de fazer parecer que os laços entre ambos os países estavam, de fato, estreitados.

Já em 1945, o *Diário de Notícias* anunciou a chegada a Salvador do professor William (Rex) Crawford, um sociólogo norte-americano. Segundo o jornal, ele vinha à Bahia pela terceira vez, com o objetivo de "intensificar o intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos através de palestras e conferências sobre os diversos assuntos de sua especialidade". O periódico ressaltava o êxito de um dito "entendimento cultural entre os dois grandes povos da América", e destacou algumas declarações do professor a respeito:

> Dessa vez, declara-nos, venho mais interessado pela realização de um intercâmbio direto, através de livros, e pretendo visitar as bibliotecas locais para, observando as suas necessidades em livros americanos, providenciar no sentido de que elas os recebam mais constantemente. Por outro lado, estamos interessados na tradução de livros brasileiros para os Estados Unidos (*Diário de Notícias*, 29 de abril de 1945, p. 3).

Rex Crawford ainda teria comunicado ao *Diário de Notícias* que era intenso o intercâmbio entre professores de ambos os países, e afirmado que, com a paz, o Brasil seria, por sua situação geográfica de nação vizinha, alvo de todos aqueles que se interessavam pelo português, que viriam para cá em vez de irem a Portugal. Garantiu ainda que o embaixador Adolf Berle, que era professor nos Estados Unidos, dedicava "especial carinho a esta parte do programa de intercâmbio cultural" *(Diário de Notícias*, 29 de abril de 1945, p. 3).

Em maio de 1945, *A Tarde* e o *Diário de Notícias* anunciaram a chegada à Bahia do professor Charles Stewart, pertencente à Division of Corporative Education da United States Office of Education, sediada na capital norte-americana. Segundo a folha de Simões Filho, ele viera ao Brasil em missão daquele departamento, visando observar os métodos educacionais locais para a elaboração de um livro, em que seriam mostradas as várias modalidades de ensino no Brasil.

Por conta disso, Stewart vinha visitando os vários estados do país, observando os métodos educacionais aí aplicados (*A Tarde*, 12 de maio de 1945, p. 2).

Já o *Diário de Notícias* enfatizou a preocupação norte-americana com a educação no pós-guerra, "interessados que são pelo maior estreitamento das relações entre os povos de todo o mundo". Os Estados Unidos mostravam-se dispostos a cooperar com a educação tanto nos países assolados pelo conflito, quanto na América Latina. Assim, por intermédio da Divisão de Educação Comparada, em Washington, o governo ianque realizava um estudo dos sistemas educacionais de todas as repúblicas latino-americanas, para a elaboração de livros que servissem de orientação a todas as instituições de ensino." (*Diário de Notícias*, 10 de maio de 1945, p. 3).

Ambos os periódicos realizaram entrevistas com Charles Stewart, revelando que ele era genro de um gramático brasileiro e que tinha dois filhos no front de guerra, ambos feridos, porém sem gravidade. *A Tarde* destacou que o professor falava português fluente, mas abordou apenas declarações superficiais acerca dos estados brasileiros que visitou e aspectos levantados nos locais que visitara até então (*A Tarde*, 12 de maio de 1945, p. 2).

No *Diário de Notícias*, foram valorizadas as considerações de Stewart que comparavam o sistema de ensino do Brasil e dos Estados Unidos. Segundo o jornal, o pesquisador teria afirmado que em nosso país a educação era centralizada, por intermédio do Ministério da Educação, que traçava as normas de ensino a serem seguidas, entre os vizinhos do Norte a educação era descentralizada, sendo muito reduzida a atuação do governo federal. Assim, a cada estado era atribuída a responsabilidade do ensino. O *Diário de Notícias* ainda acrescentou que, para o professor, depois da guerra, o Brasil teria um maior desenvolvimento educacional, sobretudo no nível superior e profissional. " (*Diário de Notícias*, 10 de maio de 1945, p. 3).

Após o fim da guerra, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos manteve a realização de palestras sobre os vizinhos do Norte. Em agosto de 1945, *O Imparcial* divulgou a conferência com o engenheiro Jorge da Costa Lino, que fizera um curso no Pensylvania State Steel College como bolsista do Instituto of International Education, e depois trabalhou no United State Steel Corporation,

vindo ao Brasil para aceitar um cargo na usina de Volta Redonda. Sua palestra desenvolveria o tema "A Vida de Brasileiro entre Americanos", versando sobre diversos aspectos da vida estadunidense e os desdobramentos da guerra. ". (*O Imparcial*, 22 de agosto de 1945)

Intercâmbio de estudantes baianos nos Estados Unidos

Além de profissionais em pleno exercício de sua carreira, como médicos e jornalistas, também estudantes foram convidados a passar temporadas nos Estados Unidos. Em reportagem de um jornalista da Associated Press, publicada em *O Imparcial*, sobre jovens latino-americanos em intercâmbio nos Estados Unidos, consta que não se tratava de uma experiência nova, pois há tempos havia se realizando sob o patrocínio de instituições privadas (*O Imparcial*, 16 de maio de 1942).

A novidade era o apoio do governo à iniciativa, como um anteparo à propaganda nazista nos países latino-americanos. Segundo o texto, os alemães e italianos haviam conquistado a simpatia de núcleos no subcontinente, mediante a oferta de viagens para estudantes, com destino a esses dois países. O autor do texto diz que a organização nazifascista encobria assim seus objetivos políticos sob a capa de intercâmbio cultural, como se o governo norte-americano também não tivesse desígnios políticos e ideológicos sobre os vizinhos do sul. Mas o jornalista da Associated Press afirmava que o fito da administração ianque era ministrar "os maiores conhecimentos aos estudantes e trabalhadores estrangeiros, os quais, aplicados em seus países de origem, serão de benefícios gerais para a comunidade de nações do Hemisfério Ocidental". Aos jovens que chegavam aos Estados Unidos em busca de ensinamentos, por conta deste programa de intercâmbio, permitia-se que trabalhassem em fábricas estadunidenses, sob o mesmo salário que os funcionários nativos. Encerrando a reportagem, buscou-se colher o depoimento de alguns desses jovens recém-chegados, dentre os quais um brasileiro, que trabalhava na Standard Oil Company, em New Jersey, estudava técnica de refinaria de petróleo e anteriormente cursou inglês em Maryland. Porém, não há no texto nenhuma opinião desse ou de outros estudantes,

aparecendo somente seus nomes e as atividades que estavam desenvolvendo nos Estados Unidos (*O Imparcial*, 16 de maio de 1942).

Em novembro de 1942, foi anunciado por *A Tarde* que vários estudantes brasileiros, entre 289 latino-americanos, receberam bolsas de estudos para instituições norte-americanas, durante o ano universitário de 1942 a 1943. Dentre esses jovens, encontravam-se dois baianos, uma moça que já estava frequentando as aulas do Colégio de Mulheres da Universidade da Carolina do Norte, e um rapaz, um engenheiro, matriculado no curso de graduados, para obter o título de "Master of Science" em Engenharia Sanitária, no Agricultural and Mechanical College do Texas (*A Tarde*, 14 de novembro de 1942, p.2).

Em um dos seus dois livros de memórias acerca das suas viagens aos Estados Unidos, Érico Veríssimo relata que, por volta de 1941, enquanto se deslocava de navio para o país norte-americano, certa feita, dividiu sua mesa na sala de refeições com "três ótimos companheiros. Um rapaz e duas lindas moças da Bahia, que fazem parte do grupo de estudantes brasileiros que vão passar uma temporada na Universidade de Chapel Hill, na Carolina do Norte" (VERÍSSIMO, 1961: 9).

Resta saber de que forma eram pagas as despesas dos estudantes contemplados com bolsas de estudos nos Estados Unidos. Uma edição do jornal *O Imparcial*, de março de 1944, fornece um indício. Nela, consta que o embaixador do país norte-americano, em nota ao ministro do Exterior, solicitava que o governo do Brasil submetesse ao governo estadunidense uma lista com cinco nomes de estudantes graduados, para que fossem selecionados dois deles a cursarem as universidades estadunidenses. De acordo com a nota, o governo dos Estados Unidos garantia uma pensão de 135 dólares por mês para pagamento da estadia e 150 para livros e despesas ocasionais, ficando os gastos da viagem por conta do governo brasileiro *(O Imparcial*, 04 de março de 1944).

No final de 1945, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos ainda selecionava pessoas para intercâmbio no país ianque. Em setembro, o *Diário de Notícias* salientou como uma das características da política de boa vizinhança, tornando "mais fortes os laços de entendimentos entre brasileiros e americanos", a concessão de bolsas de estudos, por parte dos Estados Unidos, aos latino-

americanos. O jornal afirmava que, da Bahia, havia saído vários jovens que cursaram universidades estadunidenses, em estudos de especialização em matérias técnicas. Assim, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos anunciava a abertura de um novo concurso de bolsas de estudo. Para maiores informações, o periódico entrevistou Raul da Costa Lino, presidente do Scholarship Selection Commitee, ligado em Salvador à ACBEU, por sua vez filiada ao Instituto Brasil – Estados Unidos. De acordo com Costa Lino, através do Instituto de Educação Internacional, em cooperação com as universidades, grupos cívicos e o governo norte-americano, era concedido um número de bolsas a estudantes brasileiros. Porém, seu valor era variável: algumas incluíam todas as despesas, outras, apenas as matrículas e o custo de vida, exceto as passagens, e outras ainda, que supriam somente as passagens e as matrículas. Dos candidatos, eram exigidos: "educação profissional ou universitária (ou equivalente), cidadania brasileira, idoneidade moral, boa saúde, capacidade intelectual, além do conhecimento prático e seguro do inglês." (*Diário de Notícias*, 15 de setembro de 1945, p.8).

No mês seguinte, *A Tarde* reiterou que a entidade abrira inscrições para um concurso de bolsas de estudos disponibilizadas pelo Institute International Education, em Nova York. Segundo o jornal, no ano anterior, foram concedidas vinte e cinco bolsas a brasileiros, entre os quais estavam incluídos dois baianos (*A Tarde*, 08 de outubro de 1945, p. 3).

A Associação Cultural Brasil – Estados Unidos e os cursos de inglês

De acordo com Antonio Pedro Tota, a União Cultural Brasil – Estados Unidos, criada em 1938, cooperou com o Office nas atividades relacionadas ao intercâmbio cultural entre as ambas as nações, incluindo a implantação de escolas de inglês. O objetivo era combater a presença do italiano e do alemão, sobretudo nos estados do Sul (TOTA, 2000: 81).

Na Bahia, os jornais procuraram divulgar as iniciativas no sentido de aproximar o estado nordestino aos Estados Unidos, sendo que um dos canais utilizados para catalisar esse estreitamento foi a educação. Nesse sentido, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos desempenhava um importante papel na difusão da solidariedade entre ambos os países. Em abril de 1942, o *Estado da*

Bahia noticiou que a entidade estava promovendo um curso de inglês na Biblioteca Pública. Segundo o jornal, o curso estava sendo um sucesso, e as inscrições se avolumaram de tal maneira "que a direção da referida sociedade se viu obrigada a suspendê-las" *(Estado da Bahia*, 01 de abril de 1942).

As bolsas de estudo concedidas pelas instituições americanas, de acordo com o periódico, também vinham despertando a atenção de muitos estudantes. Na maioria dos casos, essas oportunidades eram concedidas por intermédio do Instituto Brasil – Estados Unidos. Porém, esta instituição localizava-se no Rio de Janeiro, dificultando o acesso às pessoas dos outros estados. Com a fundação, na Bahia, da Associação Brasil – Estados Unidos, em 1 de agosto de 1941, pelo menos uma dessas bolsas seria confiada a um estudante baiano. Dizia o *Estado da Bahia* que o número dessas bolsas foi extraordinariamente aumentado através da verba que o governo norte-americano destinou para a sua concessão, estando a escolha dos alunos a cargo do OCIAA. E a agência deliberara que não somente as grandes capitais, mas também os estudantes de cidades pequenas fossem contemplados *(Estado da Bahia*, 01 de abril de 1942).

Em fevereiro de 1943, *A Tarde* divulgou que a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos recebera uma notificação da American Council for Learned Societies, de Washington, de que lhe fora concedido o auxílio de mil e quinhentos dólares pelo trabalho desenvolvido no segundo semestre do ano anterior, "em benefício da expansão das relações culturais" entre os dois países (*A Tarde*, 10 de fevereiro de 1943). Nesse sentido, o cônsul dos Estados Unidos na Bahia, Jay Walker, comunicou ao presidente da entidade situada em Salvador que a mesma precisava alcançar a plena objetivação do esforço por ela empreendido, a fim de garantir a continuidade desse subsídio. Para tanto, conforme constava no vespertino, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos acabara de alugar duas amplas salas para leitura, biblioteca e reuniões da Diretoria e para o curso de inglês. O presidente da Associação, o engenheiro Arquimedes Pereira Guimarães, estava selecionando candidatos a bolsas de estudos. Além disso, a entidade exibia gratuitamente filmes educacionais sonoros, em português, além de jornais falados com notícias a respeito do andamento da guerra e assuntos relacionados às Américas (*A Tarde*, 10 de fevereiro de 1943).

Percebe-se, dessa forma, que o governo norte-americano não só concedia verba à Associação Cultural Brasil - Estados Unidos a fim de contribuir para a aproximação entre o país norte-americano e a Bahia, como também cobrava da instituição que apresentasse um desempenho satisfatório nessa tarefa.

Em abril de 1943, através de *A Tarde*, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos fazia uma promessa pretensiosa: "dentro de 25 anos, os brasileiros falarão as duas línguas corretamente" *(A Tarde*, 08 de abril de 1943). A ambiguidade dessa chamada sugere, intencionalmente ou não, que os norte-americanos estavam dispostos a nos ensinar não somente o inglês, como até mesmo o nosso próprio idioma. Esse título dúbio introduz uma entrevista com o professor estadunidense Leonard Ross Klien, que fora convidado a ministrar um curso na Associação Cultural Brasil – Estados Unidos. Segundo o jornal, a solidariedade brasileiro-norte-americana crescia cada vez mais, aumentando a necessidade de um conhecimento mútuo das línguas das duas nações. Para tanto, dizia-se que nos Estados Unidos estavam sendo dados cursos de português a todos quantos "desejam vir para a nossa pátria ou tenham interesse de aprender a língua que falamos". E aqui também se buscava aprender o inglês. Nesse sentido, o Instituto Brasil – Estados Unidos, no Rio e a Associação Cultural que tem nome também dos dois países e funciona nesta capital mantêm um curso para os seus associados. Entre nós agora por diante irá ser ministrado pelo prof. Leonard Ross Klien, diplomado pela Universidade de Yale convidado especialmente pela ACBEU. Já os professores Peter Baker e senhora estão dando igual curso, tendo aumentado tanto o número de alunos, que há necessidade de mais professores (*A Tarde*, 08 de abril de 1943).

Em depoimento ao *A Tarde*, o Mr. Klien teria declarado que as suas aulas eram frequentadas, no Rio de Janeiro, por mais de seiscentos alunos, elogiando

> [...] a extraordinária facilidade do brasileiro para aprender o inglês, assim como o seu interesse. Finalisou dizendo que podia afirmar estarem os nossos patrícios habilitados a falar corretamente o idioma de Roosevelt, após seis meses de estudos. E concluiu: 'acredito que dentro de 25 anos, o Brasil falará o inglês tão bem quanto o português'. *(A Tarde*, 08 de abril de 1943).

Dias depois, o *Estado da Bahia* também publicou uma matéria a respeito do curso de inglês ministrado pela Associação Cultural Brasil – Estados Unidos.

Segundo o jornal, o interesse pelo estudo da língua inglesa vinha "se tornando corrente em todo o Brasil". Na Bahia, os cursos abertos pela Associação "alcançaram êxito incomum, elevando-se as inscrições a cerca de três centenas de sócios" (*Estado da Bahia*, 19 de abril de 1943, p. 3).

De acordo com *Estado da Bahia*, o número de inscrições foi tão grande, que se tornou necessária a vinda, do Rio de Janeiro, de um professor para satisfazer o número de alunos, o estadunidense Ross Klein (e não Klien, como tinha sido anunciado no *A Tarde*). A propósito da chegada desse norte-americano para a Bahia, expressamente para dar aulas de inglês na Associação Cultural, o periódico reproduziu a carta recebida pela entidade e assinada pelo Sr. Frank E. Nattier Jr., Coordenador interino dos negócios entre as Américas, no Rio de Janeiro. De acordo com a missiva, interessado em estudar no estrangeiro, o Mr. Klein fizera cursos de literatura, história e língua espanhola no Chile. Chegando ao Brasil, estudou português, literatura, antropologia e história do Brasil. Uma parte de seu tempo foi dedicada ao ensino de inglês no Instituto Brasil – Estados Unidos, onde seria "muito sentida a sua falta". Na ACBEU, em Salvador, para a qual fora transferido, o sr. Klein seria "um devotado amigo e sincero colaborador" (*Estado da Bahia*, 19 de abril de 1943, p. 3).

Percebe-se que esse professor estava a serviço de um órgão ligado à coordenação das relações entre as Américas, podendo ser remanejado para diferentes regiões do Brasil, conforme a necessidade. Porém, não somente a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos coordenava cursos gratuitos de inglês para a população baiana. Segundo consta no jornal *A Tarde*, em dezembro de 1943, um anúncio da Escola Gutenberg e do Instituto de Preparo Comercial que garantia aulas grátis do idioma de Shakespeare (*A Tarde*, 31 de dezembro de 1943). O *Estado da Bahia*, no ano de 1944, também publicou algumas lições de inglês destinadas a seus leitores, elaboradas pelo prof. Klein (*Diário da Bahia*, 04 de julho de 1945, p. 7).

Em julho de 1945, o *Diário da Bahia* divulgou a reabertura dos cursos da Associação Brasil – Estados Unidos. Não foram encontradas na imprensa notícias sobre a interrupção das atividades da entidade, portanto não foi possível identificar quando ocorreu essa suspensão. Porém, esse texto do *Diário da Bahia*,

comunicando o retorno das aulas da Associação, apresenta detalhes acerca do funcionamento dos cursos. Segundo o jornal, desde a sua fundação, esse instituto vinha "prestando os melhores serviços na aproximação dos dois povos amigos, difundindo entre eles os idiomas falados nos seus países, fazendo nascer daí esse interesse crescente que é o principal veículo de um perfeito conhecimento" (*Diário da Bahia*, 04 de julho de 1945, p. 7). Além disso,

> Funcionando dentro de métodos e professores de ensino os mais eficientes adiantados, possuindo material adequado e moderno que está continuamente chegando dos Estados Unidos, estão esses cursos de natureza intensiva a cargo de professores de reconhecidos méritos. Todas as classes de inglês estão sendo ministradas por professores americanos possuidores de longo tirocínio, havendo professores brasileiros para o ensino de português aos alunos americanos. Deste modo, compõe-se o corpo docente da Associação de dois professores de tempo efetivo além de seis professores contratados. *(Diário da Bahia*, 04 de julho de 1945, p. 7).

Nota-se então que o governo norte-americano enviava ao Brasil, além de professores, o material didático e o método usados nas lições. O texto é encerrado com a informação de que os cursos eram bastante procurados, o que provocou a necessidade de aumentar o número de classes, visando atender a um número maior de alunos, "oferecendo-lhes, deste modo, a oportunidade e os mais convenientes meios de aprendizagem de uma língua que vem sendo não somente uma necessidade no trato social, e também um urgente imperativo na vida cotidiana" *(Diário da Bahia*, 04 de julho de 1945, p. 7).

Além de buscar uma aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos por meio da educação, houve um esforço no sentido de estreitar as relações entre os dois países do ponto de vista cultural e intelectual, como veremos no próximo capítulo.

Relações culturais Bahia – Estados Unidos

A ideia de aproximação entre os dois países incluía a defesa constante de uma interação cultural entre baianos e norte-americanos. Vinculada ao Instituto

Brasil – Estados Unidos, sediado no Rio de Janeiro, a Associação Cultural Brasil – Estados Unidos desempenhou um papel importante no estreitamento das relações entre os dois países, através de diversos meios, como a música, as artes plásticas, palestras de artistas e de pesquisadores norte-americanos e até cursos gratuitos de inglês, voltados para a população baiana. A entidade também organizou concursos para familiarizar estudantes das escolas de Salvador ao tema do pan-americanismo:

> A Associação Cultural Brasil - Estados Unidos, pretende realizar um concurso entre os alunos dos diversos Colégios da Bahia. Esse concurso consistirá numa dissertação sobre assunto pan-americano escolhido, no momento e na resposta, dez perguntas sobre a Geografia, a História e a Economia dos países do continente, formulados pela comissão julgadora do concurso. *(A Tarde*, 03 de abril de 1943, p. 3).

A imprensa também publicava artigos defendendo a aproximação cultural entre os dois países. Em março de 1943, Afranio Coutinho teve um texto publicado no *Diário de Notícias*, com copyright da Inter-Americana, especial para aquele jornal. À época, ele ocupava o cargo de secretário da revista *Seleções*, do Reader's Digest, e escreveu acerca da vida editorial norte-americana. Dentre as suas peculiaridades "mais simpáticas e dignas de ser imitadas", havia que se destacar o culto do livro, "sob todos os seus aspectos".(*Diário de Notícias*, 22 de março de 1943, p. 7).

Como uma civilização que amava o livro, um dos aspectos desse apreço se demonstrava pelo sistema editorial. Segundo o autor,

> Chega a ser sem dúvida uma verdadeira arte, depois de ser uma técnica perfeita. O livro, só pelo ponto de vista tipográfico, é uma obra de arte na América. Cuida-se de todos os detalhes, desde a escolha do tipo, até a capa, da revisão perfeita, podendo-se desafiar os pesquisadores de gralhas, até o título. Uma casa editorial é coisa seríssima, mobilizando os exércitos de operários e técnicos, além do escritório editorial, composto de escritores de grande responsabilidade, encarregado de toda a polícia editorial, da seleção de volumes, dos programas editoriais, das iniciativas, prêmios etc. Esse corpo editorial não tem existência puramente responsável, trabalhando com tempo integral e com ordenado

> suficiente para viver. O escritor que trabalha para uma editora não precisa ser funcionário público ou jornalista. Exerce na empresa a sua profissão de escritor, e ainda resguardando tempo para fazer sua obra própria. *(Diário de Notícias*, 22 de março de 1943, p. 7).

Afrânio Coutinho acrescenta que as editoras tinham a prerrogativa de encomendar trabalhos e examinar, ler e rever todo o material a ser publicado pela revista, com ou sem a aquiescência do autor, que perdia a propriedade do trabalho desde que o vendesse a um órgão de publicidade. Porém, geralmente era ouvido e aprovava ou não as sugestões, muitas vezes ele mesmo fazendo as modificações necessárias. Era essa técnica, para Coutinho "em certos aspectos apreciável", que dava identidade às revistas norte-americanas (*Diário de Notícias*, 22 de março de 1943, p. 7).

De acordo com o autor, essa especificidade da imprensa ianque devia ser verificada pelos brasileiros:

> Qualquer revista americana possue uma maneira que lhe é própria, até mesmo um estilo, uma filosofia, ou ao menos, uma atitude geral que a identifica facilmente entre as outras. Isto é uma coisa que precisa ser dita no Brasil, para que se compreenda bem um dos mais típicos hábitos da publicidade americana, inteiramente diverso do sistema em voga no Brasil. É possível referirmo-nos à maneira da Saturday Evening Post, que é bem diferente da do Antlantic Monthly ou Harper's Magazine. Um artigo que estivesse apropriado para uma, não o seria necessariamente para a outra, bem como um conto ou uma reportagem. Cada uma tem a sua orientação que fornece o seu público contra a quebra de linha. Tem também o seu corpo selecionado de colaboradores, já habituado ao seu tom, e pronto para fornecer os trabalhos quando se oferecer oportunidade. *(Diário de Notícias*, 22 de março de 1943, p. 7).

Por fim, Coutinho conclui que o trabalho editorial nos Estados Unidos era uma obra anônima e coletiva, visando apenas dar perfeição e uniformidade às publicações. *(Diário de Notícias*, 22 de março de 1943, p. 7).

Em abril de 1943, o vespertino de Simões Filho publicou um texto assinado por Thales de Azevedo, no qual sustentava que o que se tinha feito "para a compreensão dos Estados Unidos pela nossa gente" era muito pouco, e que "os universitários, os estudiosos de toda ordem" mantinham um contato precário "e

de segunda mão com a vibrante atividade norte-americana". Portanto, era preciso considerar "a conveniência de uma aproximação intelectual com os Estados Unidos", tendo em vista "o muito que podemos lucrar nesse intercâmbio com a pujante civilização cis-Atlântica do Norte". No entanto, segundo o autor, os livros e as revistas norte-americanos estavam fora do alcance de nossos intelectuais devido à diferença de valor entre as moedas dos dois países. Para tanto, já se havia aventado a possibilidade de instituir-se uma moeda interamericana destinada ao intercâmbio de livros e periódicos.

Além disso, tudo o que as nossas livrarias importavam e expunham à venda eram, para Thales de Azevedo, publicações noticiosas ou sensacionalistas que davam uma imagem completamente deturpada dos Estados Unidos. Nas suas palavras, "isso é de uma gravidade tão grande que custa a crer não tenha sido ainda percebido pelos responsáveis pelas nossas relações". Inclusive, o autor disse ter sugerido a Afranio Coutinho, "que foi quem levantou entre nós essa questão das relações espirituais entre o Novo e o Velho Mundo", que estudasse uma maneira de permitir no Brasil a publicação de revistas norte-americanas. Meses depois, William Berrien teria anotado a sugestão para discuti-la com Afranio. Desse modo, para Thales de Azevedo, os norte-americanos compreenderiam que às viagens e cursos de aperfeiçoamento oferecidos a intelectuais brasileiros, poderia ser acrescido um plano de difusão das suas melhores revistas de estudos; reciprocamente, haveria uma disseminação, nos Estados Unidos, dos periódicos brasileiros "entre os intelectuais conhecedores do nosso idioma e desejosos de um contato direto com a nossa vida intelectual". *(A Tarde*, 10 de abril de 1943).

Em *A Tarde*, foi reproduzido um texto com copyright da Interamericana, assinado por Luís Martins, defendendo que era comum alguns intelectuais se inspirarem nos exemplos ingleses para aspirar um modelo mais evoluído de civilização (*A Tarde*, 10 de abril de 1943). Segundo o autor, Eça de Queiroz, por exemplo, nunca escondeu uma irresistível atração pelos britânicos, tendo sido os heróis de seus romances educados na Inglaterra. Entre os brasileiros, Martins cita Ruy Barbosa e Machado de Assis como admiradores de certos aspectos culturais do país europeu. O autor dizia rejeitar o anti-patriotismo e a tendência de depreciar os bens nacionais em nome de uma suposta superioridade estrangeira:

> Compreendo que com todas as deficiências naturais da nossa jovem civilização, somos um povo que se forma e que experimenta uma nova modalidade de cultura. Com os nossos defeitos, nossas insuficiências, nossos fracassos, nós constituímos uma tentativa inédita de dar à civilização ocidental um novo caráter e uma nova fisionomia. Não temos portanto que nos envergonhar por sermos diferentes dos europeus — pois não somos europeus (*A Tarde*, 10 de abril de 1943).

Entretanto, para o autor, era preciso assimilar "dos povos de maior experiência" as suas qualidades e seus bons hábitos: "Sem abdicar de nosso caráter, podemos aprender do estrangeiro muita coisa. E nesse sentido tinha razão Eça de Queiroz, tinham razão Machado de Assis e Ruy Barbosa em apontar a Inglaterra como modelo". Ultimamente, eram os Estados Unidos o nosso exemplo, sobretudo no setor da técnica, porque eles se achavam "infinitamente melhor aparelhados do que nós". Afinal, se era "inevitável que em muitas coisas temos que aprender de fora, que aprendamos ao menos de uma nação americana".

> Como apenas "um ou dois países" resistiriam vitoriosamente à guerra, estávamos às vésperas de assistir ao encerramento do ciclo de domínio europeu, precedendo o clímax da cultura americana. Os líderes dessa cultura, segundo o autor, eram, indiscutivelmente, os Estados Unidos: "no momento são eles que marcham à frente de seus companheiros continentais. Mas o Brasil pode e deve esforçar-se para marchar a seu lado, como um dos expoentes da nova civilisação que se aproxima." (*A Tarde*, 06 de maio de 1943).

Esse texto revela certa preocupação com o recrudescimento de um nacionalismo no Brasil. O autor disse que não era conveniente renegar as características positivas do país, mas admitia que era preciso mirar-se em certos exemplos, o que parecia bastante oportuno porque, diferentemente de outrora, o atual modelo era um país americano. O artigo parecia tentar passar a impressão de que o padrão ianque era mais apropriado porque se tratava de uma nação do mesmo continente, "menos estrangeira" do que a Europa. Essa sugestão encontrava respaldo no fato de que o chamado Velho Continente se encontrava em declínio e os Estados Unidos, cada vez mais avançados em termos técnicos e econômicos. Portanto, adotar a civilização norte-americana como parâmetro de desenvolvimento não devia desagradar completamente os partidários de uma

postura mais nacionalista, pois, afinal, tratava-se de um país amigo, ao qual estávamos unidos pelos laços da solidariedade continental.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Estado da Bahia, 01 de abril de 1942.

O Imparcial, 16 de maio de 1942.

A Tarde, 14 de novembro de 1942.

Estado da Bahia, 01 de abril de 1942.

Diário da Bahia, 01 de setembro de 1942.

A Tarde, 22 de setembro de 1942.

A Tarde, 23 de setembro de 1942,

Estado da Bahia, 23 de setembro de 1942.

A Tarde, 10 de fevereiro de 1943.

A Tarde, 10 de fevereiro de 1943.

A Tarde, 08 de abril de 1943.

O Imparcial, 13 de agosto de 1943.

O Imparcial, 04 de março de 1944.

O *Imparcial*, 30 de maio de 1944.

Estado da Bahia, 02 de junho de 1944.

Diário de Notícias, 29 de abril de 1945

A Tarde, 12 de maio de 1945.

Diário de Notícias, 10 de maio de 1945.

A Tarde, 12 de maio de 1945.

O Imparcial, 22 de agosto de 1945.

Estado da Bahia, 20 de setembro de 1944.

Diário da Bahia, 04 de julho de 1945.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERÍSSIMO, Érico. *Gato preto em campo de neve*. Rio de Janeiro: Globo, 1961.

"UM PARTIDO COMUNISTA *SUI GENERIS*" – O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO PCB EM 1945[1]

RICARDO JOSÉ SIZILIO[2]
Universidade Federal da Bahia

ATÉ 1945 O PARTIDO COMUNISTA do Brasil (PCB) havia atuado de forma ilegal por mais de duas décadas. Afinal, fundado em 1922, a agremiação "viveu períodos mínimos de legalidade e liberdade, que se situam entre os meses de março a julho de 1924, e janeiro a agosto de 1927"[3]. Mesmo durante os longos períodos de ilegalidade, os comunistas continuaram atuando, o que ocasionou perseguições e inúmeras prisões em todo Brasil, principalmente durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Ainda que não estivesse legalmente funcionando no primeiro semestre de 1945, haja vista que sequer existia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[4], o PCB realizava suas atividades políticas sem maiores transtornos, tendo em vista que desde 1943, quando o Brasil se juntou aos Aliados na Segunda Guerra Mundial[5], a repressão do Estado Novo aos comunistas foi arrefecida.

---

[1] Este texto é uma versão da seção: *PCB: "um partido comunista sui generis"*, contida na dissertação: *"Vai, Carlos, ser Marighella na vida": outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.
[2] Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.
[3] CARONE, Edgard. *O P.C.B.* (1922-1943). Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982. p. 227-241.
[4] A Justiça Eleitoral, criada em 1932 e desativada em 1937 em função do Estado Novo, foi reorganizada em 28 de maio de 1945, por meio Decreto-Lei 7.586 assinado por Getúlio Vargas.
[5] Pode-se afirmar que um dos principais motivos para a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo foram os sucessivos afundamentos de navios brasileiros em águas internacionais durante a Segunda Guerra Mundial, além dos ataques a Marinha Mercante brasileira que mataram 972 pessoas entre 1942 e 1943, nas aguas de Sergipe e da Bahia. CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *"A guerra já chegou entre nós!"*: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 232 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

É certo que a posição defendida pelos comunistas de apoiar a luta contra países do Eixo, aliado ao fato de a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) participar da guerra ao lado do Brasil, criaram um clima de tolerância em relação ao PCB, potencializando a legalização do partido. Tanto, que em 1945 a imprensa recorrentemente divulgava os posicionamentos do secretário-geral do partido, como demonstra a publicação no *A Tarde*, em março, do "manifesto das esquerdas, dentro da orientação de Luis Carlos Prestes"[6], mesmo que neste mês o comunista ainda estivesse encarcerado[7]. Opiniões a favor da legalização do partido também eram publicadas, como aconteceu em abril, quando Nestor Duarte escreveu que "a democracia permite a existência do comunismo enquanto este for uma doutrina de reforma da ordem econômica do mundo, para assegurar melhor a igualdade e a liberdade dos homens, que é o objetivo final da doutrina democrática". Entretanto, para o professor da Faculdade de Direito da Bahia, eleito deputado federal em 1945 pela União Democrática Nacional (UDN), "põe o comunismo na ilegalidade, se ele [...] prescindir de vencer pelo voto, de conquistar o poder pelo consenso livre e pacífico de uma maioria"[8].

De forma semelhante a Duarte, o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra, que concorreram à presidência da república, manifestaram-se "favoráveis à existência legal do Partido Comunista". De acordo com publicação do *O Momento*, periódico comunista editado na Bahia, Dutra afirmou o seguinte sobre o PCB: "reconheço-lhe pleno direito de existência legal. Que se organize e viva como qualquer outro partido, disputando eleitoralmente a sua supremacia e procurando o meio de seus representantes influírem na vida administrativa e política do país". O general do Exército ainda afirmou: "esse ponto de vista [...] defenderei enquanto os comunistas mantiverem entre nós a

---

[6] MANIFESTO das esquerdas, dentro da orientação Luis Carlos Prestes. *A Tarde*. Salvador, 13 mar. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[7] Luis Carlos Prestes foi preso em 1936 como consequência dos Levantes de 1935. Condenado a dezesseis anos de prisão, foi anistiado em 18 de abril de 1945, assim como todos os presos políticos.

[8] DUARTE, Nestor. A democracia e o integralismo. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

linha de conduta que hoje assumem, de renúncia aos processos violentos e de acatamento às autoridades constituídas"[9].

Percebe-se, tanto nas palavras de Duarte quanto na de Dutra, que junto com aparente tolerância em aceitar a atuação do PCB dentro da legalidade, havia ressalvas e desconfianças em relação ao partido. Provavelmente ciente das reservas em torno do PCB é que Prestes buscava sistematicamente mostrar que a agremiação era confiável, democrática e pacífica, sendo as palavras do secretário-geral ecoadas pelos comunistas e pela imprensa, incluindo, obviamente, a que era ligada ao partido. Em uma dessas oportunidades, quando perguntado sobre o candidato a presidência, Prestes afirmou que os "comunistas ficarão com o candidato que satisfazer as suas aspirações no momento, isto é, a marcha para a democracia, eleições livres e o estabelecimento de um Parlamento democrático que vote uma Constituição democrática". O secretário-geral do PCB ainda "frisou que todas as reivindicações devem ser conquistadas *pacificamente sem nenhuma perturbação da ordem*". Nesse sentido, "os comunistas em geral são contrários a qualquer tentativa de golpe que só traria graves consequências para a vida da nação, impedindo o desenvolvimento normal da democracia"[10].

Nota-se que as palavras do comunista vão ao encontro do que os demais políticos esperavam do PCB. Com o discurso e a prática voltados para a conquista pacífica das reivindicações, Prestes não teve receio de declarar, em abril, que "o Partido Comunista será restabelecido no Brasil, em bases legais, após a promulgação da Lei Eleitoral"[11]. O secretário-geral do PCB acertou quanto ao restabelecimento do partido em bases legais, porém, sua regularização não foi das mais fáceis. Afinal, o Partido Comunista foi a única agremiação, das que tiveram o registro definitivo deferido, obrigada a prestar explicações acerca do seu programa, assim como foi a única, das 26 que pleitearam a regularização junto ao TSE, que teve correspondências contrárias ao seu registro partidário[12].

---

[9] FAVORÁVEIS à existência legal do Partido Comunista. *O Momento.* Salvador, 23 abr. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[10] SERÁ restabelecido Partido Comunista, mas as esquerdas só se definirão ante o programa. *A Tarde.* Salvador, 26 abr. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

[11] Idem.

[12] De acordo com a documentação do TSE, 26 agremiações conseguiram o registro partidário provisório. Todavia, apenas 11 tiveram deferido o registro partidário definitivo. Assim sendo, os

É certo que as explicações que o PCB foi obrigado a prestar ao TSE em relação ao seu programa partidário, assim como as correspondências enviadas ao Tribunal, inserem-se nas desconfianças que havia em torno do partido e de seus militantes, que nada mais eram do que o anticomunismo enraizado, ora arrefecido e dissimulado, ora raivoso. Ainda que não fosse, necessariamente, em resposta a estas "desconfianças", Prestes e os demais militantes recorrentemente reforçavam a perspectiva pacífica do partido, como fez, por exemplo, Carlos Marighella em junho, quando o processo eleitoral já estava em curso. Em entrevista ao *O Momento*, o baiano afirmou que "*pacificamente* vamos agora para as eleições, que todos brasileiros desejamos, livres e honestas". Ademais, disse que "ninguém poderá negar que o *Partido Comunista do Brasil é o mais forte esteio da democracia entre nós, o mais decidido fator de ordem e tranquilidade*"[13].

Ainda que as palavras dos comunistas se repetissem em tom apaziguador, as reservas em relação a eles continuavam sendo publicadas na imprensa, sinalizando os limites da presença política do PCB. Nesse sentido, também em junho, foi divulgado um artigo do jornal *A Tarde* com o seguinte teor:

> Estranha-se por aí afora a presença, nas competições partidárias, desse novel partido comunista chefiado pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Mas, bem pesadas as coisas, não há motivo para estranheza, senão para meditação. [...] o limite lógico imposto, assim ao comunismo [...] como aos demais partidos, ou "ismos", organizados, ou em organização, que tenham a sua mensagem endereçada ao povo brasileiro. Seja qual for a sua ideologia, não poderá pretender a destruição da democracia americana. É ponto pacífico o respeito à forma democrática de governo e de Estado, com o qual temos compromissos inalienáveis. [...] A democracia é consultiva. Consulta o povo. A democracia é equitativa. Vive da justiça que distribui. A democracia é ordeira. Regenera-se pelo voto, A democracia é equilibrada. Não se

partidos que concorreram no pleito de 1945 foram: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido de Representação Popular, Partido Agrário Nacional, Partido Republicano Democrático, Partido Republicano Progressista, Partido Libertador, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão. Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

[13] FALA Carlos Marighela ao povo da Bahia. *O Momento.* Salvador, 11 jun. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. (grifo nosso)

> concilia com a violência dos regimes autoritários. A democracia é humana[14].

Além das desconfianças escritas de forma polida, havia também uma oposição declaradamente mais direta e franca, comprovada pela fala de Heráclito Sobral Pinto durante a instalação do Partido Democrata Cristão (PDC). De acordo com o ex-advogado de Luiz Carlos Prestes, era:

> dever indeclinável dos homens que não compreendem a vida social austera divorciada das ideias de Deus, iniciar o combate franco, leal e destemido aos ideais comunistas, sem apelos brutais à autoridade pública, para que se esmague pela força, mas opondo aos mesmos, com decisão, uma luta doutrinária e conscientemente organizada.[15]

O combate destemido aos comunistas chegou ao Tribunal Superior Eleitoral por ação de outro partido, a União Social pelos Direitos do Homem (USDH), sediada em São Paulo, que solicitou que fosse negado o registro partidário ao PCB, assim como fosse impedido o seu registro como sociedade civil. No documento de onze páginas enviado no final de julho ao Presidente da República, ao presidente do TSE e aos ministros da Justiça, da Aviação, da Guerra e Marinha, foi pleiteado que o PCB não fosse legalizado por ele "preconizar o extermínio das minorias parlamentares e da democracia; por atentar contra os direitos do homem e suas liberdades fundamentais", ou seja, todas as liberdades públicas e de pensamento. Ademais, o PCB era "tipicamente ilícito e gerador de discórdias [...], preconceitos e ódios pessoais", além de ser "contrário à Constituição e a Lei Eleitoral". Por fim, entre todos os argumentos utilizados, um se destaca, afinal, a USDH afirmou que o PCB era "violentamente antidemocrático e fundamentalmente nazista"[16].

---

[14] PARA que o Brasil continue. *A Tarde.* Salvador, 06 jun. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[15] A INSTALAÇÃO do Partido Democrático Cristão. *A Tarde.* Salvador, 10 jul. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[16] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil.* Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

Uma pequena nota sobre este requerimento foi divulgado em pelo menos um jornal da grande imprensa baiana[17]. Porém, antes mesmo do *A Tarde* mencionar o caso, os comunistas já haviam se manifestado por meio do *O Momento*, declarando que a petição era uma audácia de um provocador. Sem entrar no mérito das acusações, ao afirmar que não cabia nenhum comentário sobre os fundamentos em que se baseava a petição, o partido optou por desqualificar Henrique Almeida Filho, fundador da USDH. Desse modo, foi feito um histórico "do perigoso agente trotskista" a serviço do nazi-fascismo, que se infiltrou nos meios esquerdistas. De acordo com a matéria, com a abertura política, "Almeida Filho, como toda canalha trotskista, se assanhou, voltando as suas atividades demagógicas, subversivas, diversionistas, [...] apresentando-se novamente como esquerdista". Por fim, para o PCB, o requerimento da USDH era uma provocação dos elementos ligados ao fascismo e dos inimigos da ordem, porque o partido era o "mais forte esteio da ordem interna e da pacificação da família brasileira".[18]

Nota-se que cada organização acusou a outra de ter vinculação com o nazismo e/ou fascismo, sendo que naquela conjuntura tal afirmação era demasiadamente grave. Sem utilizar este argumento, outras correspondências chegaram ao TSE para que não fosse concedido o registro ao PCB. Na maioria destas, o principal elemento contra os comunistas estava ligado à questão religiosa, ainda que não tenha sido o caso do telegrama enviado de Gravatá, Pernambuco, em 22 de setembro. Na correspondência, assinada por 53 pessoas, foi escrito que o PCB era "prejudicial a nossa pátria e contrário as nossas gloriosas tradições". Desta forma, "brasileiros que somos, não nos convêm sermos adeptos de regimes totalitários importados". Por isso, "não reconhecer [o PCB] significa evitar desgraça para nossa terra".[19]

Além deste telegrama, outros três foram enviados ao presidente do TSE durante os trâmites para o registro do PCB. De Três Corações, Minas Gerais, José

---

[17] O MOMENTO político. *A Tarde*. Salvador, 31 jul. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[18] AUDÁCIAS de um provocador. *O Momento*. Salvador, 23 jul. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

[19] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

Guerra Paixão solicitou que o PCB não fosse legalizado, alegando que o partido seria contrário às tradições católicas. Além disso, Paixão escreveu que a "nossa pátria" estava passando momento histórico em que se instaurava o "Estado democrático", cujas leis deveriam ser formadas "pelo espírito cristão de liberdade e justiça". Da Bahia, a professora Maria Joaquina Ferreira, afirmando ser mãe de família que educava quatro filhos com os preceitos cristãos, também pleiteou que o Partido Comunista não fosse registrado. Por fim, de Salvador, capital da Bahia, Domingos Lima apelou para o "alto patriotismo" do presidente do TSE, com a intenção de que fosse "negado o registro do Partido Comunista [...] em nome da consciência cristã do povo brasileiro". Lima, ao se despedir, afirmou: "Deus abençoará vossa excelência", deixando subentendido que a benção divina estava condicionada à negativa do registro ao PCB[20]. Como o Partido Comunista teve o registro partidário definitivo deferido, o ministro José Linhares não teve a chance de receber a benção rogada pelo baiano.

Assim como as mencionadas correspondências, o processo para a regularização do partido demonstrou as ressalvas dos membros daquele egrégio tribunal em relação aos comunistas, sendo estas demonstradas imediatamente após a solicitação de registro provisório. Para que tal pedido pudesse ocorrer, o TSE publicou as instruções sobre os partidos políticos em julho, fazendo com que o PCB, assim como a maioria das agremiações, fizesse sua solicitação de registro partidário em setembro, após os trâmites burocráticos preliminares.

Para o registro do PCB, inicialmente, Luis Carlos Prestes, Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Grabois e João Amazonas assinaram, em 15 de agosto, a ata que alterou o estatuto do partido[21], que teve Carlos Marighella como membro da comissão redatora[22]. Em 28 de agosto, no Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro, foi feito o registro do documento, que incluía o extrato do estatuto do partido. Cerca de uma semana depois, em 3 de setembro, Luís Carlos Prestes assinou a petição para o presidente do TSE contendo o programa do

[20] Idem.
[21] Idem.
[22] *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella:* Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

partido. Entretanto, esta petição foi enviada apenas no dia 25 daquele mês, chegando ao TSE no dia seguinte.

De acordo com o programa partidário, o PCB se propôs lutar, entre outros: pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil; por melhores condições de vida, trabalho e cultura da classe trabalhadora; pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros; pela difusão e ajuda à pequena propriedade agrícola e pela liquidação do regime semifeudal a que vivem submetidos os camponeses, trabalhadores agrícolas e demais trabalhadores do campo; pela vigência das liberdades públicas e das garantias do cidadão; pela defesa do lar e da família; pela emancipação da mulher, pelo reconhecimento de todos os seus direitos que lhe são negados, pela proteção à infância, à velhice e aos inválidos; por um governo genuinamente popular, cuja norma de ação seja realizar um programa mínimo de união nacional, encabeçando o povo no combate pelo esmagamento político e moral dos remanescentes da reação e do fascismo[23].

Três dias depois de protocolada no TSE, o relator, A. Sampaio Dória, analisou a petição, e "como esse programa oferecia dúvidas, em face da ideia comunista, universalmente pregada, foram pedidos esclarecimentos para que pudesse o Tribunal interpretar com exatidão os propósitos do partido e confrontá-los com as exigências da lei"[24]. Dessa forma, determinou-se que o partido tomasse providências para esclarecer os "tópicos obscuros do programa", a saber: como o PCB pretendia "lutar pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros"; como o partido ambicionava fazer "a socialização dos meios de produção", sendo questionado se tal divisão, distribuição e socialização se dariam pelo modelo russo, que "desrespeita o direito de propriedade, pois expropria sem indenização", ou seria desapropriando e indenizando. Além disso, foi inquirido

---

[23] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil.* Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

[24] *Diário da Justiça.* Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 113-118. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

se realizar "um programa mínimo de União Nacional" significava "a exclusividade de um partido com o poder nas mãos, a ditadura do proletariado, na doutrina e linguagem marxista, ou é uma politica de tolerância e concórdia". Por fim, como o "partido manteve sua denominação, característica de comunista, [...] que significa e compreendem os princípios marxista-leninistas", o TSE indagou se tais princípios estavam inclusos no programa do PCB[25].

Em resposta registrada em cartório em 12 de outubro, o Partido Comunista afirmou que a divisão e distribuição da terra seriam feitas de forma gratuita, cabendo ao Parlamento "promulgar uma lei determinando a desapropriação das terras não cultivadas", com ou sem indenização ao proprietário. Nesse sentido, "a questão das terras próximas ás grandes cidades não tangem com qualquer alteração do sistema capitalista, mas deve ser enfrentada por um governo democrático de base capitalista". Em relação à "União Nacional", foi escrito que era a "política de tolerância e concórdia [...] indispensável à construção dum Brasil livre próspero e feliz. Não seria, pois, qualquer forma de ditadura, inclusive, é óbvio, a ditadura do proletariado". Ademais, "o problema da socialização dos meios de produção, que inegavelmente, é objetivo último dos comunistas, aparecerá como uma solução legislativa pacífica". Sendo esta questão algo remoto, tendo em vista que o Brasil ainda se encontrava "na fase da economia colonial e feudal". Por fim, o PCB declarou que em seu programa não se incluíam "os princípios marxista-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos"[26].

Diante de tais respostas, em 23 de outubro, o procurador Hahnemann Guimarães se manifestou favorável ao registro provisório requerido. Além de responder aos questionamentos, o PCB acrescentou o estatuto do partido ao pedido de registro, tendo em vista que anteriormente apenas havia sido anexado o extrato dele. O estatuto incorporado, aprovado em meados de agosto, modificou o projeto de reforma de estatuto que tinha sido divulgado pelos comunistas no início de julho[27]. O projeto também foi vendido como livreto, para

---

[25] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 214.* Ata da 47ª Sessão: 29 set. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

[26] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil.* Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

[27] ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil. *O Momento.* Salvador, 02 jul. 1945. p. 3, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

"o povo brasileiro [...] melhor conhecer o que é o Partido da vanguarda da classe operária"[28]. Embora tivesse ocorrido ampla divulgação do projeto, o documento oficial do PCB era o estatuto registrado em cartório com as modificações sugeridas pela "comissão nomeada pela direção nacional"[29].

Com as alterações, o estatuto passou a ter 38 artigos, ao invés dos 53 propostos, em seus 10 capítulos. A comissão redatora ainda propôs "pequenas modificações no texto", como por exemplo, exclusão do trecho do 2º artigo do projeto, em que se afirmava que o PCB tinha "como objetivo superior organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil dentro dos princípios do marxismo-leninismo". Também foi excluído, integralmente, o artigo que dizia que o emblema do partido era representado pela foice e o martelo.

Muitos dos artigos suprimidos tratavam de como os comunistas deveriam se portar na vida pública e privada. Pelo projeto, "o primeiro dever de todo membro do Partido *é enquadrar todos os atos de sua vida pública e privada dentro dos princípios do programa do partido*". Ademais, "nenhum membro do partido *pode manter relações pessoais, familiares ou políticas com trotskistas ou com outros inimigos reconhecidos do partido,* da classe operária e do povo". Outro artigo eliminado tratou de uma das possibilidades de expulsão do militante sendo, o 25º artigo do projeto de reforma do estatuto, escrito da seguinte forma:

> Os membros do Partido que comprovadamente atraiçoem a classe operária e a confiança neles depositada, por essa classe e pelo partido; os realizadores de trabalho de fração; *os ébrios contumazes*; *os que derem prova de degenerescência moral*; os que realizem atos de aventurismos ou de degradação de classe (lumpen); *os provocadores, os terroristas, os pregadores e praticantes da luta de grupos como método de ação do partido e da classe operária* e, em geral, aqueles que, com sua atitude incorrigível, vivam prejudicando o Partido, e portanto, a classe operária e o povo, serão sumariamente expulsos do Partido e desmascarados publicamente[30].

---

[28] PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil.* Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.
[29] Idem.
[30] Idem. (grifo nosso)

Com todos esses regramentos excluídos, além das respostas acerca do programa partidário, o PCB teve deferido seu pedido de registro provisório em 27 de outubro. Todavia, o ministro relator, A. Sampaio Dória, afirmou que "pode a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo". Além disso, que "o Tribunal negará registro ao partido, cujo programa contraria os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição"[31].

Feitas tais observações, Sampaio Dória analisou as mudanças no estatuto do partido e a exclusão do trecho em que foi afirmado que o PCB "tem como objetivo superior, organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo". De acordo com o relator, com tal supressão "esta finalidade já não é a que o Partido hoje adota. *Se fosse, a lei vedaria o registro*". Dória ainda acrescentou que "é verdade que o abandono desses princípios tira do programa do Partido a significação comunista". Em seu extenso voto, o relator deixou claro seu anticomunismo, entretanto, como o PCB negou os princípios do marxismo-leninismo e qualquer possibilidade de enfrentamento ao capitalismo, seu posicionamento foi favorável à existência legalizada do partido. Por alguns trechos do parecer de A. Sampaio Dória, podemos ter uma noção mais precisa de como o PCB se apresentou e/ou foi interpretado pelo Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com o relator:

> O Partido Comunista do Brasil, sem deixar de ser comunista, *repele, em declaração solene ao Tribunal, os princípios marxista-leninistas.* E, não obstante, continua comunista. [...]
> [Cria-se um] *neocomunismo.* Apresenta-se, [...] o comunismo no Brasil com substância diferente. *Não é marxismo. Não é leninismo. Não é o que se observa na Rússia. Bem no contrário, declara-se liberal, declara-se até capitalista, declara-se contrário à ditadura do proletariado.* Assim apresentado, o programa do Partido Comunista do Brasil, não só não colide com os princípios democráticos ou com os direitos do homem, mas os consagra, mas os exalta, e se arma o Partido cavaleiro para sustentar com galhardia. [...]
> *O Partido Comunista do Brasil será um partido comunista sui generis; um comunismo de que se esvaziou toda a substância ideológica*; um comunismo do Brasil; um partido cujo programa

---

[31] *Diário da Justiça.* Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 113-118. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília. (grifo nosso)

> não é o que, sob este nome, se pratica na Rússia, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; *um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro.* Mas, um partido do lado oposto, *um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático,* pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, e respeito aos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma, à inglesa[32].

Após esta argumentação e a concessão do registro provisório, restava ao PCB apresentar as listas com as 10.000 assinaturas favoráveis ao registro partidário em pelo menos cinco estados. Como não era necessário o registro provisório ser deferido para colher as assinaturas, o PCB apresentou "as listas de associados" no mesmo dia em que foi concedido o mencionado registro[33]. Desse modo, foram anexadas ao processo as listas, registradas em cartório, de treze circunscrições eleitorais com mais de quinhentos eleitores, como previa a lei, totalizando 13.976 assinaturas. A maioria dos signatários do PCB estava nos seguintes estados: São Paulo (2.659), Rio de Janeiro (2.544), Rio Grande do Sul (1.717), Distrito Federal (1.398) e Bahia (1.014)[34]. Não houve mais assinaturas porque os Comitês Estaduais do Pará, Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Goiás não enviaram as listas, utilizando como justificativa, em geral, a falta de títulos eleitorais da população. Por causa disso, tais comitês foram repreendidos pela direção nacional, sendo afirmado "que os mencionados organismos do partido não compreenderam a importância dessa tarefa", comprovando "a carência de um trabalho eleitoral organizado".[35]

Diferente dos estados que recebeu a repreensão da direção do PCB, a Bahia foi uma das circunscrições eleitorais que mais contribuiu para o registro da agremiação. Embora tenham sido validadas 1.014 assinaturas, foram enviadas ao

---

[32] Idem.

[33] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil.* Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

[34] *Diário da Justiça.* Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. p. 119. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

[35] NÃO ENVIARAM as listas eleitorais. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 2. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

TSE 133 listas, contendo a chancela de 1.036 baianos. Tais listas, datadas entre 19 de setembro e 24 de outubro, portanto, às vésperas do PCB dar entrada do pedido de registro definitivo, tinham assinaturas coletadas em oito cidades do estado. Salvador, como era de se esperar por ser a capital, tinha a maior parte dos signatários do partido, totalizando 77% (802) das assinaturas. Os outros 23% (234) de eleitores baianos que chancelaram o registro do partido estavam nas cidades de Alagoinhas, Catu, Feira de Santana, Caravelas, Bonfim, Jacobina e Ipirá. Destas, Alagoinhas foi a cidade que teve o maior número de signatários, com 75 eleitores, entre eles, Vitório Pita, a maior liderança do PCB na cidade[36]. Da mesma forma que no interior, dentre os que assinaram as listas, obviamente constam os nomes de importantes dirigentes do partido na Bahia à época, como Giocondo Dias, João Falcão e Juvenal Souto, além de militantes, como Luis Contreiras e Ariston Andrade.[37]

Com as assinaturas dos baianos e de eleitores de outros estados, em 10 de novembro o PCB teve deferido seu registro partidário definitivo. Embora o Partido Comunista tenha sido obrigado a esclarecer pontos do seu programa, a duração dos trâmites não foi muito maior do que a dos demais partidos, tendo em vista que todo processo durou um mês e meio para ser analisado. Notadamente o TSE foi bastante célere em sua avaliação acerca do pedido de registro do PCB, ao mesmo tempo, inegavelmente, o voto do relator e os esclarecimentos exigidos deixam transparecer o anticomunismo dos membros da instituição, assim como os limites da atuação dos comunistas.

Ao que se mostra, o PCB estava atento às adversidades institucionais para a sua legalização, tanto que em seu programa estava escrito que o partido lutaria "pela vigência das liberdades públicas e das garantias do cidadão". Tal afirmação se opõe à acusação, da União Social dos Diretos do Homem, de que o partido atentava "contra os direitos do homem e suas liberdades fundamentais", feita antes do PCB iniciar o processo de seu registro. Outro fato que indica que o

---

[36] De acordo com Ede Ricardo Soares, o ferroviário Vitório da Rocha Pita era o secretário político do Comitê Municipal de Alagoinhas até o inicio da década de 1950, quando foi transferido para Aracaju-Sergipe, sob a acusação de agitação comunista. SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação Da Esquerda.* (Alagoinhas, 1945-1956). 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013. p. 115.

[37] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Listas dos Associados - 1945 (Bahia): Partido Comunista do Brasil.* Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

Partido Comunista tinha a exata noção do que se esperava dele para que fosse concedido o registro foi a exclusão do trecho de seu estatuto em que era afirmado que o partido tinha "como objetivo superior, organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo". Como visto, o relator do processo afirmou que se este trecho permanecesse, "a lei vedaria o registro".

Para concluir, diante do anticomunismo arrefecido e dissimulado, ou raivoso, percebe-se que o PCB se adequou ao jogo para ter o registro partidário. Todavia, o partido não se deu conta dos limites e armadilhas impostos pelo TSE para ter a sua atuação política legalizada. Nesse sentido, cabe lembrar que A. Sampaio Dória, ao votar favorável ao registro do PCB, afirmou que "pode a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo". Provavelmente a avidez por participar do jogo eleitoral pela primeira vez fez com que o PCB acreditasse demasiadamente na institucionalidade e, até, na boa fé de seus opositores, fazendo com que o partido não tomasse os cuidados necessários para a sua manutenção na vida pública.

Assim sendo, imediatamente após ter sido concedido o registro partidário, o PCB ignorou o estatuto registrado em cartório e enviado ao TSE e publicizou em seu Boletim Interno, pela primeira vez, as punições aos militantes, baseando-se no projeto de reforma do partido que foi amplamente divulgado e vendido, como mencionamos. Desse modo, no dia 15 de novembro foi publicada no Boletim Interno do PCB a expulsão do "camarada Ramos de Souza" do Rio de Janeiro, após resolução do Comitê Metropolitano e aprovação da Comissão Executiva do partido. Contra Souza Ramos pesava a acusação de ter "se insurgido contra a resolução do Comitê Metropolitano, originando uma tentativa de fracionismo dentro do partido". Por isso, foi expulso, para não "contribuir para a quebra da nossa disciplina marxista-leninista e ao completo fracionismo"[38]. No mês seguinte, o Comitê Estadual do Rio Grande do Sul expulsou o advogado João

[38] DISSOLVIDA a Célula "Lima Barreto" e expulso o camarada Ramos de Souza. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

Junqueira Rocha, baseando-se no artigo 25 do projeto de estatuto, já citado. Para o Comitê, "ficou evidenciado que os desvios esquerdistas foram sistematicamente acompanhados da ação concreta em prejuízo da fiel aplicação da linha política", por isso, tornou "público que o sr. João Junqueira Rocha foi expulso de suas fileiras e que, portanto, qualquer atividade política do referido senhor não tem relação alguma com o Partido Comunista do Brasil"[39].

Nota-se que o "projeto de reforma do estatuto" era o que efetivamente estava em uso no PCB, sendo que a "expulsão do partido de oportunistas e traidores" também era publicada na imprensa comunista[40]. Tal postura inadvertida do PCB teve um alto preço, tendo em vista que esta produção de provas contra si foi um dos pilares para o pedido de cassação do registro partidário em março de 1946, o que fez com que no ano seguinte o Partido Comunista retornasse a ilegalidade e os deputados e senador eleitos pela agremiação tivessem seus mandatos cassados em janeiro de 1948.

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella: Prontuário Carlos Marighella. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

BIBLIOTECA PÚBICA DO ESTADO DA BAHIA

A INSTALAÇÃO do Partido Democrático Cristão. *A Tarde.* Salvador, 10 jul. 1945. p. 2.

AUDÁCIAS de um provocador. *O Momento.* Salvador, 23 jul. 1945. p. 5.

DUARTE, Nestor. A democracia e o integralismo. *A Tarde.* Salvador, 26 abr. 1945. p. 3.

ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil. *O Momento.* Salvador, 02 jul. 1945. p. 3, 6.

---

[39] COMITÊ Estadual do Rio Grande do Sul. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 6. Rio de Janeiro, 13 dez. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Setor: Periódicos. Notação: Asmob. São Paulo.

[40] A EXPULSÃO do partido de oportunistas e traidores. *A Classe Operária.* Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 2, 10. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

FALA Carlos Marighela ao povo da Bahia. *O Momento.* Salvador, 11 jun. 1945. p. 8.

FAVORÁVEIS à existência legal do Partido Comunista. *O Momento.* Salvador, 23 abr. 1945. p. 1, 6.

MANIFESTO das esquerdas, dentro da orientação Luis Carlos Prestes. *A Tarde.* Salvador, 13 mar. 1945.

O MOMENTO político. *A Tarde.* Salvador, 31 jul. 1945.

PARA que o Brasil continue. *A Tarde.* Salvador, 06 jun. 1945. p. 3.

SERÁ restabelecido Partido Comunista, mas as esquerdas só se definirão ante o programa. *A Tarde.* Salvador, 26 abr. 1945. p. 2.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A EXPULSÃO do partido de oportunistas e traidores. *A Classe Operária.* Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 2, 10. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Listas dos Associados - 1945 (Bahia): Partido Comunista do Brasil.* Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil.* Disponível em: http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979. Acessado em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 214.* Ata da 47ª Sessão: 29 set. 1945. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

Diário da Justiça. Seção 2. Nº 23. Capital Federal, 02 fev. 1946. *In* BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil. Secretaria de Gestão da Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

COMITÊ Estadual do Rio Grande do Sul. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 6. Rio de Janeiro, 13 dez. 1945. p. 3. Notação: Asmob. São Paulo.

DISSOLVIDA a Célula "Lima Barreto" e expulso o camarada Ramos de Souza. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 3. Notação: Asmob. São Paulo.

NÃO ENVIARAM as listas eleitorais. *Boletim Interno do Partido Comunista do Brasil.* Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 15 nov. 1945. p. 2. Notação: Asmob. São Paulo.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil.* Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.

BIBLIOGRAFIA:

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias). Uma visão da história política do Brasil dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CARONE, Edgard. *O P.C.B.* (1922-1943). Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *"A guerra já chegou entre nós!"*: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 232 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade).* 2ª ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanças:* a materialização da revista Seiva (1938-1943). 186 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

FORTES, Alexandre et. al*. Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948. 463 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política: o 'Partido da Classe Operária' (PCB) na democratização (1945-1964).* In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Hélio. *1945: Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático. Bahia 1945.* Salvador. Assembleia Legislativa: 1992.

______. *Âncoras de Tradição. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1964).* Salvador: EDUFBA, 2011.

SEGATTO, José Antonio. PCB. A questão Nacional e a democracia. *In* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano.* V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação Da Esquerda.* (Alagoinhas, 1945-1956). 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013.

SOUZA, Cintia Pinheiro Ribeiro de. *A Evolução da Regulação do Financiamento de Campanha no Brasil* (1945-2006). 105 f. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. 238f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1986.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO (Org). *A saga da reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945*: história e cultura dos 70 anos da redemocratização no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2015.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. *In* FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Araão. (Org.) *A formação das tradições.* (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas*: *1922* – 1974. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

PODER DA INQUISIÇÃO X PODER DA MAGIA: CASOS DE FEITIÇARIA NA PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO AO BRASIL - 1591-1595

SULAMITA PINTO LIMA[1]
Universidade Federal da Bahia

Em um contexto bastante conturbado de pressões, crises políticas e sociais, Portugal, sob o reinado de D. João III, estabelece o Tribunal do Santo Ofício em 1536, através da assinatura da bula *Cum ad nihil magis* pelo Papa Clemente VII. O Tribunal de Lisboa teve suas funcionalidades suspensas por duas vezes dentre os duzentos e oitenta e cinco anos de sua existência: a primeira entre os anos de 1544-1547, período que foi publicada a bula *Meditatio Cordis*, que marcou o estabelecimento definitivo da instituição em Portugal. Já a segunda vez foi entre os anos de 1674 e 1682. Tendo sua extinção sido aprovada pelas cortes constituintes em 5 de abril de 1821.

O objetivo de se instalar um Tribunal da Santa Inquisição, de acordo com Francisco Bethencourt, era purificar a sociedade do Antigo Regime que, legitimada em preceitos religiosos, penalizava aqueles que eram acusados de crimes contra a fé e, deste modo, lograva garantir a unidade religiosa como sua maior missão. Bethencourt afirma ainda que o Tribunal do Santo Ofício se firmou como um elemento estruturante mítico-religioso, que formou a sociedade do Antigo Regime.[2]

Através dos Cadernos do Promotor e dos Processos, gerados ambos pelo Tribunal inquisitorial de Portugal, conseguimos nos aproximar, mesmo que de maneira

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), na linha de pesquisa Sociedade, relação de poder e região. O presente trabalho é parte da pesquisa que se encontra em andamento e está sendo financiada com o apoio da CAPES.
[2] BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 101.

limitada, sobre os discursos e de outras realidades vivenciadas por essas mulheres acusados pelos crimes de feitiçaria. Afinal, entendemos que nossas fontes foram geradas pela instituição do Santo Ofício e que de certo modo podem estar repletas de marcadores sociais que precisam ser detectados e analisados historicamente.

O objetivo deste trabalho é estudar as práticas de feitiçaria de mulheres brancas degredadas para o Brasil, entre 1591 e 1595, buscando compreender os processos de resistências/subsistência estabelecidos pelas mulheres frente às repressões instituídas pelo Tribunal do Santo Ofício. Busca-se problematizar os processos de circularidade cultural enquanto uma forma de enfrentamento à repressão.

Para a realização desse estudo, foi de suma importância o acesso à documentação disponível no site do Arquivo Nacional da Torre Tombo, onde foi possível retirarmos alguns casos de feitiçaria na Bahia colonial, em um período que vai de 1591 a 1595 compreendendo a Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba quando aconteceu a Primeira Visitação do Tribunal do Santo oficio ao Brasil.

Em princípio, o Tribunal do Santo Ofício foi estabelecido para o combate e o controle social dos cristãos-novos. Entretanto, práticas como sodomia, feitiçaria, bigamia, entre outras, também passaram a fazer parte do rol de perseguição da Inquisição, seguindo uma lógica de hierarquização de delitos. Segundo Bethencourt, os delitos de magia eram enquadrados no capítulo de pecados públicos.[3]

Caracterizada como pecado público, a feitiçaria ganha destaque nos códigos civis e eclesiásticos do Estado português e mais tarde ganha vigência no ultramar. Apesar das práticas mágicas estarem incluídas nas principais preocupações da Igreja cristã desde o início do catolicismo, só na Idade Moderna é que elas se tornam parte de leis civis e religiosas.[4]

Sendo a feitiçaria crime de foro misto, estava sujeita às jurisdições civis, eclesiásticas e inquisitoriais. Sendo assim, qualquer um dos tribunais existentes tinha jurisdição nesse crime, que era julgado pelo tribunal que primeiro iniciasse o processo.

---

[3] BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia*: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século VXI, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 17.
[4] SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico*: século XVIII. São Paulo: Tese (Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, p. 97.

O historiador José Pedro Paiva chama a atenção para as duas particularidades, e a esse respeito diz:

> Por um lado, assumia-se que todos os casos onde houvesse suspeitas de heresia era da exclusiva competência do tribunal da Inquisição. Por outro lado, estava estipulado que a justiça secular servia como instância de recurso para os laicos que se sentissem agravados pela forma como a justiça episcopal exercitasse as suas competências.[5]

Já o Tribunal da Inquisição moveu-se em torno de um conjunto de normas estabelecidas com os Regimentos inquisitoriais. Ao longo dos seus duzentos e oitenta e cinco anos de funcionamento, o Tribunal da Inquisição de Portugal dispôs de quatro Regimentos: o primeiro datado de 1552, onde não há qualquer menção ao crime de feitiçaria: o segundo de 1613 – igualmente ao primeiro Regimento, não faz referência às práticas mágicas de feitiçaria –, vigorou por 27 anos, antes de ser sucedido pelo terceiro e mais duradouro dos regimentos inquisitoriais, datado de 1640: neste, percebemos pela primeira vez que o crime de feitiçaria passa a ser visto com mais preocupação pela Igreja. Nesse sentido, o Regimento de 1640, no Título XIV, diz que:

> Por tanto se alguma pessoa fizer feitiçarias, sortilégios, ou adivinhações usando de cousas, e superstições heréticas, incorrerá nas penas de excomunhão, confiscação de bens, e em todas as mais, que em direito estão postas no crime de heresia, e contara ela procederão os Inquisidores na mesma forma, que procedem contra os hereges, e apostatas de nossa S. Fé; e havendo prova legítima para ser convencida, e haver a pena ordinária, se não reduzir, confessando inteiramente suas culpas, será levada à Justiça secular, na forma que fica dito no título deste livro, e levará ao Auto de Fe com o hábito de relaxado, carocha na cabeça, com rótulo de feiticeiro na forma costumada.[6]

No último Regimento, de 1774, a feitiçaria deixa de ser temida pelos inquisidores, pois passa a ser entendida como fingimentos e enganos de pessoas poderosas que, segundo o próprio Regimento, aproveitavam da ignorância e fanatismo do povo para dele garantir a sujeição. Imperadores como Heliogabulo,

---

[5] PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país "sem caça ás bruxas" (1600-1774).* Lisboa: Noticias. 2002 pp. 191-192.

[6] Regimento de 1640, Livro III. Título, XIV."Dos feiticeiros, sortilégios, adivinhadores, e dos que invocam o demônio, e tem pacto com ele, ou usam da arte de astrologia judiaria" *In:* SIQUEIRA, Sonia (ed.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 855.

Juliano, Maxenco, Valeriano; freis como Jeronimo Savanarola, Thomas Capanela e o jesuíta Antônio Vieira; sofistas como Nicolau Remigio, João Nider, Nicolau Jaqueiro são apontados pelo quarto Regimento do Tribunal do Santo Ofício como alguns dos responsáveis em acender o fanatismo e fomentar a ignorância que faz os homens perderem a razão.[7]

José Pedro Paiva mostra que, após a publicação desse último Regimento, a Inquisição continua a perseguir os praticantes da magia, não por acreditar que eram agentes diabólicos, mas por considerar que eram impostores e ignorantes que deveriam ser desprezados e ridicularizados. Assim, Paiva afirma que o Regimento de 1774 deixava de punir o feiticeiro, para punir o impostor, e aqueles que alegavam ter feito pactos com o Diabo e/ou ter poderes para trazer malefícios a alguém era considerado louco e levado ao Hospital Real de Todos os Santos.[8]

Nos primeiros momentos da colonização, o Brasil foi um verdadeiro celeiro de diferentes culturas,[9] principalmente pelas políticas de povoamento para a expansão da exploração do açúcar e do pau brasil,[10] e para a expurgação de delitos cometidos na metrópole. Nesse sentido, muitas mulheres, órfãs, refugiados, hereges, pessoas acusadas de feitiçaria foram trazidas ao Brasil, e estes, juntamente com os índios que já habitavam essas terras, constituíram uma sociedade colonial repleta de crenças e valores que nem sempre agradou a Igreja e seus ideais cristãos.

No Brasil Colônia, nunca houve a instauração do Tribunal do Santo Ofício, nem a realização de autos-de-fé. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, não são conhecidas as razões que levaram a Inquisição a trazer as visitações ao Estado do Brasil.[11] No entanto, Ronaldo Vainfas afirma que uma das causas pela qual o Brasil recebeu visitações do Santo Ofício foi a corrente migratória dos cristãos-novos que vieram ao Brasil fugidos da ação do Tribunal inquisitorial em Portugal, além do que a

---

[7] Regimento de 1613, Livro III. Título XI. "Dos Feiticeiros, sortilégios, adivinhadores, astrólogos, judiciários e malefícios". *In*: SIQUEIRA, Sonia, *op., cit*. p. 950.

[8] PAIVA, José Pedro, *op. cit.,* p. 194.

[9] SOUZA, Laura Mello de. *O Diabo e a terra de Santa Cruz:* feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 43.

[10] MELLO. José Antônio Gonsalves de. (org.). *Primeiras visitações do Santo Ofício às partes do Brasil:* Denunciações e confissões de Pernambuco: 1593-1595. Confissões de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 1984.

[11] José Antonio Gonsalves de Mello põem em discussão a ascensão econômica do açúcar, o que provavelmente despertou o interesse de cristãos-novos na Bahia e em Pernambuco, despertando assim a atenção do Tribunal do Santo Ofício. Para saber mais, consultar obra: *Primeiras visitações do Santo Oficio às partes do Brasil. op. cit*

colônia se mostrava bastante promissora no que tange a economia. O comércio do pau-brasil, exploração do açúcar e o povoamento litorâneo atraíram artesãos, lavradores, mercadores e senhores de engenho – muitos deles cristãos-novos –, para a Bahia e Pernambuco, regiões que estavam em grande ascensão. Vainfas acredita que não por acaso as primeiras visitações foram justamente nessa região do Nordeste da colônia.

A primeira visitação no nordeste da colônia ocorreu em 1591 – 55 anos após a criação do Tribunal em Portugal –, encabeçada pelo então visitador do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça, que inaugurou os trabalhos do Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa. A visitação à Bahia teve início em julho de 1591 e durou até setembro de 1593; Pernambuco, Itamaracá e Paraíba receberam as visitações entre setembro de 1593 e fevereiro de 1595,[12] sendo que todas essas visitações resultaram em livros contendo registros da passagem do então visitador. Esses livros de denunciações, confissões e ratificações encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Entender o jogo de poder dos agentes inquisitoriais em tentar conduzir a forma de pensar e agir dos indivíduos, ajuda a compreender o contexto dessas mulheres que ousaram resistir com suas práticas de feitiçaria, ainda que com a repressão da Igreja. Amanso de marido, conquista de um amor, curas de doenças, descobertas de tesouros, destruição do mal e adivinhações eram as maiores causas para o uso da feitiçaria na colônia.[13] Resoluções dos problemas do cotidiano faziam com o que o ímpeto da magia dominasse o desejo dos colonos e nativos, consequentemente dando nome e fama às mulheres que se diziam íntimas do Diabo.

Através da denúncia de Isabel Monteja Sardinha, cristã-velha e natural de Évora, casada com Estevão Gomes, que Maria Gonçalves Cajada – mulher branca, nascida em Estremoz, Portugal, casada com Gaspar Pinto – , também conhecida como *Arde-lhe o rabo*, aparece pela primeira vez na mesa do Visitador Heitor Furtado de Mendonça acusada de praticar feitiçarias. Segundo a denunciante Isabel Monteja Sardinha, cristã-velha e natural de Évora, casada com Estevão Gomes, a denunciada veio degredada para a Bahia por práticas de feitiçaria feitas na cidade de Pernambuco, porém, foi na

[12] VAIFNAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*: Santo Ofício de Lisboa, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
[13] SOUZA, Laura de Mello e, *op. cit.*, pp. 302-322.

cidade de Salvador que Maria Cajada ganhou fama com suas práticas de feitiçaria e durante aquele período foi a feiticeira mais "bem" afamada da cidade. Cajada, além de fazer feitiços para seu próprio benefício, os fazia também por encomenda, com a finalidade de manter-se materialmente na colônia. Naquele momento havia um pensamento comum entre alguns setores da sociedade: mulheres que trabalhavam em prol do seu próprio sustento, eram designadas prostitutas. Apesar de casada em Portugal com Gaspar Pinto, seu matrimônio provavelmente não era de conhecimento público na colônia. Na denunciação de Margarida Carneiro, filha de Simão Soares e de Catariana de Meneses, esposa de Manoel Leitão, a denunciante afirma ter ouvido sobre a fama da feiticeira:

> E outro sim denunciou que ouvio nesta cidade em forma publica de cinquo annos a esta parte que Maria Gtts dal cunha a ardelhe o rabo molher vagabunda que ora não sabe Lugar certo onde esteja tinha conta Com o Diabo e com elle dormia e tratava.[14]

Para além desses indícios sobre Cajada, vale ressaltar que todos que produziam filtros de amor, ensinamentos para "amarrar homem", beberagem e lavatórios de ervas com fins sexuais eram associados à prostituição no Brasil colônia. Durante a Primeira Visitação à Bahia, o então visitador Heitor Furtado de Mendonça recebeu em sua mesa cerca de oito denúncias contra Maria Gonçalves Cajada, que foi também acusada de falar intimamente com o Diabo, o que lhe concedeu a fama de ser feiticeira diabólica. Entre as várias denúncias está a de Isabel Antônia, cristã-velha, natural do Porto, que segundo seu testemunho, abrigou a Cajada em sua casa sem saber que era feiticeira, e só viera a descobrir quando a própria Maria confessou em uma conversa, além de dizer também que usava dos poderes dos Diabos:

> [...] maria gllz d'alcunha arde-lhe o rabo que parecia ser da idade de arredor de quarenta annos a qual lhe descobrio que era feiticeira Diabolica et falava com os Diabos et lhe mostrou hum vidro com hum pouco de azeite dizendolhe que hia ao campo e que dentro em hum signo samão tendo o dito azeite na boca Maria gllz boca falava com os demônios elle disse mais que por

[14] [...] e não sabe de que idade é, veio degredada a este Brasil por seis anos por pôr folgo em umas casas e por atirar com uma infusão ao juiz da terra, e na vila de Pernambuco foi penitenciada em penitencia AN/TT, TSO, IL, proc. 10748, fl. 5.

> dous cruzados que lhe derão fez aribar pello poder do Diabo hum Navio que hia desta Bahia para Portugal.[15]

Maria Cajada negociou e ensinou diversos feitiços, inclusive à Violante Carneiro, que mais tarde acabou denunciando a mesma ao Tribunal do Santo Ofício pelas práticas de feitiçaria; estas iam da conquista de amor até a morte de um inimigo. Violante ficou viúva muito jovem e estando viúva teve amizade desonesta com muitos homens, sendo que três deles procuraram o Tribunal do Santo Ofício para denunciá-la; todos alegaram que ela utilizava das palavras *hoe est corpus meum* (este é o meu corpo) –, as quais eram utilizadas pelos clérigos em missa de consagração da hóstia, no momento em que estava tendo ajuntamento carnal para que estes a quisessem bem. Entre as denúncias encontra-se a de Simão de Mello:

> [...] e denuncjando djxe que avera hum anno pouco mais ou menos, tendo elle amizade com violante carnejro deshonesta, molher veuva mra nesta cjdade, lhe aconteçeo alguãs vezes estando no proprjo acto carnal que a djcta Violante Carª chegou a sua boca a dele denuncjante et nella lhe dezia manso huãs palavras, os quais elle perentaõ não entendja et despois de en alguns djas perde[?] [?] vezes lhe ter djtas as djttas palavras, na boca nos djtos actos carnais elle denuncjante lhe perguntou q pallavras eraõ aquellas que ella lhe dizia et ella lhe respondeo q eraõ as pallavras da consegraçaõ da missa mas lhe declarou o ffim para q lhos dezia [...].[16]

O trecho explicitado acima nos proporciona o entendimento da dimensão que a circulação das culturas tem no Brasil colônia, uma vez que as fronteiras entre a cultura religiosa europeia (as palavras sagradas da consagração da hóstia), se encontram com uma cultura que não é legitimada pela Igreja católica, uma cultura não-cristã e não

---

[15] "[...] d'alcunha arde-lhe o rabo, que parecia ser da idade de arredor de quarenta anos a qual lhe descobriu que era feiticeira diabólica, e falava com os Diabos e lhe mostrou um vidro com um pouco de azeite, dizendo-lhe que ia ao campo e que dentro em um signo samão tendo o dito azeite na boca falava com os demônios, e lhe disse mais, que por dois cruzados que lhe deram, fez arribar pelo poder do Diabo um navio que ia desta Bahia para Portugal". AN/TT, TSO, IL, proc. 10748, fl. 14v.

[16] "[...] e denunciando disse, que haverá um ano pouco mais ou menos, tendo ele amizade com Violante Carneiro desonesta, mulher viúva moradora nesta cidade, lhe aconteceu algumas vezes estando no próprio ato carnal, que a própria Violante Carneira, chegou a sua boca a dele denunciante e nela lhe dizia manso umas palavras, os quais ele [ilegível] não entendia, e depois de em alguns dias perde [ilegível] lhe ter ditos as ditas palavras na boca nos ditos atos carnais ele denunciante, lhe perguntou q palavras eram aquelas que ela lhe dizia e ela lhe respondeu q eram as palavras da consagração da missa mas lhe declarou o fim para que lhes dizia[...]" AN/TT, TSO, IL, proc.12925, fls. 8v-9.

europeizada (o rito de bem querer). Esse processo de circulação cultural ao mesmo tempo que pode ser harmonioso, também é marcado por conflitos e dissonâncias.

Faz-se necessário aqui uma pausa para explicar como concebemos o termo "cultura" e "circularidade" nas perspectivas teóricas dos historiadores Peter Burke e Carlo Ginzburg, respectivamente. Nesse sentido, entendemos o conceito de cultura como um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados.[17] Influenciado pelas ideias do linguista Mikhail Barkhtin,[18] Carlo Ginzburg concebe a circularidade da cultura como sendo um relacionamento circular feito de influências recíprocas em um movimento que vai de baixo para cima, bem como de cima para baixo, ou seja, a circularidade se dá no influxo recíproco entre culturas tidas como subalternas e cultura tidas como hegemônicas.[19] Diante disto, usaremos os conceitos de cultura e circularidade em um campo teórico e metodológico para analisar e compreender as trocas e circulação dos ritos de feitiçaria que estavam presentes no Brasil colônia, segundo indícios das fontes utilizadas neste estudo.

A partir da leitura dos processos inquisitoriais, percebemos o clima de tensão e dominação vivido por aqueles que se relacionavam com as feiticeiras – seja uma tensão provocada pelo medo de ser descoberto como cliente de uma feiticeira, seja o medo de ser alvo das feitiçarias/bruxarias: o medo pairava entre os indivíduos da sociedade colonial –; a diversidade de etnia e credo daquela que acabou se revelando uma relação dialógica entre a magia praticada na colônia e o discurso religioso católico advindo da metrópole e reproduzido em seus domínios.

Maria Cajada, *Arde-lhe o rabo*, encontrava-se em situação de degredo na colônia e como forma de sustento seguia praticando feitiços, cobrando muitas vezes dinheiro ou simplesmente pedia em troca alimento para a própria sobrevivência. Através dessas práticas evidenciamos o processo de resistência no qual a magia era utilizada e ensinada, apesar da repressão institucionalizada, como forma de subsistência. Essa prática nos evidencia também a circularidade da cultura existente

---

[17] BURKE. Perter. *Cultura popular na idade moderna*: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras,2010. pp. 11-15.

[18] BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo - Brasília: HUCITEC-EDUNB, 1999.

[19] GINZBUR. Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13.

entre as mulheres feiticeiras lusitanas e as mulheres da colônia, que seguiam trocando/incorporando praticas religiosas e símbolos inerentes a religiosidade instituída pela Igreja católica e práticas culturais e símbolos atribuídos a religiosidade popular. Estes indícios nos ajudam a pensar a ideia pela busca da feitiçaria além do que espelhava a religiosidade cristã vivida pelos habitantes – negros, índios, europeus – com a apropriação de orações e santos cristianizados em seus feitiços.

A especificidade do Brasil colonial nesses termos, se mantém no encontro de múltiplas tradições, culturas e credos que conviveram e se incorporaram em uma religiosidade popular específica da colônia, contrariando as normas católicas alentadas nas várias sessões do Concílio de Trento (1545-1563). O processo de Violante Carneiro já aponta para a questão da apropriação de santos da fé católica, para as práticas de feitiçaria, dando a esses santos uma nova representação no universo mítico-religioso.

As práticas e saberes não operam em uma determinada sociedade de forma harmônica ou consensual, em um contexto de múltiplas culturas caracterizadas pela relação de poder, tanto o poder que era imposto à sociedade pelo Tribunal do Santo Ofício, quanto a relação de poder que era presente nessas mulheres feiticeiras. Um poder que deriva de todos os lados –, que além de resistirem à maciça perseguição do Santo Ofício, exerciam importante papel em seu contexto social. Neste sentido, é importante entender que a prática da feitiçaria é cultural e constantemente marcada por tensões e conflitos entre a Igreja e seus praticantes, sendo assim a ideia de circularidade das práticas e saberes não envolvem uma dicotomia e binarismo cultural.

As práticas culturais da feitiçaria e a vigilância operacional da Inquisição não ficaram restritas aos grupos que as pensavam, pelo contrário, circularam na sociedade se apropriando, inclusive, de modos de pensar de uma cultura eurocêntrica. Para além disso, as fontes nos mostram que no Brasil colonial havia uma enorme circulação de práticas de feitiçaria entre pessoas de diferentes culturas: mulheres lusitanas, mulheres naturais da colônia e as mulheres trazidas das mais diversas regiões africanas aprendiam e ensinavam feitiços entre si. Em uma demonstração clara de que há muito mais que uma relação complexa com o sobrenatural, os conflitos, fissuras e resistências são evidenciados. A análise do perfil social adquire uma importância na medida em que busca apresentar as mulheres enquanto um grupo heterogêneo, que por sua vez pensa as práticas e/ou enfrentamentos também de forma diversa.

Referências

ANTUNES, Cátia e SILVA, Filipa. Perfil socioeconômico da Inquisição de Lisboa: as escolhas de uma instituição. In: COUTO, Edilece. SILVA, Marco & SOUZA, Grayce (orgs.). *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira.* Salvador: EDUFBA. 2016.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. São Paulo - Brasília: HUCITEC-EDUNB, 1999.

BELLINI, Ligia. *A coisa Obscura*: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial. Salvador: Edufba, 2014.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia*: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século VXI, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: editora da UNESP,1992.
______. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo; Editora Unisinos, 2008.
______. Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna*: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras,1991.
______. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país "sem caça ás bruxas" (1600-1774)*. 2ª ed. Lisboa: Noticias, 2002.

PEREIRA, Ana Margarida Santos. *A Inquisição no Brasil*: aspectos da atuação nas capitanias do Sul (de meados do século XVI ao início do século XVIII). Coimbra: Editora FLUC, 2006.

SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Átic
______. *O momento da Inquisição*. João Pessoa: Editora Universitária. 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade populares no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

______ . *O inferno atlântico*: demonologia e colonização: séculos XVI – XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VANINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*: Santo Ofício de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O seminário é parte das atividades da linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. A linha é composta por professores(as) e alunos(as) que têm como núcleo de interesse de suas investigações as relações de poder, as hierarquias econômicas e sociais e as formações dos espaços regionais no interior de diversas sociedades, em geral, e as brasileiras e baianas, em particular. As iniciativas de pesquisa direcionam-se para as seguintes temáticas: os processos de formação e de transformação do Estado e da nação no Brasil; as ideias e organizações políticas e sua historicidade; as instituições (partidos, sindicatos, igreja, imprensa etc.) e as suas relações com as sociedades; as hierarquias e relações sociais e econômicas; o problema das relações de poder entre centros e localidades; as relações de gênero e as micro-relações de poder presentes em diferentes configurações sociais e históricas. Os objetivos do I Seminário de Pesquisa foram: Integrar investigadores(as) com diversas experiências e formações acadêmicas no âmbito do PPGH-UFBA; articular melhor a graduação e pós-graduação no âmbito da UFBA; divulgar para um público mais amplo os estudos preocupados com as conexões entre História e Relações de Poder, especialmente os que estão sendo desenvolvidos no programa; discutir aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos das relações entre História e Poder, especialmente seu impacto no campo da historiografia contemporânea.

ISBN: 978-85-8292-158-6